

Maria Marta Lobo de Araújo

Alexandra Esteves

Juliana de Mello Moraes

Luís Gonçalves Ferreira

(coord.)

Sociabilidades, quotidianos e saúde (séculos XIV a XX)

Landscapes Coleção
Heritage & Paisagens
Territory Património &
Collection Território

SOCIABILIDADES, QUOTIDIANOS E SAÚDE (SÉCULOS XIV A XX)

Maria Marta Lobo de Araújo,
Alexandra Esteves, Juliana de Mello Moraes
& Luís Gonçalves Ferreira (coord.)

Os capítulos deste livro
foram submetidos
a revisão por pares.

**Primeira Parte:
Vivências e Quotidianos**

- 14 As crianças na América portuguesa:
uma análise da História Social da Infância
na produção historiográfica brasileira
Juliana de Mello Moraes
- 26 A bruxa: o imaginário da mulher
enquanto agente diabólico na Idade Moderna
Vânia Moreira
- 44 Vivências quotidianas nas confrarias limianas
durante o período moderno: o caso da confraria
do Senhor do Socorro da Labruja
António Francisco Barbosa
- 56 Religiosidad popular en la Asturias del siglo XVIII:
espiritualidad cotidiana y transgresión
Alberto Morán Corte
- 70 Quantas mulheres?
Os “perdões de honra e virgindade”
do fundo notarial bracarense (século XVIII)
Cláudia Novais
- 84 Última e derradeira vontade: o património feminino
e o ato de sepultar nos testamentos de mulheres
do quotidiano bracarense (séculos XVIII e XIX)
Andreia Sofia Ferreira Barbosa
- 94 Sociabilidades e lazer da mulher vimaranense
no século XIX
Sílvia Pinto

- 108 Entre Braga, Porto e Lisboa as vivências e quotidianos do deputado Joaquim Januário de Sousa Torres e Almeida, através da sua correspondência com Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça
Paula Sofia Fernandes
- 122 A utilização dos recursos hídricos e a sua influência nas dinâmicas socioeconómicas da comunidade de Carvalhal (séculos XIX e XX)
Fátima Silva, Filipe Salgado & Sofia Vaz
- 134 Memórias, vivências e quotidianos de Armindo Alves Correia de Araújo através do seu álbum de fotografias
Teresa Araújo
- 150 Os Zés Pereiras na cultura popular portuguesa
Vitor Padilha Mattos

Segunda Parte:
Epidemias e Doenças

- 166 Rei, Lei e Peste. Retoma e Recomposição em Portugal após a Peste Negra (1349-1352)
André Filipe Oliveira da Silva
- 182 A peste em Guimarães no século XVI
Carolina Vitória Teixeira
- 194 Epidemias em Braga na Época Moderna (1550-1650)
Nuno Baptista

- 208 Epidemias em Barcelos (1600-1650)
Ana Margarida Pereira de Sá
- 222 Análise breve da medicina popular minhota
frente à malária
Emmanuel Nascimento
- 234 As epidemias na Vila de Fafe na última década
de oitocentos e na primeira metade do século XX
Inês Alves & Ricardo Castro
- 252 A gripe pneumónica em Santo Tirso, ano de 1918
Isabel Maria Mendes Peixoto
- 266 Esposende: uma viagem pelas epidemias de tifo
exantemático, varíola e pneumónica (1918-1919)
Libânia Pinto
- 280 O quotidiano dos sanatórios:
entre a cura, a disciplina e alguma transgressão
Ismael Vieira

Nota introdutória

A historiografia nacional e internacional tem privilegiado, nas últimas décadas, as questões tratadas neste livro, designadamente as sociabilidades, os quotidianos, as vivências, as doenças e as epidemias, considerando diferentes contextos e grupos sociais. O norte de Portugal é tomado como laboratório de análise de vários investigadores, sem que sejam desconsiderados outros lugares como a vizinha Espanha e o Brasil. Esta realidade potencia o cruzamento de variados contextos de investigação e interseta diferentes análises sobre os objetos de estudo. A amplitude temática e o arco temporal dos trabalhos presentes neste livro constituem uma das suas mais-valias. Os textos que o compõem são o resultado de um trabalho diligente levado a cabo pelos respetivos autores, que implicou percorrer vários arquivos e bibliotecas particulares e públicos e a pesquisar fontes de diferentes tipologias, nomeadamente documentais, fotográficas e cartográficas. Os estudos seguiram metodologias qualitativas, quantitativas e, alguns deles, comparativas. Em termos cronológicos, constata-se que a maioria dos trabalhos incide nas épocas moderna e contemporânea, havendo apenas um que se reporta ao final do período medieval.

Os trabalhos agora publicados consideram contextos rurais e urbanos bem como diferentes grupos sociais. Diversas localidades, como Ponte de Lima, Barcelos, Braga, Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Fafe, Santo Tirso e Esposende, servem de cenário a esses estudos. Na abordagem dos temas selecionados, alguns autores seguem perspetivas mais abrangentes, enquanto outros privilegiam a história local. Evidenciam-se determinados sujeitos da história, como as crianças, as mulheres, os homens poderosos, os proprietários e as pessoas comuns.

A obra em apreço resulta do desafio de juntar investigadores mais experientes com jovens que começam a dar os seus primeiros passos nos caminhos da história e cujos trabalhos mostram, decerto, as potencialidades de novos olhares sobre velhas problemáticas. As renovadas metodologias de trabalho e as perspetivas em confronto cruzam-se com a profundidade crítica evidenciada pelos investigadores mais experientes.

Este livro divide-se em duas partes. Na primeira, dedicada às vivências e aos quotidianos, destacam-se contextos muito particulares, como o das crianças na América portuguesa, o imaginário sobre a bruxa na Idade Moderna ou o quotidiano confraternal em Ponte de Lima e nas Astúrias. As mulheres são estudadas sob encontram-se trabalhadas sobre diferentes perspetivas, nomeadamente enquanto agentes de perdões de

honra e virgindade, distribuidoras de património nos seus testamentos ou, ainda, como protagonistas de sociabilidades e de momentos de lazer. Dois textos referem-se a homens de elite, que se evidenciaram pelos seus percursos de vida em geografias e tempos distintos. As dinâmicas do território espelham-se nas relações socioeconómicas e familiares dos sujeitos históricos.

Como sugerem os títulos dos textos que a integram, a segunda parte integra um conjunto de estudos sobre a doença e as epidemias. A experiência recente da pandemia de Covid-19 e a atualidade do tema no contexto académico e na atividade investigativa, bem como na opinião pública espoletaram um novo interesse sobre as epidemias que surgiram em diferentes momentos da história. Os textos abrangem um longo percurso temporal e incidem sobre várias doenças com distintos níveis de contagiosidade e mortalidade. É, ainda, nesta parte que se constata, de forma mais evidente, um mapeamento da problemática no norte de Portugal, mormente, em dois textos que resultam de análises de âmbito nacional sobre a peste negra e os sanatórios. O leitor é convidado a reconhecer as potencialidades da utilização de fontes que nem sempre têm sido utilizadas no estudo destas temáticas, como é o caso dos registos paroquiais, das teses de medicina, da crónica e da imprensa.

Fica, finalmente, o convite ao leitor para percorrer as páginas da obra e a perscrutar novas linhas de análise que, seguramente, nelas encontrará sobre as matérias nelas tratadas.

Maria Marta Lobo de Araújo,
Alexandra Esteves,
Juliana de Mello Moraes
& Luís Gonçalves Ferreira

Primeira Parte: Vivências e Quotidianos

As crianças na América portuguesa: uma análise da História Social da Infância na produção historiográfica brasileira

*

Universidade Regional de
Blumenau, Doutora em
História e Professora do
Departamento de História
e Geografia e do Programa
de Pós-Graduação
em Educação.
jmmoraes@furb.br

No Brasil, a história social da infância é atualmente um campo consolidado e com ampla produção em diferentes regiões do país. As pesquisas sobre a história das infâncias e das crianças abarcam temas, perspectivas e abordagens teórico-metodológicas diversificadas, bem como contemplam várias temporalidades e atentam para os distintos grupos étnicos e culturais. Esse domínio historiográfico se dedica ao estudo das condições concretas das crianças, ou seja, do seu lugar e seu protagonismo no devir histórico. O foco reside na avaliação das experiências e das perspectivas das crianças, tendo em consideração suas condições socioeconômicas, gênero, etnia e religião. Investiga também as dinâmicas sociais e as transformações que ocorrem em várias esferas da vida, incluindo o trabalho, a família, a educação, as relações sociais que envolviam as crianças possibilitando conhecer suas condições em outros tempos. Além disso, as conexões e a presença das crianças na família e nas instituições de cariz educacional e assistencial são exploradas em diversos estudos.¹

A historiografia dedicada à infância enfatiza o caráter histórico e multifacetado na sua compreensão, uma vez que a percepção da individualidade e especificidades infantis não são constantes ao longo do tempo. Entretanto, as mudanças nos modos de identificar e tratar as infâncias ocorreram num período alargado, definindo-se como um fenômeno de longa duração.² Por isso, não é possível indicar um momento exato para essa transformação, sendo consensual na bibliografia a importância das ações do Estado e da Igreja para construção das novas concepções de infância no Ocidente.³ Nas últimas décadas, as percepções das infâncias sofreram novas transformações impulsionadas pelas novas configurações familiares, pelos avanços científicos e pela profunda medicalização na área da reprodução humana.⁴

No Brasil, a infância só angariou direitos específicos, após a ação e as reivindicações feitas pela sociedade civil e outras entidades não governamentais. Foi somente com a Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, no seu artigo 227, que se afirmou a prioridade de assegurar os direitos das crianças e adolescentes, sendo a família, o Estado e a sociedade responsáveis pela sua proteção. A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, também contribuiu para assegurar, no âmbito legal, um novo “paradigma jurídico, político e administrativo, destinado à resolução da problemática da infância e da juventude no Brasil”.⁵ A valorização das crianças como sujeitos de direitos representa uma nova etapa para esse grupo. Contudo, a legislação ainda não garante a implantação efetiva desses direitos para muitas crianças brasileiras.

Assim, no intuito de expandir a visibilidade desse grupo e, ao mesmo tempo, favorecer seu protagonismo, estuda-se a história das crianças e das infâncias. Ao ampliar as narrativas e os conhecimentos a respeito das condições e do papel das crianças

ao longo do tempo, valoriza-se o seu espaço e sua importância tanto nas sociedades do passado quanto do presente.

Portanto, esta pesquisa averigua a produção brasileira da História Social dedicada às crianças que viveram na América portuguesa, ou seja, entre 1500 e 1822.⁶ A partir da análise do conjunto bibliográfico, verifica-se que os estudos abordam, sobretudo, a infância e a educação proporcionada pelas ordens religiosas, especialmente, pela Companhia de Jesus, e a vivência de crianças de diferentes grupos étnicos, como as escravas ou as mestiças, bem como as crianças expostas ou abandonadas.

A história social das crianças e suas conexões familiares e religiosas

A presença infantil na América portuguesa é estudada pela historiografia brasileira desde o início do século xx. Gilberto Freyre abordou as crianças, embora não como protagonistas, em suas publicações sobre a história do Brasil. O autor estabeleceu as relações entre infância e universo adulto, ressaltando a rápida passagem dos pequenos pela infância e a indiferença com a morte da criança. Esses aspectos vinculam-se ao contexto mais amplo, marcado pelo patriarcado, escravidão e violência. As relações entre as crianças baseadas nas diferenças étnicas e socioeconômicas fomentava o trato desigual pelas instituições da época.⁷

Entretanto, foi a partir da década de 1980, com os avanços da História Demográfica e, posteriormente, com as transformações epistemológicas proporcionadas pelo Nova História que as crianças adentraram definitivamente nas narrativas historiográficas.⁸

Como se verifica, os estudos sobre as crianças privilegiam, sobretudo, seus vínculos familiares. As dinâmicas sociais e o desenvolvimento infantil, bem como a rede institucional a volta das crianças, são outras abordagens de destaque. Esses enquadramentos se justificam, pois, as configurações familiares e as ações empreendidas pelo clero afetaram as vivências e as condições de meninos e meninas na América portuguesa, assim tanto a família quanto a igreja católica são fundamentais para estudar a História Social da Infância naquele contexto.

A Igreja conectava-se com as ações empreendidas pela Coroa portuguesa, tendo em vista a íntima ligação entre as duas esferas, caracterizando esse regime como uma monarquia católica. Nessa as instituições religiosas desempenharam funções relevantes na manutenção dos diversos territórios, pois, juntamente com o poder governamental, promoveram a disciplina e a obediência entre as populações de além-mar, incluindo na América portuguesa.⁹

Enquanto dimensão importante da modernidade, a educação alçou maior relevância, tornando-se demarcadora das idades da vida,

acentuando as fronteiras entre crianças e adultos, e da distinção entre gêneros ao aprofundar as diferenças entre homens e mulheres. Contudo, como os lugares exclusivos para educar meninas eram inexistentes, analisar a educação, pelo menos até meados do século XVIII, implica em compreender o conceito como um fenômeno mais amplo e abrangente do que a pedagogia ou do ensino em espaços formais, como as escolas.¹⁰ A educação, como um fato contínuo e multiforme, ocorre em diversos locais e situações, incluindo aquelas no âmbito familiar, ocupacional ou social.

No entanto, como aponta a historiografia, foi a escolarização que transformou consideravelmente a situação das crianças e contribuiu para demarcar de forma concreta os ritmos das mudanças.¹¹ A escola distinguia crianças de adultos ao demarcar com clareza os espaços e fronteiras entre as faixas etárias.

Paralelamente, a difusão da Igreja e seus dogmas, preceitos e valores ocorreu a partir da ação da hierarquia eclesiástica secular e regular, inclusive de várias ordens religiosas. E os missionários, em especial, os jesuítas foram os responsáveis por instituir escolas na América portuguesa. Todavia, esses espaços, destinados a educar as crianças, atendiam exclusivamente aos meninos. Isso porque, as distinções, pautadas em representações e práticas, determinam as percepções de gênero. Como seu significado se estabelece a partir das relações sociais, o gênero atribui sentidos às interações humanas, se evidenciando e sendo construído nas representações e símbolos, nas normas, na constituição do parentesco, nas identidades, na política e na economia.¹² O gênero como intrínseco às relações de poder detém significados diferentes de acordo com contexto, tempo e grupos socioeconômicos. Assim, entre os séculos XVII e XVIII, os debates sobre a educação das crianças distinguia meninos e meninas, sendo atribuído às últimas um papel central na formação dos filhos, como futuras mães, as meninas contribuiriam para a expansão e reconquista religiosa das sociedades, sendo sua educação destinada para essa função.¹³

No império português, a educação se destinava a forjar uma sociedade harmoniosa, calcada na proeminência dos fundamentos católicos e na obediência às autoridades, sobretudo, ao monarca. Naquele contexto, a educação moral, tanto civil quando religiosa, era elemento fundamental na formação dos indivíduos.¹⁴ Contudo, a educação formal se destinava a poucos privilegiados, o que não minimiza a relevância dos pequenos naquela sociedade.

Desde o início da colonização, as crianças angariaram visibilidade, pois desenvolveram diferentes funções e ocuparam variados espaços nas sociedades coloniais, tendo em vista, por exemplo, a necessidade de mão de obra e de interlocutores entre religiosos e os povos nativos.¹⁵

A pluralidade das formas de tratamento das crianças na América portuguesa foi ressaltada por Maria Beatriz Nizza da Silva. A autora ao analisar a cultura no período se dedicou à educação feminina e

masculina, observando as diferenças entre os gêneros. Enquanto aos homens aprendiam gramática latina, retórica, filosofia racional e história, as mulheres recebiam uma formação para desempenharem tarefas no âmbito doméstico. Constata a autora que havia um “abismo entre a educação feminina e masculina, no Brasil colonial, afigura-se-me portanto mais profundo do que em Portugal, onde pelo menos na educação aristocrática, moços e moças recebiam cuidados semelhantes nas mãos dos preceptores”.¹⁶

As diferenças entre as crianças também são abordadas no livro organizado por Marcos Cezar de Freitas, intitulado *História Social da Infância no Brasil*, publicado em 1997.¹⁷ Nesta obra, um capítulo foca as crianças desvalidas e abandonadas na América portuguesa.¹⁸ Os dez capítulos restantes contemplam a história das crianças em outros períodos (Império e República). Embora o livro seja um dos pioneiros sobre o tema no Brasil, o número reduzido de pesquisa que aborde o período colonial já sinaliza uma questão importante, as lacunas sobre as experiências, as vivências e a participação das crianças entre as populações da América portuguesa.

Outra coletânea importante sobre o tema é intitulada *História das crianças no Brasil*, publicada pela primeira vez em 1999.¹⁹ Organizada por Mary Del Priore, essa obra reúne textos sobre a vivência infantil em diferentes tempos e espaços, os quais fazem emergir as especificidades de ser criança entre o norte e o sudoeste do Brasil. A escravidão, as desigualdades econômicas e a violência marcaram o cotidiano dos pequenos no passado brasileiro. As contradições da sociedade contribuíram para a baixa escolarização e a onipresença do trabalho infantil. Os textos exploram as condições infantis na América portuguesa, desde as embarcações e as viagens marítimas até ao continente por meio da ação dos jesuítas. O cotidiano das crianças, livres e escravas, ricas e pobres, foi investigado e avaliado, revelando um universo marcado pelos perigos tanto reais quanto imaginários. As doenças, os maus-tratos e a falta de higiene determinavam a morte de muitos bebês, os quais ainda, segundo crenças da época, poderiam sofrer com as mazelas provocadas pelas bruxas.²⁰

Se as crianças da região Sul não foram contempladas nessas obras, uma coletânea dedicada exclusivamente à região meridional colmatou parte dessa lacuna. O livro, organizado por José Carlos da Silva Cardozo, Jonathan Fachini da Silva, Tiago da Silva Cesar, Paulo Roberto Staudt Moreira e Ana Silvia Volpi Scott, aborda as crianças e as infâncias em diferentes períodos históricos. A historiografia, os direitos e a legislação, a assistência e a educação voltadas para as crianças são os eixos norteadores da obra, sendo o período colonial representado pelos estudos sobre as crianças indígenas, aquelas abandonadas pelos pais e o estudo dos elos familiares, a partir dos registros de batismo. Como se verifica, as conexões familiares e institucionais marcam essas análises que desvelam realidades plurais, marcadas pelas diferenças étnicas e econômicas.²¹

Essas obras evidenciam a pluralidade de vivências e situações das crianças. Entre indígenas, escravos e senhores havia profundas distinções, as quais a condição infantil não colmatava completamente. Parece consensual que as crianças escravizadas possuíam uma infância diminuta, sendo desde pequenas utilizadas em variados trabalhos a partir do momento em que conseguissem realizar qualquer tarefa. No meio rural o cuidado da lavoura e dos pequenos animais ou no meio urbano realizando serviços domésticos, as crianças escravas possuíam pouco tempo para brincar.²² Entretanto, como indica a historiografia, conhecer o cotidiano das crianças, especialmente das negras, é difícil, tendo em vista a sua ausência na documentação. Os escritos oficiais ou outros documentos pouco mencionam as crianças escravas, contudo é fato a sua importância no contexto laboral da América portuguesa.²³

Apesar da parca documentação sobre as crianças escravizadas, a historiografia aponta a importância das relações parentais e do uso do catolicismo para o estabelecimento de novos ou do reforço dos laços parentais entre os negros. O batismo representava um momento de criação de vínculos entre os escravizados, pois, como esclarece Florentino e Góes, “os escravos puseram o catolicismo a seu serviço para fazer parentes e famílias”.²⁴

Já os estudos sobre as crianças indígenas se conectam com as atividades dos missionários, principalmente dos jesuítas, e com a sua educação.²⁵ A intensa ação de catequização exercida pela Companhia de Jesus e a profícua produção textual proporcionou aos pesquisadores um rico manancial de fontes para o estudo da educação e das crianças nativas naquele contexto. A historiografia revela que os religiosos depositaram nos pequenos indígenas a esperança de formar uma nova cristandade, porém este sonho se desvaneceu rapidamente. A conversão dos indígenas e a adoção dos hábitos portugueses desaparecia à medida que cresciam. A entrada na puberdade coincidia com o abandono das aldeias e dos modos cristãos.²⁶ Esses dados mostram as contrariedades e resistências dos pequenos contra o avanço colonizador e catequizador, resultando na ampliação da violência nos esforços catequéticos empregues pelos jesuítas.

Outras instituições pertencentes à Igreja, tal como o tribunal do Santo Ofício, referem as crianças na sua documentação e permitem entrever o cotidiano e as ações infantis, as representações sobre as crianças e outros aspectos da infância no período. Os estudos de Luiz Mott, Lana Lage Lima e Alex Monteiro, por exemplo, analisam a presença das crianças em diferentes fontes inquisitoriais, incluindo os regimentos, denúncias, confissões e processos.²⁷ As três visitas dos inquisidores à América portuguesa, ocorreram respectivamente entre 1591-1595, 1618-1620 e 1763-1769, resultando em milhares de denúncias e confissões, as quais conservam-se até a atualidade. Esse acervo se constitui em fonte riquíssima para o estudo das sociedades

naquele período. A partir da documentação, constata-se distintas percepções sobre a infância, revelando-se nas análises de Mott e Lima a indiferença em relação a violência e aos abusos sexuais cometidos contra as crianças. Os inquisidores preocupavam-se mais com a concretização das relações sodomitas do que com as agressões contra as crianças. As crianças se apresentam como meros agentes secundários para o desvio alheio. O estudo de Alex Monteiro (2014) conclui que a Inquisição, embora distinguisse entre as idades da vida, acusava e processava as crianças e adolescentes, podendo, inclusive, punir publicamente as meninas a partir dos 12 anos. O objetivo do autor não consistiu na avaliação das distinções entre os gêneros, contudo, sua pesquisa indica que os regimentos inquisitoriais diferenciavam meninos e meninas e sugere que as práticas persecutórias também mudavam segundo o gênero do acusado.

É importante salientar, contudo, que a definição e as percepções das idades da vida e das classificações etárias variam de acordo com o tempo e os lugares. Assim, a compreensão da infância se conecta com outros elementos como o gênero, tal como anteriormente referido, e com as disposições, normas e legislação produzidas nas instituições civis e eclesiásticas.²⁸ Infância, puerícia, adolescência, menoridade e mocidade constituem o rol de palavras utilizadas no século XVIII, porém o reconhecimento da entrada no mundo adulto para algumas instituições ocorreria somente aos 25 anos, caso das Santas Casas da Misericórdia, por exemplo. No entanto, meninas e meninos ultrapassavam as etapas em distintas idades, sendo considerado normal as meninas assumirem responsabilidades mais cedo do que os rapazes. As meninas poderiam desempenhar a função de madrinha de outra criança desde os 12 anos enquanto aos meninos a posição de padrinho era permitida a partir dos 14 anos de idade.²⁹ As limitações e obrigações impostas a meninos e meninas consideravam aspectos meramente biológicos, reforçando que as atribuições de gênero eram “impostas sobre um corpo sexuado.”³⁰

A história social da criança abandonada ou exposta na América portuguesa

A exposição de crianças significava a abdicação da criação de um filho recém-nascido ao expondo-o ou enjeitando-o na porta de algum domicílio ou instituição em anonimato.³¹ O abandono de crianças fazia parte do cotidiano das sociedades ibéricas, contudo é difícil identificar todos os motivos para explicar esse fenômeno. Provavelmente, alguns fatores, inclusive combinados, como o catolicismo, a crença na necessidade de preservar a honra feminina,

o patriarcado, as condições precárias de existência e as dinâmicas familiares contribuía para o abandono infantil. Porém, deve-se sublinhar que a distinção entre o abandono definitivo e aquele temporário, quando os pais almejavam recuperar a criança, não é clara.⁵² Tanto em Portugal quanto na América portuguesa ocorreram iniciativas para atender aos expostos, principalmente por meio das ações das Câmaras Municipais e das Santas Casas de Misericórdia. Mas se a exposição de crianças era onipresente no império português, as taxas de abandono, as formas de atendimento e o perfil dos expostos variavam de acordo com o contexto e o período.

Um estudo pioneiro que abordou essa multiplicidade de situações, estabelecendo paralelos entre Portugal continental e a América, foi desenvolvido por Maria Luiza Marcílio. A autora ao pesquisar dados quantitativos, no campo da demografia histórica, constatou altos índices de crianças ilegítimas e abandonadas na vila de São Paulo entre 1750 e 1850. Como esses resultados exigiam uma análise mais aprofundada, a autora elaborou, em 1984, o projeto denominado “A família e a criança na História Social da população brasileira”, no qual privilegiou-se o estudo das crianças escravas, ilegítimas, expostas e abandonadas, ou seja, daquelas mais pobres e desamparadas.⁵³

O desamparo às infâncias entre as populações da América portuguesa se manifestava nas altas taxas de abandono e mortalidade. A historiografia indica que o abandono infantil ocorreu em todas as regiões, contudo teve maior intensidade nas áreas urbanas. As taxas de mortalidade entre as crianças abandonadas eram elevadas, sendo mais altas inclusive daquelas registradas para as crianças escravas.⁵⁴ Dados relativos as cidades de Salvador, analisados por Renato Venâncio, revelam que mais de 60% dos abandonados sucumbiam antes de um ano.⁵⁵ De acordo com o mesmo autor, o perfil dos falecidos se alterava de acordo com sua origem e gênero, sendo que negros e pardos, bem como as meninas, resistiam melhor às precárias condições impostas pelo abandono.⁵⁶ Outro fator de impacto nos índices de mortalidade era a localidade, pois em pequenas vilas, esses números tendiam a baixar, como se verifica para a vila de Curitiba. Nesta, em 1781, foi contabilizado em percentual de 25% de mortalidade entre os expostos, número que não contrasta com o índice geral de mortalidade infantil na vila. As razões para explicar tal resultado são as diferentes formas de abandono e atendimento as crianças da época.⁵⁷ Em Curitiba, ao contrário do que ocorria nos núcleos urbanos de maiores dimensões, não havia instituições responsáveis para atender às crianças expostas. Por isso, o abandono ocorria muitas vezes nas portas das casas o que explica, provavelmente, índices de mortalidade mais baixos, uma vez que essas crianças não contactavam com outros meninos e meninas abandonados ou viviam em locais insalubres ao cuidado de amas de leite pouco comprometidas.

A assistência às crianças abandonadas iniciou no século XIII, a partir de iniciativas do papado e de associações de leigos, como a irmandade do Espírito Santo que ao sul da França construiu, em 1204, a Escola de Medicina de Montpellier para cuidados das crianças expostas. Enquanto a primeira roda dos expostos destinada a salvar a vida da criança abandonada foi instalada em Roma sob os auspícios do papa Inocêncio III (1198-1216).³⁸ Em Portugal, o atendimento às crianças abandonadas ocorria tanto em hospitais como nas Santas Casas de Misericórdia, com o apoio financeiro das Câmaras Municipais.³⁹

Tanto a prática do abandono quanto da sua assistência cruzou o Atlântico e, na América, as crianças também eram expostas ou abandonadas. No entanto, como os núcleos populacionais eram mais acanhados e a população mais dispersa, principalmente ao sul, poucas foram as instituições dedicadas ao atendimento dos expostos entre os séculos XVI e XVIII. Outra especificidade da assistência às crianças abandonadas, na América portuguesa, consistiu no papel mais destacado das Câmaras Municipais, uma vez que poucos núcleos urbanos possuíam uma instituição hospitalar. Somente as cidades de Salvador e Rio de Janeiro tinham mecanismos para recolher as crianças expostas, sendo o restante das cidades e vilas carentes nessa opção. Por isso, a historiografia é unânime em afirmar que o abandono de crianças na América ocorreu principalmente nas soleiras das casas residenciais.⁴⁰ Contudo, a situação dessas crianças variava consonante a configuração institucional de cada localidade. Em Minas Gerais, por exemplo, as Câmaras Municipais e as irmandades responsabilizaram-se pelos expostos, mas, como afirma Laura de Mello e Souza, a “situação permaneceu confusa.”⁴¹ Essa incerteza decorria, pois, como constata, Marcílio:

No período colonial nem o Estado nem a Igreja assumiram diretamente a assistência aos pequenos abandonados. Ambos atuaram indiretamente, apenas com estímulos diversos. Na realidade, foi a sociedade civil, organizada ou não, que se compadeceu e se preocupou com a sorte da criança desvalida e sem-família.⁴²

Tal cenário dificulta o conhecimento dos dados exatos sobre o abandono, pois a morte das crianças mesmo antes de chegar a um destino de atendimento (seja institucional ou residencial) ou o infanticídio, embora condenado na época, seriam provavelmente recorrentes.

Entretanto, apesar dos desafios para conhecer o percurso das crianças no período, as condições dos expostos já foram estudadas para diferentes partes do Brasil, sendo conhecidas para vilas e cidades das capitânicas de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte.⁴³

Considerações finais

Como a historiografia revela, as vivências e os cotidianos infantis no Brasil se conectam com a história do país, inclusive com os três séculos de colonização portuguesa. Entretanto, muitas vezes, a ausência de fontes produzidas sobre ou pelas próprias crianças no passado dificulta o estudo das vivências infantis para a época colonial. Também é consensual na historiografia que para alguns grupos específicos, sobretudo para as crianças escravizadas, as informações são ainda mais escassas. Enquanto as lacunas documentais impedem o estudo dos pequenos escravizados, a vasta documentação dos missionários aborda insistentemente as crianças, sem, contudo, deixar espaço para compreendermos essa infância no seu contexto anterior a colonização. Encontram-se muitos escritos elaborados pelos religiosos sobre as crianças indígenas, porém impera um grande desconhecimento sobre esses grupos em sua vivência original.

Embora a produção historiográfica sobre as crianças e as infâncias seja abundante e consistente, faltam muitos estudos sobre a suas vivências, trabalhos e ações na América portuguesa. A relevância das crianças em todas as esferas da expansão portuguesa é incontestável, porém ainda rareiam os estudos que valorizem o seu protagonismo e agência nos diversos contextos coloniais. Tanto como mão-de obra quanto como foco de afeto e preocupação, as crianças movimentaram famílias, instituições de sociabilidades, caridade e da administração colonial. A importância angariada pelas infâncias durante a modernidade se manifesta na elaboração de legislação específica para o seu cuidado e proteção, bem como pela produção literária de escritores, teólogos e educadores ao longo dos séculos XVI e XIX. Por isso, as crianças merecem estudos cuidadosos que valorizem as suas contribuições e a suas próprias ações, no intuito de ampliarmos a visibilidade das infâncias, especialmente aquelas mais esquecidas e desvalidas.

Notas

1. Sobre a produção historiográfica internacional e nacional a respeito da infância consultar Becchi, Egle; Julia, Dominique, *Histoire de l'enfance en Occident*, Paris, Éditions du Seuil, 1998; Priore, Mary Del (org.), *História das crianças no Brasil*, São Paulo, Editora Contexto, 2002; Núñez Roldán, Francisco, *La infancia em España y Portugal siglos XVI-XIX*, Madrid, Sílex, 2011.
2. A respeito da concepção de infância na História ler Gélis, Jacques, "A individualização da criança", in Ariès, Philippe; Chartier, Roger, *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*, vol. 3, Lisboa, Edições Afrontamento, 1990, p. 319.
3. Sobre a importância da Igreja e do Estado para a conformação da ideia de infância consultar Ariès, Philippe, *História social da criança e da família*, Rio de Janeiro, LTC, 1981; Gélis, Jacques, "A individualização da criança"..., p. 311-330; Mayeur, Françoise, "A educação das raparigas: o modelo laico", in Duby, Georges; Perrot, Michelle (orgs.), *História das mulheres: O século XIX*, v. 4, Porto, Afrontamento, 1994, pp. 277-295; Salomini, David, "Women, religion, and Education in Early Modern Italy. Some case studies (16th-18th c.)", in *Studi sulla Formazione*, n.º 22, 2019, pp. 439-450.
4. A respeito das novas perspectivas sobre a infância consultar Becchi, Egle; Julia, Dominique, *Histoire de l'enfance en Occident...*, pp. 28-30.
5. Rizzini, Irene; Pilotti, Francisco (orgs.), *A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*, São Paulo, Cortez, 2009, p. 29.
6. Embora o termo América portuguesa se refira ao território da coroa portuguesa na América do Sul, sublinha-se que essa entidade possuiu diferentes formas geográficas e vasta diversidade de povos nativos entre os séculos XVI e XIX. As mutações nos territórios e na composição populacional não obliteraram, entretanto, a importância do governo português, ou seja, da monarquia entre os moradores da região.
7. Conforme Costa, Ricardo Peres da, "Gilberto Freyre e a infância no Brasil patriarcal", in *Revista Angelus Novus*, [S. l.], n. 10, 2016, pp. 41-60.
8. Sobre as motivações para a realização desse projeto de pesquisa ler Marçílio, Maria Luiza, *História Social da criança abandonada*, São Paulo, Hucitec Editora, 2019, p. 17.
9. Conforme Fragoso, João; Gouvêa, Maria de Fátima (orgs.), *O Brasil colonial*, vol. 1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.
10. Sobre o conceito de educação ler Santoni Rugiu, Antonio, "Escenarios: una aportación dramática a la historia de la educación", in Lora, María Esther Aguirre (coord.), *Rostros históricos de la educación. Miradas, estilos, recuerdos*, México, Fondo de Cultura Económica, 2001, 21-32.
11. Conforme Ariès, Philippe, *História social da criança e da família...*, p. 165.
12. De acordo com Scott, Joan Wallach, "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", in *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, n.º 2, 1995, pp. 71-99.
13. Sobre a educação feminina ler Sonnet, Martine, "Uma filha para educar", in Davis, Natalie Zemon; Farge, Arlette (org.), *História das Mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 144.
14. Conforme Fonseca, Thais N. de Lima e, *Letras, ofícios e bons costumes. Civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa*, Belo Horizonte, Autêntica, 2009, p. 17.
15. Sobre a importância das crianças como interlocutoras entre religiosos e indígenas ler Priore, Mary Del, "O papel branco, a infância e os jesuítas na Colômbia", in Priore, Mary Del (org.), *História da criança no Brasil*, São Paulo, Contexto, 1991, p. 10-27.
16. De acordo com Silva, Beatriz Nizza da, *Cultura no Brasil Colônia*, Petrópolis, Vozes, 1981, p. 81.
17. Freitas, Marcos Cezar de (org.), *História Social da Infância no Brasil*, São Paulo, Editora Cortez, 1997.
18. Marçílio, Maria Luiza, "A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950", in Freitas, Marcos Cezar de (org.), *História Social da Infância no Brasil...*, pp. 51-76.
19. É a segunda coletânea sobre o tema organizada pela autora: Priore, Mary Del (org.), *História das crianças no Brasil*, São Paulo, Contexto, 2002.
20. Priore, Mary Del, "O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia

e o império”, in Priore, Mary Del (org.), *História das crianças no Brasil...*, p. 90–91.

21. Sobre as crianças no sul do Brasil ver Cardozo, José Carlos da Silva; Silva, Jonathan Fachini da; Cesar, Tiago da Silva; Moreira, Paulo Roberto Staudt; Scott, Ana Silva Volpi (orgs.), *História das crianças no Brasil meridional*, São Leopoldo, Oikos, UNISINOS, 2020.

22. Conforme Scarano, Julita, “Criança esquecida das Minas Gerais”, in Priore, Mary Del (org.), *História das crianças no Brasil...*, pp. 126–127.

23. Segundo Ariza, Marília B., “Crianças/Ventre Livre”, in Schwarcz, Lília Moritz; Gomes, Flávio dos Santos, *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2018, pp. 169–175.

24. Florentino, Manolo; Góes, José Roberto de. “Crianças escravas, crianças dos escravos”, in Priore, Mary Del (org.), *História das crianças no Brasil...*, p. 183.

25. Sobre a educação dos indígenas após a expulsão dos jesuítas consultar Maia, Lúcio de Oliveira, “Política pombalina e educação escolar de crianças indígenas no mundo colonial: uma contribuição à historiografia da infância no Brasil”, in *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v. 13, n. 25, 2021, pp. 9–30.

26. Chambouleyron, Rafael, “Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista”, in Priore, Mary Del (org.), *História das crianças no Brasil...*, pp. 68–69.

27. Monteiro, Alex Silva, *Anjos ou Hereges?: infância e Inquisição Portuguesa na Época Moderna*, Curitiba, Prismas, 2014; Lima, Lana Lage da Gama, “Sodomia e pedofilia no século XVII: o processo de João da Costa”, in Vainfas, Ronaldo; Feitler, Bruno; Lima, Lana Lage da Gama (orgs.), *A Inquisição em Xequê: temas, controvérsias, estudos de caso*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 2006; Mott, Luiz, “Pedofilia e Pederastia no Brasil Antigo”, in Priore, Mary Del (org.), *História da criança no Brasil...*, pp. 44–60.

28. Sá, Isabel dos Guimarães, “As crianças e as idades da vida”, in Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 72–95.

29. Conforme Sá, Isabel dos Guimarães, “As crianças e as idades da vida”..., pp. 72–95.

30. Scott, Joan Wallach, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”..., pp. 1–35.

31. Segundo Silva, J. Fachini da, “A ascensão é a sobrevivência: o universo da exposição de crianças na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (séc. XVIII e XIX)”, in Cardozo, José Carlos da Silva; Silva, Jonathan Fachini da; Cesar, Tiago da Silva; Moreira, Paulo Roberto Staudt; Scott, Ana Silva Volpi (orgs.), *História das crianças no Brasil meridional*, São Leopoldo, Oikos, UNISINOS, 2020.

32. Sobre as características do abandono em Portugal consultar Araújo, Maria Marta Lobo de, “Niños pobres em Portugal: representaciones y prácticas de asistencia (siglos XVI–XIX)”, in Núñez Roldán, Francisco, *La infancia em Espanha y Portugal siglos XVI–XIX...*, pp. 29–42.

33. De acordo com Marcílio, Maria Luiza, *História Social da criança abandonada*, São Paulo, Hucitec Editora, 2019, p. 17.

34. Conforme Venâncio, Renato Pinto, *Famílias abandonadas. Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador — séculos XVIII e XIX*, Campinas, Papirus, 1999, p. 112.

35. De acordo com Venâncio, Renato Pinto, *Famílias abandonadas...*, p. 108.

36. De acordo com Venâncio, Renato Pinto, *Famílias abandonadas...*, p. 111.

37. A respeito da mortalidade infantil dos expostos no interior da América portuguesa consultar Cavazzani, André; Moraes, Juliana de Mello, “In extremis causa: exposição e mortalidade numa pequena vila da América portuguesa no século XVIII”, in *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambu-MG, 2004, pp. 1–15.

38. Sobre o desenvolvimento da assistência as crianças desvalidas ler Marcílio, Maria Luiza, *História Social da criança abandonada...*, pp. 50–67.

39. De acordo com Araújo, Maria Marta Lobo de, “Niños pobres em Portugal: representaciones y prácticas de asistencia (siglos XVI–XIX)”..., p. 31.

40. Paula, Thiago Nascimento Torres de. “O ato de enjeitar: o abandono de recém-nascidos em números no mundo colonial ibérico, uma pesquisa bibliográfica”, in *Revista Mosaico*, v. 13, 2020, p. 118–129.

41. Souza, Laura de Mello e. “O senado da Câmara e as crianças expostas”, in Priore, Mary Del (org.), *História da criança no Brasil...*, pp. 28–43.

42. Marcílio, Maria Luiza, *História Social da criança abandonada...*, p. 147

43. Paula, Thiago Nascimento Torres de, *O ato de enjeitar: o abandono de recém-nascidos em números no mundo colonial ibérico, uma pesquisa bibliográfica...*, Brügger, Silvia Maria Jardim, “Crianças Expostas: um estudo da prática do enjeitamento em São João del Rei, séculos XVIII e XIX”, in *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, 2006, p. 116-146; Venâncio, Renato Pinto (org.), *Uma História Social do Abandono de Crianças — de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX*, São Paulo, Alameda, 2010; Franco, Renato, *A Piedade dos Outros: o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII*, Rio de Janeiro, FGV, 2014; Nascimento, Alcileide Cabral do, *A Sorte dos Enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*, Tese (Doutorado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006; Oliveira, Henrique Luiz Pereira, *Os Filhos da Falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887)*, Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1990.

A Bruxa: o imaginário da mulher enquanto agente diabólico na idade moderna

Introdução

Para a população do início da Idade Moderna, a magia e a feitiçaria constituíam um modo de vida, pelo que os agentes mágicos faziam parte do quotidiano da cultura europeia. As crenças na feitiçaria acabaram por coexistir e até se imiscuir com as convicções cristãs. Contudo, a Igreja, que sempre se insurgiu contra os desvios da fé cristã, começou a conceber a imagem de uma feiticeira diabólica, seguidora de Satanás. A prática de feitiçaria era a mais terrível das heresias, já que renunciava ao amor de Cristo e à religião de Deus para a substituir pela religião de Satanás.¹ Esta idealização teve os seus alicerces construídos ao longo da Idade Média, mas foi na Idade Moderna que se desenvolveram e consolidaram, repercutindo-se na “caça às bruxas”.

Assim, de modo a traçar uma breve interpretação da trajetória da magia e da bruxaria ao longo da Modernidade, pretende-se indagar uma série de questões. Entre elas: quem eram, afinal, as “bruxas”? Qual a perceção das populações de então quanto ao fenómeno da feitiçaria e bruxaria? Em que consistia o chamado mito demonológico? O que explica a seleção de alguns para serem acusados? É correto afirmar que em Portugal existiu “caça às bruxas” à semelhança do restante continente europeu? Isto é, pretende-se confrontar o panorama português com o dos restantes países do Velho Continente. Para tal, recorreu-se a algumas fontes, nomeadamente impressas, como dicionários de época e os chamados Manuais de Inquisidores. Relativamente aos dicionários, que se alocam ao século XVIII, destacam-se o *Vocabulario Portuguez e Latino* [...] de Raphael Bluteau (1712–1728) e o *Dicionario de Moraes* [...] de Antonio de Moraes Silva (1789), que permitem obter uma ideia do significado dos termos bruxaria/bruxa e feitiçaria/feiticeira, de modo a perceber estes fenómenos à luz da época. Por sua vez, os Manuais de Inquisidores eram ferramentas que permitiam aos inquisidores identificar, perseguir e condenar os hereges. Com particular ênfase para os hereges por bruxaria destacam-se o *Directorium Inquisitorum* (1376), da autoria de Nicholas Eymerich e o *Malleus Maleficarum* (1486), atribuído a Henrich Kramer e Jacob Sprenger. Naturalmente que devem ser destacadas as obras de referência sobre o tema, salientando-se para o panorama europeu os contributos de Brian P. Levack, Jean Palou, Carlo Ginzburg, Jean Michel Sallman... Relativamente ao contexto nacional, serviram de base sobretudo os estudos de José Pedro Paiva e Francisco Bethencourt. As imagens dispostas ao longo deste artigo também compõem uma componente relevante para perceber o fenómeno à luz da representação que os artistas retratavam nas suas obras, revelando o que as populações entendiam por bruxa ou feiticeira.

Antecedentes

A Idade Média, não obstante o seu carácter profundamente cristão, não representou o fim do paganismo na religião quotidiana.

No decorrer do processo de cristianização, apesar da aceitação dos europeus da Idade Média relativamente às suas bases doutrinárias, em particular no povo, as práticas e crenças ancestrais persistiram, ainda que o cristianismo tivesse emprestado nomes de santos e de festas católicas a forças da natureza e a consagrações pagãs. Assim, do século VI ao X, padres e monges veicularam uma herança pagã que se integrara na nova cultura e as superstições pagãs foram cristianizadas.² Algumas destas crenças conservadas até hoje foram-no devido ao folclore e à tradição oral que foram sendo transmitidos de geração em geração. No entanto, estas reminiscências pagãs que perduraram começaram mesmo a ser proibidas, devido ao seu aspeto mágico e pagão, ainda que tenham sido associadas a devoções marianas ou a festividades litúrgicas cristãs. No entanto, acabaram mesmo por ser associadas a práticas de feitiçaria.

Durante muito tempo, o recurso às artes mágicas foi considerado um pecado e não um crime de fé. Só quando a obsessão pelo diabo, nascida cerca do século XII, se estendeu a toda a sociedade através dos ensinamentos dos pregadores e dos teólogos, é que os feiticeiros — e, em particular, as bruxas — começaram a ser acusados de obter os seus poderes através da invocação dos demónios e do estabelecimento de pactos com o maligno.³

Entretanto, na mesma altura, entre os séculos XI e XII a intolerância da Igreja na Europa alcançou a sua intensidade máxima contra o aparecimento dos movimentos heréticos.

Nascida nas ordens, a Inquisição⁴ tinha sido encarregada de travar a heresia. Na teoria só podia julgar crimes de fé, com exclusão dos pecados, pelo que a magia e a invocação dos demónios não constam nestes últimos. Contudo, mais tarde foi-lhes permitido associar a invocação dos demónios à heresia e, de um simples pecado, a invocação do Demónio tornou-se um crime de fé, acabando por cair na alçada da Inquisição.⁵ Assim, na década de 1320 o Papa João XXII emitiu a Bula *Super illius specula*, na qual conferia poder à Inquisição para intervir sobre a bruxaria. Supõe-se que os primeiros processos coletivos contra presumíveis feiticeiros tiveram lugar por volta de 1397-1406 na Suíça, mais propriamente em Boltinger.⁶ A repressão teve início com um conjunto de juízes eclesiásticos — os inquisidores — e mais tarde, no século XVI, substituídos por tribunais laicos. Citando Sallmann, “são os inquisidores que, em nome do seu próprio poder e localmente, empurram a mulher para o culto do Diabo.”⁷

Começou a assistir-se, nos séculos XIV e XV, a uma relativa obsessão para com a feitiçaria e o pacto com o Diabo, pelo que

tudo o que constituísse um “desvio da norma” das crenças da sociedade ocidental poderia estar envolvido com feitiçaria. Os letrados, pelo seu elevado saber e conhecimento, conheciam os perigos que corriam. Por outro lado, o povo associava o sucesso de alguém numa determinada área ao estabelecimento de um pacto com o Demônio.⁸ Além disso, toda a sexualidade que fosse alheia às normas cristãs, como a sodomia ou a homossexualidade, estava associada à bruxaria.⁹

Assim, a partir do final da Idade Média encontravam-se presentes todos os elementos que levaram à construção do mito da feiticeira servidora do Diabo, construindo-se, ao longo da Idade Média a imagem da mulher, sobretudo através de uma tradição misógina, como sendo o sexo fraco por natureza e mais permeável a superstições do que o homem.¹⁰ [Figura 1]

Estas ideias foram disseminadas pelas populações sobretudo através da chamada literatura demonológica que, em consonância com a conjectura europeia de então, encontraram terreno fértil à implantação de uma atmosfera de terror entre as populações, na qual o Diabo e os seus agentes dotados de poderes diabólicos eram uma realidade a temer. Das várias obras que surgiram na época, poderemos salientar algumas:

O *Directorium Inquisitorum* da autoria de Nicholas Eymerich escrito por volta de 1376. Também conhecido por “Manual dos Inquisidores” definia a bruxaria como uma heresia e descrevia os meios para a descobrir. No panorama nacional esta obra teve várias edições e foi amplamente usada.

Outra obra referente à literatura demonológica é o *Formicarius*, escrita entre 1435 e 1437 pelo dominicano alemão Johannes Nider, na Basileia. É um texto que, na tradição dos bestiários medievais, traça um minucioso paralelismo entre as virtudes e os vícios dos homens e os costumes das formigas. O quinto livro é inteiramente dedicado às superstições, à magia e à feitiçaria.

O *Malleus Maleficarum*, escrito por Henrich Kramer e Jacob Sprenger, foi publicado em 1486 e reeditado várias vezes na Europa ao longo dos séculos XVI e XVII, o que comprova a sua enorme difusão pelo Velho Continente.¹¹

Os próprios autores do *Malleus Maleficarum*, os dominicanos Kramer e Sprenger exerceram uma grande influência no Papa Inocêncio VIII para a publicação da *Bula Summis desiderantes affectibus* (1484) que agravou a epidemia da crença nas feiticeiras. Além disso, receberam plenos poderes para a executar, pelo que fizeram constar no “Martelo das Feiticeiras” indicações para a organização de processos de feitiçaria. Assim, a caça às bruxas redobrou de intensidade na Suíça, Alemanha e na França. Aqueles sobre os quais recaíssem suspeitas de bruxaria eram queimados vivos.¹² Esta obra contribuiu fortemente para a conceção da bruxa diabólica entre as elites intelectuais e alavancou uma onda de perseguições sobretudo às mulheres que seriam, segundo o autor,



Figura 1

Pormenor de bruxas a voar em vassouras. *Le Champion des Dammes*, de Martin Le Franc, 1451.

Fonte: Bibliothèque Nationale de France

mais propensas à bruxaria. Considerada a bíblia dos caçadores de bruxas, esta obra teve um grande impacto na forma como se identificava, perseguia e condenava os hereges por bruxaria. Para os autores do *Malleus Maleficarum*, a mulher dispunha de uma natureza rebelde e fraqueza congénita, pelo que seria permeável à tentação demoníaca e ao malefício (*maleficium*). Os defeitos inerentes à mulher conduziam-na mais facilmente ao caminho da superstição e, por outro lado, eram preferenciais a Satanás e às suas ilusões e a sua fraqueza levava-as a usarem segredos maléficos para se vingarem dos homens. Nesta obra eram referidos os meios de que as feiticeiras se socorriam para retirar aos homens a sua capacidade viril ou mesmo para os privar do membro genital; em contrapartida, eram também referidos os remédios apropriados como antídoto a estas práticas. O “Martelo das Feiticeiras” estabelece assim uma relação direta entre a heresia da feitiçaria e a mulher, apoiando-se em textos antigos (de autores medievais, da Antiguidade Clássica e até do Antigo Testamento) para provar que a mulher seria mais crédula que os homens, mais impressionável e muito faladora, transmitindo facilmente os conhecimentos da arte da magia.¹⁵

Contudo, e um dos fatores que se considera ter contribuído fortemente para a não obsessão em Portugal para com os agentes demoníacos foi a circulação maioritária de obras de teologia e não os manuais demonológicos. Os demonologistas, sobretudo de formação jurídica e laica, que de certo modo foram os grandes responsáveis pela criação de uma doutrina de pânico e repressão violenta do fenómeno, não tiveram grande peso nos escritos dos portugueses.¹⁴

De acordo com José Pedro Paiva, o baixo número de obras editadas em Portugal revelam que não houve uma tradição da literatura demonológica no panorama nacional. Além disso, os autores que debateram a questão foram escassamente citados nas obras que se reportavam ao problema. Contudo, circularam algumas obras que se debruçavam sobre as práticas supersticiosas no nosso país: *Tractatus de superstitionibus*, atribuída ao arcebispo de Braga, Bartolomeu dos Mártires, durante o século XVI; em 1620 surge *De incantationibus seu ensalmis* por Manuel Vale de Moura e *Memorial e antídoto contra os pos venenosos que o Demonio inventou [...]*, atribuído a Manuel de Lacerda, de 1631. No século XVIII, surge um manual de confesores, *Arte de conhecer e confessar feiticeiras*, sobre a confissão de bruxas, e teria sido escrito por Domingos Barroso Pereira, em 1745. José Pedro Paiva salienta ainda outros manifestos que condenam a crença em bruxas e na feitiçaria como *Não há Feiticeiras. Dissertação*, do capitão F.A.F da Silva, de 1788, e *Tratado crítico sobre a magia*, de João Rodrigues.¹⁵ Ainda tiveram uma grande importância na vida académica e intelectual portuguesa os autores espanhóis Martin Azpilcueta, Francisco Vitória e Francisco Suarez.¹⁶ Por sua vez, a grande influência nos manuais portugueses foi S. Tomás de Aquino, dominando o que foi escrito entre os portugueses.¹⁷

Figura 2

O Sabbat das Bruxas.
 Autoria de Claude Gillot,
 c. 1700-1720.

Fonte: Metropolitan Museum
 of Art.



Como sustenta Jean-Michel Sallmann, existem determinadas teorias que creem que a representação da feitiçaria aliada à repressão feminina tenham sido uma reação à miséria do tempo, e ao qual se procuravam explicações para os fenómenos que o homem não conseguia controlar, como as epidemias, más colheitas, mortes inexplicáveis... Assim, como não dominava a natureza, o homem procurou o seu entendimento no domínio do sobrenatural.¹⁸

Por este motivo, a conjuntura da Idade Moderna foi propícia ao despoletar de perseguições contra as pessoas acusadas de bruxaria. O ambiente foi pautado por conflitos religiosos, políticos e sociais; havia uma grande desigualdade social e económica; a fome e as doenças varriam o continente europeu, que eram agravadas pelos constantes conflitos belicosos que assolavam a Europa. Além disto, o medo pairava sobre as populações, sobretudo sobre o desconhecido. A toda esta conjuntura ainda se acrescentavam os conceitos de feiticeira e bruxa satânica desenvolvidos no final da Idade Média, ficando reunidas as condições ideais para o despoletar da “caça às bruxas”. E tudo isto se deve ao estereótipo que se criou da bruxa, mas também do chamado mito demonológico. [Figura 2]

O Mito Demonológico

O mito demonológico consistia na crença da existência de uma seita de feiticeiros que prestava culto ao Diabo e renegava a fé em Deus, consumada numa reunião noturna. Na generalidade do espaço europeu, estas reuniões das bruxas eram conhecidas por *sabbat*, mas em Portugal usava-se os termos “assembleias”, “ajuntamentos”, “conventículos” e as “reuniões” noturnas de bruxas.¹⁹ Acreditava-se

que os participantes chegavam a voar em dorsos de animais ou vassouras e que teriam capacidades para se metamorfosear. Nestas reuniões seriam realizados banquetes, danças desnudas, copulação coletiva entre os participantes — humanos e demônios súcubos e incubos²⁰ —, bem como o sacrifício de recém-nascidos não batizados. O *sabbat* acabava por ser o reflexo social de uma ou várias épocas, havendo divergências nas declarações dos feiticeiros interrogados conforme as épocas e as regiões.²¹

Estes elementos fundamentais do mito da bruxaria europeia eram conhecidos também em Portugal.²² Destes, aquele em que se colocava mais ênfase era no pacto diabólico e nos poderes que dele obtinham os seus “agentes”. O pacto diabólico era também a maior preocupação das elites portuguesas. Isto porque a crença da Época Moderna era de que os atos da magia ilícita resultariam de um pacto estabelecido entre Satanás e os seus agentes na terra, que seriam as bruxas. Esta característica contribuiu para que os atos de bruxaria fossem considerados heresia, o que explica a grande repressão da “caça às bruxas” que muitas regiões da Europa protagonizaram. A ideia do pacto diabólico era uma quase obsessão que depois era transferida para os processos inquisitoriais, nos quais se pretendia obter dos réus a confissão do pacto e seria o objetivo prioritário e central dos inquisidores. Esta pressão guiava alguns réus nas suas confissões.²³

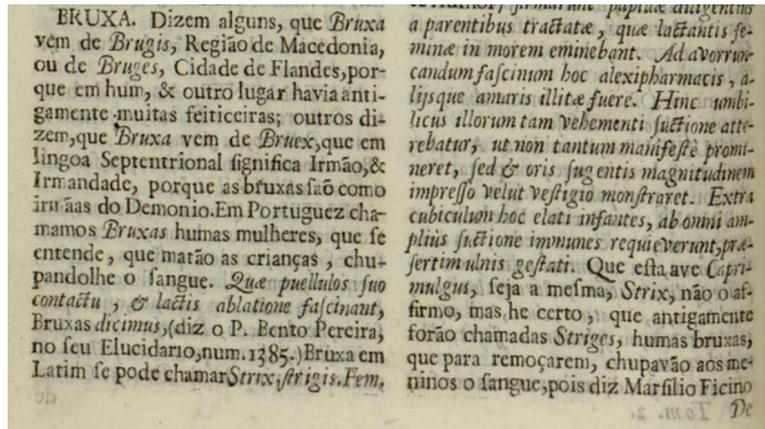
Acreditava-se que as bruxas saíam à noite para fazerem maldades, sobretudo a crianças, especialmente os recém-nascidos não batizados. Não podemos deixar de salientar as elevadas taxas de mortalidade infantil que assolavam a época: perante causas de morte desconhecidas e repentinas, as populações atribuíam essa culpa às supostas bruxas. Estas crianças ou eram oferecidas em sacrifício ao Diabo ou eram “chuchadas” pelas bruxas, através do umbigo. Se tivessem nódoas negras ou marcas de mordeduras tinham de certeza sido “chuchadas” pelas bruxas.

Bruxas e/ou feiticeiras; se os vocábulos por vezes são sinónimos e confundidos, muitas vezes há a preocupação em diferenciá-los. No caso português, entre os réus, testemunhas e denunciantes dos processos da Inquisição os termos bruxa/o e feiticeira/o eram utilizados indistintamente.

De acordo com o *Vocabulario Portuguez e Latino*²⁴ [Figura 3] de Raphael Bluteau, “Bruxa” tem a sua origem em “Bruz, que em lingua Septentrional significa Irmão, & Irmandade, porque as bruxas são como irmãs do Demonio.” Por outro lado, havia também a alusão das bruxas à ave *Strix*: “Bruxa em Latim se pode chamar Strix, frigus. Fem, que he o nome de huma ave infausta, & nocturna [...] fabulosa [...] & he opinião de graves Authores, que esta mesma ave, quando se lhe offerece a occasião, tambem chupa aos meninos o sangue”. A *Strix* mencionada é também referida por Carlo Ginzburg, com uma conotação ambígua, no qual a cultura latina conotou a hostilidade dos mortos contra os vivos ou a figuração da alma sob a forma de pássaro

Figura 3

Pormenor da entrada
"Bruxa" Fonte: Raphael
Bluteau, *Vocabulario
Portuguez e Latino...*, vol. ii,
200.



na figura mítica da *Strix*, “um estridente pássaro noturno sequioso do sangue dos lactentes.”²⁵ Neste seguimento da ambiguidade da *Strix*, o *Vocabulario Portuguez e Latino* descreve as bruxas como sendo “*humas mulheres, que se entende, que matão as crianças, chupandolhe o sangue.*”

Assim, era crença comum que as bruxas teriam interesse especial por crianças para esses efeitos diabólicos. Por outro lado, no também conhecido *Dicionário de Moraes*, por “Bruxa” entendia-se uma “mulher, que inculca ter pacto com o demonio, em cujo poder faz coisas maravilhosas, e de ordinario mal.”²⁶

De acordo com o *Dicionário de Moraes*²⁷, o termo “Feiticeira” designa a “mulher que faz feitiços” sendo que, durante muito tempo, esteve profundamente enraizada na sociedade ocidental como conotada ao mundo feminino, contudo, ainda assim, percebe-se a existência de feiticeros (ainda que poucos): o vocábulo no masculino aparece igualmente no *Vocabulário Portuguez e Latino*, sendo o “Feiticeiro” o “Homem, que com arte Diabolica & com pacto, ou explicito, ou implicito faz cousas superiores ás forças da natureza”, e por sua vez, no *Dicionário de Moraes* é descrito como “Que agrada, encanta muito v.g., tem olhos, agrados feiticeros, modo, conversação, geito feiticero, &c.”²⁸ Enquanto que a imagem da feiticeira se resumia, de grosso modo, à mulher que estava nos bosques a preparar poções e as quais se procurava em momentos de necessidade, os feiticeros inseriam-se no meio das populações, tentando angariar seguidores.²⁹

O Estereótipo da Bruxa

Deste modo, um forte indicador de se estar perante uma bruxa, era a marca do Diabo, que poderia ser uma mera marca de nascença ou um sinal. Apesar de ser prática corrente em grande parte dos restantes países europeus³⁰, para o caso português não há provas de que durante os interrogatórios se torturassem os acusados, ainda que tenha havido casos onde se procuravam as “marcas”

ou “sinais”³¹ reveladores de ter havido alianças diabólicas.³² Ainda assim, nos dias atuais, em certos contextos ou na credence popular, as marcas de nascença são associadas a bruxas.

Nas condenações por bruxaria, as mulheres encontravam-se em primeiro plano, e recorrendo às palavras de Jean-Michel Sallmann estas “[...] eram sobretudo, as mais velhas, as mais pobres, mais feias, as mais agressivas”³³. Mas também, e essencialmente, as mais desprotegidas. Tanto que isto se verificou durante séculos, que a construção do estereótipo da bruxa perdurou até aos dias de hoje.

Além disso, não obstante o facto de serem mulheres, determinados ofícios ainda acarretavam maior propensão à sua acusação como bruxas: as cozinheiras³⁴, que teriam maior facilidade em preparar poções e unguentos através dos seus caldeirões³⁵. Mas também as parteiras, que teriam maior acesso a recém-nascidos.

Relativamente ao caso português³⁶, o quadro observado não se diferenciava substancialmente do verificado na restante Europa: praticamente por todo o continente as vítimas da repressão eram maioritariamente mulheres.³⁷ Além de serem preponderantemente do sexo feminino, grande parte eram pessoas com idade avançada (mais de 50 anos), com uma situação económica precária, ainda que não totalmente indigentes. Relativamente à vida conjugal a situação não era padronizada e conhecia grande variabilidade regional. Não obstante, por quase toda a parte, entre 50% a 60% das pessoas julgadas não eram casadas, sendo por isso ou solteiras ou viúvas. Estes aspetos conjugados ao facto de serem mulheres tornava-as pessoas dependentes e, por isso, o seu sustento era uma sobrecarga para as comunidades em que se inseriam. Assim, esta insegurança e situação de dependência em relação à solidariedade de terceiros serão também aspetos a ter em conta neste conjunto. Deverá ainda salientar-se que praticamente todos os mágicos perseguidos em Portugal provinham de origem social humilde, e sem qualquer formação literária.

Ainda que Portugal fosse fortemente marcado pela religião católica era também “um universo saturado de magia”³⁸, como afirmara Francisco Bettencourt. Relativamente ao panorama nacional, eram sobretudo os ofícios ligados ao mundo da magia que acarretavam maior propensão às acusações de feitiçaria. No entanto, havia uma elevada recorrência a estes agentes mágicos para os mais variados e inusitados fins.

Neste rol de práticas, os homens também se enquadravam e, ainda que bastante mais residual, também houve perseguições e condenações a homens por práticas de feitiçaria. Citando José Pedro Paiva, “[...] o mundo mágico era fundamentalmente feminino, se bem que os homens também a ele estivessem vinculados, sobretudo na área de práticas curativas.”³⁹

Havia curadores que se “especializavam” na cura de determinadas enfermidades através de práticas específicas, mas

outros podiam curar todo o tipo de padecimentos, devido ao seu amplo campo de conhecimentos e poder lato.⁴⁰ Era deveras frequente o uso de orações pelos curadores, que geralmente as acompanhavam com benzeduras feitas com uma cruz, um terço, rosário ou simplesmente com a mão.⁴¹

No âmbito da proteção de pessoas eram usados amuletos, relíquias, escritos e recitação de certas palavras. Normalmente os amuletos consistiam em bolsas transportadas ao pescoço, feitas regularmente com substâncias que se supunha serem dotadas de um carácter protetor, podendo proteger num sentido mais amplo ou serem direcionadas para proteger de um mal específico.⁴² Outra medida de proteção era a posse de objetos sagrados (como a hóstia, por exemplo), a récita de fórmulas e orações para evitar, por exemplo, que as bruxas “chuchassem” as crianças de noite, ou para proteção dos homens de “feitiços”, “mau olhado” e “ares corruptos”.⁴³

Alguns destes praticantes diziam curar através de ensinamentos que lhes eram transmitidos por espíritos, com os quais “contactavam” e para os nomear surge a expressão “corpo aberto” ou “casa aberta”, esta última raramente utilizada.⁴⁴ A invocação das almas dos defuntos, usadas para diversos fins, era usada também para adivinhar, não só o que se passava neste mundo, como o que sucedia após a morte⁴⁵, mas também para saber o paradeiro de pessoas desaparecidas (quer vivas quer mortas, devido a alguma guerra, catástrofe marítima ou abandono do lar), descobrir onde se encontravam bens e a adivinhação de acontecimentos não os tendo presenciado.⁴⁶ O “lançamento de sortes” era uma das formas de adivinhação mais praticadas, sendo que em Portugal as “sortes” da peneira e das tesouras eram das mais comuns.⁴⁷

Curiosamente, mais de metade dos indivíduos que em Portugal foram julgados pelo Santo Ofício e pelos tribunais episcopais eram acusados de executarem curas e grande parte das denúncias sobre estes ofícios provinham dos próprios clientes.⁴⁸

Os mágicos tinham ainda poderes para controlar os comportamentos e sentimentos das pessoas, ao que na época se designava por “inclinar vontades”, indo de encontro ao favorecimento de gestos de afeição, amor e de ódio.⁴⁹ Estas tarefas eram sobretudo atribuídas a práticas de agentes mágicos pertencentes ao sexo feminino.⁵⁰

Desta forma, os agentes mágicos tinham poderes ambivalentes: acreditava-se que se os mágicos tinham poderes para praticar o bem, também os teriam para provocar maldades; se eram tão úteis quanto imprescindíveis para a sua clientela, as suas outras capacidades para semear a desgraça tornava-os também odiados e perseguidos, podendo levar a acusações de bruxaria. Assim, se eram capazes de curar e proteger, também podiam fazer mal, o que tornava o relacionamento com eles mais delicado.⁵¹

Segundo os dados de acusação analisados por José Pedro Paiva, normalmente mencionavam que determinada pessoa “enfeitiçou” outra que por sua vez se sentiu mal e faleceu. Além disso, regra geral os acusados não reconheciam ter praticado tais atos, sendo portanto resultado de inimizades existentes contra eles.⁵² Uma das práticas relacionadas com estes atos maléficis era o uso de bonecos que representavam o indivíduo a atingir, onde eram espetadas agulhas ou outros objetos perfurantes ou dar ao visado uma poção para ingerir que normalmente consistia em algum preparado estranho e que, naturalmente, o queixoso não sabia que estava a tomar.⁵³ Na época, havia ainda duas doenças deveras frequentes e atribuía-se-lhes a sua causa a feitiços: o designado “ligamento” e “crianças apertadas” ou “ensarilhadas”.⁵⁴ O “ligamento” ou “estar ligado” era a designação atribuída à impotência ou abstinência sexual dos homens e, por vezes, a infertilidade das mulheres que, eventualmente, estaria relacionada com a carência alimentar.⁵⁵

Acreditava-se também que através do toque, e mesmo do olhar, as feiticeiras também teriam capacidade para maleficar, pelo que os seus poderes teriam força para fazer adoecer e até matar. A enfermidade conhecida por “quebranto” tinha frequentemente a sua causa no simples olhar lançado por uma feiticeira, o “mau-olhado”. A palavra dita teria uma grande eficácia noutros ritos mágicos, pelo que desempenhava igualmente um papel de destaque nos malefícios.⁵⁶ A crença geral no embruxamento explica a vigilância quotidiana sobre as roupas, alimentação e o espaço doméstico.⁵⁷ Ao nível popular, as feiticeiras podiam ser identificadas segundo várias formas: se praticava cerimónias noturnas às segundas, quartas ou sexta-feira; se passeava descabelada e em camisa à noite por encruzilhadas, forcas e cemitérios.⁵⁸

Em Portugal os acidentes meteorológicos, como trovoadas, tempestade ou granizo, não se atribuía a mágicos.⁵⁹ Esta situação diverge do restante continente, em que determinados cataclismos foram associados a poderes diabólicos perpetrados por bruxas.⁶⁰

Neste sentido, havia um grande sincretismo mágico-religioso de muitos destes atos mágicos. O seu significado muitas vezes tornava-se impercetível, já que havia elementos ligados a velhos cultos pré-cristãos da morte, ancestrais valorações do poder dos astros, elementos da mitologia romana, evocação de espíritos infernais e demoníacos, a presença de uma piedade e devoção cristã⁶¹, o que evidenciava um amplo espectro heterogéneo no âmbito do simbolismo destes rituais e elementos. Havia, portanto, uma capacidade de readaptação e integração de crenças e práticas de múltiplas proveniências, singular no mundo popular.⁶² Muitas destas crenças e práticas ancestrais perduraram por séculos e são usadas ainda hoje, o que não deixa de ser curioso.

A “Caça às Bruxas”

De acordo com Brian Levack, ao denunciarem a bruxa, os acusadores reagiam tanto quanto ela às condições sociais em que viviam. As acusações de bruxaria permitiam resolver conflitos entre as comunidades europeias do período moderno, mas também para explicar os infortúnios ocorridos quotidianamente. Segundo afirma Levack, a bruxaria em grande parte fora “um crime imaginário”.⁶⁵

A perseguição às bruxas ocorreu em terras católicas e protestantes, mas foi muito mais intensa em zonas que possuíam população mista de protestantes e católicos, como a França, Suíça, Alemanha, Polónia e Escócia. Segundo Susan Greenwood, Espanha e Itália, como mantiveram uma confortável maioria católica, a perseguição às bruxas não fora tão intensa. ⁶⁴ Esta situação verificava-se também no caso de Portugal. Por outro lado, a “caça às bruxas” foi mais severa em países ou regiões onde existiam grandes minorias religiosas ou onde se professavam diferentes credos em diferentes estados.⁶⁵

No século xv e nos primeiros anos do século xvi, a geografia da feitiçaria coincidia fielmente com a da heresia: os vales superior e médio do Reno, os Alpes, o Delfinado, a Itália do Norte e a central e o País Basco.⁶⁶

De acordo com Jean Palou, havia uma constante nos inúmeros casos de feitiçaria, desde a Idade Média aos fins do século xvii: as “epidemias” de feitiçaria surgiam de cada vez que num determinado país apareciam desgraças económicas ou sociais. A repressão associada ao fenómeno agravava a miséria existente. Havia, por isso, uma correlação entre os fatores políticos (guerras civis ou invasões inimigas) ou económicos (pestes, penúria...) e os fenómenos da feitiçaria.⁶⁷

Deste modo, ainda que em Portugal se verificasse uma desconfiança para com os agentes mágicos, a verdade é que não houve o fenómeno da “caça às bruxas” pelo qual a restante Europa fora assolada. Sendo assim, houve uma perseguição às práticas e crenças que se desviavam das normas católicas, mas nada como as perseguições e as fogueiras que se acenderam pelo restante continente.

A importância que países como Portugal, nos quais não houve “caça às bruxas”, têm na compreensão deste fenómeno não deveria ser deixada de lado. Como salienta Sallmann, há

[...] um aspeto da feitiçaria que ainda não foi objeto de suficiente reflexão por parte dos historiadores. Se as zonas de repressão são doravante bem conhecidas, esquece-se que nos séculos xvi e xvii uma boa parte da Europa ignorou completamente a caça às feiticeiras: a Itália, a Espanha e Portugal e as suas dependências coloniais. Nestes países,

Figura 4

An Arrest for Witchcraft in the Olden Time, atribuído a John Pettie, 1866.



as únicas regiões afetadas por repressões muito localizadas são províncias fronteiriças e periféricas, em contacto com países onde a caça às bruxas era mais violenta [...]. Não tomar em consideração estes vazios no mapa da feitiçaria impede uma correta interpretação do fenómeno.⁶⁸

Conclusão

O caso português mostrou-se deveras *suis generis* em comparação com a restante Europa, aproximando-se dos casos de Espanha e de Itália. Ainda que, longe de serem assolados pelas epidemias de “caça às bruxas” que se verificaram no restante continente, as crenças desenvolvidas ao longo da Idade Moderna mantiveram ecos até hoje. Muitas destas crenças, superstições e práticas mágicas são ainda hoje mantidas e as mulheres são ainda associadas a serem mais propensas a atos de bruxaria e feitiçaria. Para isto contribuiu a disseminação do chamado mito demonológico e a crença que existiam bruxas que prestavam culto ao Diabo e renegavam a fé em Deus, sendo as mulheres mais associadas a este tipo de rituais. Além disso, os ofícios ligados ao mundo da magia acarretavam maior propensão às acusações de feitiçaria.

Quando estes fatores se agregam à ignorância, à intolerância e ao fanatismo os efeitos poderão ser dramáticos. [Figura 4]

Notas

1. Sallmann, Jean-Michel, “Feiticeira”, in Fraisse, Geneviève; Duby, Georges; Perrot, Michèle (org.) *História das Mulheres no Ocidente, Vol. III, Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 518.
2. Bologne, Jean Claude, *Da chama à fogueira: magia e superstição na Idade Média*, Lisboa, Dom Quixote, 1998, p. 205.
3. Bologne, Jean Claude, *Da chama à fogueira*..., pp. 282–292.
4. Instituída oficialmente em 1253 pelo Papa Gregório IX através da Bula *Licet ad capiendos*.
5. Bologne, Jean Claude, *Da chama à fogueira*..., pp. 290–291.
6. Sallmann, Jean-Michel, “Feiticeira”..., p. 518.
7. Sallmann, Jean-Michel, “Feiticeira”..., p. 529.
8. Bologne, Jean Claude, *Da chama à fogueira*..., pp. 158–164.
9. Sallmann, Jean-Michel, “Feiticeira”..., p. 529.
10. Bologne, Jean Claude, *Da chama à fogueira*..., p. 48.
11. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”: 1600–1774*, Lisboa, Notícias, 2002, p. 18.
12. Cunha, António Cardoso, “S. Cipriano, Padroeiro de Bruxos e Feiticeiros”, in *Humanística e Teologia*, iv, Fasc. 3, 1983, p. 265.
13. Maurício, Maria José, “A feitiçaria e o feminino nos séculos xv–xvii”, in Ribeiro, Maria Luísa (org.), *Pensar no Feminino*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, p. 125.
14. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”*..., p. 19.
15. Sobre as obras que circularam em Portugal sobre esta temática consulte-se Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”*..., p. 19.
16. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”*..., p. 23.
17. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”*..., p. 23.
18. Sallmann, Jean-Michel, “Feiticeira”..., pp. 524–525.
19. Relativamente aos termos relacionados com o mito demonológico em Portugal consulte-se Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”*..., p. 372.
20. Os demónios súcubos teriam aparência feminina; por sua vez os demónios íncubos teriam aparência masculina.
21. Palou, Jean, *A Feitiçaria*, Lisboa, Via Editora, 1978, p. 24.
22. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”*..., p. 372.
23. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”*..., p. 149.
24. Bluteau, Rafael, *Vocabulário português e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos... / pelo Padre D. Raphael Bluteau*, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, vol. II, 1712, p. 200.
25. Ginzburg, Carlo, *História Noturna: Decifrando o Sabá*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 256.
26. Silva, António de Moraes, *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau / reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeu Ferreira, 1789, vol. I, p. 200.
27. Silva, António de Moraes, *Dicionário da língua portuguesa*..., p. 605.
28. Silva, António de Moraes, *Dicionário da língua portuguesa*..., p. 200.
29. Bologne, Jean Claude, *Da chama à fogueira*..., p. 59.
30. Esta prática também se alastrou à América do Norte após a colonização inglesa, sobretudo na região da Nova Inglaterra.
31. Estes sinais poderiam ser marcas de nascença, verrugas, sinais com formas “duvidosas”, etc.
32. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”*..., p. 197.
33. Sallmann, Jean-Michel, “Feiticeira”..., p. 524.
34. Não obstante o ofício em si, será de salientar que todas as mulheres seriam cozinheiras, pois esta era uma tarefa quase exclusivamente feminina e, por isso, teriam que cozinhar no seu ambiente quotidiano.
35. Objeto esse ainda hoje associado às bruxas.
36. Sobre o caso português relativamente aos acusados de bruxaria consulte-se Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”*..., p. 162.

37. Alguns países nórdicos como a Estónia, Finlândia e a Islândia contrariavam esta tendência e, curiosamente, as vítimas preferenciais eram os homens. Consulte-se sobre este assunto Greenwood, Susan *Manual enciclopédico de magia e feitiçaria*, Lisboa, Editorial Estampa, 2002, p. 151.
38. Paiva, José Pedro, “A magia e a bruxaria”, in Marques, João Francisco; Gouveia, António Camões (coord.), *História Religiosa de Portugal*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, p. 369.
39. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”...*, p. 162.
40. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”...*, p. 104.
41. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”...*, p. 104.
42. Paiva, José Pedro, *Práticas e crenças mágicas: O medo e a necessidade dos mágicos na diocese de Coimbra (1650–1740)*, Coimbra, Livraria Minerva, 1992, p. 124.
43. Paiva, José Pedro, *Práticas e crenças mágicas...*, p. 125.
44. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”...*, p. 104. A expressão “corpo aberto” ainda é utilizada nos dias de hoje.
45. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”...*, p. 120.
46. Paiva, José Pedro, *Práticas e crenças mágicas...*, p. 128.
47. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”...*, p. 118.
48. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”...*, p. 103.
49. Paiva, José Pedro, *Práticas e crenças mágicas...*, p. 134.
50. Paiva, José Pedro, *Práticas e crenças mágicas...*, p. 136.
51. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”...*, p. 124.
52. Paiva, José Pedro, *Práticas e crenças mágicas...*, p. 144.
53. Paiva, José Pedro, *Práticas e crenças mágicas...*, p. 146.
54. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”...*, p. 110.
55. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”...*, p. 111.
56. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”...*, p. 128.
57. Bethencourt, Francisco, *O imaginário da magia: feiticeiras, saladores e nigromantes no século XVI*, Lisboa, Projeto Universidade Aberta, 1987, p. 197.
58. Bethencourt, *O imaginário da magia...*, p. 197–198.
59. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”...*, p. 125.
60. A magia do tempo era uma antiga crença popular e certas intempéries como as chuvas de granizo eram associados aos *maleficium* perpetrados por bruxas. Goodare, Julian, *The European witch-hunt*, London, Routledge, 2016, p. 68. Neste seguimento, um dos julgamentos ocorridos na Noruega (Vardø) em 1621 foi motivado por uma tempestade na qual pereceram cerca de 40 pessoas, o que motivou uma “caça às bruxas” na região.
61. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”...*, p. 137.
62. Paiva, José Pedro, *Bruxaria e Superstição num país sem “caça às bruxas”...*, p. 137.
63. Levack, Brian P, *A caça às bruxas na Europa Moderna*, Rio de Janeiro, Campus, 1988, p. 120.
64. Greenwood, Susan *Manual enciclopédico de magia e feitiçaria...*, p. 140.
65. Levack, Brian P, *A caça às bruxas na Europa Moderna...*, p. 117.
66. Sallmann, Jean-Michel, “Feiticeira”..., p. 529.
67. Palou, Jean, *A Feitiçaria...*, p. 21.
68. Sallmann, Jean-Michel, “Feiticeira”..., p. 528.

Vivências quotidianas nas confrarias limianas durante o período moderno: o caso da confraria do Senhor do Socorro da Labruja

*

Licenciado em História
e Ciências Sociais
(Universidade do Minho).
Mestre em Supervisão
Pedagógica em Ensino
da História (Universidade
do Minho). Doutorado
em História Moderna
(Universidade do Minho).
antoniofdbarbosa@gmail.com

Durante o Período Moderno, Ponte de Lima apresentava-se como um espaço aglutinador de uma multiplicidade de confrarias, muitas das quais sediadas na Igreja Matriz, e outras implantadas nas igrejas, capelas e santuários dispersos pela área geográfica que integra este concelho.

Para além dos seus propósitos ancorados numa ajuda material e espiritual dos seus confrades, estas instituições não deixavam de funcionar como núcleos promotores de sociabilidade entre os seus confrades, mas ainda entre estes e todos os devotos que, em momentos especiais, se deslocavam para prestar culto ao sagrado.

As reuniões de mesa que as próprias confrarias realizavam, para além de tratarem e debaterem os mais diversos assuntos contemplados na ordem de trabalhos, não deixavam ainda de constituir ocasiões geradoras de momentos de convívio e de relacionamentos sociais entre os seus membros. Embora o ambiente de convivialidade fosse mais circunscrito e até mais privado tendo em conta que somente alguns elementos é que podiam dar corpo a estas reuniões, sabe-se que é a partir daqui que se definiam e promoviam momentos potenciadores de encontro e de convivência social, tais como: as festividades em honra do santo patrono ou Virgem de sua devoção, os arraiais, as procissões, bem como outros rituais litúrgicos.

Os elementos que integravam as mesas destas confrarias, em tais ocasiões, saíam, deste modo, de um espaço social mais restrito para a esfera pública, interagindo com os participantes da festa.

Desta forma, as instituições confraternais, enquanto quadros de sociabilidade propiciavam formas de convivência que podiam assumir um caráter mais lúdico e de lazer ou então de debate e reflexão de assuntos de maior pertinência, como acontecia nas reuniões de Mesa¹.

Na confraria do Senhor do Socorro, instituída no século XVIII, e alocada no antigo mosteiro de São Gregório da freguesia da Labruja, em Ponte de Lima, a romaria em honra do Senhor congregava um grande público formado pelos confrades, pelos romeiros e por todos os que participavam na festa vindos das mais variadas localidades.

Este encontro festivo e de regozijo, que tinha como propósito agraciar alegremente o Divino [Figura 1], contemplava-se nos estatutos de 1777, nos quais se obrigava a Mesa, anualmente, no primeiro domingo de julho a fazer “*Inua Festa ao Senhor, de Sermão e Missa cantada*”², convocando-se no dia precedente, sob a responsabilidade do secretário, uma reunião de Mesa, como forma de avaliar todos os preparativos da festividade. Existia, deste modo, um minucioso cuidado para que todo o programa previsto para estas manifestações se cumprisse na sua perfeição.

Estes dias de celebração festiva consubstanciavam-se num momento agregador de fiéis, dotando o espaço contíguo ao templo de grande agitação e frenesim, por parte dos fiéis que vinham

Figura 1

Imagem do Senhor do Socorro de Ponte de Lima



de todos os cantos do concelho para orar, cumprir as promessas conviver e divertir-se. A reunião de Mesa de 23 de setembro de 1892 atesta que em tempos recuados o ambiente que marcava a serra da Labruja pautava-se por alguns costumes:

*Repicar os sinos quando andão Romeiros cantando o clamor ao Senhor do Socorro, bem como quando andão amortalhados os debotos, tocar as abemarias de manhã, ao meio dia e á noute...*³

Sabemos ainda que os próprios mesários deliberaram que estas práticas antigas continuassem a integrar esta festividade. Pois, parece-nos que tinham como preocupação manter a autenticidade desta romaria. Ainda hoje, esta manifestação muito genuína tem a valência de nos transportar para o passado, não somente pelas atividades profanas, mas também pelos rituais sagrados que a mesma comporta.

A componente religiosa assumia no programa festivo um papel primordial, e no interior do santuário dava-se início às cerimónias litúrgicas com pompa e circunstância, dignas de um momento muito aguardado por todos os fiéis. Crentes e romeiros vinham de partes diversas, algumas distantes, para venerarem, agradecerem e implorarem auxílio ao Senhor pregado na Cruz. Momento propiciador da aproximação e de interação entre o humano e o divino, onde aquele fica prostrado perante a onipotência do sagrado, vendo neste a fonte de resolução dos seus problemas e das adversidades do quotidiano⁴.

Esta ocasião, regulada pela festividade, concebia-se como uma oportunidade para os associados se mostrarem ao público, mas também para deixarem transparecer a sua devoção, coesão e cooperação, bem como a solidez e firmeza da própria instituição.

Afinal, no primeiro Domingo de julho exibia-se o resultado de um trabalho de longa duração, o que implicava sessões de Mesa para que tudo se articulasse e resolvesse para esse pujante momento.

No fundo, os confrades, ao longo do ano, encontravam-se restringidos a um ambiente de obrigações e princípios pautados pela instituição, procurando, deste modo, o bom funcionamento e administração da mesma.

Nos dias da romaria, abriam as portas à comunidade e, num envolvimento coletivo da fé, festejavam e conviviam uns com os outros, em torno do Divino. Momento pertinente para se afirmarem na localidade, tendo ainda maiores oportunidades de exercer o poder a nível da sociedade local, realidade constatável noutras confrarias⁵. Nestes dias, o convívio e os contactos sociais assumiam uma maior amplitude e intensidade. A interação com o outro consolidava-se nestas ocasiões de folguedo e ócio, proporcionando conversas, partilha de ideias, atualização de conhecimentos e até mesmo negócios.

É interessante sabermos que destas vivências de sociabilidade, promovidas pelas festas, nem as comunidades de mulheres recolhidas estavam arredadas. Veja-se que no recolhimento feminino de Santo António da Misericórdia de Braga (séculos XVII e XVIII) os momentos de saída coletiva das religiosas, aquando das festividades do Advento e Quaresma, representavam ocasiões privilegiadas de sociabilidade. Nestes períodos, as mesmas, embora submetidas a um rigoroso regramento, experienciavam relacionamentos com a vida mundana, dado que estas festas eram marcadas pela ocorrência de grandes multidões, que enchiam as igrejas de gente, bem como as ruas e percursos por onde transitavam os cortejos processionais⁶.

No fundo, participar na festa implicava o estabelecimento de relações entre os seus participantes, sendo estas circunstâncias sociais a conferirem uma maior consolidação para que esta romaria se preservasse até à atualidade.

Nestes momentos de ócio e de diversão, adensavam-se os laços e união entre as pessoas, reforçando-se, ainda, os sentimentos de

partilha cultural, identidade e até de valores. Estamos perante uma “*sociabilidade festiva*” de uma comunidade que, de acordo com Xavier Costa, “cuida da festa como uma tradição”⁷.

A exultação, diversão e convívio, proporcionados pela romaria do Senhor do Socorro, ofereciam a todos os participantes, um tempo diferente daquele pautado pelo seu quotidiano repetido, laborioso e difícil. Nesta época do ano, desprendiam-se dos seus ofícios, deveres e funções, e mergulhavam num espaço e tempo de pulsões lúdicas, para em conjunto honrarem o Senhor em festa. Tal pausa não deixava de ser necessária e útil, na medida em que permitia ao crente retemperar as suas forças, que canalizavam nessas fainas diárias.

A festa, ao potenciar o ajuntamento dos diversos elementos da população rural obreira que, na sua maioria, tinha no labor da terra e noutros trabalhos a forma de obterem o seu alimento diário, permitia a sua colaboração e partilha com outros membros de estatuto diferente. Este encontro coletivo que a romaria proporcionava explica-se pelo facto de todos se reverem nas mesmas crenças, manifestações culturais e modos de expressão⁸.

Mas, se o interior do santuário do Senhor do Socorro funcionava como um local e palco sacralizados, no qual decorriam todas as missas, sermões e outros rituais religiosos, na área exterior ao templo dava-se lugar a um outro espaço social, regulado pelas manifestações profanas, como o arraial popular, com adornos, música, danças, refeições, luminárias e fogo de artifício⁹. O sagrado não se dissociava dos momentos profanos, antes pelo contrário na festa coexistem as duas vertentes.

Como forma de expressar estas vivências pautadas pela diversão e lazer, não podiam faltar a comida e bebida, promotoras de convivialidade e folguedos abrilhantados com cantos e danças animadores da festa. Curiosamente, noutras localidades, nem sempre se encaravam estes beberetes, promovidos pelo contexto festivo, de forma muito positiva. A título de exemplo, na confraria de Santa Cruz, em Braga, considerava-se que os confrades ao promoverem estes lanches, em momentos que antecediam a procissão, comprometiam o espírito religioso da festividade. Neste âmbito, acreditava-se que a devoção se esmorecia nestes momentos pautados pela confraternização em torno da comida e bebida¹⁰. No fundo, receava-se que a componente profana e mais mundana se sobrepusesse ao mundo sagrado, subestimando-o.

De acordo com alguns investigadores, “*em qualquer época, comer e beber em comum sempre foi símbolo de sociabilidade*”¹¹. Outros estudos, ao refletirem sobre as refeições promovidas pelas confrarias, referenciam que “*Na Idade Moderna a mesa tinha-se tornado num local de sociabilidade e de inserção social...*”¹².

Curiosamente, nos livros de receita e despesa da confraria em estudo contemplam-se as reparações dos fornos situados numa área contígua ao santuário “*Com o compor os fornos na semana santa-500 réis*”¹³. Os mesmos funcionavam para os romeiros fazerem

os seus assados, que acompanhados com o vinho e numa efusiva alegria conduziam, por vezes, a desacatos e escaramuças.

Estes desentendimentos, caraterizadores da sociabilidade popular, são atestados pelos gastos que a confraria desembolsava com a escolta policial para manter o sossego e a ordem pública durante os dias da romaria. No ano de 1821 “*Com a escolta no sábado e domingo da festa*” despenderam-se 14.560 réis¹⁴.

O convívio noturno marcado por ajuntamentos populares, em festa coletiva, constituía deste modo uma das preocupações das autoridades civis, havendo assim necessidade de limitar e disciplinar este tipo de manifestação popular. Por tal razão, tornava-se necessária uma licença prévia das autoridades para que tais momentos pudessem ser realizados, despendendo-se em 1816, com uma “*condução da licença*”, 480 réis¹⁵.

Mas, os membros da escolta policial também não ficavam à margem destes convívios revigorados com alimentos oferecidos pela confraria. A título de exemplo em 1811 “*com biberes para os fogueteiros, zeladores, homens ocupados, Muzicos, e colação para a escolta na Festa e véspera*” gastou-se 15.780 réis¹⁶. Podemos ainda verificar que outras pessoas que colaboravam para o sucesso da festa também eram agraciadas com a distribuição de alimentos¹⁷. Esta prática registada ao longo dos tempos nesta confraria, não servia unicamente para recompensar aqueles que de forma gratuita contribuía com os seus esforços e habilidades, mas também fortalecer a ligação entre estes grupos que partilhavam o mesmo objetivo, trabalhar para a Festa.

Se por um lado, as fontes compulsadas atestam que estes beberetes ou lanches constituía uma prática nestas ocasiões, por outro não nos informam acerca do espaço onde estes repastos tinham lugar. Podemos admitir, e tendo em conta as várias dependências que integravam o Santuário, que se realizariam no interior desses espaços, ou então no amplo espaço exterior que envolvia o templo. Os convivas que tomavam parte destas refeições eram constituídos pelos zeladores, carreteiros, armadores do fogo, pelos carpinteiros que armavam as barracas para os doceiros, escolta policial, entre outros.

Esta confraternização visualizava-se, ainda, naqueles momentos em que se procedia aos trabalhos preparatórios, como armar e cair o templo, lavar o chão e paredes, limpar o adro e as fontes, tarefas que não dispensavam o contacto entre aquelas pessoas que as executavam, fruindo destes curtos tempos para socializarem. Alargavam-se os tempos de encontro e assegurava-se um maior relacionamento entre todos, reforçando-se o sentimento de participação e de pertença. Os beberetes materializavam-se, deste modo, em momentos de grande confraternização e em relações de grande sociabilidade.

Em Ponte de Lima, nos períodos festivos, raras eram as confrarias que não recorriam a este gesto, não só como forma de agradecimento, mas também para potenciar ocasiões de convívio.

Veja-se que a confraria do Santíssimo Sacramento desta vila, entre o ano de 1840 e 1841 registou despesas expressivas com os beberetes para gratificar os serviços prestados pelos membros da guarda nacional durante os três dias de festividade e da procissão da Ressurreição, celebrada no Domingo de Páscoa. Estas merendas estendiam-se ainda a todos os colaboradores nas obras de preparação da igreja desde o domingo de Ramos até ao domingo de Páscoa¹⁸.

Ao participarem nesta romaria em honra do Senhor do Socorro, os devotos, romeiros, confrades, foliões e outros deixavam para trás o seu ritmo diário e um espaço social mais centrado no trabalho e nos seus deveres. Assumiam uma vivência coletiva e muito participada em momentos específicos do mundo sagrado e profano, que não raras vezes se fundiam. Para as classes populares, este tipo de festividade religiosa, que não dispensava a música, o fogo e o arraial, era vista como um dos momentos preferidos e um tempo alto de sociabilidade, diferente das suas vivências.

A confraria do Senhor do Socorro, ao transpor as suas manifestações, muito ritualizadas e embebidas de festa, para o exterior, potenciava o envolvimento de toda a comunidade, o que contribuía para o enriquecimento de todo este programa festivo. A freguesia da Labruja abria-se ao público, proporcionando a vinda de pessoas de todos os cantos da região minhota que, movidos pela fé, mas também pelo espírito de diversão, animavam e guarneciam aquele lugar de alegria e folguedo.

No entanto, não fruía apenas do programa festivo diurno, pois a convivialidade prolongava-se pela noite dentro, ou não fizesse o fogo de artifício parte destas ocasiões lúdicas. O espetáculo iniciava-se no sábado à noite e preenchia o programa de domingo, assumindo duas vertentes: fogo preso e fogo do ar. Para os efeitos desejados, recrutava-se um “*Mestre fugueteiro*” e outros homens habilidosos como carpinteiros, para o aprontarem e fazer a armação¹⁹. Este momento era aguardado por todos, pois o céu da serra da Labruja metamorfoseava-se, ao cobrir-se de grandes clarões e brilhos, dos quais emanavam os mais variados efeitos policromáticos e estrondosos. Eram momentos breves e efémeros, mas suficientes para os espetadores se olvidarem, por instantes, de um quotidiano, por vezes, difícil e pesado. A relevância que este espetáculo pirotécnico possuía no seio da instituição fez com que os estatutos da mesma contemplassem um capítulo intitulado “*A respeito do fogo*”. As vivências desta comunidade, muito ruralizada e movida pela religiosidade popular, assumiam a partir do “*Sábado vespura do primeiro Domingo do mez de Julho, e no mesmo sábado á noute*” uma vertente fora do seu ritmo diário, assinalada com o fogo de ar²⁰. Outro artificialismo a que recorria a instituição consistia na iluminação da fronteira e torres do santuário. Intentava-se que os participantes deste convívio festivo desfrutassem de todos os instantes, num ambiente muito animador e impregnado de efeitos de luzes.

A Confraria de Nossa Senhora das Dores de Ponte de Lima procurava de igual forma fascinar os seus devotos no dia da sua festividade. Esta instituição não se contentava somente com o fogo do ar, também o fogo preso era um dos atrativos da sua festa. Anunciavam-se as vésperas com o estrondear do fogo, “*grande quantidade de fogo de ar e armação que se deita no sábado a noite véspera da festividade no areal de frente do pelourinho*” e no final costumava lançar-se ao ar um balão aerostático²¹. Nesta mesma romaria de Nossa Senhora das Dores iluminava-se, à semelhança da festividade que temos vindo a estudar, a torre dos sinos e todo espaço adjacente à porta da igreja. Para isso, existia todo um trabalho moroso que compreendia a compra de algodão, sebo, arame, cartão, linhas, papel fino, entre outros materiais, para a iluminação que alindava este espaço público limiano²². Para a produção destes objetos com fins ornamentais, recrutavam-se pessoas para os confeccionar, recortava-se o papel fino e papelão, armava-se com o arame para a obtenção da configuração pretendida, pintava-se e finalmente enchia-se e acendiam-se esses “*Lampions*”²³. Este momento de convívio, fruto da elaboração destes trabalhos artesanais para a iluminação, não deixava de manifestar o apego que estas pessoas tinham ao sagrado. No fundo, o sentimento que inundava estes devotos, que executavam trabalhos preparativos para a festa, permitia-lhes crer que esta boa prática lhes traria auxílio e graças divinas.

As cerimónias religiosas complementavam os festejos. Aliás, era para cultuar e rezar ao Senhor que, anualmente, o povo se dirigia e concentrava no santuário da Labruja. O corpo de estatutos da irmandade em análise era claro na forma como se pretendia que a missa do primeiro domingo de julho fosse celebrada:

*[...] fará a Festa do Senhor; com toda a decência, e ornato do seu Santuario, com Missa cantada de Pontifical e Muzica, mas esta sera podendo ser; para o que se chamarão os Eccleziasticos percizos [...]*²⁴.

O ritual pomposo, no domingo da festividade, por volta das onze horas, encorpava-se através da presença do “*diácono e subdiácono e por hum ministro assistente*”, envergando o restante grupo de clérigos capas de asperge, um dos quais incensava o ambiente através do turíbulo²⁵.

A organização e solenização desta celebração deixava transparecer a todos, que a ela assistiam, uma imagem de disciplina e de grande primor, por parte da instituição. Imagem essa engrandecida com a procissão, momento de grande elevação religiosa que envolvia os confrades, mas ainda outras irmandades convidadas a participar.

Este gesto de endereçar convites às irmandades, também constatado noutras confrarias limianas, como na da Misericórdia, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Guia, entre outras,

visava por um lado prestigiar e engrandecer o ritual festivo, mas por outro estreitar os laços e a união entre os irmãos destas várias instituições. O espírito que aqui permanecia levava a que as instituições se auxiliassem umas às outras, sobretudo nos momentos festivos, ao concederem empréstimos de alfaias litúrgicas, paramentaria e imaginária. Os mesários das várias instituições procuravam, desta forma, abrilhantar os seus festejos principais com o maior impacto possível. Segundo Marta Lobo “*a festa preparava-se para ser vista e fruída pelos devotos*”, tornando-se durante o barroco num espetáculo grandioso para ser observado²⁶. A instituição da Ordem Terceira de São Francisco de Ponte de Lima também, à semelhança das outras instituições limianas, também se abeirava da confraria do Espírito Santo, para lhe conceder empréstimos de alguns equipamentos necessários à produção de um ambiente teatral, tal como exigia a data a festejar. Convém referenciar que nem sempre estas instituições concediam tais empréstimos, dado que em situações várias houve quem entregasse as alfaias e a imaginária num estado pouco apresentável ou até mesmo degradado. No caso específico da confraria do Espírito Santo de Ponte de Lima, constatou-se que, em 1762, reformou e comprou novos equipamentos, estipulando, a partir daqui, que estes apenas servissem a irmandade e não fossem emprestados a nenhuma instituição. Advertiu-se que quem procedesse de forma contrária, isto é, emprestasse os cortinados, ornamentos ricos e tocheiros, ficava sujeito a uma multa de 15.000 réis²⁷.

A procissão do Senhor do Socorro representava ainda para os confrades uma outra oportunidade de se juntarem e conviverem entre si, mas também com os populares e romeiros. Este evento, que ganhava mais sentido no exterior pela quantidade de devotos que o aguardavam, trazia consigo o consagrado Corpo de Cristo, com o qual percorria o espaço contíguo ao santuário. O espaço externo que acolhia este préstito, embora distinto, estabelecia uma relação de reciprocidade com o espaço interior, a igreja. A festa, a partir do momento que saía do interior do santuário, assumia uma outra dimensão, assistindo-se à transposição do sagrado para o exterior na ocasião da procissão. Consagrada a hóstia, como principal mistério da Igreja, e recolhida na custódia, desalojava-se da igreja para abençoar os devotos que a esperavam nas ruas. Todos aguardavam a sua saída. O adro, espaço circundante que gozava de respeito e veneração, transformava-se no local mais concorrido no momento da saída processional. Aqui e nas suas imediações concentravam-se todos os participantes: figurantes, músicos, confrarias, povo, bem como todos os curiosos que ali afluíam para tudo observarem²⁸. Pois, tal como refere José Mattoso, “*Na celebração, nas procissões e cortejos e na organização material da festa, todos têm lugar: todos os grupos, todas as associações, todos os indivíduos*”²⁹.

Na vila de Ponte de Lima e tendo em conta a densa malha confraternal que agraciava o seu patrono com uma festividade,

não era de admirar que o número de procissões percorrido pelas artérias desta localidade fosse expressivo⁵⁰.

A parte de fora do santuário passava a ser o palco de atuação religiosa que se avolumava com o número de fiéis participantes.

Esta ocasião repleta de simbolismo e religiosidade funcionava, desta maneira, como uma oportunidade de socialização, que não existia no quotidiano de muitos que nela participavam. Partilhava-se um tempo e espaço pautados pela Festa, no qual se conheciam novas pessoas, se criavam novos contactos e amizades, alargando-se, deste modo, a rede de sociabilidades e de fraternidade.

As confrarias, através destes mecanismos religiosos e populares, influenciavam o quotidiano do Homem, atraindo para o seu interior cada vez mais membros, reforçando-as e tornando-as cada vez mais consistentes.

A instituição confraternal do Senhor do Socorro, ao afirmar-se com vitalidade ao longo dos tempos, graças ao empenho e dedicação dos seus membros, permitiu que, ainda hoje, a comunidade de fiéis limianos, anualmente, se afaste por instantes do seu ritmo diário para abraçar e vivenciar a genuína e animada romaria por ela promovida. No fundo, os participantes entram num palco festivo assumindo-se como verdadeiros atores com representações várias, desde a manifestação das suas crenças religiosas até aos momentos mais catárticos que a romaria mais lúdica proporciona. Este momento alto, de grande reputação e antiguidade, se por um lado dá vida ao Santuário do Senhor do Socorro, por outro lembra à comunidade de fiéis que é um dos tempos importantes para agradecer e orar ao Divino, mas também uma ocasião de união e de memórias do passado.

Neste contexto, podemos afirmar que a forte presença do santuário sobre o quotidiano das gentes limianas é demonstrativa da resistência a adversidades políticas e sociais que marcaram a centúria oitocentista, refletindo a energia social e religiosa da Igreja muito empenhada num catolicismo cada vez mais forte e coeso, onde todos os crentes viam nestes locais sagrados a sua identidade⁵¹.

Notes

1. Sobre este assunto leia-se Lousada, Maria Alexandre, “Espaço urbano, sociabilidades e confrarias. Lisboa nos finais do Antigo Regime”, in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular, Sociabilidades — Representações Espiritualidades*, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 537-570.
2. Arquivo da Igreja do Senhor do Socorro (doravante AISS), *Estatutos para a administração do Senhor do Socorro da freguesia da Labruja, 1777*, cap.8, s/f.
3. AISS, *Livro de atas de eleição da irmandade de Nosso Sr. do Socorro de 1880*, fl. 23v.
4. Os fiéis, no caso do seu quotidiano ser marcado por grandes infortúnios, acreditam que Deus os desamparou, daí recorrerem às orações para obterem a proteção e auxílio divino. Consulte, Caramelo, Francisco, As orações penitenciais e os órgãos proféticos: uma linguagem de características comuns, in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular, Sociabilidades...*, pp. 61-77.
5. A este respeito consulte-se “Devoção e assistência: um olhar sobre os estatutos de 1680 da Confraria de São Francisco da Sé de Braga” in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *As confrarias de Braga na Época Barroca*, 1.^a Ed., Famalicão, Edições Húmus, 2016, pp. 43-63.
6. O convívio e a sociabilidade das religiosas também se visualizavam no interior do recolhimento que funcionava, desta forma, como espaço para as relações sociais muito próprias do género humano e de pessoas que viviam o seu dia a dia em comunidade. Sobre sociabilidades no recolhimento de Santo António da Misericórdia de Braga, leia-se Machado, Manuela, “Sociabilidades femininas no recolhimento de Santo António da Misericórdia de Braga (séculos XVII e XVIII)” in Araújo, Maria Marta Lobo; Esteves, Alexandra; Silva, Ricardo; Coelho, José (coords.), *Sociabilidades na Vida e na Morte (Séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2014, pp. 109-121.
7. Sobre este assunto consulte-se Costa Granel, Vicente Javier, *Sociabilidad y esfera pública em la fiesta de las Fallas de Valencia*, Valencia, Biblioteca Valenciana, 2003.
8. Consulte-se Mattoso, José, *Identificação de um País-Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, vol. I, 3.^a Ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 290.
9. AISS, *Livro das contas do Senhor do Socorro da freguesia da Labruja termo de Ponte de Lima comarca de Viana, 1811*, fl.17.
10. De acordo com o estudo da autora, as próprias determinações estatutárias de 1702-1720 revogaram esse costume. A este respeito leia-se Silva, Elsa, “As festas da confraria de Santa Cruz de Braga no século XVIII”, in Araújo, Maria Marta Lobo; Esteves, Alexandra; Silva, Ricardo; Coelho, José (coords.), *Sociabilidades na Vida e na Morte (Séculos XVI-XIX)*..., pp. 219-245.
11. Sobre os ritos alimentares em algumas confrarias portuguesas durante a Idade Média, leia-se Beirante, Maria Ângela, “Ritos alimentares em algumas confrarias portuguesas medievais”, in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular, Sociabilidades...*, pp. 559-569.
12. Sobre este assunto leia-se Araújo, Maria Marta Lobo, “As Misericórdias enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII”, in *Separata da Revista Cultural BRACARA AUGUSTA*, Vol. LII, Braga, Edição da Câmara Municipal de Braga, 2004, pp. 179-197.
13. AISS, *Livro das contas de receita e despesa do santuário do Senhor do Socorro, 1834*, fl. 3.
14. AISS, *Livro das contas do Senhor do Socorro da freguesia da Labruja termo de Ponte de Lima comarca de Viana, 1811*, fl. 36v.
15. AISS, *Livro das contas do Senhor do Socorro da freguesia da Labruja termo de Ponte de Lima comarca de Viana, 1811*, fl.21v.
16. AISS, *Livro das contas do Senhor do Socorro da freguesia da Labruja termo de Ponte de Lima comarca de Viana, 1811*, fl. 22.
- AISS, *Livro das contas do Senhor do Socorro da freguesia da Labruja termo de Ponte de Lima comarca de Viana, 1811*, fl. 14v.
17. AISS, *Livro das contas de receita e despesa do santuário do Senhor do Socorro, 1834*, fl. 4v.
18. AMPL, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Contas gerais da receita e despesa, 1848*, fls. 4v., II, 17v., 23.
19. AISS, *Estatutos para o Santuário e Irmandade do Senhor do Socorro da freguesia da Labruja, 1815*, fl. 13.
20. AISS, *Estatutos para o Santuário e Irmandade do Senhor do Socorro da freguesia da Labruja, 1815*, fl. 13.
21. AMPL, Fundo documental do Museu dos Terceiros, *Livro do cerimonial Bracarense com notícias da Collegiada de Ponte de Lima, 1827*, fl. 17. O uso do fogo de artifício desenvolveu-se sobretudo no século XVII em França com Luís XIV. Em Portugal a associação do fogo aos

festejos assinalou-se desde o século xvii, apurando-se esta técnica no século xviii. Segundo um desenho contido na biblioteca do Paço de Vila Viçosa por altura dos festejos do casamento de D. Afonso VI com D. Maria Francisca, em 1666, lançaram-se “bouquets” de fogo de uma fortificação abaluartada. Leia-se para mais informação Pereira Paulo “Fogo-de-artifício”, in *Dicionário da arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 194.

22. Fizeram-se quatrocentas e cinquenta “Tigelinhas para a iluminação”, em 1853, que custaram 770 réis. AMPL, Fundo documental da Câmara Municipal de Ponte de Lima, *Livro de Actas da Câmara Municipal, 1848-1852*, fl. iiv.

23. AMPL, Fundo documental da Câmara Municipal de Ponte de Lima, *Livro de Actas da Câmara Municipal, 1848...*, fl. 17.

24. AISS, *Estatutos para o Santuário e Irmandade do Senhor do Socorro da freguesia da Labruja, 1815*, fl. 13.

25. AISS, *Estatutos para o Santuário e Irmandade do Senhor do Socorro da freguesia da Labruja, 1815*, fls. 22-22v.

26. As confrarias eram ainda círculos de poder, bem como lugares de integração sociopolítica. Sobre este tema consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave: um itinerário sobre a religiosidade popular no Baixo Minho*, Braga, Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave, 2006, p. 232.

27. A este respeito, em reunião de mesários no ano de 1762 da confraria do Espírito Santo, decidiu-se abrir uma exceção, para emprestar os equipamentos como cortinados, ornamentos ricos e tocheiros para as festas reais, entradas régias e visitas de prelados. Claro que o tesoureiro desta agremiação nunca podia emprestar sem a autorização da Mesa. AMPL, Fundo documental da confraria do Espírito Santo, *Livro das determinações 1757-1770*, fl. 83v.

28. Sobre este assunto consulte-se Barbosa, António Francisco Dantas, *Tempos de festa em Ponte de Lima (séculos xvii-xix)*, vol. I, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2017, p. 326.

29. Sobre a festa veja-se Mattoso, José, *Identificação de um País-Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325...*, p. 290.

30. A procissão do Corpo de Deus, em Ponte de Lima, era magnificente e esplendorosa onde tudo era pensado ao pormenor. Nesta festividade, a confraria

pagava, a todos que trouxessem as cruces das suas aldeias, 240 réis a cada um. Integrava ainda aquela procissão “anjos, profetas, israelitas”, e por vezes animava-se com música instrumental tocada por músicos vindos de outras localidades. Nas vésperas da festa, lançava-se, à noite, fogo de artifício e faziam-se grandes fogueiras junto ao adro da igreja. AMPL, Fundo documental da igreja Matriz de Ponte de Lima, *Livro do cerimonial Bracharense com notícias da Colégiada de Ponte de Lima, 1827*, fl. 15.

31. O século xix, mais propriamente na sua segunda metade, revelou-se para a Igreja um período não muito favorável pela secularização crescente da sociedade provocada por diversas correntes como Liberalismo, Republicanismo, Positivismo e Socialismo. A este propósito leia-se Penteado Pedro, “Para uma História dos Santuários Portugueses” in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular, Sociabilidades...*, pp. 43-55.

Religiosidad popular en la Asturias del siglo XVIII: espiritualidad cotidiana y transgresión

*
Investigador Posdoctoral
– Universidad de León/
Universidade do Minho.
amorc@unileon.es

Introducción

Durante el Antiguo Régimen las cofradías fueron la principal manifestación de religiosidad popular debido a su importantísima función de mecanismo asociativo. Reactivadas significativamente tras el Concilio de Trento, en el siglo XVIII eran más de 25.000 las existentes¹, y aunque su grado de actuación difería mucho de unas a otras, se les estimaban unos gastos medios de más de 11.000.000 de reales. Si bien estas cifras deben ser tenidas en cuenta con las inevitables ocultaciones de las que sin duda alguna adolecen².

Desatinos, ofuscamientos, ligerezas, descuidos, omisiones y ocultaciones, es precisamente lo que nos encontramos entre los folios que forman el *Expediente General de Cofradías* para el territorio asturiano. Pese a estos problemas señalados, y ya puestos de relevancia para otros territorios por diferentes autores³, la conveniencia de esta fuente para el objetivo aquí perseguido, creemos que es lo suficientemente oportuna, como trataremos de demostrar a lo largo de este trabajo.

Vistas como una rémora del pasado barroco por aquellos ilustrados anhelantes de reformas relativas a las costumbres, las cofradías suponían cierta amenaza, pues ellas retenían bienes y rentas que eran destinadas tanto a funciones religiosas que no siempre se cumplían fielmente, como a solucionar disputas en tribunales ajenos al control regio⁴.

Sin embargo, no debemos entender la reforma de las cofradías tan solo como una medida de política religiosa, sino encuadrarla en el mismo entramado que el resto de instrucciones del reinado de Carlos III, pues todos los argumentos utilizados para este fin, estaban en cierto modo subordinados al concepto de utilidad pública⁵. Y en lo tocante a las cofradías, crítica y reforma como motor de cambio y avance, se aúnan fielmente en el Expediente General, pues en él se encuentran los razonamientos que los gobernantes esgrimían contra estas.

De modo general podemos hablar de dos objetivos esenciales perseguidos por el Expediente, que terminaría por conformarse como una importantísima manifestación más del antiguo pulso mantenido entre el trono y el altar⁶. En primer lugar, se perseguía limitar la influencia y poder de que gozaba la Iglesia entre el conjunto de la población; en segundo lugar, obstaculizar la supuesta fuerza de los gremios artesanales, a quienes se les consideraba culpables del limitado avance industrial que padecía el territorio⁷.

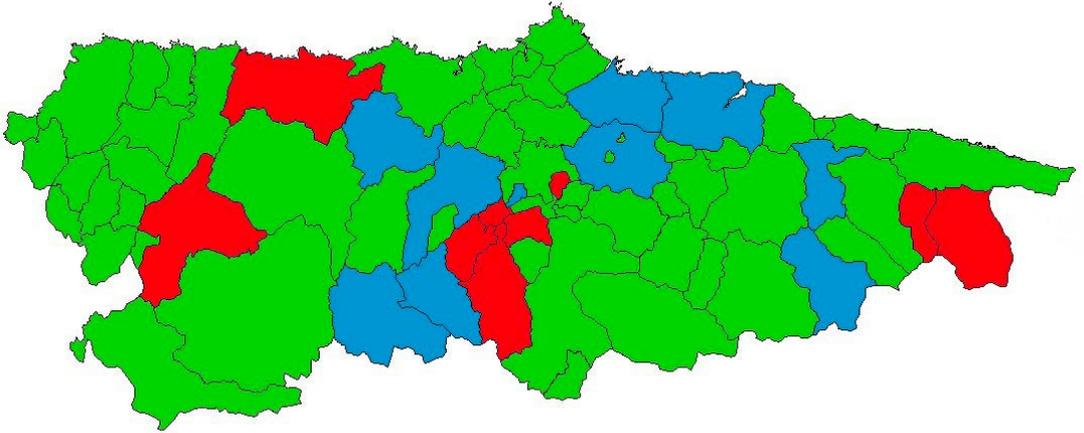
El fenómeno cofrade a la luz del expediente general

Aunque esta documentación ya ha sido utilizada con anterioridad por diferentes autores⁸, algunos de los cuales advirtieron además sobre sus defectos y limitaciones⁹, el volumen de datos que nos aporta y la visión global que ofrece, sin duda servirá para trazar las líneas generales del fenómeno cofrade en la Asturias finisecular. Esto podrá ser una interesante aportación dado que el Principado se muestra todavía carente de más estudios de caso¹⁰ que vengan a complementar, desdecir o confirmar las líneas aquí trazadas.

Era común en el Antiguo Régimen la existencia de notables diferencias entre lo que la Corona solicitaba y lo ejecutado por las autoridades locales pertinentes. Por tanto, la falta de datos para algo más de la cuarta parte de los concejos, no debe sorprendernos demasiado. Más aun sabiéndose en la línea de lo conocido para casos vecinos como el de León, con ausencia de amplias comarcas¹¹; Galicia, donde únicamente se recogen los datos relativos a las siete capitales provinciales¹² o Cantabria, con documentación para solo el 70% del territorio¹³. Junto a zonas más alejadas como, Salamanca, Ciudad Rodrigo, Soria¹⁴, Teruel¹⁵ e incluso la ciudad de Granada¹⁶, entre otros, donde también se han constatado deficiencias en la fuente.

Para el caso de Asturias, podemos hablar de tres escenarios documentales, aunque estos precisan de ciertas matizaciones. Así nos encontramos con jurisdicciones de las que no tenemos ninguna información (Valdés, Cabrales, Allande...); otras en las que los datos que se nos aportan son tremendamente sesgados, pues responden mayoritariamente a municipios en los que únicamente se informa sobre las cofradías existentes en alguno de los cotos que se integraban en ellos (Villaviciosa, Xixón, Somiedo...); y finalmente aquellos concejos en los que, a priori, la averiguación debió ser mucho más detallada, pero que sin embargo, analizando los informes iniciales, se comprueba que la información aportada en algunos de ellos resulta bastante intrascendente. Esto significa que, en el Expediente General de Cofradías, estaría silenciado en torno al 30% de la población asturiana de finales del siglo XVIII. Porcentaje que se podría aumentar con alguno de los territorios que se encuadran en el último de los supuestos señalados. **[Mapa 1]**

Ahora bien, la falta de territorios documentados no es el único problema que sufre la fuente. Para el caso de Asturias, además de con los informes primarios de cada una de las jurisdicciones consignadas, contamos también con una suerte de resumen que el propio regente Teodomiro Caro de Briones adjuntó en el memorial enviado al Consejo. Esta pequeña recapitulación que encabeza el informe general contiene un cuadro en el que figuran los datos que él mismo solicitaba a las diferentes jurisdicciones del Principado a finales del mes de octubre de 1770



Mapa 1

Territorios que engloba el Expediente General de Cofradías en Asturias

- Sin Información
- Información muy parcial
- información

Fuente: Archivo Histórico Nacional [en adelante AHN], Consejos, 7097.

Mando a la Justicia y Regimiento del concejo, coto o jurisdicción de [...] que, dentro del preciso término de quince días, remitan firmada de su concejal plana gubernativa, al oficio de don Matías Fernández de Prado, escribano de gobierno de este Principado, una individual relación del número de hermandades, cofradías, congregaciones y gremios de su distrito, con expresión de las rentas, dotaciones, fondos y anuales funciones de cada una. Informando al mismo tiempo el tanto más cuanto del gasto de cada función [...] y especificando con separación cuáles de dichas hermandades, cofradías, congregaciones y gremios tienen el real consentimiento y permiso, y cuáles solamente la aprobación del Ordinario Eclesiástico y cuáles ni uno ni otro¹⁷.

Lo que, como decimos, no parece que los destinatarios cumplieran con la rigurosidad deseada en vista de las ausencias y laxitud en algunas de las respuestas que presenta la fuente. Pero más allá de estos problemas, una vez descendemos y consultamos los datos primarios, también se advierten algunas divergencias con lo contenido en el cuadro resumen. Así, por ejemplo, el número de cofradías se altera en al menos 149, pues mientras que el regente contabilizó en su resumen 380, el vaciado de los informes originales nos da la cifra de 529, lo que significa una desviación de prácticamente el 40%. De todos modos, es esta una cifra que también debemos valorar a la baja, pues como hemos señalado algunas de las jurisdicciones para las que contamos con las pesquisas iniciales, nos aportan una información realmente exigua y de poco valor en ocasiones. En este sentido, puede ser indicativo de lo que señalamos los casos de algunos de los concejos más extensos de la Asturias moderna, como eran Ayer, Tinéu y Cangas de Tinéu, entre los que sumaban poco menos de cien parroquias y ocho cotos¹⁸, pero de los que apenas se nos dice en el Expediente que no existían más que algunas cofradías, generalmente de ánimas, sacramentales o marianas, que no contaban con más fondos que las aportaciones voluntarias de los fieles.

Otro de los aspectos que se solicitaba en la comunicación de Teodomiro Caro de Briones era el de las aprobaciones con que contaba la cofradía, algo que los informes primarios recogen con una elevada frecuencia, señalando si se contaba o no con la autorización del ordinario eclesiástico. Pero junto a esto el regente añadió en la tabla resumen el lugar de fundación de las mismas, lo que sin duda debía influir en la labor de control y vigilancia del asociacionismo seglar por parte de las autoridades diocesanas¹⁹. En el caso asturiano el 92,4 % de las asociaciones estaban fundadas en sede parroquial, mientras que el 5,8 % lo estaba en conventos y monasterios y un escaso 1,8 % en ermitas y santuarios. Por tanto, y en relación con lo que señalamos, no debe extrañarnos que, siempre a la luz del resumen elaborado por el regente, únicamente el 11,3 % de las cofradías no contaran con la aprobación eclesiástica. Más aún cuando es este un porcentaje que podría reducirse, pues en muchos de los informes primarios de las diferentes jurisdicciones, no se manifiesta de manera categórica que la congregación no hubiera obtenido la necesaria venia eclesiástica, sino que son numerosos los casos en que simplemente se indica que es algo que se desconoce, debido a que no se pudo localizar.

Estos porcentajes manejados para el caso asturiano son muy similares a los obtenidos para el vecino territorio de León, donde el 97,6 % de las cofradías tenían su sede en el templo parroquial y un prácticamente idéntico 11,4 % eran las que no contaban con la aprobación eclesiástica²⁰. Sin embargo, ambos porcentajes comienzan a diferir con los asturianos a medida que nos movemos hacia latitudes más meridionales, llegándose en el caso de ausencia de beneplácito eclesiástico a entre un 28,2 % y un 35,7 % para las provincias de Córdoba²¹ y Murcia²² respectivamente; o si nos referimos a la fundación en sede parroquial, esta disminuye desde porcentajes del 94 % en Almería²³ hasta el 78,9 % en Murcia²⁴.

Dado el cariz tomado por esta reforma y en vista de la finalidad que perseguía, parece lógico que tal y como sostiene Martín García el nivel de ocultación de las declaraciones fuera elevado, debido al interés de los cofrades en ocultar el verdadero patrimonio de sus hermandades²⁵. Podemos considerar que esta actitud se manifiesta en la apatía y dejadez que se observa en la escasa, y en ocasiones confusa, información aportada en algunos de los informes, como sucede por ejemplo en el caso de la cofradía de Ánimas de la parroquia de San Esteban, en Llangréu, donde se dice que no se conocen fondos algunos *“a excepción de un cortísimo caudal”*²⁶. Hecho similar es el que nos encontramos en la feligresía de Piarnu en Castrillón, dado que la declaración referida a la cofradía de Nuestra Señora de Rosario alega no tener más renta que la limosna con que contribuyen los cofrades, prácticamente idéntico a lo que exponen para el caso

de la hermandad del Corazón de Jesús, al afirmar que “*no tiene renta alguna, y dichos cofrades contribuyen con la limosna*”²⁷. Comportamientos similares los seguimos localizando en las parroquias del concejo de Colunga, en donde el escribano de número y los señores regidores, merced a las informaciones aportadas por párrocos y mayordomos, anotaban los datos compilados, que para el caso de la feligresía de Lliberdón fueron los siguientes

*Hay en esta parroquia dos cofradías, a devoción del vecindario, la una de la Virgen del Rosario y la otra de las Ánimas. No tienen fondos algunos, que solo algunas limosnas que dan los devotos, que se distribuyen en festividad y sufragios. Aprobadas por el ordinario eclesiástico*²⁸.

A pesar de estas deficiencias en la documentación, hemos obtenido, partiendo del resumen aportado por el regente y por ello a modo de visión general, tanto la renta como los gastos que se les evaluaban a las asociaciones asturianas. El resultado dio un montante de 80.183 reales (a los que habría que sumar algunas cantidades obtenidas en grano) para la primera de las variables, y de 75.284 en el caso de los consumos. Estas cifras darían unas medias de 221 reales de renta anual por cofradía y unos gastos de 198,1. Obviamente son cantidades que podrían (y de hecho así lo hacen) variar ligeramente en caso de obtener estas a partir del vaciado de todas las jurisdicciones. Sin embargo, a pesar de las deficiencias de la fuente, y en tanto en cuanto el nivel de ocultación señalado deber ser extrapolable a todas las zonas en las que se llevaron a cabo las pesquisas, consideramos que pueden ser unas medias suficientemente representativas y válidas para las comparaciones con otros territorios. Y ateniéndonos a ello, tal parece que los dispendios de las hermandades del Principado de Asturias se situaban bastante por debajo del resto de territorios del Reino, dado que la media obtenida por Arias de Saavedra y López-Guadalupe Muñoz para su conjunto fue de 413,8 reales. Mientras que el resultado para la Corona de Castilla alcanzó los 433,5, por los 356,6 de la de Aragón²⁹. Siguiendo a estos mismos autores, y a la luz del extracto general elaborado por el contador Manuel Navarro, quien debió fundamentarse en los resúmenes generales de cada provincia, da la impresión de que los gastos de las cofradías septentrionales se muestran siempre bastante inferiores a los de las hermandades de los territorios más al sur³⁰. Algo que se confirma totalmente con los estudios individualizados de distintas demarcaciones, en los que podemos comprobar como a medida que avanzamos hacia latitudes meridionales, las diferencias con la media asturiana aumentan: 364 reales para León³¹; 582 en el caso de Valladolid³²; 714,2 para Córdoba³³; y finalmente 977,5 en el arzobispado de Sevilla³⁴.

Por tanto, tal y como ya sostuvo Mantecón Movellán³⁵, parece que la acusación del excesivo derroche económico en celebraciones poco provechosas para las clases populares y que además les llevaban a gastar aquellos ahorros que no tenían, difícilmente se sostendría en el caso de las cofradías septentrionales, siendo algo, tal vez, más ligado a las hermandades del centro, sur y levante peninsular.

Origen de las Rentas Cofradieras

En vista de los datos extraídos del Expediente General, una de las características de las cofradías asturianas era la importancia de las operaciones crediticias como origen de sus ingresos. Pues en el caso del concejo de Uviéu, que puede hacerse extensibles al resto del Principado, al menos el 62% de ellas sustentaban una parte de sus rentas fijas sobre esta base. Además, teniendo en cuenta la más que posible ocultación ya aludida, es muy probable que esta participación en el mercado censal fuera aún mayor.

También era una importante fuente de ingresos las limosnas que cofrades y fieles aportaban con mayor o menor asiduidad en las fechas señaladas, en los oficios comunes, o en aquellas ocasiones en que se sacaba el petitorio a las calles de las ciudades, villas y pueblos. De hecho, en numerosas ocasiones se declaraba que eran estos, junto a las cuotas de entrada y anuales de los hermanos, los únicos ingresos de que disponía la agrupación. Ahora bien, dejando esa afirmación a un lado dada la ya referida flaqueza en muchos de los informes iniciales, sí resulta llamativo y sirve como muestra lo que sucedía en el concejo de Avilés, donde prácticamente un tercio de las cofradías conseguían mayores beneficios de las limosnas que de los censos que tenían activos. Saliendo especialmente beneficiadas de esta práctica la cofradía de Ánimas de San Nicolás, que declaraba unos ingresos de 1.866 reales anuales, regulando los ingresos en un quinquenio, y la de San Antonio de Padua con 1.040 reales en el último año³⁶.

La propiedad de medios de producción por parte de estas instituciones, aunque limitada, queda patente en los ingresos de las mismas. Nos encontramos, sobre todo, como parece lógico, con tierras de labor, constatándose tanto en cofradías rurales como urbanas. Sin embargo, en lo que a propiedades inmuebles se refiere, el acceso a las mismas estaba limitado a las hermandades fundadas en zonas urbanas como Uviéu, Noreña, Avilés o Candás, y con unas rentas que iban desde los 12 a los 55 reales anuales³⁷. La contrapartida rural a estos ingresos urbanos serían los contratos de aparcería, especialmente presentes en aquellas zonas de tradición ganadera, como el concejo de Miranda. Aunque también aparecen, en menor medida, en algunas parroquias rurales de territorios más urbanizados³⁸.

Religiosidad Popular, Moralidad y Transgresión

Las acusaciones de importantes gastos en actividades superfluas era uno de los ejes sobre los que se vertebraba la reforma gubernamental, argumentando principalmente que estos iban en detrimento de las economías familiares de los grupos populares, dado que los miembros de las cofradías debían hacer frente a los gastos que sobrepasaran los ingresos de la hermandad. Este guante argumental gubernativo, lo recogió perfectamente el regente Caro de Briones, quien en su informe dirigido al Consejo indicaba que eran los propios hermanos quienes, de sus propios ahorros individuales, debían costear las comidas que tradicionalmente se brindaban a los clérigos encargados de la misa, obligándose de este modo los naturales a gastar lo que no tenían y que además era necesario para la supervivencia de sus familias³⁹. Ello a pesar de que son numerosos los ejemplos en los informes primarios en los que se asegura que no se gastaba más de lo que alcanzaban los fondos de la cofradía. Y en aquellos casos donde se excedía esa cantidad, solía ser por decisión del propio mayordomo, persona, por lo general, de importancia para la comunidad y con significativa capacidad económica, quien afrontaba los excedentes de su propio bolsillo y, a buen seguro, en vista de acrecentar su poder y reconocimiento social.

Pero estas colaciones a que se refería el regente, si bien estaban arraigadas en la cultura popular, ya habían sido puestas en tela de juicio por el obispo Pisador con anterioridad. Argumentaba el obispo, que en aquellas funciones a las que asistían varios clérigos, como posiblemente alguno lo hiciera desde una distancia considerable, sería correcto que se ofreciera una comida moderada y sobria *“que se reduzca cuando más a un puchero, un extraordinario y un cuartillo de vino al que lo necesitase”*, si bien era algo que dejaba enteramente al arbitrio del factor, no teniendo obligación alguna de hacerlo. Eso sí, si se ofrecía debía hacerse según esos parámetros, quedando prohibida cualquier rebaja en la misma. Señalaba igualmente que los curas tampoco podrían exigir la pitanza⁴⁰. Lo que se perseguía esta voluntariedad y prohibición, no era otra cosa que el que se fuera eliminando esta costumbre.

Incitaba además el obispo a sus párrocos a que desde el púlpito *“se dediquen con particular celo a exhortar a sus feligreses, a que desde luego cesen en hacer y dar dichas comidas en toda función de iglesia y exequias”*, añadiendo además que *“sería un buen medio para conseguirlo, el que empezasen a ejecutarlo, como igualmente se lo rogamos, las gentes más distinguidas de los pueblos, para que de este modo les imitasen los demás”*⁴¹.

Otra de las acusaciones esgrimidas por el regente mostraba bien a las claras la finalidad utilitarista de la pretendida reforma

pese a que sus argumentaciones fuesen de carácter espiritual. Esta guardaba relación con la pérdida de días de trabajo que suponía la asistencia a celebraciones, romerías y festividades de las clases productivas, quienes durante esos días empleaban “*el tiempo en comer y beber, con pérdida de jornales*”⁴². Pero, de nuevo, este aspecto ya había sido previsto en parte por el obispo Pisador en sus Constituciones Sinodales, quien indicó que

*Atendiendo a la inmemorial costumbre que ha habido en los pueblos de este nuestro obispado de Oviedo de celebrar los mercados en los domingos y otras solemnes fiestas del año, y las particulares circunstancias de los naturales dedicados enteramente a la labranza y otros oficios del campo y marinería, con los prejuicios que sufrirían si se asignasen para los mercados los días que no sean festivos, en los cuales abandonarían sus trabajos para acudir a las villas y capital para el surtimiento de lo que necesitasen, ordenamos y mandamos que en cuanto a la asignación de los días de mercado se esté y guarde la costumbre recibida y observada sin la menor contradicción*⁴³.

De hecho, en las mismas constituciones, reafirmaba el obispo cierta dispensa antigua que, debido a las particularidades geográficas y jurisdiccionales del territorio asturiano, eximía a algunos trabajadores de oír misa en los días festivos, con el objetivo de poder trabajar “*aquellas personas que habitasen casas rurales, ya sean caserías que llaman, o lugares de aldea, como los hay regularmente en esta diócesis, con tal que estén distantes de la iglesia como un cuarto de legua*”. Además, dado que el único motivo para dicho indulto fue el que se pudiese trabajar en esos días dispensados, no debía tenerse en consideración únicamente la distancia del camino “*sino también al tiempo que se gastará y consumirá en concurrir a oír misa, ya por lo áspero de él, y ya por las calidades y edades de los sujetos, u otras circunstancias que respectivamente obligasen a detenerse más tiempo y serles de mayor incomodidad y molestia*”⁴⁴.

Pero no son estas las únicas referencias a actividades productivas durante los días festivos con que contamos. Incluso Jovellanos se mostró como firme defensor de la necesidad y utilidad de las romerías, ya no solo por ser el “*único desahogo a la vida afanada y laboriosa de estos pobres y honrados labradores que trabajan con gusto todo el año*”⁴⁵, sino porque durante su celebración se activaba la economía, pues en las inmediaciones se colocaban tiendas, comestibles, toneles de sidra y vino, concurriendo por tanto “*todos los buhoneros, tenderos y vendedores de frutas y licores*”⁴⁶ de las cercanías. Consideraba además a cada romería una especie de feria en la que todo el mundo trataba sus negocios, y “*donde se venden ganados, ropa y alhajas, cifrándose en ella casi todo el comercio interior que se hace en este país fuera de los mercados semanales*”⁴⁷, algo que resultaba muy ventajoso

porque estando su población dispersa y dividida en pequeñas caserías, sería muy gravosa a la gente aldeana la necesidad de ocurrir a los pueblos agregados, que son muy pocos y distantes entre sí, para surtirse de los objetos de consumo que no se venden en sus comarcas. Reservan pues para el tiempo de las romerías el tráfico y surtimiento de sus necesidades, uniendo así la utilidad y el regocijo⁴⁸.

Pero, a decir de Jovellanos, si bien estos tratos no restaban un ápice de devoción a las gentes, dado que “*cuantos vienen a la romería, entran luego que llegan y pueden a la ermita a hacer sus preces*”, postrándose ante la imagen como devotos con “*la cabeza inclinada y las manos cruzadas, imploraban de ella el alivio de sus necesidades y aflicciones con fervor y confianza*”⁴⁹. Tampoco obviaba el hecho de que, en ocasiones, el júbilo de estas celebraciones pudiera llevar parejo la relajación de costumbres. En cambio, mucho más crítico con estas festividades se mostraba el benedictino Feijoo, quien en su Teatro Crítico dejó escrito respecto a las romerías que

solo quien no haya asistido alguna vez a aquellos concursos, dejará de ser testigo de las innumerables relajaciones que se cometen en ellos. Ya no se disfraza allí el vicio con capa de piedad: en su propio traje triunfa la disolución. Coloquios desenvueltos de uno a otro sexo, rencillas, y borracheras son el principio, medio, y fin de las romerías. Eso se hace, porque a eso se va⁵⁰.

Esta disminución en la observancia de las prácticas consideradas moralmente correctas, era también aducida por el regente para limitar el número, y por tanto el control, de las cofradías entre la población asturiana. Acusaba a los naturales del país de ser proclives al exceso en la bebida; de comportamientos licenciosos entre ambos sexos amparados por estas festividades; atacaba también la costumbre de encender hogueras y escuchar música de gaitas, alegando que durante las noches era cuando más desórdenes y pependencias con palos se producían⁵¹, etc.

Aunque algunas de estas conductas acabarían generando numerosas órdenes por parte de la Real Audiencia para tratar de limitarlas, como sucedió por ejemplo con la costumbre de los mozos de portar palos debido a que podía desembocar en tumultos como el ocurrido en la romería de la Magdalena en el coto de Belmonte en julio de 1753, “*donde resultó haber habido malos tratamientos, heridos e inobediencia al juez*”⁵². Siendo también cierto que las cofradías admitían gastos destinados a hogueras y gaiteros en sus cuentas, si bien no suponían unos dispendios disparados en relación con los gastos más normalizados de la hermandad, tal y como se puede comprobar en el caso de las cofradías avilesinas, donde la media del salario entregado al gaitero era de 13 reales⁵³. Lo cierto es que los datos extraídos del Expediente General, nos inclinan a pensar, tal como ya sostuvo Mantecón Movellán para

el caso cántabro⁵⁴, que las acusaciones en torno al derroche y endeudamiento cofrade, quizás no fueran tan alarmantes como pretendían las medidas, pues la media de funciones organizadas apenas excedía las dos anuales, tratándose además en muchas ocasiones los oficios por los cofrades fallecidos.

Conclusiones

El papel desempeñado por las cofradías como elementos cotidianos fundamentales en el campo de las mentalidades queda fuera de toda duda, independientemente de los reproches que sobre ellas se vertieran desde el gobierno.

En este sentido, contextualizando la realidad en que fue ideado el Expediente General, y entendiéndolo por tanto como informe equilibrado en lo que a ocultaciones de ingresos y gastos se refiere, nos encontraríamos ante un panorama cofrade asturiano que, si bien empobrecido, no mostraba especiales signos de endeudamiento. Y aunque este acercamiento debe ser necesariamente matizado y corregido por estudios de caso, sí creemos que puede ser fiable para apuntar algunas dinámicas y aspectos generales de la dimensión cofrade.

En el caso asturiano, a pesar de que la gran mayoría de las cofradías se mantenían con unos ingresos bastante frágiles, si bien cabe aceptar la crítica ilustrada respecto a las distracciones y relajaciones que durante las festividades se producían a ojos de la más severa rectitud católica, resulta más complicado justificar las acusaciones de despilfarro económico, así como las consecuencias de endeudamiento que ello suponía. Pues en contadas ocasiones se asumían esos gastos excesivos en cofradías que no contaran con los miembros más sobresalientes de la comunidad entre sus filas, quienes ejercían además como mayordomos afrontando ellos mismos esos sobrecostes mediante los que, en buena lógica, pretendían obtener crédito social.

Parece por tanto que el destino poco útil de los gastos cofraderos pesó más que la importancia cuantitativa de los mismos en las críticas gubernamentales. No en vano, la preocupación final de los ilustrados era de claro signo económico, aunque cubrieran sus argumentos con el velo de la espiritualidad.

1. Arias de Saavedra, Inmaculada y López-Guadalupe Muñoz, Miguel Luis, "Cofradías y ciudad en la España del siglo XVIII", en *Studia Historica. Historia Moderna*, 19, 1998, pp. 197-228; Rumeu de Armas, Antonio, *Historia de la previsión social en España. Cofradías, gremios, hermandades y montepíos*, Barcelona, Ediciones El Albir, 1981.
2. Martín García, Alfredo, "Ilustración y religiosidad popular: el Expediente de Cofradías en la provincia de León (1770-1772)", *Estudios Humanísticos. Historia*, 5, 2006, pp. 137-158.
3. Arias de Saavedra, Inmaculada y López Muñoz, Miguel Luis, "Religiosidad popular e Ilustración: las cofradías de Murcia en 1771", *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 31 (2), 1995, p. 74.
4. Mantecón Movellán, Tomás Antonio, *Contrarreforma y religiosidad popular en Cantabria. Las cofradías religiosas*, Santander, Universidad de Cantabria/Asamblea Regional de Cantabria, 1990, p. 177.
5. Romero Samper, Milagrosa, *Las cofradías en el Madrid del siglo XVIII*, Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, 1998, pp. 313-465.
6. Martín García, Alfredo, "Ilustración y religiosidad popular...", pp. 137-158.
7. Sobre los objetivos y cumplimiento final de esta medida puede verse, entre muchos otros, Abbad, Farid, "La confrérie condmanée ou une spontanéité festive confisquéeun autre aspect de l' Espagne à la fin de l'ancien régime", *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 13, 1977, pp. 361-384; Arias de Saavedra, Inmaculada y López Muñoz, Miguel Luis, "Debate político y control estatal de las cofradías españolas en el siglo XVIII", *Bulletin Hispanique*, 99 (2), 1997, pp. 423-435; Arias de Saavedra, Inmaculada y López-Guadalupe Muñoz, Miguel Luis, *La represión de la religiosidad popular. Crítica y acción contra las cofradías en la España del siglo XVIII*, Granada, Universidad de Granada, 2002; Martín García, Alfredo, "Ilustración y religiosidad popular...", pp. 137-158.
8. López López, Roberto Javier, *Comportamientos religiosos en Asturias durante el Antiguo Régimen*, Gijón, Silverio Cañada Editor, 1989; Manzano Ledesma, Fernando y Ansón Calvo, María del Carmen, "Las cofradías ovetenses en 1770", *BIDEA*, 167, 2006, pp. 97-118; García Sánchez, Justo, "Las cofradías asturianas en el informe del regente D. Teodomiro Caro de Briones: 1770-1771", *Studium Ovetense*, 35, 2007, pp. 33-282; Manzano Ledesma, Fernando, Ansón Calvo, María del Carmen y González Alonso, Nuria, "Las cofradías asturianas a la luz del Expediente General de Cofradías de 1771: Aportación a su estudio" en Lordén Miñambres, Moisés y Menéndez Llana, Juan Miguel (eds.), *I Congreso de Estudios Asturianos, Tomo IV*, Oviedo, Real Instituto de Estudios Asturianos, 2007, pp. 13-27.
9. López López, Roberto Javier, *Comportamientos religiosos en Asturias...*
10. Algunos de ellos serían: López López, Roberto Javier, "Religiosidad popular en el siglo XVIII: la fundación de la Cofradía de San Francisco Javier (Somió, 1719)", *Studium Ovetense*, 17, 1989, pp. 168-171; Suárez Álvarez, Patricia y Ansón Calvo, María del Carmen, "Mecanismos de asociación en la Asturias rural de la Edad Moderna: el ejemplo de las cofradías del concejo de Carreño", en Pérez Álvarez, María José y Martín García, Alfredo (eds.), *Campo y campesinos en la España moderna. Culturas políticas en el mundo hispano*, Madrid, Fundación Española de Historia Moderna, 2012, pp. 1.205-1.219.
11. Martín García, Alfredo, "Ilustración y religiosidad popular...", pp. 137-158.
12. López López, Roberto Javier, "Las cofradías gallegas en el Antiguo Régimen" en VV.AA., *Obradoiro de Historia Moderna. Homenaje al profesor Antonio Eiras Roel en el xxv aniversario de su cátedra*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago, 1990, pp. 181-199.
13. Mantecón Movellán, Tomás Antonio, *Contrarreforma y religiosidad popular...*, p. 186.
14. Carasa Soto, Pedro, "La asistencia social y las cofradías en Burgos desde la crisis del Antiguo Régimen", *Investigaciones históricas: época moderna y contemporánea*, 3, 1982, pp. 177-229.
15. Latorre Ciria, José Manuel, "Las cofradías del obispado de Albarracín durante la Edad Moderna" en Pérez Álvarez, María José y Martín García, Alfredo (eds.), *Campo y campesinos en la España moderna. Culturas políticas en el mundo hispano*, Madrid, Fundación Española de Historia Moderna, 2012, pp. 1.155-1.167.
16. López Muñoz, Miguel Luis, "Las cofradías de la ciudad de Granada en la segunda mitad del siglo XVIII" en VV.AA., *Actas de los VII Encuentros de Historia y Arqueología. Gremios, Hermandades y Cofradías. Una aproximación científica*

- al asociacionismo profesional y religioso en la Historia de Andalucía, Tomo II*, San Fernando, Ayuntamiento de San Fernando, 1991, pp. 55-72.
17. AHN, *Consejos*, 7097.
18. Archivo General de Simancas [en adelante AGS], Dirección General de Rentas [en adelante DGR], *Libros*, 367, 374, 375, 376.
19. Martín García, Alfredo, "Ilustración y religiosidad popular...", p. 153.
20. *Ibidem*.
21. Mira Caballos, Esteban, "Hermandades y cofradías en la provincia de Córdoba a través del censo de 1773", *Ariadna*, 17, 2004, pp. 245-271.
22. Arias de Saavedra, Inmaculada y López Muñoz, Miguel Luis, "Religiosidad popular e Ilustración...", pp. 73-107.
23. López Muñoz, Miguel Luis, "Cofradías y hermandades en el suroeste almeriense (siglo XVIII)" en Sánchez Ramos, Valeriano y Ruiz Fernández, José (coords.), *Actas de las I Jornadas de Religiosidad Popular*, Almería, Instituto de Estudios Almerienses, 1998, pp. 217-241.
24. Arias de Saavedra, Inmaculada y López Muñoz, Miguel Luis, "Religiosidad popular e Ilustración...", pp. 73-107.
25. Alfredo Martín García, "Ilustración y religiosidad popular...", p. 154.
26. AHN, *Consejos*, 7097.
27. AHN, *Consejos*, 7097.
28. AHN, *Consejos*, 7097.
29. Estas cantidades proceden de Arias de Saavedra, Inmaculada y López Muñoz, Miguel Luis, "Debate político y control...", p. 430.
30. Arias de Saavedra, Inmaculada y López Muñoz, Miguel Luis, "Debate político y control...", pp. 429-430.
31. Alfredo Martín García, "Ilustración y religiosidad popular...", p. 154.
32. Manzano Ledesma, Fernando, "La religiosidad popular de los vallisoletanos en el siglo XVIII: el informe sobre las cofradías de la provincia de Valladolid de 1773", *Studia Historica. Historia Moderna*, 29, 2007, pp. 387-425.
33. Mira Caballos, Esteban, "Hermandades y cofradías en la provincia...", pp. 245-271.
34. Mira Caballos, Esteban, "Hermandades y Cofradías en la Archidiócesis sevillana a través del censo de 1771", *Archivo Hispalense. Revista Histórica, Literaria y Artística*, 250, 1999, pp. 49-86.
35. Tomás Antonio Mantecón Movellán, *Contrarreforma y religiosidad popular...*, pp. 186-197.
36. AHN, *Consejos*, 7097.
37. AHN, *Consejos*, 7097; Suárez Álvarez, Patricia y Ansóñ Calvo, María del Carmen, "Mecanismos de asociación...", p. 1.214.
38. AHN, *Consejos*, 7097.
39. AHN, *Consejos*, 7097.
40. Aunque las sinodales fueron impresas en 1784, ya se habían redactado en 1769. González Pisador, Agustín, *Constituciones synodales del obispado de Oviedo hechas en esta ciudad por el ilustrísimo señor don Agustín González Pisador, obispo de dicha diócesis, prelado doméstico de Su Santidad, asistente al sacro solio pontificio, conde de Noreña, del Consejo de Su Majestad*, Salamanca, 1784.
41. González Pisador, Agustín, *Constituciones synodales del obispado...*
42. AHN, *Consejos*, 7097.
43. González Pisador, Agustín, *Constituciones synodales del obispado...*
44. González Pisador, Agustín, *Constituciones synodales del obispado...*
45. Jovellanos, Gaspar Melchor de (ed. de Domingo del Monte), *Cartas del señor don Gaspar de Jovellanos sobre el Principado de Asturias, dirigidas a don Antonio Ponz*, La Habana, 1848, p. 84.
46. Jovellanos, Gaspar Melchor de (ed. de Domingo del Monte), *Cartas del señor don Gaspar...*, p. 80.
47. Jovellanos, Gaspar Melchor de (ed. de Domingo del Monte), *Cartas del señor don Gaspar...*, p. 81.
48. Jovellanos, Gaspar Melchor de (ed. de Domingo del Monte), *Cartas del señor don Gaspar...*, p. 81.
49. Jovellanos, Gaspar Melchor de (ed. de Domingo del Monte), *Cartas del señor don Gaspar...*, pp. 80-81.
50. Feijoo, Benito Jerónimo, *Teatro Crítico Universal (1726-1740), Tomo IV (1730)*, Pamplona, Imprenta de Benito Cosculluela, 1785, p. 105.
51. AHN, *Consejos*, 7097.
52. Archivo Histórico de Asturias [en adelante AHA], *Fondo Aurelio del Llano*, C. 11513.
53. AHN, *Consejo*, 7097.
54. Mantecón Movellán, Tomás Antonio, *Contrarreforma y religiosidad popular...*, pp. 186-197.

Quantas mulheres? Os “perdões de honra e virgindade” do fundo notarial bracarense (século XVIII)

*

Doutoranda em História
(Lab2PT-IN2PAST-UMinho).
Bolsista da Fundação para
a Ciência e Tecnologia com
a referência 2022.11112.BD.
claudianovais93@gmail.com

Introdução

Durante a Época Moderna, a lei distinguia os direitos consoante o género, derivado da mulher ser considerada como um ser inferior ao homem a nível fisiológico, intelectual, espiritual e moral. E por esse motivo, tinham uma condição muito mais limitada, tendo as suas próprias decisões reguladas e controladas. A sua presença no meio judicial era diminuta, com destaque, maioritariamente, apenas para os típicos crimes femininos, como feitiçaria ou infanticídio, os quais não tinham perdão¹.

As fontes judiciais, apesar de serem o objeto de estudo principal no que é respeitante às dimensões sociológicas sobre as mais diversas tipologias de crime e conflito, independentemente do género, não são a única fonte disponível. Uma vez que, um processo legal é composto por diversos procedimentos, e só demonstram apenas uma parte. E, neste sentido, tornou-se pertinente analisar os fundos notariais, mais concretamente as escrituras dos perdões de parte, que poderiam ser usados nos distintos estágios em que decorria o processo, ou ser redigido sem se quer chegar a nenhuma instância judicial. Estes permitem-nos uma abordagem diferente, e formular diferentes questões sobre o mesmo prisma. É de ressaltar ainda, que este tipo de escritura possibilitava resguardar, enquanto bem jurídico, a honra feminina, processo similar ao observado nas escrituras de dote ou na entrada de uma mulher para um recolhimento.

Através desta fonte podemos observar sobre um outro prisma, a presença das mulheres enquanto vítimas e perpetuadoras de conflitos, com uma ação tanto ativa² como passiva. Portanto, o nosso instrumento de investigação para este estudo são os perdões de parte, no século XVIII, delimitando apenas para os perdões de “honra e virgindade”, restritos às mulheres, através da representação de alguns casos observados, numa abordagem qualitativa.

A fonte: os perdões de parte

Os perdões de parte eram um acordo feito entre duas partes, em que a vítima perdoava a quem lhe fez o ato ofensivo. Estavam previstos legalmente, e eram registados por um notário

E promulgados legalmente³. O seu principal objetivo era resolver os conflitos de uma forma conciliar. Paralelamente, tornaram-se num mecanismo para obter um perdão real, que exigia uma prova escrita no notário do perdão da vítima ao culpado⁴. A concessão de perdões foi um fenómeno não apenas observado em Portugal, mas em toda a Europa⁵.

Recorria-se a este instrumento aquando de um conflito ou querela⁶, sendo um opção para as vítimas e os acusados não levarem

Figura 1

Perdão de parte num livro
notarial

Fonte: Arquivo Distrital de Braga
(doravante ADB), 1.º Cartório
Notarial de Braga, Nota geral,
532, fl. 24



o caso até às últimas consequências ou instâncias por via do aparelho judicial da Coroa. E era frequentemente, utilizado quando o processo ainda decorria junto das autoridades competentes.

O ato de perdoar⁷, permitia que a vítima tivesse a oportunidade de reparar a sua honra dentro da comunidade onde estava inserido. E durante o processo de negociação, este era conduzido por amigos, familiares, e por líderes da comunidade, como clérigos, senhores ou vizinhos mais respeitados⁸; pois as relações entre as duas partes, eram na sua maioria, consideravelmente de proximidade.

De igual modo, não podemos esquecer a figura do notário, que durante todo o processo era um agente ativo, e tinha igualmente, uma ação mediadora. Pois as próprias escriturais notariais revelavam questões e produziam um discursos em diversos domínios, tais como: económico, antropológico, cultura, espiritual e material⁹. Um outro lado a referir é as emoções implícitas, que favoreciam o surgimento de rumores, levando a acusações por vezes precipitadas, mas a narrativa da parte ofendida era a que devia ser levada em conta¹⁰.

As escrituras dos perdões eram feitos por motivos de diversa índole, tais como: violência física ou verbal; algum tipo de conflito de interesse entre duas partes; roubo; adultério; fuga; morte; promessas de casamento ou os perdões de “honra e virgindade”; que iremos abordar neste estudo, entre outros. **[Figura 1]**

Como fonte de estudo esta tipologia de acordos permite revelar as dinâmicas de uma sociedade profundamente desigual, condicionada por uma determinada organização socioeconómica e expõem um lado da sociedade da Época Moderna que fica à margem dos processos judiciais, ou seja, poderíamos designar ao que Benoît Garnout conceptualizada como *infrajustiça*¹¹.

Demonstrava também como funcionava a sociedade do Antigo Regime doutrinada pela Igreja Católica, com valores e noções pautados pelo pecado¹² e conseqüentemente pelo perdão, como forma de redenção para todos os erros que poderiam ser cometidos. Por isso, esta escritura notarial atuava entre o campo legal e religioso.

A importância dos perdões de parte nas dinâmicas sociais no Portugal do Antigo Regime

Atribui-se que o aparecimento destes perdões de parte como uma consequência de oferecer uma resposta mais célere, derivado de a justiça não conseguir responder atempadamente a todos os casos num tempo rápido de resolução. Afirmaram-se como um recurso, e reiteramos, que contribuiu para a baixa percentagem de conflitos resolvidos pelo sistema judicial oficial português, nas mais diversas instâncias¹⁵.

A partir do regimento do Desembargo do Paço de 1582, pela lei de 27 de julho de 1582, todas as petições de culpas ou condenações de crimes passaram a ser recebidas pelos Desembargadores do Paço, podendo estes outorgar os perdões de parte¹⁴. Equivalente às cartas de perdão concedidas pelo rei, tanto a vítima como o acusado poderiam beneficiar de uma antecipação ou evitar os morosos e dispendiosos processos judiciais¹⁵, assim como os custos associados, e impedir o acusado de uma segregação social¹⁶.

A necessidade dos perdões surgiu também por causa de um outro valor fulcral do Antigo Regime, que era a honra. John Peristiany a define como “[...] valor que uma pessoa tem aos seus próprios olhos mas também aos olhos da sociedade. É sua apreciação de quanto vale, da sua pretensão, a admissão pela sociedade da sua excelência, do seu direito a orgulho.”¹⁷. Definiram-se como um alicerce na estrutura social presente nas instituições e comunidades, e inerentes a cada cultura. A honra tornou-se num meio de afirmação, que condicionava o estatuto, a notabilidade e credibilidade pública¹⁸, reafirmando na presença de testemunhas, que reiteravam a opinião pública¹⁹.

Nos perdões de parte procurava-se, como já mencionado, “restaurar” a honra, tornando-se no principal ideal, conquanto também era um método para as vítimas obterem uma compensação monetária ou de bens. O que nos leva a afirmar que a honra e as suas crenças tem um preço, só não sabemos o seu valor ; e igualmente a honra feminina que perpetuava nestes mesmos perdões tinha um preço julgava-se ser o suficiente para reparar o dano causado à vítima²⁰.

A honra feminina como instrumento de sobrevivência

A honra tinha um valor imensurável, tanto para homens como para mulheres; embora a sua representatividade fosse distinta. Para as mulheres a honra era discutida sobretudo no campo sexual, pois esta era vista como um objeto de troca nas relações sexuais entre os géneros²¹. Enquanto para os homens envolvia outros preceitos como o respeito, a agilidade física ou a capacidade económica e profissional²². Vários são os termos que se associa à construção do termo honra, tais como: fama; postura, condição, reputação, crédito, honestidade, virtude ou castidade²³.

Derivado da honra das mulheres ser centrada no domínio sexual, a virgindade era a sua maior qualidade, e elevava o estatuto da mulher ao máximo da sua condição e respeito²⁴, não só pela opinião pública como também pelo acesso ao mercado matrimonial. A designação de “perda da virgindade” exigia das mesmas um discurso de mulheres honestas, que de tudo fez para defender o seu estado²⁵.

Para além da castidade que lhe era exigida, a mulher deveria ser contida na sua forma de falar, ser humilde, trabalhadora, obediente e evitar manter conversas prolongadas com os homens, que poderiam gerar momentos de luxúria. Outras características da sua conduta seriam sentimentos de compaixão, doçura, amora e obediência aos pais e maridos; estes valores arrigaram-se nas sociedades que aderiram à Contrarreforma²⁶. Era, por conseguinte, vital manter as mulheres jovens sob observação constante para que não perdessem e denegrissem a honra. Neste sentido, a mulher era considerada a depositária da honra familiar, ou seja, do seu bom nome e crédito na localidade²⁷.

A linha ténue da violação

No decorrer da Época Moderna, o termo violação surgia comumente com outras palavras, que eram empregues em diversos tipos de documentos, tais como: defloração; desonra ou estupro. Por isso, é importante percebermos os seus significados e disparidades. Então, segundo a definição de Rafael Bluteau, sobre o termo *violação*, este era violar, o profanar, violação ou profanação de um templo, transgressão, e só por último identificava a violação de donzela ou mulher²⁸. Outro termo que aparecia regularmente era *defloração*, e significava que o defloramento de uma donzela; e juntamente encontramos *deflorar* que o autor descrevia como desonrar, tirar a flor da virgindade, aquele que desflora a donzela, e se a enganou com falsas palavras, e estava obrigado a casar com

ela. E ainda *desflorar*, que era tirar o mais puro, o mais fino, perfeito de alguma coisa²⁹. Sobre outro termo comumente associado, o *desonrar* temos então desonrar alguém, com palavras, com castigos, desonrar a sua casa, a sua família, desonrar alguém para sempre, desonrar uma moça donzela³⁰. E, por último, o termo *estupro* que aludia a violar, desonrar, estuprar uma donzela³¹.

A diferença que denotamos entre os termos violação e os restantes, defloração, desonra, estupro, é que o primeiro se aplicava tanto ao ato violar mulheres e donzelas, e os outros apenas indicavam que é o tirar a virgindade ou desonrar uma mulher virgem, ou seja existia uma separação entre mulheres virgens e não virgens. Era visível uma primeira problemática, é que a violação, no sentido sexual, não estava associada ao fato de violar uma mulher sexualmente, mas centrava-se num aspeto que é a honra feminina, que representava não só a mulher, mas todo o seu agregado familiar, e esta era claramente a prioridade.

Nas *Ordenações Filipinas* que vigoraram durante o período em estudo, referia que se uma mulher fosse “forçada” a dormir com um homem, sem qualquer tipo de consentimento, o homem que cometeu o ato de violação se casasse com ela; e caso concordassem com o matrimónio deixava de ser possível aplicar a pena³².

E postoque o forçador depois do maleficio feito case com a mulher forçada, e aindaque o casamento seja feito per vontade della, não será relevado da dita pena, mas morrerá assi como se com ella não houvesse casado.

E toda esta Lei entendemos em aquelas, que verdadeiramente forem forçadas, sem darem ao feito algum consentimento voluntario, aindaque depois do feito consumando consintão nelle, ou dêem qualquer apazimento: porque tal consentimento, dado depois do feito, não revelará o forçador em maneira alguma da dita pena.³³

A própria legislação contornava as penas que poderiam recair sobre o homem e a desonra da mulher violentada, e oferecia uma solução prática para ambos, que era o casamento³⁴.

O próprio ato de violação só tinha algum tipo de credibilidade quando os juizes viam sinais físicos evidentes e fortes, com ferimentos visíveis, destruição dos espaços envolventes, e as próprias testemunhas permitissem corroborar o que efetivamente ocorreu³⁵. Esta conjuntura era possível por estarmos perante uma estrutura enraizada do patriarcado, a par com o próprio sistema legislativo e moral português, assim como a própria sociedade criavam condições e mecanismos que agravavam ainda mais este problema. Em contrapartida estas mesmas soluções podiam ser ferramentas para as mulheres e a sua sobrevivência, segundo o pensamento do Antigo Regime.

A condição feminina iminente nos perdões de “honra e virgindade”

Os historiadores tendem a teorizar o género em estruturas tradicionais sociais e científicas, através do corpo sexuado⁵⁶, tornando o conceito de mulher uma construção social e a sua própria condicionante⁵⁷. E evidenciava a sua limitação de atuação⁵⁸ na sociedade envolvente, em diversas vertentes sociais, incluindo o crime. Dado a sua condição reduziu-se as ofensas das mulheres ao infanticídio, prostituição ou a outras questões relacionadas com a sexualidade e o corpo, reafirmando antigas noções sobre género e crime e, igualmente à atribuição perpetuada estruturalmente do carácter fraco da natureza feminina, onde se sobrepõem o desejo sobre a razão⁵⁹. A visão das mulheres como o “sexo frágil”⁴⁰, advinha do modelo patriarcal e a defesa do matrimónio, que era um sacramento, mas de igual forma, servia como proteção de base a uma sociedade hierarquizada⁴¹.

A criminalidade e conflitualidade feminina eram, na sua génese, um fenómeno urbano. Os motivos seriam, porque a vida pública na cidade era mais independente, e o risco de exceder as normas e leis tornava-se maior. Mas também pela falta de suporte a nível social e económico nos centros citadinos, onde as mulheres, que já eram sujeitas à vulnerabilidade, se agravava ainda mais⁴²

No seguimento deste pensamento, a fonte em estudo os perdões de “honra e virgindade” permitem-nos reconstruir a condição das mulheres durante o período Moderno, e o seu nível de atuação e controlo da mesma. Estes consistiam no ato em que a mulher perdoava o homem por este lhe ter “levado” a virgindade, tendo como principal prioridade o “restaurar” a honra, não só da mulher, mas da família. Uma vez, que o estado civil destas mulheres era de solteira, e não gozavam de uma maior proteção da sua honra como as mulheres casadas, porém está não era pensada nelas, mas nos seus maridos, e a honra individual masculina⁴³. Como já abordado anteriormente, manter a honra era a mais segura garantia da virtude feminina⁴⁴.

A obediência das mulheres ao *Pater familias*, o pai na maioria dos casos, legalmente, era até completarem vinte e cinco anos. Nas *Ordenações Filipinas*, no livro IV título LXXXVIII, correspondente as causas que poderiam levar aos pais a deserdar os filhos referia que legalmente até aos vinte e cinco anos, pois eram consideradas menores de idade, e não se poderiam envolver com nenhum homem nem casar sem o consentimento parental, representado pelo pai; a mãe apenas tomava esta decisão quando não estava presente a figura masculina⁴⁵.

Nas escrituras notariais dos perdões de “honra e virgindade”, apesar de ainda termos um pequeno conjunto de exemplos,

percebemos este padrão da representatividade do homem. Além do pai, poderia junta-se outro ser outro homem da família, como aconteceu neste perdão de parte em que Maria, solteira, e o seu pai José Gomes, juntamente com o seu irmão, da freguesia de Santiago da Cruz, termo de Barcelos, perdoam António da Costa Leite, que era viúvo e alfaiate, que para além de lhe ter “levado” a sua honra, esta também acabou por engravidar. Nesta escritura não houve qualquer tipo de troca monetária ou outro tipo de acordo, referia mesmo “[...] também seu pai e irmão por este presente pleno instrumento de sua própria e livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma perdoava como perdão livremente deste dia para todo o sempre ao dito António da Costa viúvo [...]”⁴⁶.

Supracitado, a mãe poderia assumir o lugar do pai ou de outro homem do agregado familiar quando este não era possível se representar no decorrer da escritura, como neste caso em que a mãe viúva, de seu nome Francisca Jorge, chega a um acordo com Manuel Ferreira, por este ter raptado a sua filha e lhe ter “tirado” a virgindade como a fonte assim aludia, “[...] lhe levava a sua filha Brígida de sua onra e virgindade e que lha tirara de caza e crelara delle pelo crime de [rpto] e aleibocia de vezinho diante o Doutor Corregedor do Crime cidade do Porto [...]”⁴⁷. Podemos nos perguntar por ser uma mulher a negociar, a deliberação apenas ficou por simples ato de o acusado pagar as suas despesas na justiça.

Todavia denotamos, que a aplicação de ser menor de idade aos vinte e cinco anos na prática poderia não ocorrer, como é visível no perdão de Isabel, solteira, que concedeu a Francisco Leite. A vítima tinha mais de vinte e cinco anos, mas fez-se na mesma acompanhar pelo pai. No entanto, estamos perante um caso em que explicitava que esta perdeu a sua “honra e virgindade” por ter sido violada, e como consequência engravidou. A troca pela “devolução” da honra e criação da criança foi de oitenta mil réis ⁴⁸.

O caso aqui apresentado não foi o único encontrado em contexto de uma violação. Temos outro exemplo, o perdão de parte da vítima Isabel Maria, que tem um papel totalmente passivo, pois foi completamente assumido pelo pai, ou seja, o ato de perdoar é apenas efetivado por ele. E como refere na fonte “[...] preso nas cadeias da Relação do Porto pelo estupro de sua irmã Isabel Maria solteiro maior de dezassete anos [...]”. O pai acaba por conceder o perdão para que o violador da filha saia da cadeia da relação do Porto, uma vez que o próprio é o seu filho, irmão da vítima, e este seja degredado para o Estado da Índia ⁴⁹.

A troca monetária proporcionada pelos perdões é um outro aspeto, este acordo permitia não só pelos danos causados à vítima, como muitas vezes pelo silêncio da própria mulher e da sua família. A realidade poderia ser por diversos fatores como, o homem ser casado ou por este ter um estatuto social superior. No perdão oferecido por Mariana, podemos constatar isso. Além de esta conceder o perdão propriamente dito, por lhe ter “levado”

a sua honra e virgindade existe uma troca monetária decorrente de o perdoado ser um padre, e exigir o total silêncio, mas também porque deste relacionamento nasceram dois filhos, que ficaram ao total encargo da mãe. Referia ainda que “Destá sorte que se algum Direito lhe compete ou podem vir a ter para contra ele intentar algum procedimento ou ação criminal ou cível o renunciam e dele cedem e desistem desde hoje para todo sempre para nunca mais em tempo algum dele poder incorrer[...]”⁵⁰, ou seja, após lavrado este perdão nem o pai da vítima, nem a própria poderiam voltar a incorrer qualquer tipo de ação judicial.

Paralelamente, poderiam surgir casos em que as mulheres consentiram “ficar sem” a sua honra e virgindade por causa de uma promessa de casamento que lhes foi feita. No perdão dado por Domingas Ferreira “[...] moça honrada e virtuosa [...]”⁵¹, o acusado namorara com ela e fez a dita promessa de casamento, e agora o pai da mesma procurava um acordo que permitisse que a vítima tivesse a sua honra dignificada através de uma troca monetária no valor de trinta e seis mil réis. O expectável, seria, conforme ordenado nas *Ordenações Filipinas*, que quando um homem dorme com uma mulher virgem, devia casar com ela se for do seu agrado, mas caso a mulher não quisesse, este terá de lhe pagar uma indemnização⁵²; mas nem sempre se assistia a essa realidade na prática.

Conclusões

A investigação da fonte aqui descrita, os perdões de parte, ainda se encontra numa fase preliminar de estudo. Decorrente disso não podemos ainda fornecer uma análise quantitativa, como a totalidade de casos apresentados quer dos perdões de parte, quer apenas dos perdões de “honra e virgindade”. Assim como de indicadores relevantes sobre estas mulheres, tais como o número de mulheres solteiras; a idade; a profissão; a estrutura familiar; se provém de um meio rural ou urbano; ou se o seu nível de atuação é limitado pelas figuras masculinas que as representavam ou acompanhavam durante o processo.

O objetivo basilar aqui apresentado é apenas uma pequena exemplificação, mas que fornece-nos já algumas dinâmicas, que vão de encontro ao expectável apresentado pela bibliografia e pelas questões que lançamos. Os perdões de parte observados, demonstram que, apesar de serem agentes passivos, as mulheres tinham paralelamente uma participação ativa no meio legal e social; mesmo enquanto vítimas do sistema, amputadas de recursos e/ou de poder para estruturar os seus meios de defesa.

Todavia, a condição feminina era, igualmente, limitada na fonte em estudo, ou seja, a um ato notarial estruturado e feitos por homens: o notário era do sexo masculino, assim como as respetivas testemunhas e intermediários nas trocas monetárias.

E ainda, temos de ver estes perdões de honra e virgindade como tendo dois lados da moeda, pois a sociedade da Época Moderna assim funcionava. Onde por um lado, existia toda uma componente patriarcal e machista em torno do conceito de virgindade e da honra feminina, mas também como um instrumento por parte da vítima, através do retorno por algum tipo de dano causado, principalmente nos casos de abuso sexual, que permitiam e a possibilidade de ingressar no mercado matrimonial, e possivelmente uma salvaguarda e sustento para estas mulheres.

Notas

1. Davis, Natalie Zemon, *Fiction in the Archives: Pardon Tales and Their Tellers in Sixteenth Century France*, Stanford, Stanford University Press, 1987, p. 85
2. As mulheres eram agentes ativos nos meios judiciais, utilizando-os também para disciplinar os maridos. Leia-se Kamp, Jeannette, *Crime, Gender and Social Control in Early Modern Frankfurt Am Main*, Leiden e Boston, Brill, 2019, p. 7.
3. Para saber mais sobre a ação do notário leia-se Hespanha, António Manuel, *As Vésperas do Leviathan: Instituições e poder político em Portugal no século XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994, p. 173-177.
4. Abreu-Ferreira, Darlene, *Women, crime, and forgiveness in early modern Portugal*, Oxon e Nova Iorque, Routledge, 2015, p. 3
5. Muurling, Sanne, *Everyday Crime, Criminal Justice and Gender in Early Modern Bologna*, Boston and Leiden, Brill, 2020, p. 74.
6. A querela era a acusação registada de forma oficial junto das autoridades locais. Abreu-Ferreira, Darlene, *Women, crime....*, p. 155.
7. O perdão, enquanto termo político era conhecido desde a Grécia Antiga, por Platão, Aristóteles e ademais seus contemporâneos. Observe-se Griswold, Charles, *Forgiveness: A Philosophical Exploration*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2007, p. 3.
8. Duarte, Luís Miguel Duarte, *Justiça e criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1993, p. 563.
9. Acerca das questões sobre fundos notariais e as suas dinâmicas consulte-se Amorim, Inês, “As Fontes Notariais: uma reflexão metodológica”, in *Revista Portuguesa de História*, 2002, p. 97, https://doi.org/10.14195/0870-4147_36-2_7.
10. Mantecón Movellán, Tomás, “Las mujeres ante los tribunales Castellanos: acción de justicia y usos de la penalidad en el antiguo régimen”, in *Chronica Nova*, n.º 37, 2011, p. 120.
11. Para a definição deste conceito consulte-se Garnot, Benoît, “Justice, infrajustice, parajustice et extra justice dans la France d’Ancien Régime”, in *Crime, Histoire & Sociétés / Crime, History & Sociétés*, 4(1), 2020, pp. 103-120; Garibeh Louze, Antuanett, “La mujer oprimida, la mujer maltratada. Una aproximación a la violencia contra la mujer a través de las escrituras notariales de perdón”, in Fernández Valle, Maria de los Ángeles; López Calderón, Carme; Moya Rodríguez, Inmaculada (Eds.), *Discursos e imágenes del Barroco Iberoamericano*, 2019, pp. 345-358.
12. Serra, Alexandra Isabel Raposo, *Conflitualidade, violência e perdão no Alentejo de Antigo Regime (1700-1720)*, Universidade de Évora, 2021, p. 31.
13. Hespanha, António Manuel, *As Vésperas do Leviathan*, ...p. 440.
14. *Ordenações Filipinas*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p. 243.
15. Queirós, Isabel Maria de, *Theudas e Mantheuadas: a criminalidade feminina no reinado de D. João II através das cartas de perdão (1481-1485)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 3
16. Cardoso, Daniela Maria Sousa, “Agressoras e Vítimas. As mulheres nas Cartas de Perdão do notariado do Porto (1750-1770)”, in *Omni Tempore. Atas Dos Encontros Da Primavera 2017*, 3, 2018, p. 275.
17. Peristiany, John, *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, p. 13.
18. Serra, Alexandra Isabel Raposo, *Conflitualidade....*, p. 123.
19. Peristiany, John, *Honra e vergonha....*, p. 18.
20. Garibeh Louze, Antuanett, “La mujer oprimida, la mujer maltratada. Una aproximación a la violencia contra la mujer a través de las escrituras notariales de perdón”,...., p. 353.
21. Sandra Cavallo, e Simona Cerutti, “Female Honor and the Social Control of Reproduction in Piedmont between 1600 and 1800”, in Muir, Edward; Ruggiero, Guido (Ed.), *Sex and Gender in Historical Perspective*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, 1990, p. 73.
22. Garthine Walker afirma que na Inglaterra da Época Moderna, a honestidade de uma mulher, em conjunto com o crédito e reputação (que são os constituintes da honra), não estavam necessariamente definidos segundo o código de honra sexual. Walker, Garthine, “Expanding the Boundaries of Female Honour in Early Modern England”, in *Transactions of the Royal Historical Society*, 6, 1996, p. 235; 245, <https://doi.org/10.2307/3679239>.
23. Walker, Garthine, “Expanding the Boundaries of Female Honour in Early Modern England”,...., pp. 236-237.

24. Lopes, Maria Antónia, “Estereótipos de “a mulher” em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro)”, in *Donne, Cultura E Società Nel Panorama Lusitano E Internazionale (Secoli XVI-XXI)*, 2017, p. 34
25. Candau Chacón, María Luisa, *Entre procesos y pleitos: hombres y mujeres ante la justicia en la Edad Moderna. (Arzobispado de Sevilla, siglos XVI y XVIII)*, Sevilla, Editorial Universidad de Sevilla, Editorial Universidad de Sevilla, p. 251.
26. Araújo, Maria Marta Lobo de, *Pobres, honradas e virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 17
27. Um ato que também permitia considerar as mulheres como honrosas e honestas era a sua dedicação nos tempos livres à caridade, afastando-a assim de momentos de ócio, assim como a sua permanência dentro de casa, e a sua dedicação à família; Walker, Garthine, “Expanding the Boundaries of Female Honour in Early Modern England”,... p. 238.
28. Bluteau, Rafael, *Vocabulário português e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos*, vol 8, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, p. 509.
29. Bluteau, Rafael, *Vocabulário português e latino*, ..., vol. 3, ..., p. 143.
30. Bluteau, Rafael, *Vocabulário português e latino*, ..., vol. 3, ..., p. 148.
31. Bluteau, Rafael, *Vocabulário português e latino*, ..., vol. 9, ..., p. 408. Em Espanha, também se poderia utilizar estupro para uma mulher viúva. Torremocha Hernández, Margarita, “El estupro en el Informe jurídico de Meléndez Valdés. Una visión ilustrada de un delito contra el honor familiar (1796)”, in Torremocha Hernández, Margarita; Corada Alonso, Alberto, *El estupro: delito, mujer y sociedad en el Antiguo Régimen*, Valladolid, Ediciones Universidad de Valladolid, 2018, p. 94.
32. Para o caso inglês, os culpados por violação eram raros, mas quando o ato prosseguia nas instâncias judiciais, a condenação era o enforcamento. Para saber mais sobre leia-se Walker, Garthine, “Rereading rape and sexual violence in early modern England”, in *Gender and History*, 10, no 1, 1998, pp. 1-25, <https://doi.org/10.1111/1468-0424.00087>.
33. *Ordenações Filipinas*, vols. IV e V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p. 1168.
34. Era comum as mulheres violadas assumirem este acordo, e por vezes, por detrás de uma promessa de casamento. Mantecón Movellán, Tomás, “Estupro, sexualidad e identidad en sociedades católicas del Mediterráneo durante el Antiguo Régimen”, in Torremocha Hernández, Margarita; Corada Alonso, Alberto, *El estupro: delito, mujer y sociedad en el Antiguo Régimen*, Valladolid, Ediciones Universidad de Valladolid, 2018, p. 260.
35. Vigarello, Georges, *História da violação (séculos XVI-XX)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 13.
36. Scott, Joana, “Gender : A Useful Category of Historical Analysis”, in *The American Historical Review*, 91, n.º 5, 1986, pp. 1055-1056.
37. Sobre conceitos estruturantes sobre a mulher leia-se Beauvoir, Simone de, *O Segundo Sexo*, vols. 1 e 2, Lisboa, Quetzal, 2015.
38. Apesar de todas as limitações, as mulheres tinham uma ação jurídica, pois eram passíveis de transmitir património e recebe-lo, eram capazes de testar. Ver em Sá, Isabel dos Guimarães, “Entre Maria e Madalena: a mulher como sujeito e objecto de caridade em Portugal e nas Colónias (séculos XVI-XVIII)”, in *Congresso Internacional: O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 330.
39. Kamp, Jeannette, *Crime*,..., pp. 66-67.
40. Os moralistas reduziam as mulheres a quatro estados: donzela; casada; viúva; freira. Garibeh Louze, Antuanett, “La mujer oprimida, la mujer maltratada. Una aproximación a la violencia contra la mujer a través de las escrituras notariales de perdón”,..., p. 349.
41. Torremocha Hernández, Margarita, “La fragilidad femenina y el arbitrio judicial (s. XVIII). Entre la caridad y la equidad en los tribunales”, in *Revista Electrónica de Historia Moderna*, 9(36), 2018, p. 453.
42. Muurling, Sanne, *Everyday Crime, Criminal Justice and Gender in Early Modern Bologna*, Leiden e

Boston, Brill, 2020, p. 4, <https://doi.org/10.1163/9789004440593>; Kamp, Jeannette, *Crime,...*, p. 11.

43. Torremocha Hernández, Margarita, “La fragilidad femenina y el arbitrio judicial (s. XVIII). Entre la caridad y la equidad en los tribunales”,..., p. 445.

44. Davis, Natalie Zemon; Farge, Arlette (Eds.), *História das Mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Edições Afrontamento, 1991, p. 536.

45. *Ordenações Filipinas*, vols. IV e V, ..., pp. 928-930.

46. ADB, *Tabelião Público*, n.º 118, fl. 56v.

47. ADB, 1.º Cartório Notarial de Braga, *Nota geral*, 500, fl. 74.

48. ADB, 1.º Cartório Notarial de Braga, *Nota geral*, 513, fls. 58-59.

49. ADB, 1.º Cartório Notarial de Braga, *Nota geral*, 861, fl. 130.

50. ADB, 1.º Cartório Notarial de Braga, *Nota geral*, 832, fl. 155.

51. ADB, 1.º Cartório Notarial de Braga, *Nota geral*, 526, fls. 71v.-72.

52. *Ordenações Filipinas*, vols. IV e V, ..., pp. 1172-1174.

Última e derradeira vontade:
o património feminino
e o ato de sepultar nos
testamentos de mulheres
do quotidiano bracarense
(séculos XVIII e XIX)

*

Mestre em História pela
Universidade do Minho e
professora de História no ensino
básico e ensino secundário.
sofiaferreirabarbosa@gmail.com

Este estudo resulta da análise do património de mulheres que viveram e trabalharam na cidade de Braga e que fizeram parte deste quotidiano urbano nos séculos XVIII e XIX, através da distribuição de bens nos seus testamentos. Enquadra-se num estudo mais amplo, que pretende conhecer as dinâmicas laborais das mulheres de Braga e o seu papel na economia familiar no período moderno.

Num âmbito geral, na Idade Moderna a mulher ocupava um lugar central na economia das cidades, e Braga não era exceção. Na era pré-industrial, o papel da mulher é mais vasto, do ponto de vista socioeconómico, do que apenas o papel de doméstica¹. Embora pouco presente nas fontes normalmente estudadas, estas mulheres trabalhadoras aparecem em documentos camarários, contratos, dotes, testamentos, entre outros.

Para desenvolver o estudo do trabalho feminino, é necessário recorrer a fontes variadas, do quotidiano bracarense, que indicam o papel destas trabalhadoras no abastecimento da cidade e na prestação de alguns serviços. Embora distanciadas dos homens no que respeita ao tipo de trabalho que lhes era possível desempenhar², as suas funções menos qualificadas eram de extrema importância e, por isso, mereciam uma grande atenção por parte do olhar masculino quanto à realização das suas tarefas, à forma como exerciam a sua profissão e, sobretudo, no que respeita aos seus comportamentos.³

As profissões destas mulheres eram várias, como referido, e acudiam ao espaço urbano de diferentes formas. Elas prestavam serviços como criadas, aias, hospitaleiras, lavadeiras⁴ e operavam também como abastecedoras de géneros, por exemplo, enquanto peixeiras, padeiras ou horteloas.

Estudar estas profissões, implica estudar as mulheres que as ocuparam, conhecer o seu percurso de vida e também a forma como se prepararam para a morte. Para Margarida Durães, os bens seculares são de grande relevância para o estudo dos indivíduos, da família/grupo e da sociedade onde se insere:

As disposições materiais, com a nomeação do sucessor e a repartição da herança, permitem uma aproximação à transmissão do poder, nome e prestígio e à constituição e valor do património. [...] Roupas de casa e de vestir, jóias, utensílios domésticos e de trabalhar, mobiliário são algumas das rubricas que preenchem os testamentos e nos permitem o estudo da composição e avaliação das fortunas dos diferentes grupos sociais.⁵

No âmbito do trabalho feminino, os testamentos dão também conhecer o património disponível para a salvação da alma, para a sua última morada, a preocupação com os vivos, o que lhes é deixado, deixando compreender o sucesso/insucesso financeiro

que caracterizam as diferentes profissões, a sua rede familiar/de apoio, bem como a sua responsabilidade na constituição económica da família e da casa.

Os testamentos femininos

Os testamentos têm uma disposição que não se condiciona pelo género do indivíduo ou profissão, sendo um tipo de documento uniforme, que se dedica inteiramente às últimas vontades de quem as expressa. São, portanto, uma fonte rica no que toca ao estudo da condição feminina na Idade Moderna, já que a sua presença não é, como tantas vezes, colocada nas sombras da documentação. A mulher aparece nos testamentos tal como os homens, dita o seu nome, a sua profissão e estado civil. Aponta o que deseja receber para salvar a sua alma e quanto está disposta a pagar, menciona o seu património e gere a sua futura individualidade, mesmo em cadáver, organizando a vida de quem fica, dá instruções e escolhe quem terá a responsabilidade de garantir as suas *últimas e derradeiras vontades*.

Os testamentos transcritos para esta pesquisa são datados dos séculos XVIII e XIX, sendo o último de 1834. São aqui abordados os testamentos de Maria Roza (peixeira), Custódia Maria (lavadeira), Micaela do Espírito Santo e Angélica Barbosa (criadas), Catarina do Sacramento (confeiteira) e D. Teresa Josefa (colmeeira).

Estes documentos demonstram a natural preocupação evidenciada na época moderna para com a salvação da alma, seguindo uma estrutura testamentária regular, idêntica, que se desenrola em desejos de vida eterna e pedidos de intercessão dos anjos da guarda, santos de seu nome e de sua devoção⁶. Em seguida, são descritos os bens da alma, as missas a celebrar no dia do corpo presente e *à posteriori*. As vestes que acompanham o corpo seguem também os habituais pedidos: amortalhados em hábito de Santa Teresa, Nossa Sra. Do Carmo ou Nossa Sra. da Conceição. Não raras vezes, é solicitada a presença de pobres nos sepultamentos, a fim de estabelecer uma relação entre o defunto e Deus, dado a sua proximidade com o mundo imaterial. Esta humildade era requerida na hora da morte, assim que a pessoa se libertava dos bens terrenos⁷. Micaela do Espírito Santo, criada, deixa a seguinte recomendação no seu testamento produzido em 1772:

Que que meu corpo seja involto em habito de Nossa Senhora do Carmo e que seja levado por seis pobres à Igreja do Convento do Pópulo onde será depositado e enterrado e que se faça hum officio de Corpo Presente de trinta padres em que intrarão os Religiosos do mesmo Convento no mesmo numero⁸.

Mais tarde, mas com o mesmo modelo de escritura, no dia 2 de janeiro de 1808, Maria Rosa, peixeira, definia as suas últimas vontades e, à semelhança da maioria das mulheres estudadas, espera pela proximidade da morte:

Maria Roza mulher de Francisco Antunes na Rua dos Penedos desta Cidade [...] e por me achar grave muito molesta e temer a morte e as contas que tenho para dar ao meu Deus e não saber a hora e quando para isso serei chamada e desejando por minha Alma o Caminho da Salvação de mandei fazer o meu testamento na forma seguinte⁹.

Contudo, a preparação para a salvação da alma começava em vida e nesse sentido observamos que todas as mulheres mencionadas nos testamentos trabalhados pertenciam a confrarias ou irmandades, que escolheram para responsáveis pelas suas cerimónias fúnebres e quem as acompanharia à sepultura, à exceção de uma mulher: Custódia Maria, solteira, lavadeira, moradora na Rua Cruz de Pedra, termina a sua vida com poucos recursos. Filha de outra lavadeira — tendência natural em seguir a profissão da mãe ou da sogra —, deixa como bens de alma, um ofício de corpo presente, dez missas por si e outras dez pelos seus pais, de esmola de 120 reis. Como referido, não pertence a irmandades e o seu testamenteiro é o Reverendo João Álvares de Araújo — vigário da igreja de São Tiago da Cividade, onde rogou para ser sepultada. Manda redigir o seu testamento em 1806, não tem dinheiro e de património tem apenas *insignificantes moveis*¹⁰. Como lavadeira, tinha uma profissão de responsabilidade e a sua reputação importava quase tanto como a de uma criada, não convinha que fosse conhecida por danificar a roupa que estava à sua responsabilidade, ou de a perder. Teria, ainda, de ter robustez física para carregar roupas secas e molhadas. Podia, também, acumular várias ocupações, bem como trabalhar para vários clientes, particulares ou instituições, como hospitais.

A sua presença no Hospital das Velhas levanta, então, algumas questões naturais de quem estuda estas mulheres pelos seus nomes próprios. Teria Custódia caído nas malhas da pobreza? Ficou doente? Para quem/onde trabalhou?

Destas questões podem surgir algumas pistas através de uma análise mais profunda do que seria o Hospital das Velhas, uma vez que neste não residiam apenas mulheres pobres. Muitas moradoras deviam a sua permanência nesta instituição a outros motivos, não apenas económicos, mas sociais, como por exemplo a falta de rede familiar ou velhice. Era natural que estas mulheres continuassem a exercer as suas profissões, seguindo um estil o de vida em comunidade feminina, enquanto forma de suporte e entreajuda.

Na pesquisa efetuada, a realidade de Custódia Maria não é comum. A maioria das mulheres trabalhadoras têm património e uma rede social forte, sejam elas solteiras ou casadas.

Angélica Barbosa, era solteira e teve uma rede social de apoio sólida até à sua morte, como se compreende pela extensa redação do seu testamento, redigido no dia 6 de julho de 1764, vindo a falecer 13 dias depois. Era criada do fidalgo Doutor Manuel da Silveira e Abreu, moradora na Rua do Sameiro/Campo da Vinha. Denota-se pela leitura das suas últimas vontades a estreita relação de confiança com o seu “amo”, uma relação comum que, era normalmente estabelecida com as criadas que se encontravam a trabalhar na mesma família durante anos, e até décadas. Viam nascer as crianças, que cresciam e casavam, tornando-se assim membros da memória familiar por gerações. Por vezes, relações das mais variadas naturezas surgiam e, mantendo-se o afeto, mantinha-se também a profissão. Estas mulheres trabalhavam desde meninas, poupando a sua soldada para um futuro dote, já que, de acordo com Flávia Oliveira “Não raras vezes, a mulher posicionava-se como a sua própria dotadora, entrando para o casamento, com as soldadas que angariou pelo seu trabalho”¹², embora também não raras vezes se mantivessem solteiras. No caso de Angélica, sendo natural de Valença, jovem rural desenraizada numa cidade maior, o matrimónio poderá ter sido de difícil concretização.

Pese embora o desenraizamento desta mulher, é notório no seu testamento o contínuo apoio familiar que poderá ter exercido até à sua morte sobre os seus parentes. Neste documento é evidente a preocupação com os seus familiares, comprovando-se pelo destino do património de Angélica no momento da sua morte: para o sobrinho e sua esposa deixa vários vestidos de cor, contas de ouro de 4.800 reis para as filhas do sobrinho, para os filhos do sobrinho deixa 2.400 reis para mandar fazer roupa, para a irmã manda entregar 4.800 reis e para a sobrinha mais velha um par de argolas de ouro¹³.

Pedi para ser acompanhada, no dia da sua morte, pela Irmandade de N. Sra. Do Ó do Hospital, a Irmandade de N. Sra. Do Carmo, a Confraria das Almas de São Vicente, a Confraria das Almas da Sé e que se lhe dissessem missas da Confraria da Boa Morte, o que manifesta a saúde financeira desta mulher, capaz de incorporar algumas das principais confrarias da cidade.

Angélica deixou a responsabilidade sobre as suas vontades ao Doutor Manuel da Silveira, testamenteiro, que se preocupou até ao fim dos seus dias em concretizar os pedidos da sua criada. No seu testamento, redigido 27 anos depois, em 1791, Manuel da Silveira mandou incluir uma cópia do testamento de Angélica Barbosa, juntamente com um conjunto de documentos que comprovam que todos os itens do testamento de Angélica foram cumpridos (documentos assinados pelos herdeiros que comprovam a receção da sua parte, listas de missas celebradas e por celebrar, recibos assinados pelos preladados que celebraram os ofícios, entre outros). Nessa mesma pasta, surge um documento com a seguinte inscrição:

Manuel da Silveira e Abreu sepultado, em 29 de agosto de 1791, com hábito de S. Francisco e esmola de 4800 reis e enterrado na Igreja de São João do Souto, na tumba da Misericórdia [...] declarou ter ficado erdeiro de sua criada Angélica Barbosa, e ter satisfeito alguns legados que a mesma deixou em seu testamento e se algum estivesse por satisfazer, que se satisfizesse pelos seus bens para descargo da sua consciência [...]”¹⁴.

No que respeita aos bens da alma, Angélica indica 12 missas de corpo presente, com esmola de seis vintéis e 80 missas pela sua alma, “pela esmolla que ele quizer [...], e aonde ele quizer”¹⁵. O investimento desta criada na vida eterna não é exato, pois não deixa indicação do preço da esmola dos ofícios a celebrar. Contudo, alguns comprovativos passados pelos párocos que celebraram estes ofícios, permitem-nos perceber os valores gastos pelo seu herdeiro e amo:

Na igreja da freguezia de Sta. Marta de Adaúfe disse dez missas pela alma de Angélica Barbosa [...] as quais mandou dizer o Senhor Manuel da Silveira e Abreu da qual recebi esmola de cem reis cada uma. (4 de agosto de 1765, um ano depois do falecimento)¹⁶.

Pese embora a disponibilidade de acesso a alguns valores, não é possível alcançar o valor total investido na salvação da alma desta mulher, contando-se aproximadamente 72 vintéis e cerca de 8.000 reis¹⁷. No que respeita ao património distribuído pelos seus familiares, é possível calcular 12.000 reis.

Outro caso que vale a pena expor, é o de Catarina do Sacramento, conserveira e confeitadeira, moradora às Portas da Sé (provavelmente Rua do Cabido), solteira. Manda escrever o seu testamento em 1789. Esta confeitadeira pediu que todas as suas cerimónias fúnebres e ofícios se celebrassem na Sé de Braga (Capela de São Geraldo e Claustros), provavelmente devido à proximidade da sua morada, pois, tal como afirma Tiago Ferraz, o local de sepultamento “segue um critério de continuidade em vida, que os indivíduos queriam manter após a morte. Essa continuidade podia ser de âmbito paroquial ou confraternal”¹⁸, reforçando, assim, laços sociais e religiosos. Catarina inicia o seu testamento a requerer um ofício de 70 padres no dia em que a alma se aparta do corpo, 100 missas no dia do seu falecimento, cada uma com esmola de 120 reis, e, passando a citar: “[...] e não se acabando de dizer nesse dia minha Testamenteira as mandara dizer no dia seguinte nos mesmos claustros da Santa Sé para que se acabem de dizer [...] para que não haja demora em se mandarem dizer e isto lhe deixo muito recomendado”¹⁹. Pede ainda mais 5 missas em Altar Privilegiado de São Pedro de Rates,

no valor de 140 reis. No total, Catarina destinou 12.700 reis para a salvação da sua alma.

No que respeita aos “bens temporais”, são distribuídos por Catarina do Sacramento um total de 88.000 reis entre afilhados, compadres, primos, escrava e presos. Deixa ainda moradas acima do Arco, “brincos que acharem nas orelhas na hora da morte” e roupa. Por sua herdeira estabelece uma comadre, pelos motivos que indica — “[...] pello trabalho e companhia que me fez de me aturar e comprir tudo quanto deixo declarado neste meu testamento e por ser comadre Custodia Maria a qual instituo por minha universal Irdeira [...]”²⁰. Também a relação com a escrava mostra ser de afeto:

Deixo a minha escrava Mariana dezanove mil e duzentos reis e mais hua roupa e deixo a libre e forra para hir para donde lhe parecer sem embaraço algum e querendo ficar em companhia da minha herdeira e comadre esta a tratara e estimara na sua companhia com toda a caridade²¹.

Os testamentos permitem-nos conhecer as ações, tomadas em plena liberdade, destas mulheres trabalhadoras, que tomavam decisões autónomas e libertavam outras mulheres no mesmo sentido. Libertam uma escrava, como libertam uma filha.

A propósito, a colmeeira viúva D. Teresa Rosa Josefa — a mulher mais rica dos testamentos consultados²² —, afirma no seu testamento de 1776, que renova o prazo que a sua mãe lhe dera em dote para a sua filha, Maria Xavier, declarando: “[...] atendendo a que por meu respeito se não tem esta recolhida à Religião na forma que o dito meu Marido determinou no seu testamento e a outras circunstancias ainda de mayor ponderação que presentemente”²³. Esta viúva vai contra a última vontade do marido em recolher a filha num convento, afirmando mais à frente, que essa decisão se deve ao compromisso que a filha lhe fez de a acompanhar até ao fim dos seus dias.

Teresa Rosa, renova o seu testamento em 1789, trezes anos depois, e inclui um conjunto de mulheres como herdeiras: 7.200 reis para a sua criada, 4.800 reis para cada uma das duas moças que trabalham em casa e 2.400 reis para cada uma de duas pobres, com obrigação de encomendarem a sua alma.

Na primeira redação das suas “últimas vontades”, em 1776, pode concluir-se que Teresa Rosa se encontrava já incapacitada de alguma forma: “[...] e por não puder exercer por queixa que padeço nas maos pedi ao Padre Roque Lourenço de Carvalho e Cunha assistente nesta cidade que me fizesse este meu testamento e que em meu nome o assignasse [...]”²⁴. Treze anos depois, no anexo à sua escritura testamentária, nota-se uma evidente preocupação em recompensar estas mulheres (criadas e moças), talvez por um possível acompanhamento na sua doença incapacitante.

ÚLTIMA E DERRADEIRA VONTADE

Nome	Profissão	Estado	Salvação de Alma	Património
Custódia Maria ²⁵	Lavadeira	Solteira	2.500 reis	—
Angélica Barbosa ²⁶	Criada	Solteira	8.000 reis (aprox.)	12.000 reis
Catarina do Sacramento ²⁷	Confeiteira	Solteira	12.700 reis	88.000 reis
Teresa Josefa ²⁸	Colmeieira	Viúva	22.640 reis (aprox.) + 10.000 reis para Religiosos de São Frutuoso	21.600 reis a criada, moças da casa e duas mulheres pobres + Renovação do Prazo e dote à filha e dois terços dos seus bens
Maria Roza ²⁹	Peixeira	Casada	5.680 reis	24.000 reis (em peças de ouro)

Quadro 1

Distribuição dos bens investidos na salvação da alma e património distribuído em dinheiro.

Notas finais

Estas relações entre mulheres, de apoio e vida comunitária, que tanto aparecem nos testamentos merecem ser pontos centrais de análise no futuro desenvolvimento deste estudo. Nestes documentos, encontramos referências sobretudo a mulheres: são filhas, comadres, afilhadas, criadas, escravas, que surgem como herdeiras e testamenteiras. As mulheres acompanham-se mutuamente na vida, na morada, na doença e na velhice, apoiando e guiando os destinos da família ou da comunidade feminina em que se inserem. Na hora da morte, não se esquecem. São mais mencionadas que os homens e denota-se uma grande preocupação com o destino das filhas.

Concluimos, portanto, que o estudo das escrituras testamentárias pode possibilitar uma análise ímpar para o estudo da mulher — trabalho, rendimentos, preocupações e relações... Por se tratar de um tipo de documento que permite analisar numa perspetiva de igualdade entre o masculino e o feminino, ainda que apenas no que respeita ao formato documental e apenas permitida pela condição de finitude da vida, possibilita uma comparação mais aproximada, decorrente de alguma igualdade de circunstâncias.

Os testamentos comprovam que as mulheres, na História, mas em particular na época moderna, abdicaram o seu lugar na redação dos documentos históricos, mas não cederam a sua presença. Procurando-se, encontram-se mulheres com papéis de destaque na cidade e na família — podendo ser uma vendedeira que alimenta a cidade, uma criada que orienta uma família. Solteiras, casadas ou viúvas, as mulheres presentes nestas fontes levam-nos a questionar a perspetiva burguesa contemporânea de mulher totalmente dependente, mostrando-se sinais de grande dinamismo económico e social. Estas mulheres, trabalhadoras, posicionam-se para a morte como se posicionaram para a vida.

Notes

1. Lopes, Maria Antónia, “Mulheres e trabalho feminino em Coimbra (Portugal) no século XVIII e início do século XIX”, in Rodríguez, Juan José Iglesias; García, Rafael M. Pérez; Chaves, Manuel F. Fernández (coord.), *Comércio y Cultura en la Edad Moderna*, Sevilla, Editorial Universidad de Sevilla, 2015, pp. 1769-1787.

2. As mulheres estavam impedidas de ocupar profissões qualificadas. Segundo Luís Gonçalves Ferreira, a depreciação moral da mulher na época moderna condenava-as a cargos longe da formação de consciências, em áreas como a religião, a magistratura ou profissões liberais, auferindo 1/3 do salário dos homens. Estas condições, levavam as mulheres a recorrer a várias ocupações não qualificadas para sobreviver. Leia-se sobre o assunto, Ferreira, Luís Gonçalves, “Sexos tecidos, géneros costurados: indumentária de mulheres pobres no contexto assistencial de Braga, 1650-1750”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Contente, Cláudia; Esteves, Alexandra, *As Mulheres nos Caminhos da História*, Braga, Universidade do Minho, Laboratório de Paisagens, Território e Património, 2021, pp. 252-271.

3. A título de exemplo, nas atas de vereação da Câmara de Braga, do dia 2 de maio de 1618, aparece o registo de suspensão de atividade por trinta dias, aplicado a Inês Dias, padeira, por ser “prejudicial ao prumo desta cidade no vender o pão na ditta alfandega” por ser “brava e malentrouxada”, tratando mal os frequentadores do mercado com “palavras ruins”. Arquivo Municipal de Braga, *Atas de Vereação 1618-1620*, livro n.º 59, fl. 5v.

4. Para um estudo acerca do papel feminino na prestação de serviços hospitalares, consulte-se: Araújo, Maria Marta Lobo de, “Women as servisse providers in Portuguese Hospitals in the Modern Age”, in *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, n.º 161, 2014, pp. 195-200.

5. Durães, Margarida, “Os Testamentos e a História da Família”, comunicação proferida no âmbito do Mestrado de Demografia, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004, sp.

6. “[...] rogando a sua Mãe Maria Santíssima que seja minha adevogada e Interceptora diante de seu Bem ditíssimo Filho meu Senhor Jesus Cristo para que me perdoe dos meus pecados

e pedindo ao Anjo da minha Guarda e a a Santa do meu Nome e da minha maior devoção que peção e roguem a nosso Senhor Jesus Cristo por mim quando minha alma se apartar de meu corpo pera me apresentar diante do meu Senhor Jesus Cristo.” Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), *Fundo da Provedoria*, 2305, fl. 2.

7. Maria Marta Lobo de Araújo refere: “A esmola era um meio de afirmação, um sinal que exteriorizava prestígio. Tecnicamente sem poder, os pobres eram vistos como interlocutores privilegiados junto do Criador, facto que lhes conferia prestígio e os tornava úteis aos olhos dos ricos. Tinham por hábito rezar pelas almas dos benfeitores, agradecendo-lhes as esmolas deixadas.” Araújo, Maria Marta Lobo de, “O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas na época moderna”, in *Comunicação e Cultura*, n.º 10, 2010, p. 107.

8. ADB, *Fundo da Provedoria*, cota 6284, fl. 2.

9. ADB, *Fundo da Provedoria*, cota 77208, fl. 2.

10. ADB, *Fundo da Provedoria*, cota 2653, fl. 1.

11. O Hospital das Velhas, ou Hospital de Santiago, foi fundado em Braga, na freguesia da Cidade, durante a Baixa Idade Média, por iniciativa da família Barros. Acolhia mulheres, solteiras ou viúvas, em situação de vulnerabilidade social, sobretudo velhas. Sobre esta instituição, recomenda-se: Ferreira, Luís Gonçalves, “Mulheres pobres e assistência urbana em Portugal na Idade Moderna: o caso do Hospital de Santiago de Braga”, in *Revista Portuguesa de História*, n.º 52, 2021, pp. 77-106.

12. Oliveira, Flávia, “Prometia e dotava a ella dita esposada”: o doto de casamento como fonte para a historiografia da mulher”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Contente, Cláudia; Esteves, Alexandra, *As Mulheres nos Caminhos da História*, Braga, Universidade do Minho, Laboratório de Paisagens, Território e Património, 2021, pp. 208-218.

13. ADB, *Fundo da Provedoria*, cota B329, fl. 2v.

14. ADB, *Fundo da Provedoria*, cota B7132, fl. 30.

15. ADB, *Fundo da Provedoria*, cota B329, fl. 2v.

16. ADB, *Fundo da Provedoria*, cota B7132, fl. v.

ÚLTIMA E DERRADEIRA VONTADE

17. Consultar Quadro 1.

18. Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, “A última morada dos defuntos: os locais de sepultura na Braga setecentista”, in *Horizonte: revista de Estudo de Teologia e Ciências da Religião*, n.º 38, 2015, p. 1096.

19. ADB, *Fundo da Provedoria*, cota 2305, fl.2v.

20. ADB, *Fundo da Provedoria*, cota 2305, fl.4.

21. ADB, *Fundo da Provedoria*, cota 2305, fl.4v.

22. Consultar Quadro 1.

23. ADB, *Fundo da Provedoria*, cota 8489, fl.2v.

24. ADB, *Fundo da Provedoria*, cota 8489, fl.3.

25. ADB, *Fundo da Provedoria*, cota 2653.

26. ADB, *Fundo da Provedoria*, cota B7132.

27. ADB, *Fundo da Provedoria*, cota 2305.

28. ADB, *Fundo da Provedoria*, cota 8489.

29. ADB, *Fundo da Provedoria*, cota 77208.

SÍLVIA PINTO *

Sociabilidades e lazer da mulher vimaranense no século XIX

*
Doutoranda em História
na Universidade do Minho
(FCT: ref. UI/BD/151369/2021).
silviadfpinto.24@gmail.com

Introdução

A história da mulher faz-se acompanhar, muitas vezes, pela história do género. A inclusão da definição de género na historiografia portuguesa impulsionou a história das mulheres, fazendo avançar novos campos de investigação¹. A partir da década de 70 do século xx, devido à Revolução do 25 de abril de 1974, a luta pelo direito das mulheres passou a fazer parte, ainda que de forma discreta, da agenda política e, por isso, verificou-se um aumento significativo de estudos sobre a história da mulher em Portugal, que a afastam, progressivamente, da sombra do sexo masculino, ou como referem Georges Duby e Michelle Perrot, das sombras da própria história². A produção historiográfica sobre a figura feminina abre caminhos para a recuperação da memória histórica, ao dar visibilidade à mulher e ao desenvolvimento de relações sociais estabelecidas ao longo das várias épocas históricas.

Apesar do aumento de linhas de investigação que incluem a mulher, o processo é dificultado pelo reduzido volume de informação existente na documentação arquivística, ou mesmo nos fundos que dão visibilidade ao contributo social feminino. A mulher é, por esta razão, considerada por Irene Vaquinhas “vítima do silêncio dos documentos”³. No entanto, a partir de 1850, com a Regeneração (1851-1868), verifica-se o aumento de fontes para a investigação da história da mulher, para o que contribuiu a sua presença mais ativa na sociedade e no espaço público, por via do trabalho, pela participação em atividades de cariz filantrópico, cultural ou religioso, apesar da insuficiência ou mesmo inexistência de informação. Esta circunstância, por sua vez, é justificada pelo não reconhecimento da figura feminina como indivíduo juridicamente autónomo⁴. A mulher, na época contemporânea, ainda que mais ativa no espaço público, continuava a ser vista, do ponto de vista jurídico, como um ser não individual, constituindo-se apenas como um dos elementos de determinado agregado familiar, sendo muitas vezes reduzida às terminologias de mãe, esposa ou filha.

De facto, as mudanças políticas e sociais verificadas na centúria oitocentista, designadamente a implementação do regime liberal e a ascensão da burguesia, permitiram que a mulher portuguesa, além de estar inserida no quotidiano doméstico e familiar, se marcasse presença no espaço público. O processo de inclusão da figura feminina no meio público ocorreu, por um lado, através usufruto de atividades de lazer, para aquelas que tinham um estatuto económico mais abastado e, por outro, pelo desempenho de tarefas laborais, para as pertencentes aos segmentos populares rurais e urbanos. Este novo papel feminino possibilitou à mulher portuguesa da época oitocentista afirmar-se em lugares da esfera pública, de forma a cimentar oportunidades de intervenção social, laboral e política⁵.

Este capítulo trata do papel da mulher vimaranense ao longo da segunda metade do século XIX na cidade de Guimarães, de forma a perceber se se verifica, de facto, uma real afirmação da mulher no espaço público, através, nomeadamente, da sua participação de atividades de lazer.

Fontes de investigação para o estudo da mulher vimaranense

A imprensa constituiu uma fonte de investigação histórica profícua para o estudo da época contemporânea, devido à informação pormenorizada que oferece. No entanto, os jornais, tal como outras fontes de investigação, apresentam limitações. Mediante os ideais políticos ou religiosos aos quais estavam, por vezes, associados, podiam ser publicadas notícias de conteúdo tendencioso sobre determinadas matérias. Torna-se, por isso, indispensável fazer uma interpretação cautelosa e o cruzamento da informação com dados de outro tipo de fontes arquivísticas. No que toca à análise do papel feminino em espaço público, o cuidado de análise é mais premente, uma vez que a informação publicada pela imprensa espelhava os preconceitos da sociedade oitocentista.

Os textos publicados em dois jornais vimaranenses (“Religião e Pátria”, em abril de 1865 [Figura 1], e o “O Vimaranense”, em junho de 1894 [Figura 2]), ilustram bem o modo como, em oitocentos, era vista a mulher.

Verifica-se que ambas têm conteúdo semelhante e a separá-las estão cerca de 30 anos. Uma vez que o tema central dos dois artigos são as regras de comportamento social que a mulher deveria seguir, poderemos ser levadas a concluir que, dada a similitude do seu conteúdo, a conceção que a sociedade da época tinha sobre a figura feminina em nada se tinha alterado durante o tempo que as separa. No entanto, importa ter em consideração dois aspetos: por um lado, o caráter tendencioso da imprensa da época, no que toca a assuntos relacionados com a mulher e, por outro, os ideais com que cada um dos jornais estava conotado. O jornal “Religião e Pátria”, intimamente ligado à religião católica, mostrava uma postura conservadora relativamente aos assuntos que noticiava, designadamente aos que diziam respeito à mulher. Por exemplo, defendia que a mulher, no seu quotidiano, devia estar confinada ao espaço doméstico, se devia mostrar companheira do homem, capaz de o fazer feliz, como se pode observar na notícia da Figura 1. Por sua vez, o jornal “O Vimaranense”, de cariz político e literário, apesar de replicar a mesma notícia cerca de 30 anos depois, acrescenta a afirmação final: “As mulheres todas devem ler estes conselhos, mas não devem ler estes conselhos, porque são capazes de mandar o autor para o inferno.”⁶ A frase em questão pode

Figuras 1 e 2

Notícia do jornal *Religião e Pátria*, publicado em 5 de abril de 1865, p. 2 [esq.].

Notícia do jornal *O Vimararense*, publicado em 22 de junho de 1894, p. 3 [dir.]

Fonte: Hemeroteca da Sociedade Martins Sarmento: *Religião e Pátria*, 1865; *O Vimararense*, 1894.

AS MULHERES.—As mulheres devem ser como o sol, porque aquece e vivifica, mas não devem ser como o sol, porque é cheio de manchas.

As mulheres devem ser como a lua porque é companheira inseparável da terra, e por consequência dos homens; mas não devem ser como a lua, porque faz cada mez trinta caras.

As mulheres devem ser como os balões aereostaticos, porque sobem para o céu, mas não devem ser como os balões aereostaticos porque se lhes não pôde dar direcção.

As mulheres devem ser como as obreias, porque servem para lechar segredos, mas não devem ser como as obreias, porque andam nas linguas do mundo.

As mulheres devem ser como as harpas, porque são o symbolo e o emblema da harmonia; mas não devem ser como as harpas, porque a todo o instanté se desafinam.

As mulheres devem ser como o vidro, porque nada do que tem dentro encobre, mas não devem ser como o vidro, porque é de natureza quebradiço.

As mulheres devem ser como a areia, porque é subtil e fina; mas não devem ser como a areia, porque não pode servir de pé para edificio dura.louro.

As mulheres devem ser como o vinho, porque é todo cheio d'espirito; mas não devem ser como o vinho, porque tira o juizo á gente.

As mulheres devem ser como a liberdade, porque faz os homens felizes; mas não devem ser como a liberdade, porque em nome d'ella, se faz toda a casta de maroteira.

As mulheres devem ser como os espelhos, porque dizem sempre a verdade; mas não devem ser como espelhos, porque nem todas as verdades se dizem.

(C. da Covilhã)

A mulher deve e não deve

A mulher *deve* ser como o sol, porque da vida, mas *não deve* ser como o sol, porque este tem manchas.

Deve parecer-se com a lua, que é companheira inseparável da terra, mas *não deve* ser como a lua, porque tem muitas caras.

Deve ser como os balões que sobem ao céu, mas *não deve* ser como os balões porque se lhe não pôde dar direcção.

Deve ser como as obreias, porque servem para guardar segredos, mas *não deve* ser como as obreias, porque andam nas linguas de todo o mundo.

Deve ser como o vidro, que não encobre nada do que tem dentro, mas *não deve* ser como o vidro, porque é muito fragil.

Deve ser como os espelhos, porque dizem sempre as verdades, mas *não deve* ser como os espelhos porque nem todas as verdades se podem dizer.

Deve ser como a areia, que é subtil e fina, mas *não deve* ser como a areia, porque não serve para base de edificios duraveis.

Deve parecer-se com o vinho, que é espirituoso, mas *não deve* parecer-se com o vinho que transtorna o juizo das gentes.

Deve cultivar a leitura porque recreia o espirito, mas *não deve* cultivar a leitura, porque quasi sempre escolhe livros que lhe fazem perder o gósto e lhe estragam os costumes.

As mulheres todas *devem* ler estes conselhos, mas *não devem* ler estes conselhos, porque são capazes de mandar o auctor para o inferno.

indicar uma certa evolução no que toca à opinião pública de finais do século XIX, pois refere a possibilidade da existência de um certo desagrado das mulheres ao ler as regras impostas pela notícia.

Com o objetivo de perceber de que forma a mulher se apresentava no espaço público da cidade de Guimarães, usamos como metodologia a análise qualitativa de cerca de 2400 notícias publicadas na imprensa local sobre as sociabilidades e o lazer, entre os anos de 1850 e 1933, de forma a obter resultados quantitativos. A análise baseou-se na seleção de vocábulos usados para assinalar a presença da mulher em atividades desenvolvidas na esfera pública. Assim, verifica-se que a imprensa designa a figura feminina através de termos diversos — mulher, damas, senhoras, donzelas, raparigas, camponesas e moças— para aludir à participação em atividades de lazer ou de caráter filantrópico e até na realização de tarefas

Tabela 1

Análise quantitativa dos vocábulos de referência ao sexo feminino e masculino usados nas notícias de jornais vimeranenses publicados entre 1850 e 1933.

	1850-1899	1900-1933
FEMININO		
Damas	74	64
Senhoras	62	49
Donzelas	1	1
Raparigas	1	1
Mulher	2	5
Camponesas	2	2
Moças	2	4
Total:	144	126
MASCULINO		
Cavalheiro	85	38
Camponeses	6	1
Rapazes	30	43
Total:	121	82

laborais. Com esta análise pretendemos comparar a frequência com que a imprensa menciona a mulher em comparação com as referências ao homem e ainda comprovar a diferença entre as mulheres das classes mais altas e as mulheres de segmentos médios baixos, no que toca à assiduidade em momentos de lazer.

Antes de apresentar os resultados, é de referir que a carência dos vocábulos selecionados não significa a ausência da figura feminina em determinadas atividades de lazer, uma vez que grande parte das notícias analisadas não alude à presença do público que nelas participava.

Através da **Tabela 1**, é possível apurar que existe uma maior variedade de vocábulos associados à mulher (mulher, damas, senhoras, donzelas, raparigas, camponesas e moças) do que ao homem (cavalheiro, camponês, rapaz). A variedade de termos referentes à mulher tem a ver com a distinção económico-social a que cada um deles se refere. Desta forma, os vocábulos “damas”, “senhoras” e “donzelas” referiam-se às que pertenciam aos estratos mais elevados da sociedade, pois faziam-se acompanhar de expressões como “da mais fina sociedade”, “da nossa melhor e mais elegante sociedade” ou até de descrições das *toilettes* usadas, que indicavam riqueza e luxo. Por sua vez, os termos “camponesa” e “moças” eram usados para nomear as raparigas ou mulheres

pertencentes aos segmentos sociais médio/baixo da sociedade, residentes nas zonas rurais, e que, por exemplo, nas alturas de feira ou de festa religiosa, se deslocavam à cidade de Guimarães.

Os resultados quantitativos da tabela indicam, ainda, que o número de notícias que mencionam a mulher em atividades dos tempos livres é maior comparativamente ao que sucede com o género masculino. Por norma, as notícias descritivas das atividades ociosas da mulher assumem um tom elogioso. Por exemplo, aquando das idas às *soirées* e ao teatro, a beleza e delicadeza enaltecidas, o mesmo acontecia em relação aos trajes que envergavam nas festas religiosas.

Mulher vimaranense de oitocentos: sociabilidades e lazer

No período oitocentista, várias são as descrições da presença da mulher em momentos de lazer, que incluíam música, dança, passeios, conversas e espetáculos. Como referido anteriormente, o espaço público ainda era considerado, nesse tempo, um espaço maioritariamente masculino. De facto, se focarmos a atenção na figura feminina pertencente às classes sociais mais abastadas, verifica-se que, apesar de ser vista com regularidade em lugares públicos, mantinha uma postura discreta e recatada, recolhendo-se, de forma geral, ao espaço privado da sua casa. No entanto, a privacidade da casa era, por vezes, quebrada e transformava-se num espaço aberto a pessoas que tinham uma relação mais próxima, tornando-se palco de eventos que tinham como principal objetivo o usufruto de momentos de lazer. Era o caso das *soirées*, que, no início do século XIX, constituíam um dos entretenimentos preferidos dos estratos mais altos da sociedade de então.⁷

Estes eventos ocorriam de forma esporádica, geralmente por ocasião de datas especiais ou comemorativas, como, por exemplo, do carnaval, de dias santos ou até do aniversário dos anfitriões. A realização das *soirées* no espaço privado da casa familiar obedecia também ao cumprimento de regras que partiam de um princípio básico: saber receber e saber estar. Só assim estavam garantidos os laços que ligavam de os convidados e o anfitrião. Nessas ocasiões, podia-se recitar poesia, representar, cantar, tocar piano e dançar. Nos momentos adequados, servia-se comida e bebidas.⁸

Estas festas privadas nos mais variados lugares e a cidade de Guimarães não era uma exceção. Os jornais locais davam conta desses eventos, avaliando a decoração das casas e a qualidade dos serviços, dando nota da animação proporcionada pela dança e pela música. Apesar de as *soirées* constituírem um acontecimento marcadamente masculino, não faltavam as senhoras da alta

sociedade, que, paulatinamente, conquistaram o direito a usufruir de momentos de sociabilidade, desde finais do século XVIII⁹.

A imprensa vimaranense, quando escrevia sobre as *soirées*, dava especial atenção à presença feminina. Em fevereiro de 1876, o jornal “Religião e Pátria” noticiava a *soirée masquée*, que teve lugar na altura do Carnaval, na casa de Francisco Martins Sarmiento, localizada no largo com o mesmo nome. A qualidade da decoração, do serviço de comida e da bebida, bem como a elegância dos disfarces usados pelas senhoras vimaranenses foram sobejamente elogiadas.¹⁰ De facto, o vestuário feminino não passava despercebido aos jornais locais, sendo muitas vezes motivo de destaque e de enaltecimento. O artigo publicado pelo “Comércio de Guimarães”, em dezembro de 1885, informava sobre a *soirée* dada na casa dos Conde Margaride e referia que, entre a presença feminina, se destacava, pelo luxo das *toilettes*, a anfitriã da casa, a Condessa de Margaride, que usava veludo preto e brilhantes.¹¹

Na imprensa vimaranense destacam-se as notícias relativas às *soirées* evocativas do aniversário da Condessa de Vila Pouca, dando conta dos momentos de animação, quer ao longo do jantar, entremeado de brindes, quer em momentos de dança, e da atuação da Banda Regimental nos jardins do palacete.¹² Veja-se a descrição que o jornal “O Imparcial” faz dos momentos de alegria na festa de aniversário da Condessa de Vila Pouca, em 1879:

No dia 16 do corrente e para celebrar o aniversário da ex.ma sr.a condessa de Vila Pouca, abriram-se de par em par os espaçosos salões, para dar ingresso às principais famílias desta cidade [...]. Os salões adornados com inexcédível gosto e iluminados a *giorno*, cujas luzes se reproduziam e multiplicavam nos grandes espelhos, ostentavam uma imponência pouco comum entre nós. [...] No átrio tocava a Banda de Caçadores 7 [...] Pelas 10 da noite os salões já estavam repletos de damas e cavalheiros da nossa melhor sociedade, e aos melodiosos sons de uma excelente e bem combinada orquestra, rompeu a primeira contradança [...]. Calcula-se em cento e cinquenta as pessoas que tomaram parte neste grande regojiso de família.¹⁵

Se na primeira metade de oitocentos as *soirées* aconteciam em casas de famílias de destaque dos centros urbanos, com o avançar do século XIX e a chegada do século XX foram, de forma gradual, transitando para sociedades culturais e associações que as organizavam para os sócios. Estas instituições tinham como principal objetivo fortalecer a relação dos seus sócios, pela via da instrução e do recreio. Com esse fim, organizavam reuniões familiares, preenchidas por momentos de conversa, música e dança. Na cidade de Guimarães, este tipo de eventos sociais começou a ocorrer com maior frequência em instituições de cariz recreativo



Figura 3

Rua de Gil Vicente. Festas Nicolinas (Maçazinhas), (década de 1920). Fonte: Repositório Digital da Casa da Memória de Guimarães

Fonte: Repositório Digital da Casa da Memória de Guimarães (in: <https://arquivo.casadamemoria.pt/cdmg/repositorio/pesquisa.php>).

e cultural, a partir da década de 80 do século XIX, na sequência do desenvolvimento do espírito associativo na cidade. Para o período em análise, são de realçar as reuniões familiares que tiveram lugar no Club Comercial Vimaranesse e na Assembleia Vimaranesse, noticiadas nos jornais locais, que relatavam o desfrute desses momentos pelos sócios, de forma geral homens, mas também dos elementos femininos das suas famílias. Veja-se, a título de exemplo, a descrição da *soirée* de carnaval no Club Comercial Vimaranesse, em fevereiro de 1895, que, segundo o “Comércio de Guimarães”, foi uma das mais concorridas e animadas. O principal foco do artigo foi a presença feminina, assegurando que foram as senhoras a dar nota de elegância à festa com os seus disfarces de cores alegres.¹⁴ De facto, a participação da mulher nestas festas tornou-se cada vez mais frequente com a aproximação do século XX. Nas primeiras décadas desta centúria, organizavam-se *soirées* cujo público-alvo eram as mulheres, possibilitando o desenvolvimento de sociabilidades de cariz exclusivamente femininas. As chamadas *soirées* da moda tinham lugar no cinema *Etoile*, instalado no Teatro D. Afonso Henriques, e os programas eram preenchidos com a exibição de filmes.¹⁵

A presença feminina no espaço público vimaranense fazia-se notar, em particular, nas festas religiosas. Além da visita às igrejas para mostrar a sua devoção, às senhoras dos estratos sociais mais elevados da cidade estava entregue a tarefa de adornar as



Figura 4

Largo da Oliveira. Ronda da Lapinha, 1899.

Fonte: Repositório Digital da Casa da Memória de Guimarães (in: <https://arquivo.casadamemoria.pt/cdmg/repositorio/pesquisa.php>).

janelas com colchas de damasco em dias de procissão, ficando em casa a assistir ao desfile processional, embora também pudessem acompanhar o cortejo. No programa de festividades em homenagem a S. Nicolau, enquadra-se a celebração das Maçãzinhas, em homenagem à mulher, na qual eram e ainda hoje são distribuídas “as maçãs às damas vimaranenses, que se encontram nas janelas das casas do centro da cidade, por uma cavalgada acompanhada por música”, como se procura mostrar na **Figura 3**¹⁶.

Além desta festividade, muitas outras foram noticiadas, mencionando a presença da figura feminina nas varandas das casas por onde as procissões passavam. Em 1859, o jornal *O Vimaranense*, a propósito da festa do Corpo de Deus, aludia a “ruas atoladas de povo e a janelas adamasçadas e guarnecidas com as nossas damas”¹⁷.

As senhoras podiam estar envolvidas na organização destas festividades, o que também constituía uma oportunidade para manifestarem as suas devoções. Era o caso da festa em honra de Nossa Senhora das Dores, “feita todos os anos pelo devoto estímulo das damas vimaranenses”¹⁸.

As mulheres do campo tinham mais liberdade de movimentos do que as da cidade, o que se explica pela natureza das tarefas que a sua condição requeria. Esta circunstância também justifica, por um lado, a sua maior exposição pública e, por outro, a escassez de tempos livres e de lazer. As festas religiosas significavam para

a mulher rural do Minho um momento de pausa nos afazeres do campo e de esquecimento das agruras que preenchiam uma grande parte do seu quotidiano. A imprensa vimaranense noticia, de forma regular, a peregrinação da Nossa Senhora da Lapinha, cuja imagem é levada em procissão desde a freguesia de Calvos até à igreja de Nossa Senhora da Oliveira, localizada no centro da cidade de Guimarães, regressando depois à igreja daquela freguesia, onde se encontra habitualmente. A **Figura 4** mostra a chegada do andor de Nossa Senhora da Lapinha à igreja da Oliveira e a multidão que a aguarda.

Além da animação descrita, através da música de bombos e bandas de música e da decoração do andor que transportava a santa, muitas foram as descrições das mulheres que incorporavam na procissão com os seus trajes tradicionais, munidos de cor e ouro, semelhantes àqueles que verificamos na **Figura 5**.¹⁹

Na época, o teatro era considerado um instrumento de instrução da sociedade. Para Guimarães, sobretudo desde 1855, com a construção do Teatro D. Afonso Henriques, a assistência à arte da representação foi-se incorporando progressivamente na rotina da população vimaranense. Na assistência notava-se a presença de mulheres, que, por norma, tinham lugar reservado nos camarotes. O Teatro de Variedades, montado provisoriamente no Largo de S. Gualter, em 1881, chegou a ser considerado como teatro de segunda, devido ao ambiente mais descontraído e pateadas constantes nas atuações. Estes teatros também estavam preparados para acolher a mulher da elite vimaranense com camarotes apropriados, como descreve uma notícia do jornal *Religião e Pátria* em 1881²⁰.

Além dos exemplos de atividades de ocupação dos tempos livres da mulher vimaranense, com caráter recreativo, cultural e religioso, parece-nos importante destacar também as atividades de caráter assistencial através da promoção de bazares e quermesses, organizados muitas vezes por comissões constituídas por mulheres. Os bazares tinham como objetivo a venda de produtos angariados e doados por elementos da sociedade com elevado estatuto económico, cuja receita revertia a favor de instituições de assistência. A imprensa de Guimarães dava conta deste tipo de atividade no passeio público da cidade e que elogiava a participação de elementos femininos nas comissões promotoras. As mulheres tinham como principal tarefa apelar à caridade das pessoas com maior poder económico para que doassem bens para posterior venda.

Na época em estudo, a mulher vimaranense usufruía dos seus momentos livres através de atividades de cariz cultural, religioso e assistencial. Além daquelas que ao longo deste texto forma mencionadas, poderíamos ainda referir a presença em concertos do jardim público da cidade, as estadias nas termas de Vizela e das Taipas e ainda as idas à praia.

Figura 5
Mulheres com trajes
minhotos, início do
século XX

Fonte: Repositório Digital
da Casa da Memória de
Guimarães (in: <https://arquivo.casadamemoria.pt/cdmg/repositorio/pesquisa.php>).



Conclusão

O incentivo ao desenvolvimento da historiografia sobre a mulher funciona como uma forma de combate ao esquecimento e à recuperação da memória coletiva feminina. Através do presente estudo pretendemos, numa fase inicial, recuperar a memória dos momentos de sociabilidades da mulher vimaranense. Aquando do desenvolvimento da investigação através da análise da imprensa vimaranense, verificamos, por um lado, a existência de informação relevante para a (re)construção da memória da mulher da elite e, por outro, a presença de lacunas relativas à mulher das classes populares.

Desta forma, os jornais locais noticiavam com maior frequência as atividades de lazer das mulheres de segmentos sociais mais elevados, em contraposição à ausência de informação sobre a mulher das classes populares urbanas, se bem que surjam algumas referências à participação da mulher do campo nas festas religiosas. Assim, diversas questões, como a forma como a mulher operária de Guimarães usufruía do seu tempo livre ficam em aberto.

Ainda assim, mediante a informação disponível, é possível concluir que, no período compreendido entre 1850 e 1900, é

notória a presença da mulher burguesa e da elite no espaço público vimaranense, ainda que mantivesse a postura discreta e recatada, nota-se a sua presença na assistência a procissões na varanda das suas casas ou em espetáculos de teatro nos camarotes que lhe estavam reservados e ainda nas festas privadas ou *soirées* que ocorriam em casas particulares ou em espaços associativos. A mulher de Guimarães, ao longo do século XIX, usufruía das atividades de lazer de cariz público, mas de forma recatada, desenvolvendo relações sociais em locais onde a privacidade era assegurada.

Notas

1. Vaquinhas, Irene, “Memória e História das Mulheres e de Género; uma reflexão Individual e Memória Cultural”, in Patriota, Rosângela e Ramos, Alcides Freire, *Memória Coletiva, Memória Individual e Memória Cultural*, São Paulo, Edições Verona, 2018, p. 105.

2. Duby, George e Perrot, Michele, *História das Mulheres no Ocidente. O século XIX*, vol. 4. Porto, Edições Afrontamento, p. 7.

3. Vaquinhas, Irene, “Memória e História das Mulheres e de Género; uma...” p. 99.

4. Vaquinhas, Irene, “As mulheres na sociedade portuguesa oitocentista. Algumas questões económicas e sociais (1850–1900)”, in Vieira, Benedita Maria, *Grupos Sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*, Lisboa, Centro de estudos de História Contemporânea, 2004, pp. 150.

5. Almena, Pilar Lopéz, *El espacio público burgués y la visibilidad de la mujer en el siglo XIX. Una perspectiva desde Valladolid*. Dissertação de Mestrado. (2014) Faculdade de Filosofia e Letras. Universidade de Valladolid, p. 13.

6. HSMS, “A mulher deve e não deve”, *O Vimaranesense*, n.º 336, (junho de 1894), p. 3.

7. As soirées eram eventos que ocorriam essencialmente entre os segmentos mais elevados da sociedade, pois o conhecimento das regras de civilidade seria essencial para a participação neste evento: o saber dançar, o saber estar, e até o saber conversar seriam necessários para estas noites e tardes de gala. Leia-se Pereira Natália, *Teatro, cinema e excursões...: o uso do lazer em Braga. 1890–1930*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho, 2013. p. 93.

8. Bernardo, Ana, *Sociabilidade e Distinção em Évora no século XIX. O Círculo Eboresense*, Lisboa: Edições Cosmos. p. 37.

9. Lopes, Maria Antónia, “Estereótipos de “mulher” em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro)”, in Maria Antonietta Rossi, *Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI–XXI)*, Viterbo, Sette Città, 2017, pp. 27–44.

10. Na notícia lê-se: “Os ricos e elegantes salões do sr. Sarmento encheram-se de convivas dos quais a maior parte se apresentou trajando belos e bem estudados costumes, sobressaindo as nobres damas vimaranenses que

primam sempre, e sempre em toda a parte na delicadeza e elegância e bom gosto dos seus ornatos. [...] o esplendor da forma e a justeza e propriedade dos trajes, com que especialmente as senhoras, abrilhantaram aquela festa [...]”. in HSMS, “Soirées Masquées”, *Religião e Pátria*, n.º 26, (fevereiro de 1879), p. 2.

11. “Entre as deslumbrantes toilettes que matizavam aquele recinto distinguimos as das exm.as, sr.as Condessa de Margaride, veludo preto e brilhantes, D. Maria de Lorena, cetim rosa-claro, flores e renda, D. Brizida Pombeiro, seda preta e guarnições granada, D. Maria Meireles *faulle* creme-rosado, rendas brancas, D. Maria Castro azul-turquesa matizado de branco, rendas branco-creme; as elegantes filhas do meritíssimo juiz de direito desta comarca, azul-claro e flores; bem como mais o de algumas damas que não podemos especificar por não lhe possuímos os nomes no *carpet de souvenirs*.” in HSMS, “Soirée”, *Comércio de Guimarães*, n.º 145, (dezembro de 1885), p. 2.

12. HSMS, “Annos”, *O Imparcial*, n.º 172, (julho de 1873), p. 2;

13. HSMS, “Brilhante soirée”, *O Imparcial*, n.º 618, (julho de 1879), p. 2

14. HSMS, “Club Comercial Vimaranesense”, *Comércio de Guimarães*, n.º 960, p. 2.

15. HSMS, “Soirée da Moda”, *Comércio de Guimarães*, n.º 2822 (fevereiro de 1914), p. 2; “Soirée da Moda”, *Comércio de Guimarães*, n.º 2828, (março de 1914), p. 2.

16. HSMS, “Festas Escolásticas”, *O Vimaranesense*, n.º 414, (dezembro de 1866), p. 3.

17. HSMS, “Crónica Religiosa”, *O Vimaranesense*, n.º 7, (junho de 1859), p. 3.

18. HSMS, “Festividade das Dores”, *Religião e Pátria*, n.º 34, (abril de 1881), p. 2.

19. “Um andor, com a senhora da Lapinha muito enfeitado, numerosos guiões e cruces, na frente uma forte música de zabumbas, fechando a ronda um ou duas bandas de música. Acompanharam-na segundo o voto, milhares de camponeses de sete freguesias, mas próximas, vestidas as lavradeiras com as suas roupas de variadas cores, chapuzinhos de vidrilhos, o peito coberto de cordões d’ouro, grandes brincos nas orelhas, tudo pitoresco, enfim. Vai espera la ao cano muito povo d’esta cidade [...]” in HSMS, “Lapinha”, *Religião e Pátria*, n.º 46, (junho de 1889), p. 2.

20. “Neste novo teatro subirá amanhã à cena, depois de algumas comédias, a muito aplaudida opereta “Processo do Rasga” [...]. [...] naquele teatro, que agora se achas em melhores condições, podendo receber senhoras, para o que tem camarotes apropriados. [...]” in HSMS, “Teatro de Variedades“, *Religião e Pátria*, n.º 40 (abril de 1881), p. 2.

Entre Braga, Porto e Lisboa as vivências e quotidianos do deputado Joaquim Januário de Sousa Torres e Almeida, através da sua correspondência com Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça

*

Investigadora Integrada do
CITCEM – grupo populações e
Saúde. Investigadora do Lab2PT
– Laboratório de Paisagens,
Património e Território. Diretora
do Arquivo Municipal de Penafiel.
sofiacostafernandes@gmail.com

Introdução

A epistolografia assumiu nas últimas décadas um grande peso como fonte documental para a história social e política, sobretudo para o século XIX. O aumento da importância dada aos arquivos pessoais e de família, por parte da arquivística e, conseqüentemente, da historiografia, levou a que novas fontes documentais fossem dadas a conhecer e se tornassem objeto de estudos mais aprofundados. Finalmente resgatada de sótãos, caves, baús e gavetas, pelas ciências documentais, a correspondência permite-nos conhecer os indivíduos na sua intimidade. Ao escreverem para os amigos e familiares, estes mostram o seu verdadeiro “eu”, expressam as emoções, tristezas, angústias e desejos mais profundos, ao mesmo tempo que descrevem os seus quotidianos mais simples, as suas vivências, as suas opiniões políticas, sociais, religiosas. Assim, as cartas, a par dos diários, apontamentos pessoais, agendas, são uma fonte documental que nos possibilita o conhecimento da época a que reportam, pelos olhos de quem a viveu, aproximando-nos desses indivíduos e dos seus pensamentos, sem os formalismos e filtros que outros documentos possuem¹.

A coleção de cartas de Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça, essencialmente composta por correspondência recebida de vários destinatários, possui 57 cartas emitidas por Joaquim Januário de Sousa Torres e Almeida, entre os anos de 1859–1869, onde este livremente deixa transparecer os seus desejos, emoções, sentimentos e anseios, em várias confidências com o seu amigo. As cartas escritas pelo punho de Torres e Almeida, durante 10 anos da sua curta vida, permitem-nos conhecer os hábitos e gostos quer deste homem, quer do seu circuito de amigos. A sua paixão pela esposa, o carinho com a família, o cada vez maior desalento com a política e os meandros da sociedade lisboeta, os problemas de saúde que o fizeram viajar pela Europa, a tristeza de não conseguir ser pai, até às tertúlias e o fascínio pela literatura e pelo teatro, estão retratados nas suas epístolas, que nos permitem conhecer a sua vida em Braga, Porto e Lisboa ao longo deste período².

Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e a sua relação de amizade com Joaquim Januário de Sousa Torres e Almeida

Rodrigo Xavier nasceu no Porto em 1805³, mas, ainda adolescente, foi residir para a quinta do Picôto, na freguesia da Madalena, em Paredes. Devido às fracas possibilidades económicas da família, só depois de casar, em 1826, com D.^a Albina Rosa Moreira Lobo⁴,

senhora da baixa aristocracia local, é que Rodrigo Xavier pode frequentar a escola médico-cirúrgica do Porto. Em 1831, terminou o curso e 3 anos volvidos, por influência do sogro, foi admitido no partido de médico-cirurgião da Misericórdia de Penafiel, onde exerceu até ao final da sua vida⁵. Contudo, não foi como físico que este homem se salientou.

A sua paixão pelas letras tornaram-no, essencialmente, num intelectual, erudito, crítico literário que consumia, avidamente, tudo o que se publicava. Amante das artes dramáticas fundou o teatro Penafidelense, redigiu várias peças teatrais e participou, junto com a sua vasta prole, como ator amador. Aficionado pela música tocava, frequentemente, rebeca, violino e piano⁶. Homem de livre espírito, defensor da liberdade de expressão, controverso nas amizades. Entre os seus amigos contavam-se Camilo Castelo Branco⁷, Joaquim de Araújo, Teixeira de Vasconcelos, Arnaldo Gama, Antero de Quental, José Francisco Arroio, Sá de Noronha, entre muitos outros, com os quais se correspondia e visitava, sendo, muitos destes, presença assídua em sua casa, na cidade de Penafiel. Era um inconformado, irreverente, ilustrado e estudioso que não se submeteu a preceitos, não aceitou dogmas, não defendeu princípios já adotados⁸.

Redator de vários periódicos⁹ e fundador da Gazeta de Penafiel, em 1870¹⁰, foi, ainda, escritor de várias obras em prosa e em verso, publicando sempre com o pseudónimo “*Padre Serapião d’Algues*”. Figura proeminente da sociedade penafidelense¹¹ conquistou amizades, sobretudo entre os intelectuais nortenhos e muitas inimizades políticas pelo seu espírito anti Regeneração¹², que não se cansava de apregoar. Um dos amigos com que contava era Joaquim Januário de Sousa Torres e Almeida. O que teria unido estes dois homens com um fosso etário de 30 anos, naturais de cidades distintas e com profissões diferentes? Não foi possível identificar quando esta amizade teve início, contudo, estes tinham muitos aspetos em comum, que se foram verificando quer pelo estudo biográfico de cada um, quer pela correspondência enviada por Torres e Almeida para Rodrigo Xavier.

A paixão pelo jornalismo e o facto de ambos terem sido redatores de vários jornais do Minho, foi, provavelmente, a causa de aproximação destes dois homens¹³. Torres e Almeida, em 1860, nas suas cartas para Rodrigo Xavier solicitou-lhe, amiúde, que escrevesse para o Jornal “*O Independente*”, uma vez que acreditava que tal nobilitaria este jornal¹⁴. O próprio Torres e Almeida foi redator do mesmo¹⁵. Nas várias cartas que durante o ano de 1860, Torres e Almeida enviou para Rodrigo Xavier, foram temas constantes: os artigos escritos por ambos, a gestão do jornal “*O Independente*”, a necessidade de o nobilitar e do quanto este se engrandeceria pela pena de Rodrigo Xavier. Contudo, a partir de novembro de 1860, Torres e Almeida afastou-se da redação deste jornal, devido à direção política que o mesmo tomou, acabando

por ser seguido, nessa posição, pelo amigo. Apesar do cirurgião ter continuado, até ao fim da sua vida, ligado ao jornalismo, o mesmo não aconteceu com Torres e Almeida¹⁶. Em abril de 1865, Joaquim Januário de Sousa Torres e Almeida desabafou com Rodrigo Xavier que se sentia muito desanimado com o jornalismo¹⁷.

A paixão pelo teatro estreitou, igualmente, a relação entre ambos. Tal como Rodrigo Xavier, também, Torres e Almeida escreveu várias peças teatrais¹⁸, participou como ator amador no teatro São Geraldo¹⁹, em Braga, sendo frequente na correspondência trocada entre ambos, comentarem os espetáculos, a reação do público e os atores dos quais teciam vários comentários, quer depreciativos, quer elogiosos. A participação nos teatros era enorme, o público vibrava com os mesmos e as reações positivas e negativas não se faziam esperar, podendo resultar em grandes aplausos ou, mesmo, terminar em graves conflitos. Os periódicos, nos dias seguintes, dedicavam grandes colunas a comentar as peças e as reações, que também, eram discutidas, durante horas, nos cafés, academias, assembleias, ou através das epístolas. A correspondência entre estes dois amigos é um exemplo disso mesmo, o teatro era ponto de encontro de amigos e onde se estabelecia novos vínculos sociais e amizades.

Rodrigo Xavier era presença assídua em Braga, frequentando a casa de Torres e Almeida e da sua família. Esteve na inauguração do teatro São Geraldo, a convite do amigo, visitou com ele a biblioteca pública de Braga e quando Torres e Almeida passou a residir em Lisboa, Rodrigo Xavier foi, muitas vezes, convidado para lá ficar. Por sua vez, o nosso cirurgião, também, abriu a sua casa e fez de Penafiel, uma cidade acolhedora para Torres e Almeida. A amizade entre ambos estendia-se às suas famílias²⁰ e possuíam um grupo alargado de amigos comuns, nomeadamente Alexandre Herculano, Emília das Neves, Camilo Castelo Branco e Ana Plácido, entre outros. A amizade entre ambos era sólida e sincera, não havendo necessidade “*dos cumprimentos banaes e hypocritas da sociedade*”²¹. Torres e Almeida referiu, por inúmeras vezes, que falava com Rodrigo Xavier com a mesma franqueza com que falava com o seu pai, pedindo-lhe amiúde conselhos, sobretudo, quando ocupava já o cargo de deputado e depois de ajudante do procurador-geral da Fazenda. Desta forma, escutava-o no que respeitava a vida profissional, mas, também, no que concerne a sua vida pessoal²².

Joaquim Januário de Sousa Torres e Almeida: Do entusiasmo à desilusão

Joaquim Januário de Sousa Torres e Almeida nasceu a 31 de agosto de 1835²³, na rua Nova de Sousa, em Braga. Era filho do comendador Francisco Xavier de Sousa Torres e Almeida²⁴,

jurisconsulto de renome e de Ana Cândida Amarante de Sousa e Almeida. O pai de Torres e Almeida foi presidente da Câmara de Braga, em 1837, e um dos fundadores do banco do Minho, em 1864. Torres e Almeida nasceu, assim, no seio de uma família da oligarquia bracarense. Desconhecemos como foi passada a sua infância, mas sabemos que, em 1849, com apenas 14 anos, estava a matricular-se na faculdade de Direito de Coimbra, terminando o curso em 1854, com 18 anos de idade²⁵. Em Coimbra, foi colega de curso de José Luciano de Castro, Barjona de Freitas, Gama Barros e Soares dos Passos²⁶. Na universidade, apesar de muito jovem, demonstrou sempre um interesse profundo pela literatura, assim, entre 1852 e 1853, pertenceu à academia científica e literária “*O Instituto de Coimbra*”, sendo secretário da classe de literatura, belas-lettras e artes²⁷. Foi, ainda, redator de vários artigos para o jornal “*O Instituto*” de Coimbra, onde se dedicou, essencialmente, à crítica literária e, em 1854, fundou, juntamente com outros, a nova “*Revista Académica*”, em Coimbra²⁸. Terminado o curso, Torres e Almeida regressou a Braga, onde continuou como redator de vários jornais, sobretudo como crítico literário e tradutor. A par desta intensa atividade jornalística, em 1856, fez parte da comissão nomeada para regular as novas condições de assistência do Colégio dos Órfãos de São Caetano e, um ano depois, pertenceu à comissão nomeada para engrandecer o Asilo dos Entravados de São José²⁹, igualmente na sua cidade natal.

Torres e Almeida vivia mergulhado entre livros e jornais, mas mostrava, também, o seu carácter filantropo, como verificamos nalguns dos seus artigos na imprensa sobre a pobreza e a fome, bem como as formas de a remediar³⁰. Nesse período, exerceu o cargo de vice-presidente da Câmara de Braga, de vogal do Conselho de Distrito, ao mesmo tempo que exercia advocacia, passando largas horas entre o escritório e o tribunal, apesar de, muitas vezes, referir, nas suas epístolas, que odiava “*os trabalhos forenses*” e que ter que lidar com dezenas de processos que se acumulavam era “*um trabalho insano*”³¹. Seguiu as pisadas do seu pai, mas era na leitura, na escrita, na crítica literária, no teatro que se sentia realizado.

No dia 8 de dezembro de 1856, Torres e Almeida casou com D.^a Maria Isabel Lima Briteiros, uma jovem de 15 anos, natural da calçada dos Clérigos, no Porto³². Não sabemos se foi um casamento concertado pelos pais dos noivos ou o resultado do amor de ambos, no entanto, sabemos que foi uma relação apaixonada, amorosa e que, essencialmente nos primeiros anos, viviam um para o outro. Somente a morte prematura de Torres e Almeida os separou e, mesmo assim, por pouco tempo, uma vez que Isabel faleceu 6 meses após o óbito de seu marido³³. Maria Isabel, filha e neta de comerciantes abastados do Porto e Braga³⁴, com negócios entre Portugal e o Brasil e conceituados beneméritos³⁵, era uma menina frágil, de saúde débil e que sofria de epilepsia³⁶.

A vida deste jovem casal era feliz e tranquila, apesar da intensa atividade profissional e social de Torres e Almeida. Este homem adorava a vida familiar³⁷. Como muitas vezes referiu, era no seio da família que se restabelecia, ganhava forças e alento. As rotinas domésticas tinham, para ele, uma importância extrema e o convívio diário com a esposa, os pais, os sogros, os irmãos e cunhados um peso elevado, do qual não queria prescindir³⁸. Após o trabalho, chegado a casa, Torres e Almeida tentava despachar a correspondência. Escrever aos amigos era algo que lhe transmitia um “*prazer real e verdadeiro e lhe consolava o coração e o espírito*”. As noites eram, muitas delas, passadas no teatro São Geraldo com a esposa e os amigos, outras vezes, a sua casa era palco de soirées animadas pela música e récitas de poesia³⁹. Aí, davam-se acesos debates sobre teatro, literatura e política, sendo frequente a presença de João Medina de Paiva e suas irmãs que os brindavam com duetos ao som de violoncelo e rebecca. Durante a semana não dispensava as idas à assembleia ou aos cafés para as habituais discussões sobre os periódicos, política e literatura⁴⁰. Os fins-de-semana eram dedicados quase, inteiramente, à sua “*adorada Isabel*”, pois tudo fazia para não a ver sofrer, não a contrariar e fazê-la feliz. Desta forma, acompanhava-a à igreja, aos passeios aos jardins, almoçando nestes dias na casa dos sogros ou do pai⁴¹. Torres e Almeida para agradar a esposa interrompia a leitura a meio, a atividade epistolar que tanto gostava, o importante era não fazer esperar “*Isabelinha*” e não a deixar a cear sozinha.

No verão, Torres e Almeida largava os trabalhos forenses e dedicava-se à família, amigos, ao descanso e ao convívio social. Mesmo após ter-se mudado para Lisboa, em 1861, no mês de junho partia para Caldelas, em Amares, para termas nas águas sulfúricas⁴². Em julho, era a vez de irem para o Bom Jesus do Monte. Torres e Almeida adorava passar umas temporadas no Bom Jesus, quer porque “*os bons ares*” o restabeleciam, quer para fugir e proteger Isabel dos problemas e desgostos familiares⁴³. No Bom Jesus descansava, passeava com Isabel, lia, escrevia e recebia os amigos bracarenses que, frequentemente vinham de Braga para passar o dia com eles. Em setembro e outubro, era altura de partirem para a Foz do Douro, a banhos, apesar de Isabel não se sentir muito bem com os mesmos. A ida a banhos era recomendada pelos seus médicos e o casal gostava muito de passar um mês na Foz e em Leça da Palmeira. O período mais animado na Foz era o final de setembro e a primeira quinzena de outubro e aí se reunia com vários amigos para conversas e tertúlias. Rodrigo Xavier, Miguel do Canto e Castro, Camilo Castelo Branco faziam parte deste grupo. Na segunda quinzena de outubro, a Foz começava a ficar muito monótona, pois todos os veraneantes começavam a dispersar e assim, o casal passava em seguida para o Porto, onde se estabeleciam uns dias na casa dos avós de Isabel, indo ao teatro, às exposições, aos cafés, convivendo com os escritores e jornalistas portuenses⁴⁴.

A vida do casal sofreu uma reviravolta quando, em maio de 1861, Torres e Almeida foi eleito deputado pelo círculo de Vila Nova de Famalicão, tendo ficado, nessa altura, muito feliz. Adorava a política e alentava o sonho de contribuir para a construção de um Portugal melhor, mais desenvolvido, mais progressista e, sobretudo, para concorrer para um maior desenvolvimento do Minho, essencialmente de Braga e Famalicão⁴⁵. Contudo, estava receoso de defraudar os seus eleitores e de fazer “*triste figura na Câmara de Deputados*”. Para além disso, tinha receio que Isabel, em Lisboa, mudasse, pois era muito jovem e podia-se deslumbrar com a capital e deixar de ser a terna esposa que só vivia para o marido. Por outro lado, o mundo dos bailes, soirées, academias e teatros de Lisboa⁴⁶ encantavam-no⁴⁷. Na capital frequentava o Grémio Literário⁴⁸, regularmente, e era, também, membro do Clube Photographico Lisbonense⁴⁹. Contudo, em Lisboa, “*recolhia-se*” sempre tarde. A pressão do trabalho e as horas passadas na Câmara dos Deputados e os afazeres nos gabinetes ministeriais tiravam-lhe o tempo para poder passear com a esposa. Dessa forma, grande parte do tempo a sogra de Torres e Almeida permanecia com eles, na calçada da Estrela, para poder acompanhar a filha, mas estas pouco passeavam, pois a jovem não gostava de sair sem o marido e este, raramente, chegava a casa antes das 18 horas para o jantar.

As vindas ao norte, que ambos muito apreciavam, foram-se tornando cada vez mais raras e curtas, sobretudo depois de Torres e Almeida ter sido nomeado ajudante do procurador-geral da Fazenda, em setembro de 1864⁵⁰. Em Lisboa, a esposa não mudou, continuava a terna Isabel que vivia para ele e era feliz se ele o fosse. O casamento deles continuava a ser, como o mesmo referiu, “*abençoado por Deus*”⁵¹. Contudo, Torres e Almeida, ao fim de um ano, já se encontrava profundamente desiludido com a política, com a Câmara de Deputados e como ele menciona com os “*homens públicos*”⁵². A partir de meados de 1862, o nosso deputado travou uma luta com ele próprio, sabia que deveria permanecer em Lisboa, não queria desiludir os eleitores, mas passou a abominar a forma como se fazia política na capital⁵³. Sofria de um profundo medo de, como os outros, se corromper, de se deixar levar por ambições sórdidas, de deixar de defender os seus ideais e passar, por conveniência, a aceitar as vontades dos ministros, dos interesses mesquinhos, dos compadrios. Para além disso, estava, igualmente, profundamente cansado dos seus eleitores que o inundavam com dezenas de cartas por semana, a exortá-lo com inúmeros pedidos de emprego, favores, isenções, entre como ele próprio referiu “*outras cousas horrorosas!*”⁵⁴. Aquilo que deveria ser uma discussão proveitosa de ideias e soluções era apenas um teatro, nada se discutia, não se podia confiar em ninguém, não havia convicções, havia conveniências. Desta forma, à medida que os meses avançavam, cada vez mais, Torres e Almeida se queixava e se sentia isolado. Como ele próprio referiu tinha granjeado a “*reputação de*

incapacidade política". Consideravam-no um "tolo" por respeitar a sua consciência, manter a dignidade e por conceber a política com natural desprendimento e com isenção de espírito⁵⁵. Cada vez mais desiludido com a política, ansiava por se recolher à vida privada. Os amigos chamavam-lhe espírito fraco e melancólico quando referia o que pensava da política e dos políticos, da falsidade do sistema, da deslealdade e incúria dos homens públicos e, por isso, agora preferia ouvir e calar. Deixou de dar a sua opinião, sentia o sistema cada vez mais perdido⁵⁶.

A profunda tristeza de Torres e Almeida, com o passar do tempo, foi-se agravando e, entre 1867-1868, pôs mesmo a hipótese de abandonar, definitivamente, a capital⁵⁷. A cada ano que passava, os problemas de saúde agravavam-se e nem a ida a Paris, onde foi observado pelo médico Armand Trousseau e, em seguida, a ida para a Baviera, a termas, surtiram grandes efeitos⁵⁸. A par de tudo isto somava-se a tristeza profunda por não poder alcançar o seu maior sonho: ser pai⁵⁹. Todas as tentativas para terem um bebé culminaram na morte durante o parto da sua filha, na quase perda da esposa, em pelo menos um aborto espontâneo, ao que se juntou o falecimento de vários familiares próximos, como cunhadas e tios e, por fim, em fevereiro de 1869, da sogra. Todas estas situações serviram para o agravamento da frágil saúde de Torres e Almeida e, em 20 de março de 1869, viria a falecer, na sua adorada cidade de Braga, com apenas 33 anos de idade⁶⁰.

Conclusão

Torres e Almeida foi um intelectual da época do romantismo, carregado de sonhos, entre eles contribuir para um Portugal melhor, que acabou vencido pelas conveniências, pela deslealdade e pelo que denominava a "*falsidade do sistema político*". Considerava-se um livre-pensador e um homem leal, íntegro e sério e, como tal, era difícil, sem abdicar desses preceitos, estar na política ativa. A crise política e de ideais de meados do século XIX é bem visível nos lamentos que este homem expressou nas suas epístolas. Crise social e política que se iniciou em meados do século e culminou de certa forma na geração de 70.

Notas

1. Como refere Maria Otília Lage, a correspondência epistolar pessoal “*apresenta no campo da investigação sócio-histórica, potencialidades descritivas e interpretativas*”, são uma “*memória viva do seu tempo*”. Cf. Lage, Maria Otília Ferreira, “Redes Sociais e epistolografia: Correspondência entre Jorge de Sena e Mécia de Sena (século xx)”, in *CEM, Cultura, Espaço & Memória*, n.º 8, 2017, pp. 295-299. Nancy Otero Buitrago explicita que a correspondência permite revelar as maneiras de viver, a existência quotidiana, os hábitos e as condutas. Cf. Otero Buitrago, Nancy, *Tomás Ciprieno de Mosquera. Análises de su correspondência como fuente historiográfica y mecanismo de poder. 1845-1878*, Cali, Universidad del Vale, 2015, pp. 28-29. Também Barbara Nolasco refere que “*Pelo carácter íntimo das epístolas, os carteadores, de fato, desnudam-se em seus escritos de diferentes maneiras*”, “*A carta não só diz do remetente, como abre espaços para o conhecimento do destinatário, muitas vezes expondo-o por meio de observações e comentários elogiosos ou críticos por parte daquele que escreve*”. Cf. Nolasco, Barbara B.G.P., “Missivas pessoais, memórias e arquivo: Uma reflexão”, in *Outra Travessia*, n.º 31, 2021, pp. 154-156; ainda sobre a correspondência leia-se Urbano, Pedro, “Escrita de mulheres e arquivos de família: a história perdida”, in Rosa, Maria de Lurdes; Nóvoa, Rita Sampaio da; Gago, Alice Borges; Câmara, Maria João de (coord.), *Vozes recuperadas, novas questões: arquivos familiares e históricos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2020, pp. 289-290.

2. Esta coleção de cartas foi adquirida pela Câmara Municipal de Penafiel em 2022 e encontra-se em tratamento arquivístico no Arquivo Municipal de Penafiel, devendo ficar em 2023 disponível *online*. Trata-se de uma coleção composta por 182 cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e duas cartas expedidas. Esta é uma pequena parte do que seria todo o acervo deste homem que, durante a sua vida, se correspondeu com políticos, médicos, familiares, escritores, músicos, atores, da elite intelectual e burguesa. A coleção dispõem de cartas de 53 remetentes, entre eles João Marques Nogueira de Lima; Joaquim António de Aguiar; João Augusto Novais Vieira; Joaquim de Santa Clara de Sousa Pinto; José Gregório Lopes da Câmara Sinval; José Francisco Arroio; José Maria Dias Guimarães; entre outros.

3. Nasceu em 14 de janeiro de 1805, na freguesia da Sé do Porto, sendo batizado no dia 27 do mesmo mês. Era filho de José de Beça Correia e de Ana Margarida Pereira de Lima, residentes na rua de Trás da Sé. Cf. Arquivo Distrital do Porto (doravante ADP), *Livro de registo de batismos da freguesia da Sé do Porto, 1804-1810*, fl.4.

4. Rodrigo Xavier casou em 11 de janeiro de 1826, na freguesia da Madalena, em Paredes, com D.^a Albina Rosa Moreira Lobo, filha do capitão Manuel Caetano Moreira Lobo e de Eufrásia Maria do Sacramento, assistentes em São Cosme de Besteiros. ADP, *Livro de registo de casamentos, 1825-1858*, fls. 81v.-82.

5. Cf. Fernandes, Paula Sofia Costa, *O Hospital e a Botica da Misericórdia de Penafiel, 1600-1850*, Penafiel, Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, 2016, pp. 339-343.

6. Ainda sobre Rodrigo Xavier leia-se Beça, Coriolano de Freitas, *Penafiel Ontem e Hoje: Recordações e Impressões. Collecção de artigos publicados n’O Penafidelense compilada e acrescentada com notas*, Penafiel, Tip. de O Penafidelense, 1896, pp. 192-198.

7. Na coleção existente no Arquivo Municipal de Penafiel não existem cartas de Camilo Castelo Branco para Rodrigo Xavier, no entanto, sabemos que se corresponderam e algumas dessas cartas encontram-se publicadas. Cf. Beça, Coriolano de Freitas, *Penafiel Ontem e Hoje...*, pp. 146-154; Mendes, Joaquim José, *Camilo e Penafiel*, Penafiel, Câmara Municipal de Penafiel, 1998, pp. 15-16.

8. Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça, sob o pseudónimo de Padre Serafão d’Algures, no Jornal Chronista, de 1 de fevereiro de 1853, referia “*Não tenho ordens; e nem as aceito, ou recebo de pessoa alguma, por mais qualificada que seja. Livre e independente vivo do que como, e como do que gosto, guiado pelo instinto ou pela razão, corrigida e augmentada pela experiência [...] Tolerante em tudo, menos com o vício, ou com a imoralidade, gosto de dizer mal do que não é bom, porque o venha a ser [...] Amo o trabalho tanto quanto o aborreço a ociosidade, porque o ocioso está habilitado para ser péssimo em todos os ramos da perversidade humana. Gosto porém de temperar os trabalhos da vida com os prazeres lícitos, sem ultrapassar os limites da moderação [...] Gosto de rir e folgar, e não menos de ver folgar e rir os outros, porque a hipocondria altera a bñlis, e a bñlis*

alterada deprava a chimificação e derranca o sangue. A paz e a tranquilidade de espírito são duas cousas que amo sobre toda as cousas, depois da saúde. Não tenho ambições, nem receios, nem esperanças”.

9. Entre eles o “*Chronista*”, a partir de 1855, “*O Porto e a Carta*”, a partir de 1854 até 1859, o “*Viannense*”, o “*Jornal do Porto*”, “*O Independente*”.

10. A Gazeta de Penafiel foi fundada por Rodrigo Xavier, pelo Dr. António Joaquim de Araújo e por José Cotta. O primeiro jornal data de 5 de fevereiro de 1870 e o último de 22 de junho desse ano. Cf. *Gazeta de Penafiel*, Penafiel, Typ. Penafidelense, 1870.

11. Joaquim de Araújo em carta de 5 de abril de 1895, de Génova, endereçada à redação de “*O Penafidelense*”, descreveu o cirurgião da seguinte forma: “[...] *elle era, em verdade, um homem da capital, encurralado em uma terra diminuta da provincia*”. Cf. Beça, Coriolano de Freitas, *Penafiel Ontem e Hoje...*, pp. 141-144.

12. Teixeira de Vasconcelos escreveu no “*Jornal da Noite*”, de 6 de outubro de 1874, que Rodrigo Xavier tinha pertencido “*ao antigo partido cartista, e depois foi sempre muito liberal mas conservador*”. Cf. Beça, Coriolano de Freitas, *Penafiel Ontem e Hoje...*, p. 192.

13. A paixão pelo jornalismo era algo comum a esta faixa de intelectuais e letrados dos meados do século XIX. Podiam de uma forma livre expressar as suas ideais, proporcionava-lhes visibilidade e era uma importante fonte de contactos, através dos quais construam redes de interesses e de sociabilidade. Cf. Santos, M. de Lourdes Lima dos, “Sobre os intelectuais Portugueses no século XIX (Do Vintismo à Regeneração)”, in *Análise Social*, vol. XV (57), 1979, p. 75.

14. Arquivo Municipal de Penafiel (Doravante AMPNF), Fundo Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça (Doravante F: RXPFB), *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário de Sousa Torres e Almeida*, 01-07-1860, 12-07-1860, 29-07-1860, 10-08-1860, 18-08-1860, 25-08-1860, 29-11-1860, 24-04-1865, 8 cartas.

15. Cf. *O Independente, Periódico Político, Litterario e Religioso*, Braga, Typ. dos Orphãos, 1860. Torres e Almeida foi fundador da nova “*Revista Académica*”, publicada em Coimbra em 1854 e redator de vários artigos para o jornal “*Pharol do Minho*”, “*Grinalda*”, “*Atalaia Catholica*” e “*Nacional*”.

16. Torres e Almeida foi fundador do periódico “*O Murmúrio*”, tendo sido também redator, desde janeiro até maio de 1856, altura em que se retirou da redação do mesmo. Cf. *O Murmúrio, Periódico literário e instrutivo, 15-01-1856 a 01-05-1856*, Braga, [s.n.], 1856.

17. Como o mesmo referiu “*A pena e a palavra são como estiletos [...] a tribuna e a imprensa transformaram-se em tripaça*”.

18. Que se tenha conhecimento foi autor do drama em 3 atos “*Paula*” e da comédia “*O Barão da fresca data*”.

19. Em junho de 1860, interpretou a personagem “*Sr. Pires*”, tendo recebido aplausos entusiásticos. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 21-06-1860, 1 carta.

20. Torres e Almeida recebeu os filhos de Rodrigo Xavier na sua casa e, quando deputado tentou favorecer, interceder e ajudar alguns deles e o próprio amigo. Mas, também, a amizade de Rodrigo Xavier se estendia a toda família de Torres e Almeida e a própria esposa deste tratava, carinhosamente, o cirurgião por “*tio*”. Em julho de 1860, Torres e Almeida referiu numa das suas cartas que a sua família do Campo da Vinha, ou seja, os seus sogros, como a família do Prado, seus pais, enviavam a Rodrigo “*mil saudades*”. Em 1862, Torres e Almeida recomendou um dos filhos de Rodrigo Xavier ao seu primo e aos lentes da Universidade de Coimbra, para que a estadia do jovem nessa cidade, se desenrolasse o melhor possível. Logo no ano seguinte, escreveu ao ministro da justiça Gaspar Pereira da Silva pedindo favores para um dos filhos do cirurgião. Como deputado da nação, tentou fazer tudo o que estava ao seu alcance para conseguir o cargo de diretor dos correios de Penafiel para Rodrigo Xavier ou um dos seus filhos.

21. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 10-08-1860; 06-05-1861; 17-04-1866, 3 cartas. Em 6 de maio de 1861, Torres e Almeida referiu que “*conta com Rodrigo no número de seus verdadeiros amigos*”. Esta amizade era recíproca, pois em carta de 17 de abril de 1866, o autor destas epístolas comentou que Rodrigo Xavier “*tem-lhe dado muitas e claras provas de amizade*”.

22. Quando Torres e Almeida partiu para Lisboa estava muito receoso que a esposa se deslumbrasse com a vida

social da capital e solicitou conselhos a Rodrigo Xavier. Mais tarde, afirmou que o amigo formou uma opinião exata sobre a sua mulher e não se enganou, pois a mesma continuava em Lisboa com a vida que sempre teve em Braga e vivendo, inteiramente, para ele. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, [s/d-1861-1862, 56.º carta], 1 carta.

23. Foi batizado a 5 de setembro desse ano. Cf. Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), *Livro de registo de batismos da paróquia da Sé de Braga, 1821-1836*, fl. 138v.

24. Francisco Xavier de Sousa Torres e Almeida concluiu a formatura em direito, na Universidade de Coimbra, em junho de 1826. Cf. Arquivo Distrital de Coimbra (doravante ADC), Fundo Universidade de Coimbra, *Índice de alunos da Universidade de Coimbra, atos n.º 15*, fl. 189 v.; ADB, *Inquirição de genere de Francisco Xavier Sousa Torres e Almeida, 30 de maio de 1812*.

25. Cf. ADC, Fundo Universidade de Coimbra, *Índice de alunos da Universidade de Coimbra, atos n.º 21*, fl. 203.

26. Mello, Gonçalo Sampaio e, “Luís de Almeida Braga ou o elogio da Derrota”, in *RJLB*, ano I, n.º 3, (2015), pp. 735-736.

27. Cf. Ferreira, Licínia Rodrigues, *Instituto de Coimbra: O Percurso de uma Academia*, Coimbra, FCT, 2012, pp. 63-64.

28. Cf. *Dicionário bibliográfico português: Estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil*, Tomo Quarto, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p. 90.

29. Cf. ADB, *Catálogo, Parte II*, p. 239.

30. Torres e Almeida preocupado com a fome que alastrava no Minho apontou soluções para a combater e colocou os párocos no cerne da solução. Assim, os padres deveriam fazer uma lista dos pobres da localidade e outra lista dos proprietários mais abastados, de forma, a com estes formar uma comissão que acudisse às necessidades dos mais pobres. Deveriam avaliar o rendimento provável das terras de cada proprietário e dos fundos de cada capitalista e, em seguida, a dita comissão distribuiria por eles, em proporção do rendimento fixado, os diversos indigentes, cuja alimentação lhes incumbia. O presidente da comissão seria o pároco. Como referiu Torres e Almeida

“*Amaldiçoada seja a nação, em que n’um anno de carestia, como o actual, a caridade pública não tome sobre si o cuidado de levar o pão ao seio das famílias miseráveis...*”. Cf. *O Pharol do Minho — Jornal político e litterario*, Braga, n.º III, de 26 de fevereiro de 1855, p. 2.

31. Queixava-se nas suas cartas que a advocacia roubava-lhe grande parte do dia e deixava-lhe pouco tempo para a “*correspondência epistolar*” que tanto prazer lhe dava. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 12-07-1860; 29-07-1860; 29-11-1860, 3 cartas. Contudo, o exercício da advocacia, como o mesmo referiu, permitiu-lhe lidar com várias classes sociais, o que lhe concedeu um conhecimento profundo dos problemas socioeconómicos que lhe foram muito úteis, mais tarde como deputado. Cf. *Diários das Sessões da Câmara de Deputados, sessão n.º 108*, de 16-07-1861, p. 1829.

32. Cf. ADB, *Livro de registo de casamentos da paróquia de São João do Souto, 1844-1859*, fl. 94v. A noiva era filha de José Maria Gomes Briteiros e de Gertrudes Felizarda da Graça e nasceu em Santo Ildefonso, no Porto, em 15 de agosto de 1841. Cf. ADP, *Livro de registo de batismos da paróquia de Santo Ildefonso, 1841-1847*, fl. 41. A mãe de Maria Isabel pertencia à direção do Asilo de Infância D. Pedro V, em Braga. Após o casamento, o casal foi residir para a casa n.º 23 do campo Dom Luís, na freguesia de São João do Souto, em Braga.

33. Isabel faleceu em 4 de setembro de 1869. Cf. ADB, *Livro de registo de óbitos da paróquia de São João do Souto, 1856-1877*, fl. 135.

34. Sobre as suas atividades como comerciantes. Cf. ADB, *Inquirição de genere de José Maria Gomes Briteiros, 01-04-1822*; ADB, *Livro de registo de casamentos da paróquia de São João do Souto, 1811-1844*, fls. 73-75v; ADB, *Livro de registo de Testamentos, Testamento de Ana Joaquina Dias Briteiros, [1834-1835]*; *Directorio Civil, Politico, Commercial, Historico e Estatistico da Cidade do Porto e Villa Nova de Gaya para o ano de 1846*, Porto, Typographia Commercial, 1846, p. 120.

35. Manuel José Pereira Lima e sua mulher Ana Joaquina da Piedade Lima, avós maternos de Maria Isabel, deixaram no seu testamento de 12 de abril de 1862, vários legados destinados a estabelecimentos hospitalares da Santa Casa

da Misericórdia do Porto. Cf. <https://www.mmipo.pt/pt-pt/obras/manuel-jose-pereira-de-lima>, consultado em 20 de abril de 2023; Arquivo Municipal do Porto, *Registo de testamento de Manuel José Pereira Lima e Ana Joaquina Piedade Lima*, 31-01-1862.

36. Sobre a saúde de Maria Isabel leia-se AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 12-10-1860; 09-03-1861; 08-06-1861; 13-08-1861; 24-04-1865; 02-02-1866; 23-12-1866; 14-03-1867, 8 cartas.

37. Como referiu “adorava as infâmias docuras da vida íntima”. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 13-08-1861.

38. Quando estava em Braga, Torres e Almeida fazia sempre os possíveis para chegar a casa a meio da tarde, ficando muito aborrecido quando as idas ao tribunal lhe consumiam largas horas e o faziam recolher já na “hora das trindades”. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 12-07-1860; 29-11-1860, 2 cartas.

39. Em carta de 10 de agosto de 1860, Torres e Almeida referiu que, na véspera, estiveram na sua casa o “Abade das Grutas” e Paiva Medina (João Nepomuceno Medina de Paiva) proporcionando “uma noite fantástica”. Também, em 17 de agosto de 1860, o músico tinha passado a noite com Torres e Almeida e a sua família, antes de regressar ao Porto. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 10-08-1860; 17-08-1860, 2 cartas.

40. Torres e Almeida era um apaixonado por literatura camoniana e, em muita da sua correspondência para Rodrigo Xavier, expressou esse sentimento, bem como o horror que “os burgueses portucalenses tem à letra redonda”, a venda da biblioteca do conselheiro Tomás Norton, no Porto, também foi acesamente debatida. Apesar do imenso trabalho que tinha como deputado, confessava que tinha de “roubar”, por vezes, um quarto de hora para a sua leitura predileta. Era, igualmente, um grande admirador das obras dos clássicos e de Almeida Garrett. Literato desde novo, leitor compulsivo, assim como referiu “quando me sinto mais triste ou melancólico, para desemburrar atiro-me à leitura”. Cf.

AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 01-07-1860; 10-08-1860; [28-10-1860]; 29-11-1860; 16-12-1862, 5 cartas.

41. Como Torres e Almeida referiu em muitas das suas cartas, a Isabel estava acima de tudo, muitas vezes, quando ela adoecia, nem tempo tinha para ler e escrever, pois dedicava todo o tempo, a ela. Como referiu em junho de 1861, após ter perdido a filha durante o parto: “a doentinha está reclamando a minha assistência”. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 12-07-1860; 29-07-1860; 27-02-1861; 09-03-1861; 08-06-1861, 5 cartas.

42. Nas termas ficava, geralmente, por 20 dias, devendo tomar cerca de 20 banhos. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 01-07-1863, 1 carta. Em 1866, devido ao agravamento do seu estado de saúde, reuniu em conferência os principais médicos da capital que lhe diagnosticaram uma “dispepsia”, sendo recomendado o uso de águas minerais em França ou na Alemanha. Em agosto desse ano, em Paris, Armand Trousseau recomendou-lhe banhos de mar e termas na Baviera, que fez em 1867 e 1868, sendo que neste último ano, estas não surtiram efeito, tendo o nosso deputado piorado imenso. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 17-04-1866; 16-08-1866; [? - ? - 1868-48.ª carta], 3 cartas.

43. Em fevereiro e março de 1861, refugiou-se aí com a esposa, para a proteger do sofrimento de ver a irmã a falecer. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 27-02-1861; 09-03-1861, 2 cartas.

44. Ao longo dos anos em que escreveu para o amigo, foi raro, na época balnear, não referir a estadia na Foz e em Leça. Dando nos primeiros anos primazia à Foz, a partir de 1862, começou a ficar alojado em Leça da Palmeira, perto da capela de Santa Catarina. Mesmo quando ficava na Foz tirava sempre uns dias para ir a Leça. Nestas epístolas foi frequente a referência aos amigos que por aí passavam, incluindo Rodrigo Xavier. Tomando banhos uns anos, optando por conselho médico por não os tomar noutros e só usufruir dos ares

a maresia, estas eram as férias ansiadas pelo casal. Quando estava na Foz, nos dias em que não se encontrava com os amigos, deitava-se por volta das 11 da noite, após ler e dedicar-se à atividade epistolar. A sogra de Torres e Almeida costumava sempre acompanhá-los aos banhos. A partir de 1864, devido à azáfama política, as idas para a Foz e Leça, começaram a ser de estadias mais curtas, como o mesmo referiu, nessa altura “*não tinha férias nem humanas, nem divinas*”. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 10-08-1860; 18-08-1860; 12-10-1860; 19-?-1860; 16-08-1866, 5 cartas.

45. Apesar de Torres e Almeida ter sido eleito deputado pelo círculo de Vila Nova de Famalicão, não perdia uma oportunidade, na Câmara de Deputados, de defender Braga. Desta forma, sempre que podia intervir para defender algo que fosse importante para esta cidade, pedia sempre a palavra. “*Como filho de Braga, ainda que não tenha a honra de a representar n’esta casa, entendo que é do meu dever levantar a voz em seu favor [...]*”. “[...] e a capital do Minho, a terceira cidade do reino, deve merecer aos poderes públicos a mais decidida protecção”. Assim, para essa cidade discursou, várias vezes, solicitando: estrada direta de Braga a Chaves; construção no rio Cávado da ponte ou pontes que ligariam a estrada de Braga aos Arcos de Valdevez; quinta de ensino e escola regional; edifício público para um professor de instrução primária; cemitério público em Braga; caminho-de-ferro Porto-Braga. No que respeita a Famalicão, interveio solicitando a construção da estrada que ligaria Vila Nova de Famalicão à Póvoa do Varzim e Vila do Conde, solicitou verba para a construção da cadeia, uma vez que o que existia era “*um antro [...] húmido, imundo, infecto, que não oferece as necessárias condições de salubridade e segurança [...]*”, pediu providências para a colocação de facultativos no concelho. Cf. *Diários das Sessões da Câmara de Deputados, sessão n.º 114, de 23-07-1861, p. 1947; sessão n.º 119, de 29-07-1861, pp. 2037, 2043; sessão n.º 122SI, de 02-08-1861, p. 2103; sessão n.º 123, de 03-08-1861, pp. 2115, 2116, 2118, 2126; sessão n.º 124, de 05-08-1861, p. 2135; sessão n.º 41, de 01-03-1862, p. 673; sessão n.º 42, de 05-03-1862, p. 696; sessão n.º 52, de 12-03-1864, p. 779; sessão n.º 17, de 25-01-1867, p. 221; sessão n.º 41, de 27-02-1867, pp. 587, 588.*

46. Passava muitas noites no São Carlos, pois “*em São Carlos é que se passa bem a noite*”, uma vez que lá “*Franklin e o Tabor da encantam*” e que se o amigo Rodrigo lá estivesse, amante de música como era, não sairia de lá. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 13-01-1862, 1 carta.

47. Como ele próprio referiu, todas as semanas haviam teatros, dramas, música, soirées divertidos.

48. Nas suas cartas para o amigo, Torres e Almeida referiu várias vezes o Grémio Literário, onde se encontrava com Alexandre Herculano e debatiam os problemas do país e da política. Descreveu, assim, as suas salas, a biblioteca, o gabinete de leitura de jornais frequentado por vários intelectuais lisboetas. Na sua descrição, Torres e Almeida mencionou as várias conferências científicas e literárias que aí tinham lugar e o facto de ser o sítio ideal para se “*saber dos mexericos*”, era o ponto de encontro da sociedade lisboeta. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 13-01-1862; 23-12-1866, 2 cartas.

49. Para o qual pagava mensalmente 10 tostões. Sobre o Clube Fotográfico referiu que os “*photografos eram rapazes da melhor sociedade*”, e onde havia “*curios nocturnos regidos por Thomaz Carvalho e o Corvo*”. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, [s/d-1861-1862-carta n.º 56], 1 carta.

50. Após a sua ida para Lisboa, segundo ele, nada o reconfortava mais do que o regresso à sua “*Bucólica Braga*”, estar em Braga “*restaurava-lhe as forças, do corpo e do espírito*”. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 17-04-1866; 16/08/1866, 2 cartas.

51. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, [s/d-1861-1862-carta n.º 56], 1 carta.

52. Para ele a Câmara dos Deputados “*é uma revista passada à maneira e nada mais*”. Segundo o nosso deputado “*A deslealdade e a incúria são a maneira de proceder dos homens públicos*”. Em Lisboa “*os amigos políticos*” não são propriamente amigos, não aceitam conselhos e não é costume, existir a franqueza de dar conselhos, segundo ele “*os deputados*

calam-se por subserviência aos ministros e por acanhamento". Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 16-12-1862, 1 carta.

53. Como referiu: "*Não há coração: há estomago. Não há crenças: há interesses sórdidos*". Em Lisboa "*os capazes, os esperançosos, os estadistas com perspectivas são os facciosos, são os homens partidários, cegamente partidários*". Chegou mesmo a referir ao seu amigo na correspondência, que tinha "*asco de isto tudo*". Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 21-04-1862, 1 carta.

54. Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 13-01-1862, 1 carta.

55. Segundo Torres e Almeida em Lisboa "*o homem que respeita a sua consciência e dignidade, ou é tolo na opinião desta gente ou desleal, que é um pouco peor*".

56. Esta desilusão não foi expressada somente nas epístolas, mas, igualmente, nos discursos na Câmara dos Deputados. Em setembro de 1865, já bastante doente, referiu que apesar de ter combatido sempre nas fileiras do partido histórico, na conjectura que agora vivia a política, podia declarar: "*O partido histórico morreu! Deus o tenha em gloria que era bem digno d'isso pelo seu amor à liberdade, pela intrepidez dos seus intuitos, pela generosidade do seu proceder [...] A crise, que há mezes trabalha o paiz, gerou a banca-rola dos partidos, o rompimento dos laços políticos, a extinção de certas solidariedades, a confusão das crenças, a amnistia de muitos erros, e não sei se me atrevo a dizer, a retractação de todas as pessoas [...] Hoje estou completamente livre de ligações partidárias*." Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, 24-04-1865, 1 carta; *Diários das Sessões da Câmara de Deputados, sessão n.º 111, de 05-09-1865*, pp. 2050-2051.

57. O deputado Torres e Almeida, já no final da sua vida, comentou com Rodrigo Xavier que se continuasse em Lisboa corria o "*grave risco de sair asqueroso como os homens que por necessidade de posição tem contactado*".

58. Já em 13 de dezembro de 1865, Torres e Almeida se queixava que a doença, o excesso de trabalho e a melancolia o levaram a uma depressão que o fez afastar-se de tudo e lhe tirava a vontade de viver.

59. São várias as cartas que demonstram o seu desejo de ser pai, acreditava que a paternidade lhe abriria "*as portas de um mundo novo*" onde o esperavam "*os muitos castos e suaves afetos que o homem experimenta na terra*". A paternidade garantiria o futuro do casal, pois na velhice o filho tomaria conta deles e das tias solteiras e assegurava os mais "*castos e puros afetos*". Cf. AMPNF, F: RXPFB, *Cartas recebidas por Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça e enviadas por Joaquim Januário...*, [s/d, provavelmente outubro de 1860], 1 carta.

60. Cf. ADB, *Livro de registo de óbitos da paróquia de São João do Souto, 1856-1877*, fl. 132v.

A utilização das águas públicas e o seu reflexo nas dinâmicas socioeconómicas da comunidade de Carvalhal (séculos XIX e XX)

*

Universidade do Minho.
Lab2PT. Casa de Sarmento-
Centro de Estudos do
Património. Bolseira
da Fundação para a
Ciência e Tecnologia
(Ref. 2022.11519.BDANA).
fsilva@csarmento.uminho.pt

**

Casa de Sarmento – Centro
de Estudos do Património
(Universidade do Minho).
CITCEM.
fsalgado@csarmento.uminho.pt

Universidade do Minho.
sofia.mrvaz@hotmail.com

Introdução

Este texto resulta de uma investigação preliminar sobre a utilização das águas públicas em Carvalhal, uma paróquia rural do concelho de Barcelos, através da análise dos processos de obras presentes no Arquivo Histórico da Agência Portuguesa do Ambiente-Administração da Região Hidrográfica do Norte (APA-ARHNorte)¹, desde 1892 até 1950. As informações nominativas recolhidas foram cruzadas com a base de dados demográfica e genealógica de Carvalhal, presente no Repositório Genealógico Nacional (RGN)².

Desta forma, pretendemos analisar os dados levantados através do cruzamento da documentação presente no arquivo da APA-ARHNorte com a informação dos indivíduos presente no RGN, referente à paróquia de Carvalhal. O cruzamento nominativo permitirá estabelecer uma ligação entre as duas fontes, possibilitando uma análise preliminar sobre a forma como a utilização das águas públicas era um reflexo das dinâmicas socioeconómicas dos indivíduos desta comunidade sobre os quais recai este estudo.

De entre a vasta tipologia processual, focaremos o nosso trabalho nos indivíduos cujos requerimentos estavam relacionados com engenhos hidráulicos (neste caso moinhos, azenhas ou engenhos de serrar), pois identificámos relações familiares que assentaram sobre estratégias matrimoniais concretas, como o casamento entre primos, de forma a não dispersarem o património ou de forma a estabelecerem alianças com alguém “com fortuna igual à sua³”.

A quantidade de processos relativos à utilização das águas públicas na freguesia de Carvalhal e a existência de uma base de dados desta paróquia desde a segunda metade do século XVII até 1911 foram os principais motivos que levaram à escolha da freguesia de Carvalhal para o desenvolvimento deste estudo.

Contextualização histórico-geográfica

Localizada no noroeste de Portugal, Carvalhal pertence ao concelho de Barcelos, distrito de Braga, e faz fronteira com as freguesias de Barcelinhos, Alvelos, Gilmonde e Pereira. Integra a bacia hidrográfica do rio Cávado que confronta a norte com a bacia do rio Lima e do rio Neiva e a sul com o rio Ave e rio Douro [Figura 1].

Através das respostas de Diogo de Vilasboas e Sampayo, de Barcelos, a D. Jerónimo, Contador de Argote, podemos conhecer informações importantes sobre a navegabilidade do rio Cávado, no século XVIII. Diogo respondeu que se navegava até Mereces⁴, lugar da freguesia de Barcelinhos, e que não se podia subir para além deste ponto “[...] por causa das azenhas, que ali tem o Morgado dos Pinheiros de Barcelos [...]”⁵. Ao longo deste curso de água havia

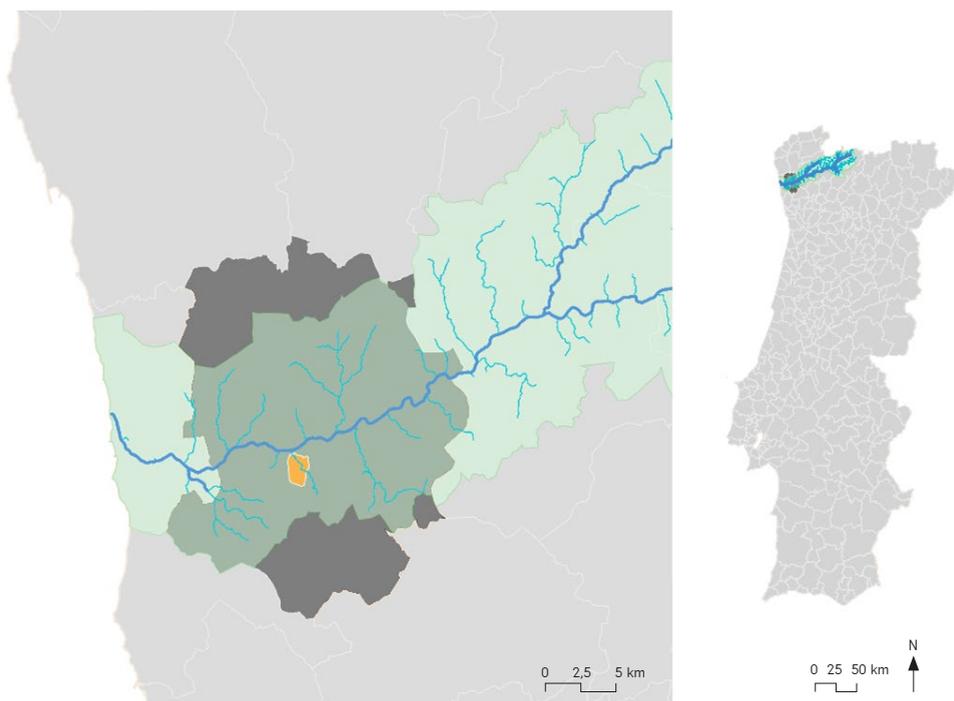


Figura 1

Localização da paróquia de Carvalho

- Cursos de água principais
- Afluentes
- Bacia Hidrog. Cávado
- Carvalho (Freguesia)
- Barcelos (Concelho)

Fonte: Elaboração própria com base na CAOP (2011) e SNIG.

outras azenhas das quais aqui apenas mencionamos aquelas que se situavam junto da vila de Barcelos: “[...] a que chamam azenhas do Duque e são prazo da Sereníssima Casa de Bragança, outras debaixo da ponte da Vila de Barcelos, também prazo da mesma Sereníssima Casa, e ultimamente as de Mereces do Morgado dos Pinheiros, com aquele célebre poço, onde sempre se pescaram muitos salmões, relhos, e outra variedade de peixes [...]”⁶.

Em 1990, foi publicado um trabalho que incidia sobre o levantamento e o estudo dos engenhos hidráulicos localizados a jusante da cidade de Barcelos⁷. Os autores referem que no núcleo de Medros/Vila Frescaíña (São Pedro) existiam seis azenhas permanentes e uma temporária, dois engenhos de linho, uma pesqueira e um cais. Neste núcleo existiram alguns engenhos de serrar madeira, dos quais, à altura deste levantamento, já não se encontrava qualquer vestígio, assim como dos engenhos de linho. Referem também que os tipos de madeira serrada eram, essencialmente, pinheiro e eucalipto⁸.

Sendo a água uma das razões principais para a permanência das populações num determinado território, o Ribeiro dos Amiais, que atravessa Carvalho, assumiu, durante o século XVIII, XIX e XX, um papel determinante na dinâmica social e económica da região⁹. A humidade gerada por este ribeiro, bem como pela sua bacia hidrográfica, contribuiu para o desenvolvimento da fauna e da flora, bem como para a fertilidade dos solos, permitindo, tal como foi referido nas Memórias Paroquiais de 1758, a produção de milho

grosso ou miúdo, centeio, vinho “[...] muito vinho verde fabricado em ubeiras e quase todo tinto [...]”, e linho, quer o linho mourisco, quer o galego¹⁰.

Teotónio da Fonseca refere que, para além de servir à prática de uma agricultura intensiva através da rega, o ribeiro dos Amiais proporcionou o funcionamento de algumas moendas, engenhos de serrar madeira e ainda uma fábrica de papel grosseiro¹¹. Afirma também que, nesta freguesia, se desenvolveu uma “[...] indústria típica que é a de rodeiros de carros de bois e de jugos” e que a sua população é, essencialmente, composta por lavradores e proprietários, contando com alguns carpinteiros e alfaiates¹².

Fontes e metodologia

Foram diversas as fontes a que recorremos durante a elaboração deste trabalho. Em primeiro lugar usamos os processos de obras existentes no arquivo da APA-ARHNorte correspondente às bacias hidrográficas do rio Ave e do rio Cávado, sediado na Casa de Sarmento. Para complementar as informações do conjunto de indivíduos que estávamos a analisar, recorremos à consulta dos *Inventários Orfanológicos*, das *Dispensas Matrimoniais* e dos *Registos Paroquiais* (casamento, nascimento e óbito), existentes no Arquivo Distrital de Braga.

A metodologia utilizada centrou-se no cruzamento nominativo destas fontes, em conjugação com a consulta da base de dados presente no Repositório Genealógico Nacional (RGN). Este cruzamento permitiu o acompanhamento dos indivíduos e das suas trajetórias familiares, sobretudo ao nível da ocupação profissional e da transmissão do património. Isto só é possível através da consulta a uma base de dados genealógica, que nos permite conhecer os ascendentes e descendentes de cada indivíduo, bem como as relações estabelecidas com outras pessoas, contribuindo, desta forma, para o enriquecimento da Demografia Histórica e da História Social.

Arquivo Histórico da Administração da Região Hidrográfica do Norte

A Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH do Norte) é detentora de um valioso arquivo resultante dos registos da atividade desenvolvida pelos diferentes organismos oficiais com tutela sobre a gestão e planeamento dos recursos hídricos, desde o final do século XIX até à atualidade. O seu arquivo tem como datas extremas os anos de 1884 a 2008 e é constituído por um total de 3.500 unidades de instalação, que correspondem a cerca de 350

Figura 2

Exemplo de uma planta referente à construção de um anexo na margem do rio Gerês.

Fonte: Arquivo Histórico Hidrográfico das Bacias do Ave e Cávado, Processo de obras, P25/1925.

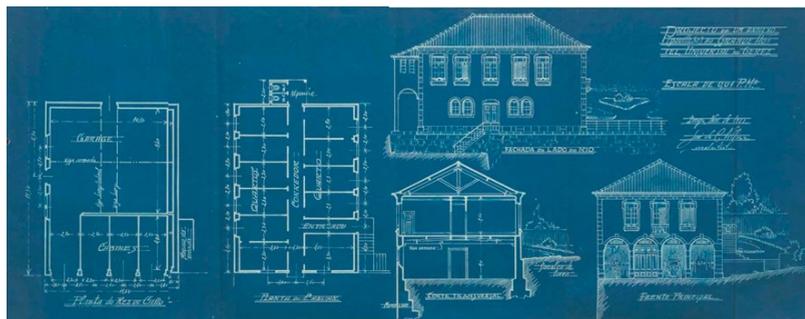


Figura 3

Exemplo de documentação administrativa de registo de engenhos.

Fonte: Arquivo Histórico Hidrográfico das Bacias do Ave e Cávado, documento não tratado arquivisticamente.

metros lineares de documentação e a aproximadamente 169.000 processos, que englobam documentos escritos e imagens das quais apresentamos um exemplo na **Figura 2**¹⁵.

A informação presente nestes processos permite o acompanhamento da organização territorial, da sua fiscalização e do sistema administrativo associado às diferentes utilizações da água e dos seus recursos ao longo de todo o período referido. São exemplo desta realidade os processos relacionados com: pesca, extração de areia, rega, indústria, produção de energia, rejeição de águas residuais ou navegação. Estes documentos possibilitam estudos em diferentes perspetivas e áreas multidisciplinares.

Neste fundo podemos encontrar um variado conjunto de tipologia documental (licenças, transgressões, reclamações, intimações, circulares, notificações, correspondência, participações, provas testemunhais, cadastros [Figura 3], plantas e requerimentos) relacionado com rega e regadios, cultura do linho, moinhos [Figura 4], indústria têxtil, indústria de papel, curtumes, cutelarias, aproveitamentos hidroelétricos, lagares de azeite e lazer.

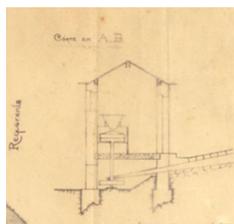


Figura 4

Pormenor de planta de um moinho.

Fonte: Arquivo Histórico Hidrográfico das Bacias do Ave e Cávado, processo de obras, P79/1919.

Repositório Genealógico Nacional

O Repositório Genealógico Nacional (RGN) é um projeto sediado na Casa de Sarmento, que, partindo da transcrição e do cruzamento dos registos paroquiais de batismo, casamento e óbito, tem como objetivo último reconstruir as trajetórias de todos os indivíduos, em encadeamento genealógico.

Este projeto assenta na metodologia de “reconstituição de paróquias” desenvolvida por Maria Norberta Amorim¹⁴, que, numa fase inicial, era realizada manualmente, em fichas em papel, cruzando-se toda a informação dos registos paroquiais de uma comunidade. A introdução da informática abriu novas perspetivas a esta metodologia, permitindo maior produtividade e aprofundamento das análises realizadas. O passo seguinte, foi a constituição do RGN, uma base de dados central, que permite integrar “[...] toda a informação organizada dos registos paroquiais caídos em domínio

público [...], acompanhando, em cadeia genealógica, os percursos vitais dentro e fora dos territórios de origem, sem se deter nas fronteiras políticas”¹⁵.

A grande virtualidade desta abordagem é a possibilidade de cruzamento com outras fontes nominativas, alargando a informação que já se possui sobre os indivíduos e seus relacionamentos sociais e profissionais. Neste momento, estão registados no RGN mais de um milhão e quatrocentos mil indivíduos e de 368 mil famílias, concentrando-se, sobretudo, no norte de Portugal e na Região Autónoma dos Açores. Convém destacar o contributo de inúmeros voluntários que, em várias regiões, colaboram com o projeto, inserindo a informação dos registos paroquiais, numa perspetiva de ciência cidadã.

Primeiros resultados da investigação desenvolvida

Nas últimas décadas, observou-se a produção de vários estudos que incidem sobre o património relacionado com a utilização dos recursos hídricos, sobretudo na perspetiva do património industrial¹⁶. Alguns destes trabalhos foram desenvolvidos com recurso à documentação do AHRNorte, nos quais se demonstram os aproveitamentos das águas públicas, centrando-se, na sua maioria, na bacia hidrográfica do Rio Ave. A água permitiu o acionamento de variados engenhos hidráulicos (azenhas, moinhos, engenhos de serrar madeira, engenhos de linho...), mas, sobretudo, durante os finais do século XIX e o século XX, a água permitiu acionar as fábricas, através das rodas ou turbinas hidráulicas¹⁷.

No ano de 1941 foi decretado o registo obrigatório de todos os engenhos hidráulicos¹⁸. Ao consultar os registos deste ano, fomos surpreendidos pelo elevado número de engenhos de serrar madeira hidráulicos e pelo número de pedidos de mergulhia de madeiras¹⁹ localizado na paróquia de Carvalhal, tal como se observa no mapa da **Figura 5**.

Perante estes valores, recolhemos as informações presentes nos processos de obras, tais como: data, nome, estado civil, ocupação profissional, conteúdo e localização (concelho, freguesia, lugar, margem, corrente de água).

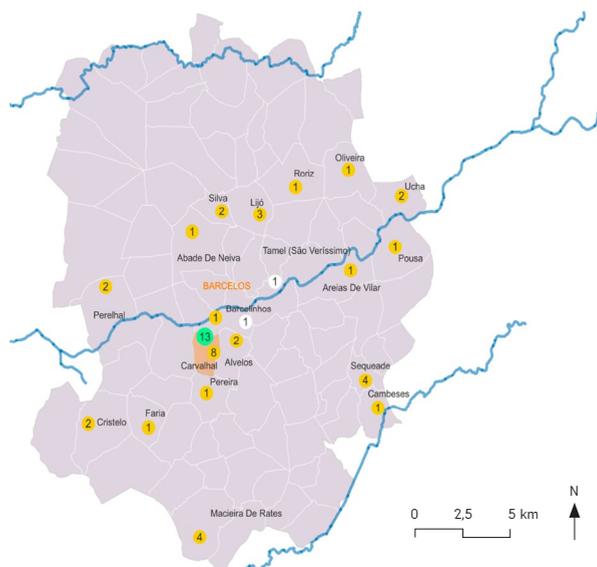
Desde 1892 até 1950 foram contabilizados 274 processos correspondentes à paróquia de Carvalhal e 322 tipologias. Através do **Gráfico 1**, constatamos que a maior parte dos requerimentos estão relacionados com engenhos de linho, mergulhia de madeira, ramadas, muros, moinhos ou azenhas e engenhos de serra. Atendendo à localização dos engenhos, ao longo da execução deste estudo, constatamos que grande parte dos imóveis que analisamos se situam no final do Ribeiro dos Amiais, junto do rio Cávado²⁰.

Figura 5

Número de engenhos de serra hidráulicos, de fábricas de papel e indivíduos que solicitaram a mergulhia de madeira no concelho de Barcelos.

- Engenhos de serra hidráulicos
- Fábricas de papel
- Mergulhia de madeira (n.º de indivíduos)

Fonte: Elaboração própria com base na CAOP (2011) e no SNIG, com base em documentação do arquivo da APA-ARHNorte, não tratada arquivisticamente.



Através do cruzamento nominativo foi-nos possível identificar que o número de requerentes era de 86 indivíduos e uma instituição (Junta de Freguesia de Carvalho)²¹. A diferença entre o número de processos e o número de requerentes explica-se pelo facto de ações, como mergulhia de madeira ou colocação de motor, exigirem uma solicitação anual. Por outro lado, os mesmos indivíduos podem surgir associados a outras tipologias como construção de uma ramada ou de um muro.

Para este estudo exploratório, restringimos a amostra aos indivíduos cujos requerimentos estavam relacionados com engenhos hidráulicos (moinhos ou azenhas e engenhos de serra), resultando num grupo de 18 indivíduos. De seguida, passamos a cruzar esta informação com a restante documentação, já mencionada, que nos permitisse compreender melhor as dinâmicas subjacentes à utilização destes imóveis.

Analisando o grupo de indivíduos que estavam relacionados com os engenhos hidráulicos conseguimos apurar algumas tendências que passamos a explicar:

1. A documentação encontrada até ao momento permite afirmar que a maior parte dos requerentes não era proprietária²² dos engenhos hidráulicos.

Este aspeto é visível no inventário de óbito de Francisco Joaquim de Figueiredo: “A casa da azenha e a de despejo, descritas [...] constituem um prazo, de que é atual senhorio direto José de Azevedo Menezes, da Casa do Vinhal, de Vila Nova de Famalicão [...]”²³. Considerando este aspeto e as análises efetuadas, não nos parece que a exploração dos engenhos hidráulicos varie consoante os proprietários ou aqueles que estavam relacionados com estes imóveis.

A UTILIZAÇÃO DAS ÁGUAS PÚBLICAS

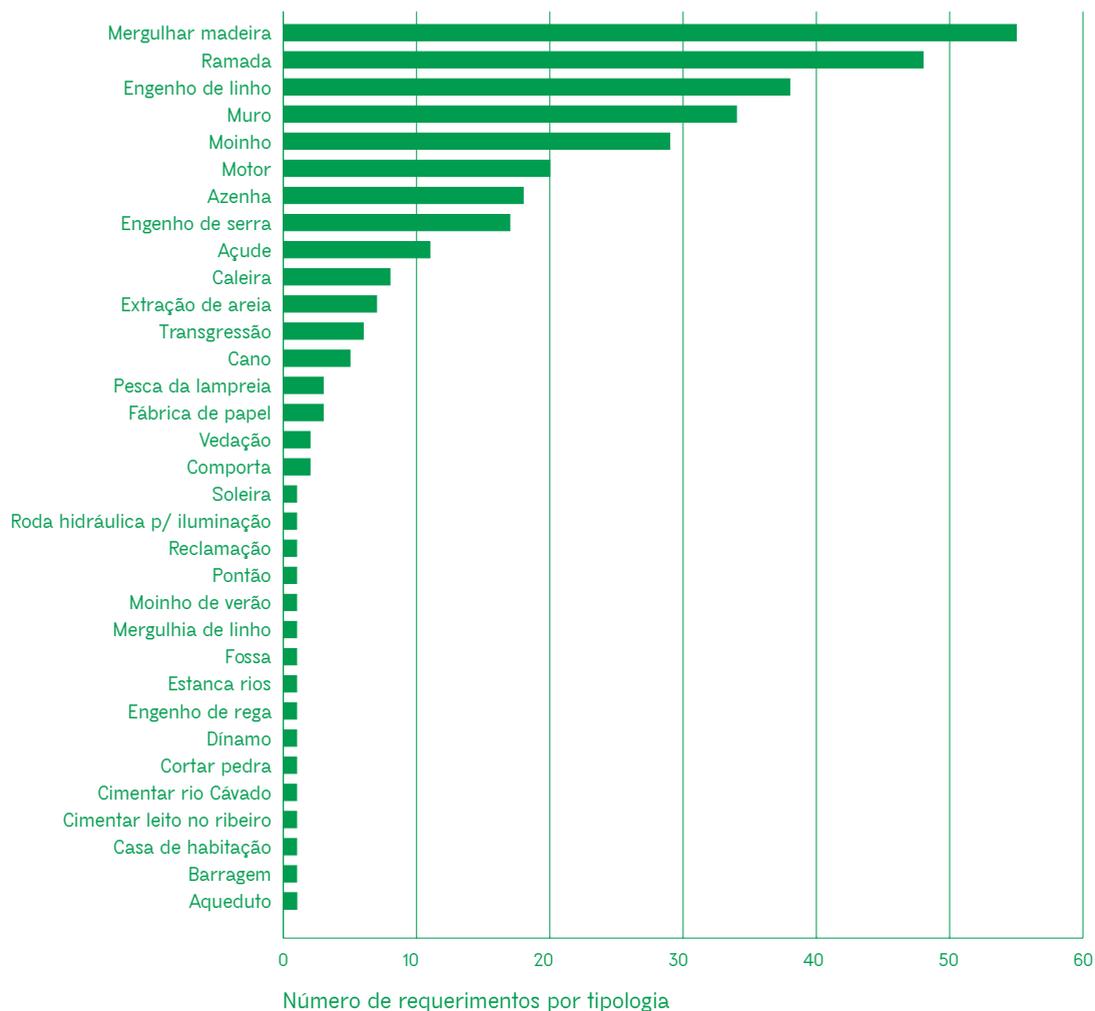


Gráfico 1

Tipologia dos assuntos presentes na documentação referente a Carvalhal (1892-1950).

Fonte: Elaboração própria a partir do Arquivo Histórico Hidrográfico das Bacias do Ave e Cávado, processos de obras (1892-1950).

Na maior parte dos casos analisados, tratando-se de um emprazamento, era comum serem transmitidos a um filho, tal como podemos constatar no mesmo inventário: “Relação de bens que apresenta o co-herdeiro Joaquim José de Figueiredo, e que lhe foram doados pelo inventariado e inventariante [...] Prazo à Casa do Vinhal. Em Barcelinhos, lugar de Mereces, no rio Cávado, uma casa de azenha com duas rodas”²⁴.

Por outro lado, a análise da documentação demonstrou a ausência de situações em que se verificassem a transmissão destes bens para a cónjuge ou para alguma filha, facto que nos pode ajudar a compreender o reduzido número de indivíduos do sexo feminino como requerentes. De facto, através do cruzamento nominativo e da análise genealógica destas famílias, apercebemo-nos de que as mulheres só requeriam algo se estivessem viúvas, de outra forma seria o pai, no caso das solteiras, ou o marido, no caso das casadas.

2. Analisando os enlaces matrimoniais efetuados dos requerentes verificamos que o casamento se estabelecia tendencialmente entre primos²⁵, frequentemente em terceiro e quarto grau de consanguinidade.

Podemos destacar o caso de Francisco Joaquim de Figueiredo, referido anteriormente, que casou com a sua prima Maria Joaquina, em 1858. Uma das testemunhas presente no processo de dispensa matrimonial refere que a noiva “[...] não acha ela impetrante fortuna igual à sua, a não ser a do impetrante, e nem até ao presente tem sido pretendida por algum dos mancebos da freguesia que este fosse de igual condição e do gosto de seus pais.”²⁶.

Através da análise realizada sobre a nupcialidade nesta paróquia, entre os finais do século XVIII até 1911, considerando as observações que constam nos registos de matrimónio, registaram-se 51 casamentos com dispensa de consanguinidade, sendo que cerca de 20% destes casamentos foram contraídos por indivíduos que estavam relacionados com engenhos hidráulicos²⁷.

3. Constatamos ainda uma outra estratégia matrimonial, o cruzamento de famílias de ofícios diferentes, em que a associação a algum engenho hidráulico parece ser um fator fundamental para a união destas famílias.

Este ponto é evidente na união de João Gomes Ferreira, lavrador, e Maria da Graça, moleira. O nubente era natural de Carvalhal e descendente de uma família de lavradores, enquanto que Maria era natural de Barcelinhos e descendia de uma família de moleiros²⁸. Através das informações dos registos paroquiais, sobretudo dos registos de batismo dos seus filhos, apercebemo-nos que João, residente em Barcelinhos após o casamento, passou a ser identificado como moleiro, serrador e industrial²⁹, provavelmente associado à família da esposa.

Notas finais

Neste trabalho propusemo-nos apresentar os primeiros resultados de um estudo que incide sobre a utilização das águas públicas na freguesia rural de Carvalhal, situada no concelho de Barcelos, entre 1892 e 1950. Em termos sociais, durante o período em estudo, nesta paróquia encontramos uma população que se dedica essencialmente à agricultura, mas também à construção de peças de madeira (como os jugos para o gado).

A base documental que sustenta este estudo assenta no levantamento dos processos de obras presentes no arquivo histórico da APA, correspondentes à paróquia de Carvalhal.

De entre os vários tipos de processos, demos destaque àqueles que estavam relacionados com os engenhos hidráulicos (moinhos, azenhas e engenhos de serrar). Para além desta documentação, foi essencial a consulta dos inventários de óbito de alguns requerentes, das dispensas matrimoniais, assim como dos registos paroquiais de casamento, nascimento e de óbito.

O cruzamento nominativo efetuado durante a recolha documental revelou-se muito frutífero, pois permitiu identificar os requerentes responsáveis por um número abundante de processos. Através das consultas ao Repositório Genealógico, que contém a base de dados de Carvalhal, pudemos, também, acompanhar o processo de transmissão do património e constatar algumas estratégias adotadas por estes indivíduos. Verificou-se que era habitual o casamento entre primos, de forma a conservar o património familiar, ou a união de famílias de ofícios diferentes, como estratégia de progressão social. Podemos concluir que a água além de agente de fixação da população, permitiu também diversificar as atividades económicas que se desenvolveram neste território.

Considerando estes primeiros resultados, o trabalho realizado permitiu alterar a caracterização desta paróquia que fizemos nas primeiras páginas. Embora exista uma elevada presença de indivíduos cuja atividade laboral estava relacionada com a agricultura, durante os finais do século XIX e a primeira metade do século XX, através da documentação consultada, evidenciou-se o carácter industrial, relacionado com a transformação de madeiras, essencialmente. No futuro, importa alargar este estudo a outras freguesias da Bacia Hidrográfica do rio Cávado de forma a compreendermos se as tendências aqui verificadas eram particulares desta comunidade ou se se verificam também nas restantes povoações.

Notas

1. Para se conhecer este fundo documental, pode-se consultar: <https://www.csarmento.uminho.pt/archivave/>
2. Pode ser consultada em: <https://porgener.csarmento.uminho.pt/>
3. Neste trabalho, optámos por atualizar a ortografia das citações para que se tornem acessíveis a todos os interessados neste tema.
4. Frequentemente este lugar é também designado como “Mareces”. Segundo Diogo de Villasboas, este topónimo está relacionado com as marés que aqui chegavam “[...] com todo o seu vigor até Mereces [...] derivando o nome de Aldeia de Marés [...]”. Argote, Jeronymo Contador de, *Memórias para a história eclesiástica do Arcebispado de Braga*, Lisboa, Ocidental, 1734, vol. II, p. 871.
5. Argote, Jeronymo Contador de, *Memórias para...*, p. 866.
6. Argote, Jeronymo Contador de, *Memórias para...*, p. 869.
7. Milhazes, Maria Cláudia. C.; Cunha, Armandino B. da, “Engenhos hidráulicos do Cávado a jusante da cidade de Barcelos”, in *Barcelos-Revista*, 2.^a série, n.º 1, 1990, pp. 183–222.
8. Milhazes, Maria Cláudia. C.; Cunha, Armandino B. da, “Engenhos hidráulicos do ...”, pp. 186–195.
9. Silva, Fátima, “Evolução demográfica da paróquia de Carvalhal (séculos XVII-XX)” (dissertação de mestrado), Braga, Instituto de Ciências Sociais, p. 10.
10. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Memórias Paroquiais — 1722/1832, *Diccionario geographico de Portugal*, vol. 9, n.º 165, 1758.
11. Fonseca, Teotónio da, *O Concelho de Barcelos aquém e além-Cávado: Além Cávado*, vol. 2, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1987, p. 103.
12. Fonseca, Teotónio da, *O Concelho de Barcelos ...*, p. 103.
13. O acesso a esta informação pode ser feito através da consulta presencial na Casa de Sarmento (Guimarães) e através da consulta on-line na página de internet da mesma instituição.
14. Amorim, Maria Norberta, “Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos portugueses”, in *Revista de Demografia Histórica*, IX, n.º 1, 1991, pp. 7–26.
15. Amorim, Maria Norberta; Santos, Maribel Yasmina; Ferreira, Antero; Salgado, Filipe, “Da reconstituição de famílias ao Repositório Genealógico. Uma via aberta para as ciências sociais”, (comunicação apresentada no XI Congresso de la ADEH), Cádiz, 2016.
16. Alguns destes estudos podem ser consultados em: <https://www.csarmento.uminho.pt/archivave/publicacoes/>
17. Costa, Francisco da Silva; Cordeiro, José Manuel Lopes, “Património industrial e cultura da água — o exemplo de Guimarães, no noroeste de Portugal”, in *Geografia & Política, Políticas e Planeamento*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras (FLUP), 2013, pp. 707–720.
18. Decreto n.º 30850 de 5 de novembro de 1940. Para um maior aprofundamento sobre este tema veja-se: Costa, Francisco da Silva, “A gestão das águas públicas: o caso da bacia hidrográfica do rio Ave no período 1902–1973” (Tese de Doutoramento), Braga, Instituto de Ciências Sociais, 2008, pp. 367–370; Vieira, António; Costa, Francisco; Cordeiro, José Manuel; Vaz, Sofia; Lemos, Paulo, “A importância da cartografia e das fontes primárias para o estudo da evolução do património molinológico em Louçada”, in *Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património*, 9, 2016, p. 232.
19. Entende-se por mergulhia de madeiras o ato de mergulhar na água peças de madeira para serem curadas.
20. Esta tendência foi, também, observada noutro estudo desenvolvido em Espanha, junto do Rio Guadiana. Veja-se: Díaz del Campo, Francisco Javier Moreno, “El aprovechamiento hidráulico del Guadiana: los molinos de ribera. Siglos XV-XIX”, in Mejías Moreno, Migue (coord.), *Las tablas y los ojos del Guadiana: agua, paisaje y gente*, Madrid, Instituto Geológico y Minero de España, 2014, pp. 147–184.
21. 85% eram homens, 14% mulheres e 1% corresponde à instituição referida.
22. Entendemos por proprietário aquele que tem a propriedade de alguma coisa, dono de algum imóvel.
23. Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Tribunal da Comarca de Barcelos, *Inventário por óbito de Francisco Joaquim de Figueiredo*, 1896, fl. 8rv.
24. ADB, *Inventário por óbito de Francisco...*, fls. 48–49.
25. Ana Sílvia Scott observou em Ronfe (Guimarães) uma tendência semelhante nas famílias ligadas à manufatura do algodão, afirmando que esta tendência permitia um fortalecimento das relações familiares. Scott, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, formas de união e reprodução social*

A UTILIZAÇÃO DAS ÁGUAS PÚBLICAS

no noroeste português (séculos XVIII e XIX), Guimarães, NEPS — Instituto de Ciências Sociais — U. M., 1999, pp. 395-396.

26. ADB, Mitra Arquiepiscopal de Braga, Dispensas matrimoniais, *Dispensa matrimonial de Francisco Joaquim de Figueiredo e de Maria Joaquina*, 1857.

27. Silva, Fátima, “Evolução demográfica ...”, p. 33.

28. No seu trabalho sobre Barcelinhos, Inês Faria reflete sobre as estratégias adotadas por esta família de moleiros. De referir que um dos irmãos de Maria da Graça, Francisco José da Silva (Medros) foi identificado como industrial de moagem. Faria, Inês Martins de, *Santo André de Barcelinhos: o difícil equilíbrio de uma população (1606-1910)*, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, 1998, pp. 213-216.

29. A acumulação de várias ocupações profissionais tem vindo a ser demonstrada em outros trabalhos. Veja-se, por exemplo, Silva, Álvaro Ferreira da, “Família e trabalho doméstico no hinterland de Lisboa: Oeiras, 1763-1810”, in *Análise Social*, vol. XXIII, 3, n.º 97, 1987, pp. 531-562.

TERESA ARAÚJO *

Memórias, vivências e quotidianos de Armindo Alves Correia de Araújo através do seu álbum de fotografias

*

Arquivo Municipal da
Póvoa de Varzim.
Lab2PT – Universidade do
Minho (UM). Doutorada em
História pela UM.
teresaaraujo086@gmail.com

Introdução

A fotografia como retrato/registo da sociedade do seu tempo é fundamental para o conhecimento histórico. Através dela mergulhamos em instantes da vida e das relações sociais, como fontes credíveis para a História, nomeadamente para a história local. Cada vez mais os arquivos privados das famílias são trazidos para fora da esfera familiar e vão ganhando espaço no meio académico que os utilizam, e até os priorizam, como fonte histórica. Será este o caso concreto a que nos propusemos, pegar no arquivo de uma família, nomeadamente num álbum de fotografias de um dos seus elementos, e através dele analisar as vivências e o quotidiano do seu possuidor que irradiam destas imagens guardadas. E que complementaram ou foram mesmo o alavanque para outras fontes primárias, nomeadamente os jornais locais que nos forneceram informações mais pormenorizadas de acontecimentos vividos, uma vez que o possuidor, o produtor do álbum, o objeto em estudo era um homem com vida pública no concelho famalicense e aparecia amiudamente nas notícias da imprensa.

Todos sabemos que a memória é limitada e que a falta de registos visuais a condiciona ainda mais. Nomeadamente as lembranças da nossa família e sobretudo dos nossos ascendentes, e que muitas vezes se cingem a determinada fotografia que aprisionou o momento. Um instante que já não existe mais, mas que faz manter viva a nossa memória, independentemente de o temos, ou não, presenciado¹.

Por isso, é a fotografia que nos reaviva a memória, que nos reaviva o passado². E também por isso, e ainda que o conhecimento direto seja a fonte de lembranças mais pormenorizada, é pelo registo fotográfico que entramos no universo familiar desse passado, já ausente.

É quase uma história de vida que pode ser desfolhada em minutos ou horas consoante a riqueza do espólio fotográfico encontrado. Através da diversidade de momentos registados, mais do que um rosto, identificamos feitios, formas de estar, posturas, mas também gostos, interesses, vivências. E quanto mais rico for o arquivo fotográfico mais rica e estimulante poderá ser a descoberta do(s) personagem(s).

Tudo está ali à espera de ser lido ou rememorado por quem folheia um álbum de fotografias. Está ali o batizado, a infância, a adolescência, os primeiros namoros, as idas para a universidade, o casamento, os filhos que vão chegando, a família, o trabalho, o lazer, as amizades, as sociabilidades, as viagens e tanto mais. São histórias de vida prontas a ser contadas que refletem um espaço temporal e geográfico já passado. Refletindo uma vida, mais ou menos intensa, mais ou menos longa, mais ou menos vivida em termos de afetos e de sociabilidades.

Encontrar tudo isto num álbum de fotografias da primeira metade do século xx não é comum. É sobretudo revelador de uma condição social e económica. Pois sabemos que os registos fotográficos para memória futura, e sobretudo os registos continuados ao longo de uma vida não eram para qualquer indivíduo. A fotografia, especialmente aquela que não retratava dias festivos ou celebrações de carácter especial como um casamento ou uma Primeira Comunhão, não estava ao alcance de todos. Algo que as gerações atuais certamente não entenderão, pois, a fotografia, a imagem, o registo fotográfico do vivido no *smartphone* faz parte do seu dia a dia, independentemente da sua condição social ou económica.

De facto, através destas imagens conseguimos uma memória mais abrangente de alguém. Uma memória que também perpétua na lembrança familiar um passado que não existe mais e que é evocado às novas gerações. Transmitindo-lhes por um lado, um sentimento de pertença, e por outro, a noção de como eram as vivências familiares de um passado cronologicamente mais ou menos distante. São histórias de vida de avoengos, que podem ser recordações mais ou menos simplistas de vivências passadas, e que são rememoradas através de uma simples fotografia, através do folhear de um singelo álbum de fotografias. É toda uma narrativa visual repleta de elementos biográficos e alusão a um tempo cronológico que está à disposição do leitor³.

O álbum de fotografias surge na década de 60 de Oitocentos num enquadramento burguês carregado das chamadas *carte de visite* e *cabinet*⁴. Fotografias que se encaixavam de forma exata nas ranhuras pré-existentes das folhas que compunham estes livros.

As fotografias deste formato (65 × 105 mm) eram todas muito semelhantes. Retratos de homens, mulheres e crianças sempre numa postura formal, rígida, com um rosto sem expressão em ambientes de estúdio, geralmente apoiados em mobiliário de época, vestidos com os seus melhores trajes para que a fotografia fosse digna para a posteridade, mas sobretudo para a oferta⁵. Pois era particularmente comum a oferta, a troca de retratos entre amigos e familiares com dedicatórias variadas no verso⁶.

Com o passar do tempo a fotografia democratiza-se e a representação fotográfica liberta-se dos estúdios dos fotógrafos para entrar na vida do quotidiano e na vivência mais banal do dia-a-dia, à volta da mesa, nos momentos de lazer, nas idas à praia e nos banhos de mar, nos piqueniques, nas caçadas, nos torneios de tiro e em muitas outras sociabilidades da vida moderna.

Todos estes momentos são guardados para memória futura, como registos de dias bem passados e que podem ser rememorados pelos protagonistas em singelos álbuns de cartolina de tons diferentes (acastanhados, avermelhados, azulados) que muitas vezes serviam para inscrições ou apontamentos sobre essas imagens. Tratavam-se de registos/informações que não se queria esquecer⁷.

Fosse ele a data, o nome do local ou do fotografado ou o episódio caricato, e que passados anos, permitem ao investigador encontrar vidas inteiras prontas a serem contadas.

São estas legendas, que às vezes identificam um rosto, que permitem aos vindouros conhecer os avoengos que a memória não reconhece e que o tempo quase apagou ou mesmo apagou.

Se para os familiares estes álbuns reavivam a memória de pais e avós, para o investigador, liberto destas amarras dos afetos e da parcialidade, estes álbuns são narrativas de vidas, fontes primárias prontas a ser estudadas e trabalhadas. Por isso estes álbuns, como documentos de arquivo que são, não podem ser desagregados, nem as suas fotografias tiradas, ou mesmo mudadas de sequência e separadas do seu todo original que é o álbum. Correndo o risco, caso tal aconteça, ao ser descontextualizado e fragmentado nas suas fotografias, de este deixar de “falar”, permitindo apenas uma narrativa parcelar, sem sentido, totalmente desenquadrada, e sobretudo uma leitura descontextualizada.

Foi num destes álbuns que encontramos a vida do seu titular. Através das centenas de fotografias, algumas com mais de cem anos, descobrimos Armindo Alves Correia de Araújo, conservador do Registo Predial famalicense durante o Estado Novo.

Armindo, nascido em 1892, era o quarto filho de Manuel Alves Correia de Araújo e Bambina Amélia Machado de Araújo, proprietários rurais estabelecidos em Requião, uma freguesia pertencente ao concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito de Braga⁸. Ambos com algum património fundiário que haviam herdado de seus pais, também eles proprietários, capitalistas que enriqueceram no Brasil e no retorno investiram na terra. Independentemente de uma prole de seis filhos, a sua condição económica permitiu-lhes dar uma educação universitária a todos eles, exceção feita à única rapariga, Ernestina, que apenas teve os rudimentos de instrução exigidos às meninas do seu tempo⁹.

Por todo o álbum estão presentes as fotografias dos pais, especialmente do pai por quem Armindo Alves nutria grande admiração e afeto. Mas também do seu tio paterno a quem seguiu as pisadas no Direito, Dr. Francisco Alves Correia de Araújo, irmão mais novo do pai e seu mentor político.

Também os irmãos são outro elo fundamental na sua vida dos afetos e estão presentes nas fotografias que abundam em todo o álbum. Desde a juventude passando pela idade adulta, em momentos de diferentes sociabilidades e lazer, em piqueniques, passeios, torneios de tiro e caçadas, em idas à praia e às termas, em eventos políticos e de cariz social e benemérito, os irmãos são uma presença constante no álbum. Uma prova mais que evidente que eram próximos, que o facto de serem cinco rapazes de idades muito juntas, com intervalos de pouco mais de um ano entre irmãos, ajudava às amizades e às sociabilidades, em que os amigos de um passavam a ser amigos de todos eles.



Figura 1

Nas matas do Bussaco no dia 11 de maio de 1914. Armindo Alves é o primeiro da esquerda.

Fonte: Arquivo Pessoal Teresa Araújo

Aos dezanove anos e depois de completar os estudos secundários no Liceu Central de Braga, Armindo Alves rumou a Coimbra para frequentar o curso de Direito, inscrevendo-se no ano letivo de 1911-1912 no primeiro ano. Um ano especial que apanha todo o movimento reformador da Universidade de Coimbra e dos estudos jurídicos em particular, que o Governo Provisório tinha logo enunciado nas suas primeiras intenções políticas. Uma reforma que iria alterar não só a organização dos cursos e das disciplinas, mas também a frequência e o regime de provas¹⁰. No caso concreto do Direito passaria a haver dois exames que garantiriam as habilitações necessárias para a conclusão do curso. Eram os chamados “*Exames de Estado*”, dois exames, um em ciências económicas e outro em ciências jurídicas, feitos em tempos distintos perante um júri nomeado pelo governo e que era constituído por juizes de Primeira Instância, juizes do Supremo, professores da faculdade de Direito, magistrados do Ministério Público e advogados. Só a aprovação destes dois exames garantia o título de bacharel em Direito e a habilitação necessária para uma carreira pública.

Foi devido a um destes exames, mais concretamente o de ciências jurídicas, que impediu o jovem Armindo de terminar o curso nos cinco anos que a licenciatura impunha. Muito provavelmente, a entrada de Portugal na Primeira Grande Guerra Mundial em 1916 e o facto de ter sido chamado a frequentar a Escola Prática de Oficiais Milicianos não terá ajudado a um desfecho mais célere e só conseguirá a aprovação do exame em 1919, após duas tentativas falhadas anteriores.



Figura 3

Armindo Alves Correia de Araújo com o seu Fiat Topolino na sua casa em Requião em 1946.

Fonte: Arquivo Pessoal Teresa Araújo

o caso da amizade com António Francisco Nunes de Almeida, um jovem natural do Porto que conheceu em Coimbra nos tempos de estudante e com quem partilhou casa na travessa da rua do Norte, n.º 9. Os dois acabariam por se tornar amigos inseparáveis, dentro e fora da universidade como ficou registado nas inúmeras fotografias do álbum. Uma amizade que continuou depois de terem terminado o curso de Direito e que perdurou no tempo, até pela proximidade geográfica que os unia. Requião, onde Armindo Alves continuou sempre a viver, dista do Porto cerca de 30 km, um pouco mais de uma hora de automóvel, que ambos possuíam desde a década de 30. Aliás, António Nunes de Almeida encontra a sua vida profissional no meio dos automóveis como braço direito de Mário Clemente, proprietário do conhecido *stand Clemente*, que se instalou no Porto em inícios dos anos 30. Foi neste *stand* que Armindo Alves comprou todos os seus automóveis: o Fiat 500, Topolino, o Citroen (Tration Avant), conhecido por *arrastadeira*. O mesmo aconteceu com os irmãos de Armindo que igualmente adquiriram neste *stand* os seus automóveis durante as décadas de 30, 40 e 50. [Figura 3]

São inúmeras as fotografias do álbum onde aparece António de Almeida. Folha a folha, descobrimos o rosto e a presença constante deste indivíduo, inicialmente novo, depois mais envelhecido, em diferentes momentos da vida. Inicialmente sozinho, depois acompanhado de mulher e filhas em diferentes

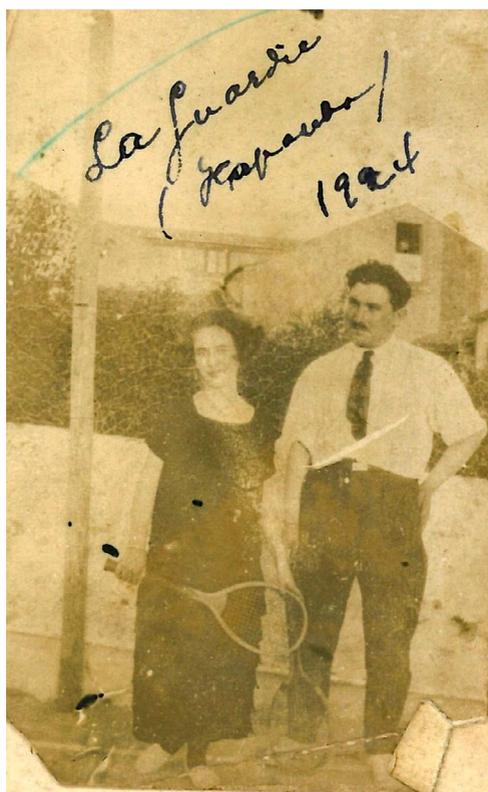


Figura 4

Em La Guardia e em passeios no rio Minho nos anos que esteve como procurador da comarca de Caminha.

Fonte: Arquivo Pessoal Teresa Araújo

locais, em diferentes ocasiões: na quinta de amigos em Taveiro, nas proximidades de Coimbra, na casa de Mário Clemente no Castelo da Maia ou em Requião, na casa de Armindo.

Curioso é que foi através deste António de Almeida que se estabeleceu uma ligação, uma amizade para a vida entre Armindo e os seus irmãos, com Mário Clemente, o proprietário do *Stand Clemente*, no Porto.

O empreendedor e dinâmico jovem de nome José Mário Clemente da Costa, natural de Castro Daire era mais novo sete anos que Armindo Alves, tinha nascido em 1900. O negócio dos carros corria-lhe nas veias¹². O pai, José Clemente da Costa possuía em Castro Daire, um negócio de carros de aluguer, inicialmente a cavalos e depois a gasolina. Seguindo a tradição familiar do negócio paterno, Mário Clemente estabeleceu-se por conta própria, aos vinte e cinco anos, com a *Auto-reparadora Lafonense*, servindo a região de Lafões, Vouzela, Oliveira de Frades e Castro Daire. Uma oficina bem apetrechada, que em 1925 já era abastecida por luz elétrica, bomba de gasolina à porta e um mecânico de serviço que Mário fora buscar propositadamente ao Porto para servir os seus clientes. O sucesso da oficina foi tal, que rapidamente conseguiu a representação da venda de carros Renault na zona de Viseu. Curiosamente, além de vender carros implantou um serviço para ensinar a conduzir os clientes. Um serviço que hoje poderíamos

Figura 5

Armindo com o tio,
Dr. Francisco Alves Correia
de Araújo em 1933.

Fonte: Arquivo Pessoal Teresa
Araújo



dizer de chave na mão, numa altura que ainda não havia escolas de condução. O crescimento do negócio da venda de carros teve obrigatoriamente que implicar a mudança para a cidade do Porto, o que acabou por acontecer em abril de 1937.

Não sabemos quando nem em que circunstâncias António de Almeida foi contratado, mas foi ele o elo de ligação entre Mário Clemente e Armindo Alves.

A vida profissional de Armindo está também presente nas fotografias que encontramos no álbum com referências explícitas às comarcas onde esteve como delegado do procurador da república: Portel, Vinhais, Açores, na comarca de Povoação na ilha de S. Miguel, Tabuaço, Caminha, Marco de Canavezes. Estas foram algumas das comarcas por onde passou durante toda a década de 20, antes de se tornar no quarto conservador do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão, cargo que exerceu até à sua reforma em 1956, depois de mais de trinta anos de serviço público. A vila de Caminha foi a comarca onde esteve mais tempo. Os cerca de três anos que aí viveu, entre outubro de 1923 e agosto de 1926, explicam o maior número de fotografias dessa zona que fez questão de colar no seu álbum. **[Figura 4]**

Passeios no rio Minho e na ilha dos Amores, a nove quilómetros de Caminha, jogos de ténis na vizinha cidade de La Guardia são exemplos de fotografias que encontramos e provam uma vida social ativa nestas paragens do Alto Minho.

Sendo o seu tio Francisco Alves, um elemento de referência ao longo da vida pública e privada de Armindo, não estranhamos o elevado número de fotografias onde este aparece. Sozinho ou acompanhado pelo sobrinho, Francisco Alves Correia de Araújo, conservador do Registo Predial famalicense desde 1906 e depois nomeado presidente de câmara de Vila Nova de Famalicão após o

Figura 6

Inauguração da ligação do lugar de Moço Morto a Sobrado em Requião, em 1932.

Fonte: Arquivo Pessoal Teresa Araújo



golpe de *28 de Maio* é uma presença marcante na sua vida e por isso revelado nas fotografias do seu álbum.

Armindo segue-lhe as pisadas no Direito e no gosto pela vida pública e política, tornando-se à semelhança deste, fiel adepto de Salazar e membro da União Nacional, chegando à presidência da concelhia.

Vemo-lo como vereador camarário e em muitos atos públicos e privados ao lado do tio Francisco. [Figura 5]

É o caso da inauguração de um troço de caminho público aberto em 1932 e que fazia a ligação entre dois lugares do concelho famalicense: Moço Morto e Sobrado. Um acontecimento deveras importante a ponto de Armindo querer registar as fotografias tiradas nesse dia no seu álbum fotográfico, não só por se tratar de uma nova acessibilidade a Requião, freguesia donde era natural e vivia, mas também por ser uma obra importante, fruto da ação *incansável*¹⁵ do seu tio Francisco Alves que face aos contactos privilegiados com o poder central conseguiu grandes participações do Estado para as ligações das freguesias do concelho.

Quatro fotografias, em que fez questão em escrever a data de 1932, marcam esse momento do corte de fita pelo presidente da edilidade, Dr. Francisco Alves, e o governador do distrito, major Gaspar Inácio Ferreira, bem como a caminhada a pé pela nova estrada dos inúmeros presentes. Reconhece-se perfeitamente esse lanço de estrada, hoje alcatroada e mais larga, rasgada entre pinheiros e eucaliptos que abundavam no local, fazendo a ligação entre a Estrada Nacional Famalicão/Guimarães à freguesia de Requião. [Figura 6]

O entusiasmo pela caça e pelo tiro é também evidente neste álbum. Uma paixão que herda da família Alves e que é notória pela quantidade de fotografias de caçadas e torneios de tiro aos

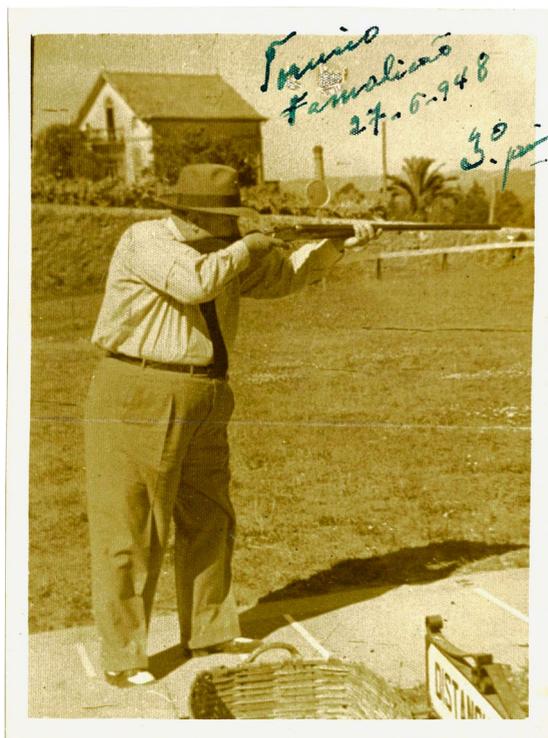


Figura 7

O Dr. Armino Alves Correia de Araújo em torneios de tiro no Clube de Caçadores de Famalicão.

Fonte: Arquivo Pessoal Teresa Araújo

pombos ou aos pratos. São dezenas de fotografias desde a década de 20 e até à década de 50 em diferentes locais e com diferentes intervenientes.

Pelos jornais locais, nomeadamente o *Estrela do Minho*¹⁴, sabemos que era um atirador exímio e que ganhava vários trofeus nos torneios que participava organizados pelo Clube de Caçadores de Famalicão, no qual chegou a ser diretor em 1928 e sócio ativo desde a sua fundação. Foi durante a sua direção que foi inaugurado o famoso pavilhão ou *stand* como designavam na época à estrutura de apoio aos sócios que dominava o enorme campo de tiro. Um equipamento de logística indispensável ao Clube, que se queria moderno e que pudesse estar à altura dos desafios que essa direção queria impor¹⁵. Aproveitando a situação geográfica do local constroem um pavilhão com restaurante e respetivo terraço, armeiros, secretaria, caixas automáticas, instalações para pratos e inclusive, pombais para as espécies utilizadas nas competições.

O seu entusiasmo pela modalidade e pela associação é reconhecido publicamente na homenagem que o Clube de Caçadores lhe faz em 1956, a qual fomos encontrar no seu álbum com fotografias, um dia de setembro anotado na própria imagem e com o respetivo nome do evento. A cerimónia consistiu num torneio de encerramento de época intitulado *Taça Dr. Armino Alves* e num jantar de homenagem com a presença de dezenas de amigos, onde todos os presentes destacaram a afabilidade, simpatia, bondade e carinho com que tratava os amigos¹⁶.

Figura 8

Armindo Alves com os seus cães em 1939.

Fonte: Arquivo Pessoal Teresa Araújo



Presença constante nos torneios de tiro não só como organizador, mas sobretudo como participante, Armindo Alves quis guardar no seu álbum algumas fotografias particularmente simbólicas de alguns torneios, como foi o caso do dia 13 de abril de 1930 em que ganhou o primeiro prémio, ou do dia 20 de junho de 1948 que ficou em terceiro lugar registando na própria fotografia a anotação. Façanhas essas, que eram sempre relatadas nos jornais locais famalicenses¹⁷ e onde pudemos cruzar a informação. [Figura 7]

Juntamente com o tiro, a caça era outra das suas paixões. Quer uma quer outra implicavam o manuseamento de espingardas, objeto pelo qual nutria uma particular afeição. Possuía várias, que tratava com especial cuidado, oleando, estimulando, de forma que proporcionassem não só o prazer do tiro, mas sobretudo o chamado tiro certo que o embevecia e lhe proporcionava prestígio inerente perante os companheiros. Só quem privou com caçadores reconhece o brilho no olhar e a alegria visível de quem praticamente não dormia para se levantar de madrugada e ir à caça.

Ao contrário de hoje em que a caça não é vista com bons olhos, no passado o ato da caça era uma manifestação cultural, uma demonstração de companheirismo e de sociabilidades que viam neste tempo de ócio, momentos de lazer que terminavam muitas vezes à volta de uma mesa farta.

Além das armas, os cães eram fundamentais no ato da caçada, mesmo que a caça pudesse ser realizada sem cães, o que não era o



Figura 9

Armino Alves a bordo do paquete Andes em 1951. [as duas fotos em cima]

Fonte: Arquivo Pessoal Teresa Araújo

Figura 10

O bairro da Tijuca junto aos empreendimentos em construção do irmão Artur Alves.

Fonte: Arquivo Pessoal Teresa Araújo



caso da caça praticada pelo Dr. Armino Alves e amigos. A caça que ele praticava, juntamente com os seus amigos e família, privilegiava a chamada *caça de salto*, isto é, a caça a pé, onde o caçador procurava a presa com a ajuda de cães. Um trabalho de equipa que permitia uma relação mais íntima entre o cão e o caçador. Sabemos que desde jovem possuía muitos cães, especialmente de caça: perdigueiros, podengos, abundam nas fotografias do seu álbum e pelos quais nutria uma verdadeira afeição. [Figura 8]

Percorrendo o álbum sabemos que em 1951, com 59 anos, se deslocou ao Brasil para visitar o irmão Artur que tinha emigrado na juventude para o Rio de Janeiro e por lá estava estabelecido com mulher e filhos. A viagem foi feita a bordo do navio Andes, como colou no álbum um postal com a imagem do enorme paquete que fazia as ligações transatlânticas com o continente americano.

São várias as fotografias a bordo do paquete que encontramos no álbum inclusive a que captou no momento do *click* fotográfico uma jovem desconhecida de fato de banho que passa mesmo em frente a Armino Alves. [Figura 9]

No Rio de Janeiro percorreu os vários negócios imobiliários do irmão, visitando algumas das urbanizações do bairro da Tijuca onde Artur era construtor e promotor de vários empreendimentos habitacionais. [Figura 10]

Também fomos encontrar neste seu álbum fotográfico, as fotografias da tomada de posse como presidente da Câmara de Famalicão, um acontecimento verdadeiramente marcante na sua vida política, e obviamente pessoal.

A morte inesperada em pleno mandato do presidente da autarquia famalicense Álvaro Marques, em inícios de outubro de 1957, abre um problema de sucessão. A escolha recai no número dois da autarquia, Dr. Armino Alves Correia de Araújo, seu braço direito desde 1951, que passa a partir daí a assumir a presidência sendo empossado logo no final de outubro desse ano. Todos os jornais locais relatam o acontecimento ocorrido no palácio dos Falcões em Braga, que segundo noticiam foi pequeno para acudir os inúmeros amigos e conhecidos do novo presidente do município famalicense¹⁸.

Momentos felizes que fez questão de guardar no seu álbum fotográfico, que espelha o seu percurso pessoal e profissional. Uma caminhada de vida que dava sinais que estaria a chegar ao fim, atraído pela doença provocada pelos diabetes que não lhe dá tréguas e obriga-o, inclusive, a pedir a demissão do cargo um ano depois de tomar posse como presidente da autarquia. A amputação sofrida na perna direita na sequência de um internamento durante o seu mandato, e que limitará toda a sua vida pública e privada, leva-o a demitir-se em agosto de 1958, abandonando para sempre a atividade política¹⁹. [Figura 11]

Armino Alves Correia de Araújo falece em julho de 1962 aos 62 anos, em Requão²⁰.



Figura 11

Tomada de posse como presidente da câmara de Vila Nova de Famalicão em outubro de 1957, no Governo Civil de Braga.

Fonte: Arquivo Pessoal Teresa Araújo

Conclusão

Através desta análise verificamos que a fotografia contida nos álbuns fotográficos é um documento visual que tem duas funções distintas, mas que ao mesmo tempo se complementam. Por um lado, ela serve ao seu possuidor para não só testemunhar a realidade que viveu, mas também como objeto e fonte de memória, que o fará recordar dias mais ou menos alegres, mais ou menos intensos e que não quer esquecer. Por outro, é uma fonte privilegiada para o investigador que graças à disponibilização de muitos arquivos privados permite conhecer facetas da realidade quotidiana próprias de uma época e de um tempo, que não existe mais.

É um novo olhar para as fontes seguindo o percurso já trilhado pela historiografia da *École des Annales*, que não se restringiu aos textos escritos, procurando novas abordagens, novos temas, mas também novos documentos e novos arquivos.

Notas

1. Sobre memória como objeto específico de investigação nas ciências sociais consulte-se Sobral, José Manuel, “Memória e identidades sociais-dados de um estudo de caso num espaço rural”, in *Análise Social*, vol. xxx (131-132), 1995 (2.º-3.º), pp. 289-313.
2. Sanches-Justo, Joana, *O ato fotográfico. Memória, prospeção e produção de sentidos na velhice*, S. Paulo, Cultura Académica editora, 2012, pp. 19-27. Dubois, Philippe, *O ato fotográfico e outros ensaios*, S. Paulo, Papyrus, 1993, pp. 314-317.
3. Mauad, Ana Maria, “Através da imagem: Fotografia e história e interfaces”, in *Tempo*, vol. 1, n.º 2, 1996, pp. 73-98.
4. Leite, Marcelo Eduardo, “As fotografias cartes de visite e a construção de individualidades”, in *Interin*, vol. 11, n.º 1, pp. 1-16.
5. Araújo, Nuno Borges de, “A fotografia e o postal ilustrado: origens e influências”, in Martins, Moisés de, *Os Postais ilustrados na vida da comunidade*, Braga, CECS-Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2017, p. 59.
6. Lima, Aline Soares; Martins, Moisés de Lemos; Oliveira, Madalena de, “Do carte de visite ao snapshot digital: O retrato fotográfico e as representações de si”, in *VII Congresso SOP-COM- Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*, Universidade do Porto, 2011, pp. 1883-1884.
7. Barros, Myriam Moraes Lins de “Memória e Família”, in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989, pp. 37-39.
8. Arquivo Distrital de Braga, Fundo paroquial, Paróquia de Requião, *Livro de Registo de Batismos*, 1891-1899, fl. 29v.
9. Vaquinhas, Irene, “Os caminhos da Instrução Feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance”, in *Turres Veteras III, Actas de História Contemporânea*, 2000, pp. 95-101.
10. Gomes, Joaquim Ferreira, “A reforma universitária de 1911”, in *Revista da História das Ideias*, 1990, vol. 12, pp. 269-299.
11. *Jornal Estrela do Minho*, 04 de maio de 1958, p. 1.
12. Costa, José Mário Clemente da, *Vale a Pena Viver*, Porto, Edição de autor, 1980, pp. 14-27.
13. *Jornal Estrela do Minho*, 13 de março de 1938, p. 3.
14. *Jornal Estrela do Minho*, 18 de abril de 1937, p. 2.
15. *Jornal A Paz*, 30 de junho de 1928, p. 2.
16. *Jornal O Jornal*, 15 de setembro de 1956, p. 3.
17. Durante as décadas de 30 e 40 do século XX é constante a referência pelos jornais locais da participação do Dr. Armindo Alves Correia de Araújo nos torneios de tiro aos pratos e aos pombos. Nomeadamente nos jornais *Estrela do Minho* (18 de abril de 1937, p. 2; 13 de julho de 1941, p. 2), *Jornal de Famalicão* (16 de abril de 1949, p. 3); *Notícias de Famalicão* (28 de março de 1936, p. 2; 5 de julho de 1941, p. 2) ou *O Jornal* (18 de abril de 1932, p. 2).
18. *Jornal Estrela do Minho*, 03 de novembro de 1957, p. 1, 4.
19. *Jornal Estrela do Minho*, 10 de agosto de 1958, p. 4.
20. Arquivo Paroquial de Requião, *Livro de Óbitos*, 1961-1980, fl. 10.

VITOR PADILHA MATTOS *

Os Zés Pereiras na cultura popular portuguesa

*
Universidade do Minho.
vitorpmattos@gmail.com

Introdução

No século XIX, com o romantismo e a “descoberta do povo”, os Zés Pereiras começam a aparecer em obras literárias e académicas. Contudo, apenas nos últimos anos é que surgirão os primeiros trabalhos em que eles são o principal objeto de estudo. Nome utilizado como sinónimo de bombo ou zabumba, ou do tocador destes, os Zés Pereiras participam das festividades portuguesas desde, pelo menos, a Idade Média. Presentes nas celebrações sagradas ou profanas, e integrantes indispensáveis das romarias do Norte do país, são elementos característicos da cultura popular portuguesa.

Como ainda há muito a ser estudado e bastante conhecimento a ser partilhado sobre o tema, acreditamos ser relevante tê-lo como foco deste artigo. O objetivo primordial aqui será descrever a trajetória desta prática cultural, desde a Idade Média até os dias atuais. Utilizando o conceito de cultura popular existente na obra de Peter Burke, e através de fontes jornalísticas e obras académicas e literárias portuguesas, apresentaremos as características das festividades lusas durante o período; as mudanças ocorridas não somente nestas cerimónias, como na própria sociedade; retrataremos a região do Minho e as suas romarias; traçaremos o perfil dos Zés Pereiras portugueses e, por fim, suas atuações, resiliência e popularidade até os dias de hoje.

Uma história longa

O uso dos tambores na Península Ibérica é um costume bem antigo, mas o conhecimento sobre os seus primórdios é bastante escasso. É durante a Baixa Idade Média que se começa a ter uma maior documentação. Ernesto Veiga de Oliveira afirma que, na Espanha, no século XII o Arcipreste de Hita cita os “*atombores*, que, com muitos outros instrumentos, saem a receber Don Amor”¹.

Na Idade Média, o tambor era um dos instrumentos escolhidos pelos jograis. Menéndez Pidal explica que os jograis (ou menestrelis) possuíam duas categorias de representantes: os que utilizavam os instrumentos mais ruidosos e os mais doces. Estes últimos, que tocavam instrumentos de corda (vihuelistas, cedreiros e harpistas), eram considerados os jograis de música mais nobre. Enquanto os “*tromperos y los tamboreros*” eram vistos como pertencentes a uma classe bastante inferior, por serem alheios à literatura e considerados músicos de menor categoria, dedicados a instrumentos de vento e percussão².

Menéndez Pidal, porém, reconhece a importância dos tocadores de instrumentos de menor distinção social, como os de sopro e de percussão, e do efeito positivo que estes ritmos produzem nas

festividades desfrutadas pelas pessoas comuns, ao salientar que o tumulto musical nas festas populares é um grande recurso de alegria³.

Oliveira alude passagens da obra de Pidal aonde são narradas cerimónias em que se utilizavam de instrumentos ruidosos em grandes quantidades, que produziam um barulho infernal, para associar os “*jograis de atambores*” com os atuais Zés Pereiras⁴. E para ilustrar a forte presença dos tambores na sociedade portuguesa do início da Idade Moderna, o etnólogo português menciona o dramaturgo e poeta Gil Vicente, que no século XVI, em *Triunfo do Inverno*, comenta que “só em Barbacena havia tambor em cada moinho”⁵.

As festas na Idade Média e Idade Moderna

Segundo Geraldo Dias, etimologicamente a festa é “um momento do tempo em que o homem deixa o peso do dia de trabalho duro, celebra um acontecimento passado de alcance salvífico e reconhece a soberania dum ser superior a quem presta culto”⁶. A festa provoca um momento de suspensão da árdua rotina cotidiana, proporciona um momento especial entre o sujeito e a comunidade, e abre uma brecha para o ser humano sonhar com uma realidade distinta.

A festa mede o tempo e reflete uma forte dimensão lúdica. Ela marca o ritmo da vida e do próprio calendário, dividindo-se entre as estações do ano e os ciclos agrários. Acontece sempre em sucessões repetidas, sem que ninguém consiga alongá-la interminavelmente⁷. A Igreja, adaptando festividades pagãs aos seus propósitos evangelizadores e normatizando o calendário festivo e ritualístico cristão, vai aos poucos padronizando as festas europeias.

Peter Burke afirma que o cristianismo vinha, há muito tempo, transformando a cultura europeia num grupo unitário, com muitos temas e rituais compartilhados. Por todo o continente, as mesmas festas eram comemoradas e adoravam-se os mesmos santos principais⁸. O académico inglês classifica a cultura popular como a não oficial, a cultura da não elite, das “classes subalternas”⁹. Se toda a população de uma sociedade dividisse a mesma cultura, não teria o porquê da existência do termo “cultura popular”.

Na cultura popular europeia tradicional, o acontecimento mais marcante era a festa. Existiam as celebrações de família, como os casamentos; os festejos de comunidade, como a festa do santo padroeiro de um povoado ou igreja; e as celebrações anuais comuns a muitos europeus, como Páscoa, o primeiro de maio, o Solstício de Verão, o Natal, o Ano-Novo e o dia de Reis, e o Carnaval. Estas “eram ocasiões especiais em que as pessoas paravam de trabalhar, e comiam, bebiam e consumiam tudo o que tinham”¹⁰.

No sul da Europa, o Carnaval era a maior festa popular do ano. Entretanto, fora do Carnaval havia outras festas que enfatizavam os

temas da renovação, comilança, sexo, violência ou inversão, e assim podem ser descritos como carnavalescos. O verão também possuía os seus carnavais, sobretudo o *Corpus Christi* e a festa de São João¹¹. Instituída pelo Papa Urbano IV, em 1264, em seus primórdios a festa do Corpo de Deus possuía celebrações religiosas como missas, pregações e orações, e somente a partir de meados do século XIV incluiria as procissões. Estes séquitos tornar-se-iam grandes festas públicas, demonstrações da piedade popular, “[...] mas também de arraigadas convicções e rituais mágicos, num tempo de celebração dos cultos primaveris da renovação da natureza e da fertilidade da terra”¹².

A festa de São João, que herda a noite do Solstício de Verão, organizada em volta da temática da renovação, era repleta de encantamentos e marcada pelas celebrações do fogo, da água e das ervas. Possuía um carácter altamente alegre, extrovertido e popular, e grande riqueza de aspetos e significações, nomeadamente “às fogueiras e banhos rituais, às abluções e práticas divinatórias e propiciatórias, relacionadas sobretudo com o casamento, a saúde e a felicidade”¹³. Em Florença, por exemplo, além das peças religiosas, procissões e carros alegóricos, as festas de São João tinham fogueiras gigantes, fogos de artifício, corridas, homem com andas, partidas de futebol e touradas¹⁴.

Em Braga, o São João de até meados do século XVII possuía como principal atrativo a corrida do porco preto. Além dela, havia o candeieiro (uma vigília a velas), e alguns outros itens que também faziam parte da procissão do *Corpus Christi* à época, como corrida de touros, as danças da Péla e da Mourisca, e a Serpe e Cavalinhos (representações de uma cobra e de cavalinhos, que acompanhavam o cortejo)¹⁵.

A Europa conheceria, entre os séculos XVI e XVII, uma reforma da cultura popular, resultante da reforma protestante e da contrar-reforma católica, que ocasionaria na supressão de alguns rituais populares, considerados resquícios de práticas pagãs. As festas, vistas como ocasiões do pecado, foram bastante visadas¹⁶. Todavia, as reformas não chegariam em todos os lugares ao mesmo tempo. Alberto da Rocha Brito, ao discorrer sobre a procissão de São Sebastião realizada em Coimbra, em 1568, relata coloridos e animados festejos. A festa continha “procissão de touros, cortejos, jogos de argolas, desafios de lutadores, foguetes e luminárias”¹⁷. E na véspera e na madrugada do dia 20 de janeiro (o dia da procissão), Rocha Brito informa que:

[...] uma dúzia de atabaleiros, outra de trombeteiros, 24 chameleiros andaram a anunciar os festejos com as “tangidas” atroando os ares pelas ruas do burgo, enfeitadas de colgaduras e bandeiras, atapetado o chão de junco e espadana, e terminando defronte da câmara, então sôbre o Arco de Almedina, onde redobravam de fúria ensurdecadora,

a que se misturava o estrear do foguetório, tão do gôsto do português¹⁸.

Rocha Brito, na sequência, concluía que os atuais Zés Pereiras das *Queima das Fitas* dos estudantes de Coimbra seriam descendentes diretos dessas tangidas.

Aos poucos, as resoluções tridentinas seriam sentidas em Portugal. As procissões, forma solene de louvor público, foram uma das dimensões mais perceptíveis destas transformações. Foi um “tempo de consolidação da manifestação processional que calou fundo até ao mundo contemporâneo”¹⁹.

A Idade Moderna foi uma época em que as confrarias ganhavam papel de destaque na assistência espiritual e material das populações e na organização das celebrações devocionais e ritualísticas da igreja. Segundo Marta Lobo, as apresentações religiosas públicas consistiam em oportunidades de grande investimento por parte das confrarias²⁰. As festas, comumente em louvor ao santo padroeiro, e as procissões eram ocasiões em que se reuniam os confrades com os membros da comunidade. Praticamente todas as festividades organizadas pelas Misericórdias continham procissões e a participação nelas era sempre alta. Esses investimentos, por parte das Santas Casas, seguiam basicamente a dois interesses: a assistência espiritual e a exaltação de seu poder²¹.

Neste período em que os países católicos do sul da Europa seriam impactados pelas ideias da contrarreforma e do absolutismo, o estilo barroco prevaleceria nas artes e as procissões se tornariam cada vez mais esplendorosas e exuberantes. As festas eram preparadas de maneira meticulosa e de forma espetacularizada, as igrejas e as ruas do entorno eram enfeitadas e reparadas, tudo tinha de estar perfeito. Entretanto, nas procissões, o povo era mais espectador do que participante.

Em Portugal, na segunda metade do século XVII, a festa barroca tornava-se mais intimista, com a alta sociedade trocando as ruas pelos salões, onde agora eram representados as danças e o teatro que essa classe assistia²². Porém, ainda existiam as festas de perfil notadamente popular, festas do povo para o povo, “como o Carnaval, as festas dos Santos patronos, as caminhadas para os Santuários”²³.

As mudanças do século XIX

Durante o século XVIII o número de festividades e romarias no Minho era altíssimo, principalmente entre maio e setembro. Ainda no final do Setecentos, Manoel Gomes de Lima Bezerra, escrevendo sobre o Alto Minho, afirmava que: “no breve espaço de hum mez, (que foi o de Agosto) houve tantas Romarias neste districto, [...] que não pôde haver nem boa economia, nem florecente Lavoura, onde semelhantes se consentirem”²⁴.

Entretanto, como afirma Alexandra Esteves, “à medida que nos aproximamos da contemporaneidade, verificamos a redução, em toda a Europa, do número de festividades que marcavam os calendários, bem como a diminuição do número de rituais e práticas violentas que caracterizavam estas celebrações”²⁵.

O século XVIII na Europa é um período caracterizado pelo aparecimento de novas ideias e por presenciar fortes transformações na sociedade. O Iluminismo, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa simbolizariam estas mudanças no velho continente, assim como, em Portugal, as reformas comandadas pelo Marquês de Pombal marcariam os novos tempos. Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, “a Festa muda de ser”, alterando seus intérpretes e organizadores. É chegada a vez da burguesia²⁶.

No início do século XIX o norte de Portugal continuaria a ser predominantemente rural. Contudo, não ficaria imune as mudanças trazidas por algumas revoluções tecnológicas, que promoveriam significativas alterações em como a sociedade lidava com o lazer, a cultura e a sociabilidade, principalmente nos centros urbanos. A chegada do comboio, o ganho de importância e abrangência da imprensa, o aumento do tempo livre, tudo isso contribuiu para reunir pessoas e aumentar a circulação de ideias, indivíduos e produtos²⁷.

Com o surgimento de novas tecnologias e de uma nova classe dominante, diversões até então apreciadas começam a cair em desuso ou passam a ser proibidas. Tudo em nome do progresso e da civilização. Um exemplo desta tentativa de civilizar os costumes e as diversões é o banimento das touradas em Portugal, no ano de 1836²⁸. Esta tendência de reprimir as manifestações populares, no entanto, vinha ocorrendo desde a Idade Moderna, pois muitas das festividades daquele período resultavam em confusões, brigas e combates violentos que perturbavam a tranquilidade pública. Esta violência, somada a outros fatores económicos, religiosos e sociais, foram ocasionando as proibições das manifestações de violências ritualizadas e a abolição de certos festejos. Vários bispos de Braga, por exemplo, produziram medidas de proibições e interdições sobre touradas, bailes e máscaras, entre outras práticas, além de restringir atividades coletivas como o convívio noturno e entre os sexos²⁹.

Esta aversão pelas festividades e rituais considerados violentos dentro da sociedade civilizada, entretanto, não extinguiu certa tolerância à hostilidade dentro da coletividade. O que houve foi uma transformação da agressividade, onde procurou-se alterá-la para uma forma mais requintada e racional³⁰.

Foi ainda no final do século XVIII e início do século XIX que os intelectuais europeus descobririam o povo. Subitamente, a arte feita pelo povo passa a ser objeto de interesse de estudos. A poesia, as canções, a religião e festas populares fascinam intelectuais e artistas. Essas manifestações passam a ser valorizadas, coletadas, pesquisadas e analisadas³¹.

A primeira metade do século XIX seria bastante agitada e período de grandes transformações na sociedade portuguesa, com o país envolto com as invasões francesas, a revolução liberal e posterior implementação da monarquia constitucional, a independência do Brasil, a extinção das ordens religiosas, e revoltas como a Maria da Fonte e a Patuleia. No campo da cultura, foi também um período dinâmico, com o surgimento do romantismo e de nomes como Alexandre Herculano e Almeida Garrett.

Fomenta-se na Europa novecentista um movimento de vocação romântica, que valoriza a tradição, a história e a identidade do povo. Muitos são os intelectuais portugueses que vão se debruçar sobre estes temas de estudo:

[...] de Almeida Garrett a Teófilo Braga, estas tendências adquirem uma expressão considerável. F. Adolfo Coelho, J. Leite de Vasconcelos, A. A. da Rocha Peixoto ou Z. Consiglieri Pedroso lançam pesquisas e obras que rasgam caminhos no domínio da etnografia, da filologia e da arqueologia³².

O Minho e as romarias

Agraciado com um clima temperado e húmido, num cenário de morros, vales, serras e rios navegáveis, o Minho é caracterizado por seus campos férteis e minifúndios. Ainda no fim do século XIX, escritores que se debruçaram sobre a região, como António da Costa e José Augusto Vieira, a denominavam de “jardim de Portugal”³³. Sempre foi uma das regiões mais povoadas e também uma das mais peculiares do país. Vieira afirma que “[...] entre todas as suas irmãs a mais populosa e a mais activa, a mais pittoresca e a mais hospitaleira, seio uberrimo das tradições que individualizam uma nacionalidade”³⁴. Foi também a região portuguesa que mais enviou emigrantes para o Brasil³⁵. Esta elevada migração minhota a ex-colónia, durante o Novecentos, levará também os Zés Pereiras ao Brasil — só que, ao invés das romarias, no país tropical a prática cultural estará intrinsecamente ligada ao Carnaval³⁶.

Considerada o berço da nacionalidade portuguesa, território importante no início da reconquista cristã da Península Ibérica, o Minho é uma localidade repleta de tradições e de forte religiosidade. Repleta de cores, sons e cheiros, em nenhum outro momento o Minho encontra-se mais bem representado na plenitude de sua personalidade do que nas romarias.

Peregrinação a um local religioso, mas não somente isso, uma festa popular em torno de uma ermida ou santuário em dia de festividade religiosa, com diversas atividades de lazer e de fé, com suas procissões, promessas, danças, comida e bebida, a romaria tem uma posição especial no imaginário minhoto. O Minho é o lugar

de Portugal em que as romarias são mais importantes e numerosas. De maio a setembro, o calendário minhoto está repleto delas.

O antropólogo francês Pierre Sanchis, que estudou as romarias portuguesas, acredita que o período de origem ou pelo menos de popularização da romaria em Portugal teria se dado nos fins do século xv³⁷. Na maior parte das vezes rural, a romaria é a festa de todos. Para Sanchis, a característica primordial das romarias é a de “serem organizadas em torno da “memória de um santo” representado por uma relíquia ou imagem”³⁸. É uma peregrinação em que a gente comum vai até um lugar sagrado, ao encontro de seu santo de devoção. Consiste numa reunião, um encontro, uma ocasião de vida em comunhão. E situa-se na fronteira entre magia e religião³⁹.

A romaria é uma festa da religiosidade popular, espaço de participação pública e voluntária, em que a comunidade transmite o seu património simbólico ao longo de gerações. Através dos rituais coletivos, propaga-se a sensação de pertencimento e se promove a identidade comunitária⁴⁰. O romeiro — esse ser cheio de fé — e sua forte ligação com seu santo de devoção são os principais combustíveis de uma romaria. Para além deles, os elementos indispensáveis são a promessa, a peregrinação, o santuário, a missa, a procissão e o arraial.

A promessa é o acordo que o romeiro faz com o santo, quando está em perigo e necessita de algum auxílio divino⁴¹. É como uma relação de troca. Ao ter o seu pedido realizado, o romeiro deve cumprir o seu compromisso e ir até ao santo, agradecê-lo da graça alcançada. Os santuários são as igrejas ou capelas onde se veneram estes santos. Geralmente estão localizados em altos de montes, nas periferias das cidades e nas aldeias, e são o destino final dos romeiros. A peregrinação “não é somente uma deslocação física de um espaço familiar para um outro não familiar, mas é também uma deslocação (ascensão) do *centro* da vida quotidiana (residência, trabalho), para uma *periferia* distante (santuário)”⁴².

A procissão da romaria é tradicionalmente elaborada como um espetáculo. O arraial, o terreno ao lado da igreja onde se montam as barracas de comidas e bebidas, é onde a festa popular acontece, com todos os seus sons e cheiros, sabores e desejos. A missa é importante para a liturgia da romaria, mas se o romeiro a perde, não é uma desgraça. O importante para ele, principalmente, é o cumprimento de sua promessa e o divertimento e a alegria proporcionados pelas cantorias, danças, bebedeiras e comilança da festa do arraial.

As romarias misturavam esta grande variedade de atividades sagradas e profanas. Eram os grandes acontecimentos regionais, ocasião de encontro de toda a gente; de transmissão de conhecimento; reafirmação de valores e tradições; lugar, ao mesmo tempo, de fé e de divertimento. Pessoas das mais diversas partes da província reuniam-se ali “para mostrar e reavivar ou renovar conhecimentos, saber notícias de fora, entabular relações e negócios [...] e também para luzir e se divertir, na variedade dos seus fatos, de panos feitos nos teares familiares, dois seus cantares e danças”⁴³.

Desta forma, manifestava-se, em todo o seu esplendor, o melhor da cultura local, com “os seus costumes e gostos, o seu folclore, e mesmo o seu artesanato fundamental”⁴⁴.

A animação das pessoas, as danças, as músicas, tudo contribuía para um ambiente de bastante algazarra. É aí entra a importante participação do nosso objeto de estudo: o Zé Pereira.

Especialmente no Norte do País, o barulho é uma das feições marcantes das festas, onde abundam foguetes, vozearia e estrondo. Os Zés-Pereiras, tão festivos, têm perfeitamente a cor e a expressão dessa região, do ludismo da sua gente, das suas romarias e manifestações⁴⁵.

Se a romaria é uma festividade em que misturam o sagrado e o profano, onde o minhoto se conecta, alimenta e perpetua sua identidade comunitária, e vive de forma plena tanto a sua fé quanto o seu lado lúdico, o Zé Pereira é também uma representação desta personalidade. Com seu barulho ensurdecedor, seu modo expansivo e sua alegria contagiante, os bombos e caixas de rufos do Zé Pereira pulsam como os sinais vitais deste povo religioso, trabalhador, jubiloso e festeiro.

Quando o nome Zé Pereira começa a ser utilizado

O investigador minhoto José Carlos Loureiro, em artigo publicado nos *Cadernos Vianenses*, cita um texto do jornal *O Viannense*, de 7 de março de 1858, em que fica claro a antiguidade do Zé Pereira na região do Minho: “tão antiga é essa pratica que nem sabemos de quando é a data; é certo, porém que teve principio em tempos muito pouco cultos, e mais certo o reinar ainda hoje para tormento dos nossos ouvidos, — cousa realmente anachronica para a civilização d’uma cidade como a de Vianna!”⁴⁶. Mas qual seria a primeira vez que esta denominação foi utilizada?

Um texto de Alexandre Herculano, publicado na revista *O Panorama* de 13 de outubro de 1855 (e que o autor assinalava ter escrito na cidade de Guimarães, em 11 de agosto de 1854), com o título de *Viagens no Minho*, e que discorre sobre a serra da Falperra, conhecida por seus salteadores, cita “o estrepito do Zé Pereira, pio invento da santinonia bracharense”⁴⁷.

O escritor Júlio Dinis foi outro a destacar os tocadores de zabumba e caixas de rufo nas aldeias e divulgar o nome nos meios impressos. Num folhetim publicado no periódico *O Jornal do Porto*, de 21 de agosto de 1864, ao narrar uma festa no campo, escreveu “ao longe ouvia-se o Zé Pereira”⁴⁸. Quatro anos depois, no romance *A Morgadinha dos Canaviais*, o destaque seria ainda maior. O personagem de nome José do

Enxerto é chamado de tio Zé Pereira e, em sua primeira aparição no texto, o autor explica o porquê da alcunha: “Esta pessoa era o dono da casa, o Sr. José do Enxerto, ou vulgarmente chamado o ti’ Zé Pereira — nome que lhe vinha do popular e ruidoso instrumento, o clássico zabumba, que nas nossas aldeias tem ainda hoje aquele nome”⁴⁹.

Às vezes, quando não se usa o antropónimo Zé Pereira, os grupos de tocadores de bombo e caixa são chamados de *tamborileiros*. E o típico trio musical minhoto, que inclui tocadores de gaita-de-folles, bombo, e caixa de rufo, pode ser também denominado de *gaiteiro* — na célebre obra de José Augusto Vieira, quando ele menciona a procissão de Corpus Christi de Monção, escreve que “rompe a marcha o célebre *gaiteiro* (orquestra composta d’uma gaita de folles, tambor e bombo)”⁵⁰.

Os Zés Pereiras e suas características

José Augusto Vieira, ao narrar o período do auge das romarias no Minho, no verão, diz que “O *Zé Pereira* atira-se valentemente aos bombos e as caixas, faz corropios no adro, atoa com o zabumbar dos seus tambores, e no alto Minho também com a niñera da gaita de folles, o ar festivo, onde estalam os morteiros, e onde cahem, como pedrarias brilhantes, as lágrimas dos foguetes de côres”⁵¹.

O toque do Zé Pereira é característico, reconhecido ao longe. Teófilo Braga afirmava que a batida do bombo nos arraiais era imitada nos seguintes versos, usados em parlendas infantis:

Zé P’reira, Zé P’reira,
Zé P’reira, Zé-Pum;
Casaco de chita
Remendo no tum⁵²

Os Zé Pereiras têm um forte uso cerimonial. Os vigorosos estrondos provocados pelos rufares dos tambores servem, por exemplo, para anunciar o início de uma festa e convocar toda a gente para participar, ou para abrir uma procissão. A escritora inglesa Dorothy Wordsworth Quillinan⁵³, que viveu no Porto entre 1845 e 1846, escreveu no seu diário de viagem sobre uma excursão do qual participou, ao *Nosso Senhor do Monte*, em Braga, em que ao chegar se deparou com uma procissão encabeçada por “tamborileiros”:

Aí chegados, deparámos com uma vistosa procissão, bastante pitoresca, com as suas bandeiras de seda, as suas imagens decoradas com ouropéis, levadas em equipagens com idêntica decoração, carregadas sobre varões apoiados nos ombros de vários homens. Estes eram precedidos por uma banda de tamborileiros, que batiam com força e de formas ruidosa na pele dos tambores, e eram seguidos por um cortejo de responsáveis da festa e de público⁵⁴.

A tradição da presença dos tamborileiros e gaiteiros nas procissões minhotas vem de longe. Por exemplo, em 1707, na procissão de Corpus Christi de Guimarães, figuraram 3 gaitas-de-foles, seis caixas, dois clarins e um pífaro⁵⁵. Já em 1836, a confraria de Nossa Senhora das Dores, em Ponte de Lima, teria gastado 4.180 réis com a contratação de tocadores de bombos, vindos de Viana do Castelo, para a festa da santa⁵⁶. Aqui evidencia-se outra característica: que estes tamborileiros eram pagos para exercer a sua arte, nas festas e cerimónias em que tocavam. Mesmo que, muitas das vezes, os valores fossem baixos.

Outra atuação dos Zé Pereiras minhotos era no compasso pascal. Porém, enquanto nas romarias podia haver a participação de mais de 100 tocadores de zabumba, no primeiro juntava-se um número de músicos bem mais reduzido. Segundo Veiga de Oliveira, no compasso pascal e ocasiões mais simples, “o conjunto compreende apenas [...] um ou dois bombos e outras tantas caixas, de diferentes tamanhos, e um gaiteiro”⁵⁷.

Oliveira ainda salienta que a associação dos gaiteiros com os Zés Pereiras nem sempre acontecia, seria relativamente recente, e cita locais em que eram usados separadamente: “de Basto, Amarante e Baixo Douro Litoral, na região do Porto e mesmo também por vezes no Minho”, os “Zés-pereiras ou tamborileiros de bombos e caixa”, que tocam sem a companhia de instrumentos melódicos, são chamados de “pancadaria”⁵⁸.

É importante notar, como verificado nesta última citação de Ernesto Veiga de Oliveira, que a atuação dos Zés Pereiras ultrapassa a extensão da região do Minho, propriamente dita. É forte em todo o Noroeste de Portugal, na região anteriormente denominada de Entre-Douro-e-Minho.

Preconceito, resiliência e popularidade

O preconceito, por parte dos intelectuais, com esta prática cultural sempre existiu. Considerado um ritmo primitivo, César das Neves, em *Cancioneiros de Músicas Populares*, de 1895, afirmava que o Zé Pereira era uma música simplesmente rítmica, primitiva, produzida pelo povo rude⁵⁹. Enquanto Michel’Angelo Lambertini, na *Enciclopédia Musical de Lavignac*, na seção destinada a Portugal, escreveu que: “[...] se quisermos conhecer o cúmulo da extravagância musical, é preciso ter tido a infelicidade de ouvir um Zé Pereira”⁶⁰.

Já durante o século XIX, os autores previam o fim dos Zés Pereiras. Em *A Morgadinha dos Canaviais*, Júlio Dinis colocava na voz do personagem José do Enxerto, ou tio Zé Pereira, a preocupação do desaparecimento da sua arte de rufar tambores com a chegada das bandas marciais às aldeias⁶¹.

Quase noventa anos depois, em 1951, quando Ernesto Veiga de Oliveira fez a sua pesquisa de campo para a obra *Instrumentos*

Musicais Populares Portugueses, a realidade encontrada também lhe deixou receoso quanto ao futuro do Zé Pereira. Segundo o etnólogo, as novas gerações teriam outros interesses, e se não via ainda sinais nítidos de decadência no folgado, enxergava o número de grupos e instrumentistas rareando⁶².

Nas últimas décadas, porém, os Zés Pereiras passaram por um processo de revitalização. Há Zés Pereiras que fazem parte de charangas ou outros conjuntos, como ruskas, em que são acompanhados de instrumentos como o acordeão, mas também diversos grupos formados somente pelo clássico trio de gaita-de-foles, bombo e caixa de rufo, ou aqueles que Veiga de Oliveira citou como Zé Pereiras de “pancadaria” — compostos apenas por tamborileiros de bombo e caixa.

No Norte de Portugal existem diversos Grupos de Bombos atuantes, ligados ou não a grupos folclóricos, e os Zé Pereiras continuam a ser figuras centrais nas festividades, principalmente nas romarias.

Considerações Finais

Tradição longínqua, a arte de rufar tambores em cerimónias sagradas ou profanas, faz-se presente na cultura popular portuguesa há séculos. Uma prática cultural que presenciou as mudanças na sociedade, e as formas como as festividades eram e são celebradas, durante as idades Média, Moderna e Contemporânea; vivenciando as reformas na Igreja, o apogeu das procissões e do Barroco, as alterações nas formas de vida ocorridas durante o século XIX, com as novas tecnologias, como os comboios, telégrafo e imprensa. E vai, inclusive, atravessar o Atlântico junto aos milhares de portuguesas que migraram ao Brasil.

Ainda a partir do Novecentos, os Zés Pereiras passam a ser citados na imprensa com este nome pitoresco, a aparecer em obras literárias e a serem estudados como uma manifestação da cultura popular portuguesa. É exaltado como arte do povo, mas também é vítima de preconceito por parte de uma elite que via no ritmo algo primitivo e pouco civilizado. A modernização da sociedade, as chegadas das bandas marciais nas aldeias, de novos ritmos e instrumentos musicais e da forma de se celebrar as festividades serão motivos para que se acreditasse que os Zés Pereiras estariam com os dias contados. Contudo, a manifestação cultural demonstra resiliência e, nas últimas décadas, vem exibindo um vigor renovado, com a multiplicação do número de grupos e de instrumentistas, e a participação, sempre com enorme popularidade, em diversas festas do Norte de Portugal.

Notas

1. Oliveira, Ernesto Veiga de, *Instrumentos Musicais Populares Portugueses*, 3.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 256.
2. Pidal, Ramón Menéndez, *Poesía Juglaresca y Juglares: aspectos de la historia literaria y cultural de España*, Madrid, Revista de Filología Española, 1924, p. 59.
3. Pidal, Ramón Menéndez, *Poesía Juglaresca y Juglares...*, p. 62.
4. Oliveira, Ernesto Veiga de, *Instrumentos Musicais...*, p. 256.
5. Gil Vicente *apud* Oliveira, Ernesto Veiga de, *Instrumentos Musicais...*, p. 256.
6. Dias, Geraldo J. A. Coelho, “O Alto Minho em tempo de Festas”, *Humanística e Teologia* 7, n.º 3, 1986, p. 264.
7. Lima, José da Silva, “Festas”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. C-I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 251–63.
8. Burke, Peter, *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500–1800*, São Paulo, Companhia de Bolso, 2010, p. 55.
9. Burke, Peter, *Cultura Popular...*, p. 2.
10. Burke, Peter, *Cultura Popular...*, p. 142.
11. Burke, Peter, *Cultura Popular...*, p. 152.
12. Coelho, Maria Helena da Cruz, “A festa — a convivialidade”, in Souza, Bernardo Vasconcelos e (coord.), *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Média*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 162.
13. Oliveira, Ernesto Veiga de, *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 1984, p. 119.
14. Burke, Peter, *Cultura Popular...*, p. 153.
15. Ferreira, Rui Manuel Gomes Ferreira, “As festas de São João em Braga: Raízes, história e potencial turístico”, Dissertação de Mestrado, Braga, Universidade do Minho, 2013).
16. Burke, Peter, *Cultura Popular...*, pp. 162–67.
17. Brito, Alberto da Rocha, “A Proissão de S. Sebastião em Coimbra no ano de 1568”, *Feira da Ladra*, v. 7, 1935, p. 192.
18. Brito, Alberto da Rocha, “A Proissão de S. Sebastião...”, p. 194.
19. Gouvêia, António Camões, “Proissões”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. J-P, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 67.
20. Araújo, Maria Marta Lobo de, “Festas e rituais de caridade nas Misericórdias”, in *Colóquio Internacional Piedade Popular: sociabilidades — representações e espiritualidade*, Lisboa, Centro de História da Cultura — Universidade Nova de Lisboa, 1999, p. 511.
21. Araújo, Maria Marta Lobo de, “Festas e rituais de caridade...”, pp. 511–14.
22. Milheiro, Maria Manuela de Campos, *Braga: a cidade e a festa no século XVIII*, Guimarães, NEPS — Universidade do Minho, 2003, p. 71.
23. Milheiro, Maria Manuela de Campos, *Braga: a cidade e a festa...*, p. 72.
24. Bezerra, Manoel Gomes de Lima, *Os estrangeiros no Lima*, vol. II, Coimbra, Real Oficina da Universidade de Coimbra, 1785, p. 10.
25. Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, “Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732–1870)”, Tese de Doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 2010, pp. 212–13.
26. Milheiro, Maria Manuela de Campos, *Braga: a cidade e a festa...*, p. 72.
27. Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, “Leisure, culture and sociabilites in the eighteen hundreds urban space”, in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *The City: Multifaceted Views*, Braga, Universidade do Minho — Lab2PT, 2019, pp. 91–92.
28. Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, “Leisure, culture and sociabilites ...”, p. 99.
29. Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, “Entre o crime e a cadeia...”, p. 213.
30. Elias, Norbert, *O processo civilizacional: Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*, vol. I, Lisboa, Dom Quixote, 1989, pp. 226–39.
31. Burke, Peter, *Cultura Popular...*, pp. 19–24.
32. Gonçalves, Albertino, “A conquista da cidade”, in Gonçalves, Albertino; Martins, Moisés (coord.), *A romaria da Sra da Agonia: vida e memória da cidade de Viana*, Viana do Castelo, Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, 2000, p. 46.
33. Costa, António da, *No Minho*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1874, p. 310; Vieira, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, vol. I, Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira, 1886, p. III.
34. Vieira, José Augusto, *O Minho...*, vol. I, p. 3.
35. Alves, Jorge Fernandes, “Athalhos batidos: a emigração nortenha para o Brasil”, *Atalaia/Intermundos: revista*

internacional de exegese contemporânea, n.º 6/7, 2000, pp. 297-308.

36. Mattos, Vitor Padilha, “Das romarias minhotas ao Carnaval brasileiro: a trajetória do Zé Pereira no Rio de Janeiro (1850-1910)”, Dissertação de Mestrado, Braga, Universidade do Minho, 2022.

37. Sanchis, Pierre, *Arraial: festa de um povo — As Romarias Portuguesas*, Lisboa: Dom Quixote, 1983, p. 57.

38. Sanchis, Pierre, *Arraial: festa de um povo...*, p. 39.

39. Sanchis, Pierre, *Arraial: festa de um povo...*, p. 60.

40. Ler Barroso, Paulo, *Romarias de Guimarães: patrimônio Simbólico, Religioso e Popular*, Guimarães, Núcleo de Estudos de População e Sociedade — ICS/ Universidade do Minho, 2004.

41. Barroso, Paulo, *Romarias de Guimarães...*, p. 40.

42. Fortuna, Carlos & Ferreira, Claudino, “Estradas e santuários: percurso sócio-religioso e motivações dos peregrinos caminhantes a Fátima”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no 36, 1993, p. 59.

43. Oliveira, Ernesto Veiga de, *Festividades Cíclicas...*, p. 219.

44. Oliveira, Ernesto Veiga de, *Festividades Cíclicas...*, p. 219.

45. Oliveira, Ernesto Veiga de, *Instrumentos Musicais...*, p. 257.

46. *O Viannense*, 7 de março de 1858, *apud* Loureiro, José Carlos de Magalhães, “A participação popular nas manifestações religiosas e o discurso das elites urbanas oitocentistas”, *Cadernos Vianenses*, 2002, p. 158.

47. Herculano, Alexandre, “Viagens no Minho”, *O Panorama*, 13 de outubro de 1855, p. 324.

48. Dinis, Júlio, “Impressões do Campo”, *O Jornal do Porto*, 18 de agosto de 1864, no 188, p. 1.

49. Dinis, Júlio, *A Morgadinha dos Canaviais*, e-book, Porto, Porto Editora, 2000, p. 87. <http://be.age-mgpoente.pt/view/62/A%20Morgadinha%20dos%20Canaviais%20-%20Julio%20Dinis.pdf>.

50. Vieira, José Augusto, *O Minho...*, vol. I, p. 68.

51. Vieira, José Augusto Vieira, *O Minho Pittoresco*, vol. II, Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira, 1887, p. 781.

52. Braga, Teófilo, *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*, Lisboa, Dom Quixote, 1985, p. 217.

53. Dorothy “Dora” Howrdsworth Quillinan (1804-1847) era filha do

renomado poeta romântico inglês William Wordsworth.

54. Wordsworth, Dorothy, *Diário de uma viagem a Portugal e ao sul de Espanha*, Alfragide, Edições Asa II, 2020, p. 83.

55. Braga, Alberto Vieira, “Curiosidades de Guimarães”, *Revista de Guimarães*, no 72, 1972, p. 259.

56. Barbosa, António Francisco Dantas, “Tempos de Festas em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)”, Tese de Doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 2013, p. 417.

57. Oliveira, Ernesto Veiga de, *Instrumentos Musicais...*, pp. 85-86.

58. Oliveira, Ernesto Veiga de, *Instrumentos Musicais...*, p. 91.

59. Neves, César das, *Cancioneiro de Músicas Populares*, vol. 2, Porto, Editora Cesar, Campos & C.a, 1895, p. XI.

60. Lambertini, Michel'Angelo, “Portugal”, in *Encyclopédie de la Musique et Dictionnaire du Conservatoire*, Histoire de la Musique, Première Partie, Paris, Librairie Delagrave, 1920, pp. 2266-67.

61. Dinis, Júlio, *A Morgadinha...*, p. 273.

62. Oliveira, Ernesto Veiga de, *Instrumentos Musicais...*, p. 91.

Segunda Parte: Epidemias e Doenças

Rei, Lei e Peste. Retoma e Recomposição em Portugal após a Peste Negra (1349–1352)

*

Investigador integrado no
Centro de Investigação
Transdisciplinar "Cultura,
Espaço e Memória" (CITCEM
– UP), colaborador no Centro
Interdisciplinar de História,
Culturas e Sociedades.
[https://orcid.org/0000-0003-
0223-8314](https://orcid.org/0000-0003-0223-8314).
andre.f.oliveira.silva@gmail.com

Introdução

Fenómeno dificilmente igualável na história do Velho Mundo, a explosão epidémica que inaugurou a Segunda Pandemia de Peste, que se convencionou designar por Peste Negra, tem sido objeto de estudo de centenas de historiadores, médicos, biólogos e outros especialistas, ao longo dos últimos dois séculos. Com resultados absolutamente notáveis ao longo da última década e meia, sobretudo no plano das paleociências, mas também nas novas abordagens historiográficas que as integram e acompanham, o estudo desta epidemia transcontinental renova-se em permanência e revela-se mais vital do que nunca. Da confirmação da *Yersinia pestis* como principal agente patogénico da Peste Negra, em 2011¹, aos novos elementos que já este ano apontam para alterações de paradigma na narrativa tradicional do início da Segunda Pandemia de Peste², a investigação sobre o tema continua a diversificar-se e a trazer novidades extraordinárias, ora confirmando cenários previstos, ora contrariando as correntes dominantes.

Este breve capítulo foca-se na ação das autoridades, daquilo a que, com algum anacronismo mas recordando a obra clássica de Henrique da Gama Barros, designaríamos por “administração pública”. Explora-se a relação interdependente entre a monarquia e o poder local. Mais do que analisar o papel das instituições em estudo, procura-se compreender a reação, assim como a plasticidade e a capacidade de adaptação face a um evento de mortalidade altíssima (ainda que impossível de calcular, no caso português), determinando a velocidade da retoma do seu funcionamento, do restauro da capacidade de intervenção e do sucesso relativo dessa mesma intervenção.

As fontes às quais se recorre são diversas. Legislação régia e capítulos de cortes são veículos privilegiados para conhecer a ação régia, mas é preciosa a prospeção por cartas régias deste período em antigos arquivos eclesiásticos e municipais. Por outro lado, para complementar este conjunto e combater a ausência de registos de chancelaria régia para os anos em estudo, selecionou-se um conjunto de cartas régias preservadas nos fundos dos antigos cartórios de instituições eclesiásticas de todo o reino português, procurando estabelecer uma amostra representativa, sempre cruzando com os trabalhos pré-existentes que, dedicados ou não ao tema da Peste Negra, nele tropeçaram e a ele dedicaram alguma atenção.

As questões fundamentais que se colocam neste capítulo são, por isso: qual a capacidade que o rei, os seus oficiais mais próximos, mas também aqueles que o representavam localmente, assim como os municípios, revelam para retomar a sua atividade quando a epidemia pestífera abrandava e ficou claro que o apocalipse não estava, afinal, iminente? Houve recursos humanos suficientes e suficientemente preparados para substituir aqueles

que tombaram na Peste Negra? As cadeias de comunicação política, garantes do exercício prático do poder régio e daqueles que lhe estavam associados, permaneceram intactas ou, pelo menos, funcionais? A legislação respondeu aos desafios levantados por um cataclismo pandémico sem precedentes no Portugal medieval? As respostas obtidas, sempre provisórias e nunca completas, poderão oferecer elementos importantes para compreendermos melhor como aqueles que comandavam a *Res publica* agiram ou reagiram nos anos imediatamente posteriores à Peste Negra.

Legislação e ação régia do pós-Peste. Retoma dos oficiais e salvaguarda das jurisdições e poder régios

Mais do que agir durante a devastação da peste, o rei intervém assim que a doença perde força e já está quase ‘apagada’ na maior parte do reino. O rei, último repositório da Justiça e garantia final do seu exercício, agiu de duas formas: através do restabelecimento do número dos seus funcionários (esperando-se que os que assumiam os cargos vagos tivessem uma preparação apropriada para o exercício dessas funções), garantindo assim o funcionamento do seu desembargo e da sua fazenda³, mas também através da legislação, cerceando abusos e procurando restabelecer tanto e tão rapidamente quanto possível o *status quo* anterior à Peste Negra. Afetados pelo mesmo fenómeno destrutivo, vários reinos europeus adotaram medidas legislativas de combate aos efeitos socioeconómicos da Peste com afinidades entre si. É o caso de quase todos os reinos ibéricos, sendo o caso da Coroa Aragonesa, como é hábito, o que se encontra mais bem documentado⁴. Não havendo registos da chancelaria régia portuguesa para estes anos, o estudo da reação régia à Peste Negra faz-se, em primeiro lugar, através de cartas avulsas preservadas nos cartórios de antigas instituições eclesíásticas, a elas dirigidas e tratando de circunstâncias concretas de cada uma, e, em segundo, de legislação geral, sobrevivendo um conjunto notável de leis exaradas em 1349 e conservadas no chamado *Livro das Leis e Posturas*⁵.

O monarca intervinha tanto para fazer cumprir a lei e os costumes, como demonstra a carta que dirige à Colegiada de Santa Maria de Guimarães, e pela qual obriga os enfiteutas e caseiros dessa instituição a cumprirem os contratos em que tomam parte⁶, como também para permitir exceções à lei, quando o seu cumprimento era manifestamente impossível face às perturbações causadas pela Peste: disto é exemplo o adiamento concedido pelo rei para a venda dos bens que ficaram por morte de freiras, obrigatória por lei, e que foi concedido tanto ao Mosteiro de

Vairão⁷, na diocese do Porto, como ao Mosteiro de Lorvão, na de Coimbra⁸, e certamente a outros mais. A existência destas licenças e cartas demonstra que elas haviam sido solicitadas pelas próprias instituições ao rei, demonstrando que o poder e eficácia da graça régia permaneciam inalterados após os meses pestíferos.

O labor legislativo régio, logo a partir da primavera de 1349, é reativo. Com mecanismos e fins diversos, estas leis têm em comum o facto de incidirem sobre problemas criados ou empolados pela Peste Negra: depressão demográfica ou movimentações inesperadas de população, combate a novas práticas ou exigências laborais que colocavam em risco a ordem estabelecida e a produtividade das terras (o que poderia contribuir para futuras crises de subsistência), problemas criados por uma mortalidade quase simultânea de milhares de pessoas com testamentos (obrigando a uma abertura e execução fiscalizada por oficiais régios ou municipais) ou sem eles (fazendo reverter para a Coroa os bens dos defuntos, direito que certamente se terá procurado salvaguardar), etc.

O primeiro texto legislativo régio produzido após a Peste Negra que sobreviveu é a norma pragmática criada para combater abusos de advogados e procuradores; muitos procurariam prolongar sem necessidade as demandas para obter honorários junto daqueles que representavam⁹. Não referindo a Peste diretamente, é possível que o rei tenha sentido uma oportunidade de agir num mal antigo, sobretudo quando se previa um período difícil junto dos juízos locais e da Coroa. A acumulação de ações e os muitos oficiais mortos ainda por substituir constituiriam um incentivo extra ao combate destas práticas.

Abrindo o conjunto de legislação reativa de 1349, segue-se uma nova ordenação, exarada a 21 de maio desse ano, em Alenquer, e que procurava pôr termo aos abusos que já se faziam sentir na publicação e execução dos testamentos de todos aqueles que, atacados ou com medo da doença que os acabaria por atingir, puderam ainda mandar redigir, ou escrever pelo próprio punho, a sua última vontade¹⁰: os vigários das dioceses de Coimbra, Viseu, Guarda e Lamego, assim como da arquidiocese de Braga, estariam a forçar os testamenteiros e herdeiros, sob pena de excomunhão, a publicar os testamentos perante si, com obrigação de feitura de públicas-formas com selo do bispo e com custo de oito soldos. Esta ação representava uma usurpação evidente das jurisdições civis por parte das cúpulas diocesanas, sendo os juízes locais ou algum oficial régio os únicos legalmente autorizados a proceder à publicação e execução de testamentos. Porém, o elenco de irregularidades não se limita a esta usurpação, traduzindo-se em fraudes e perjúrios: com frequência, os vigários convocariam, como testemunhas dos testamentos a confirmar, indivíduos que não haviam presenciado a sua redação, ignorando aqueles que presenciaram, havendo ainda notícias de que a presença

dos familiares do testador durante a publicação seria amiúde impedida. Os vigários nomeariam novos testamenteiros quando os legítimos estavam vivos e capazes de assumir a responsabilidade, nomeando também testamenteiros para indivíduos que, tendo morrido sem qualquer testamento, deveriam ter os seus bens integrados no património da Coroa, como o velho costume ditava. Face a este rol de acusações graves, o rei determina que todos os testamentos já publicados perante vigários diocesanos deveriam sê-lo novamente perante juízes civis ou oficiais régios, ameaçando com prisão aqueles que continuassem a fazê-lo perante os vigários; estes e os seus escritvães ficariam obrigados a devolver tudo o que haviam angariado indevidamente com as publicações e execuções irregulares, incluindo as receitas das cartas e dos selos das escrituras, sob pena de serem demandados perante a justiça secular.

Não será coincidência o facto de três das cinco dioceses onde estes abusos estariam a acontecer estarem em sede vacante imediatamente após a Peste Negra, sendo governadas por vigários: Lamego e Braga, por morte dos respetivos bispo e arcebispo, e a Guarda, ainda sem substituto nomeado depois de Afonso Dinis ter sido transferido para a cátedra eborense, em 1347. Essa liberdade inesperada, aplicada a um tempo extraordinário, poderá explicar parte destes abusos clericais. Porém, a relativamente rápida ação do rei parece ter cerceado os intentos destes eclesiásticos: a ausência de novas queixas deste tipo contra as hierarquias diocesanas parece demonstrar a eficácia da lei e a assunção, por parte dos prevaricadores, de que se apropriarem destas responsabilidades da jurisdição temporal não aconteceria sem conflitos e consequências graves. A fragilização do poder episcopal/diocesano foi maior do que a da burocracia régia, e esta impôs a sua vontade.

Os restantes textos legislativos datados de 1349 constituem igualmente uma reação à Peste Negra. Refira-se a ordenação onde o rei suspende as execuções fiscais motivadas pelo incumprimento de empréstimos concedidos por judeus a cristãos, até que cada processo possa ser verificado, individualmente, e apurada a sua legalidade segundo a legislação datada já do reinado de D. Dinis¹¹. Esta ordenação data de julho, o que indicia uma retoma mais ou menos generalizada das justiças locais, mas ainda longe da capacidade que lhes permitiria dar resposta aos processos pendentes e que se teriam acumulado, tanto pela suspensão de funções em tempo de epidemia, como pelo fluxo de testamentos e de processos cujas partes eram agora os herdeiros dos contratantes ou contendores originais. Encontrados os substitutos dos juízes concelhios tombados na Peste, os seus sucessores (ou os sobreviventes) terão tido, a partir de 1349, um volume esmagador de obrigações.

Uma outra lei produzida em Leiria, no mesmo mês, destinava-se a resolver um problema que deveria estar a assumir proporções preocupantes: trata-se da proibição de contratos atempados feitos

entre judeus e mouros, judeus e cristãos, mouros e judeus ou mouros e cristãos. Estes contratos de penhores seriam disfarçados de compras e vendas, e, devido à instabilidade provocada pela Peste, estariam a conduzir muitos à ruína, sendo ainda contrários às normas contra a usura, e uma ameaça suplementar à produtividade de terras e mesteres¹². O texto legal é detalhado, demonstrando que estas práticas assumiam formas muito diversas e que, apesar disso, boa parte era conhecida; as penas previstas eram pesadas e a intenção era óbvia.

Legislação e ação régia do pós-Peste. Legislação laboral.

No mesmo fluxo legislativo, há um conjunto de leis laborais, não datadas mas inequivocamente produzidas pouco depois da Peste Negra e certamente coevas dos restantes textos em análise. Este tipo de ordenação régia não era inédito, e parece haver sinais de que havia sido utilizado na misteriosa crise de fome de 1331-1333¹⁵. Mas, sendo um problema já experienciado, terá sido agravado pela depressão demográfica causada pela doença. A legislação portuguesa do pós-Peste dedicada ao trabalho incide particularmente sobre três eixos: os indivíduos que abandonavam os seus mesteres e ofícios mecânicos para se tornarem 'proprietários' e viverem de rendimentos da terra que herdaram; os que não tinham atividade de todo, mendigando sem a isso serem obrigados por uma incapacidade física e, por fim, àqueles que trabalhavam por soldadas superiores àquelas que recebiam antes da epidemia¹⁴.

Atente-se no conteúdo do texto legislativo: todos os trabalhadores são visados, incluindo não só trabalhadores rurais, mas também os oficiais mecânicos dos mesteres, responsáveis pelo setor da transformação. O rei ordena que cada freguesia eleja um par de homens-bons jurados, que deveria fazer um levantamento de todos os indivíduos, registando a atividade pré-Peste e a sua situação após a epidemia. Cada um que tivesse recebido heranças avultadas, que o elevassem de estrato social, deveria tomar uma atividade condizente e assumir esse novo estatuto. O objetivo era chamá-lo aos deveres dos mais abonados: se integrava agora o grupo daqueles que poderiam servir o rei a cavalo, deveria adquirir o animal, as armas e ser arrolado nos livros próprios. A mutação ia além dos salários. Trabalhadores transformados em proprietários e homens de nutrida fazenda deveriam 'arrumar-se' na sua nova condição. Assim, a ordem social pré-Peste seria mantida a respeitada. A mobilidade de indivíduos entre estratos não a colocava em causa: para a manter, bastaria que os recém-chegados correspondessem ao que deles se esperava, segundo a sua nova condição. Urgente era combater a mistura de estratos e o

esbatimento das linhas que os separavam, independentemente de quem estava em qual — e essa parece ser a grande ameaça da desestabilização socioeconómica provocada pela Peste Negra, aos olhos do monarca.

O reino tinha milhares de freguesias, o que revela uma ambição extraordinária. É difícil supor que se acreditasse na aplicabilidade de uma determinação deste tipo, e é expectável que poucas freguesias tivessem chegado a levar a cabo este empreendimento, se é que alguma o chegou a fazer. Nas Cortes de Lisboa de 1352, como adiante se verá, não há sinal nem qualquer referência a esta tarefa. A sublinhar, sem dúvida, é a atomização da ação régia, ao nível da comunidade paroquial, sem paralelo na legislação análoga ibérica.

Regressemos ao que se determina sobre salários neste conjunto legislativo, realçando novamente o que é original: a lei não fixa salários, mas trabalhadores. Mancebos, mancebas e servidores estariam obrigados a trabalhar para um mesmo senhor por um ano inteiro — combatendo-se assim serviços de semanas ou meses, que refletiriam a circulação motivada por ofertas de soldadas melhores. Mais do que mexer nos valores pagos, o rei procura garantir previsibilidade aos que contratam, salvaguardando cultivo, colheitas e criações. Com este tipo de formulação, o rei assume-se uma vez mais como um árbitro, garante de uma relação justa entre as partes: face à obrigação de servir por um ano inteiro, para garantia de sucesso das produções, sobretudo agrícolas, imposta aos trabalhadores contratados, os contratantes não estão menos obrigados a pagar justamente àqueles, sob pena de compensações pesadas. Também neste caso, a temperança e a imparcialidade vertidas na lei estavam longe de garantir o sucesso da sua aplicação.

A legislação laboral do pós-Peste reflete e reage, globalmente, a um aumento do custo da mão de obra, de Inglaterra ao Oriente Islâmico¹⁵. Não sendo o objetivo deste artigo estudar a flutuação de preços e salários, ou compreender o alcance da aplicabilidade da legislação produzida no pós-Peste, é importante perceber o agravamento e/ou abandono destas tentativas ao longo dos anos que se seguiram a 1348/49, e situar o caso português.

Vale a pena estabelecer algumas comparações com a legislação análoga produzida noutros reinos. Regiões diferentes, com realidades e contextos próprios, reagem de formas distintas — por vezes quase contrastantes — a um mesmo fenómeno¹⁶. Em primeiro lugar, trata-se, no caso português, de textos relativamente curtos — o que chega a contrastar com já referida legislação específica contra a execução de testamentos por eclesiásticos e os contratos atempados, certamente problemas concretos da vivência local, e não fenómenos transversais à experiência europeia. Esta reduzida dimensão, em tamanho e detalhe, torna-se evidente quando comparada com o legislação francesa, mas também com o célebre conjunto inglês da *Ordinance of Labourers* e posterior *Statute of Labourers*, de 1349 e 1351, respetivamente, assim como das leis e

ordenações aragonesas e castelhanas. O referido conjunto inglês, redigido pelo parlamento inglês e promulgado pelo monarca inglês Eduardo III, destinava-se a combater a inflação dos salários e a intervir diretamente na economia. Também no caso inglês, esta regulamentação não era inédita, ainda que anteriormente fosse sobretudo local e circunscrita a Londres, sendo novidade a tentativa de o poder régio impor legislação deste tipo ao conjunto do reino¹⁷.

Um aspeto resulta claro: sendo ou não plenamente aplicada, a legislação portuguesa demonstra, à partida, uma dureza e intransigência muito menores do que aquela que caracteriza as leis castelhanas e aragonesas, por exemplo. Nesses reinos, as ordenações não previam sequer a obrigação de garantir alimentação aos trabalhadores a soldo, num dia de trabalho explicitamente definido como durando dada aurora ao crepúsculo; esta omissão representaria um duplo corte nos rendimentos reais do trabalho¹⁸, onde o pagamento em géneros podia ser tão ou mais importante do que aquele que era feito em dinheiro. Em Castela, o esforço de fixação de salários também antecede em muito a Peste Negra, mas ganha outra dimensão nas Cortes de Valladolid de 1351¹⁹, narrativa que se prolonga durante décadas, e que visa tanto trabalhadores rurais como mestieirais. Em Aragão, é o próprio monarca quem se lamenta pela multiplicação de salários²⁰, mas a legislação repressiva falha e acaba por ser abandonada²¹.

Em Itália, a variedade de casos oferece abordagens distintas. O exemplo da cidade-estado de Florença demonstra uma ação inicialmente distinta, num território com uma forma de governo muito diferente dos reinos ibéricos, e na qual os trabalhadores rurais sofreram medidas repressivas, sucessivamente agravadas ao longo da década e meia que se seguiu à Peste Negra, e que foram finalmente totalmente revertidas quando a elite que as impunhas reconheceu o seu falhanço total, aproximando a nova abordagem legal de Florença à das suas congéneres italianas, onde a intuição prematura de que o repovoamento dos seus territórios e a manutenção da sua riqueza passava por fixar mão de obra, tanto rural, como urbana²². Em Siena, por exemplo, a legislação de contenção de salários foi pura e simplesmente ignorada à partida e rapidamente abandonada²³. E é em comparação com exemplos como o florentino que a moderação e uma certa flexibilidade que caracterizam a legislação portuguesa do pós-Peste revela alguma clarividência por parte da Coroa portuguesa: uma legislação draconiana seria inaplicável, nascendo inútil e fragilizando a figura do rei como fiel da balança social; não atuar, por sua vez, revelaria uma incapacidade indesculpável e seria fonte de tensões como aquelas que surgirão no reinado do neto de D. Afonso IV, D. Fernando. Também neste caso, a lei revela habilidade; o alcance que teve na prática, por outro lado, é dificilmente conhecido através das fontes sobreviventes, mas haveria sempre grupos descontentes.

Poder-se-ia esperar um agravamento da legislação de 1349 semelhante ao que aconteceu nos reinos castelhano e aragonês, nas Cortes de Lisboa de 1352, as primeiras organizadas após a Peste, mas nota-se uma estranha ‘ausência’ da Peste. Veja-se as queixas entre os procuradores dos concelhos: o terceiro capítulo geral aponta o dedo a mestirais e obreiros que cobriam muito mais do que aquilo que as posturas concelhias estabeleciam, sem que nada lhes aconteça. Torna-se evidente, assim, que a aplicação de tetos salariais e tabelamentos permaneceu sob alçada do poder local, uma ‘transferência de competências’ que permitiria agilizar a aplicação de uma norma, respeitar as idiossincrasias locais e desresponsabilizar a Coroa. O rei, em resposta às queixas dos procuradores, censura este comportamento, ordenando que se cumpram as posturas de cada concelho, devendo ser eleito anualmente um vedor para fiscalizar esse cumprimento²⁴. Surpreendentemente, não há qualquer referências nestas queixas a uma eventual influência da Peste Negra, nem à legislação de 1349 que, de resto, provava-se estar em vigor através da aplicação (frequentemente falhada) a nível municipal, mas sem sinal dos livros de registos por cada freguesia que se haviam ordenado.

É importante sublinhar aspetos que estão ausentes da legislação portuguesa do pós-Peste e que constituem elementos fundamentais na legislação análoga produzida noutros reinos europeus. Tanto quanto é possível perceber, não terá existido uma tentativa da Coroa em fixar salários ou preços de forma centralizada. Provavelmente, as diferentes realidades regionais, ou até locais, tornariam tão ineficaz como prejudicial uma ação deste tipo. Mais do que intervir diretamente, o rei confiaria essa fiscalização e, eventualmente, fixação, às estruturas de governança locais, evitando o embaraço de uma lei morta à nascença.

Uma última dimensão da reação régia à Peste Negra é a introdução de um novo magistrado no oficialato régio, o juiz de fora. Não se tratava de uma criação, mas a sua existência anterior à Peste Negra era, por normal, localizada e temporária²⁵. Porém, após a Peste Negra, o rei tornou obrigatória a presença de um juiz de fora em todos os municípios do reino. A relação entre a epidemia e o estabelecimento desta cargo não é especulativa. Na resposta do rei ao sexto artigo dos capítulos gerais do povo, proveniente das Cortes de Lisboa de 1352, o monarca justifica-se perante os queixosos procuradores dos diversos concelhos presentes, garantindo que o seu objetivo era, precisamente, o de garantir uma justiça tão firme e imparcial após um acontecimento tão excepcional e disruptor²⁶. A Peste Negra é a justificação perfeita para a ação régia. Tal como as autoridades eclesiásticas, o rei aproveita as circunstâncias excecionais para generalizar um oficial que depende diretamente de si, cuja existência representa uma flagrante violação das jurisdições da maioria dos municípios e que se traduz num encargo para as finanças locais, obrigadas a pagar os honorários

do juiz de fora atribuído. Contudo, ao contrário das hierarquias diocesanas que tentaram sobrepor-se ao poder régio na execução dos testamentos, este impôs-se e fez valer a sua vontade. A reação à Peste Negra destinava-se a manter a ordem, mas o pretexto acelerou ou motivou alterações que o rei desejaria, mas dificilmente poderia impor noutro contexto. Permanentemente contestados pelos representantes do poder municipal e pelas elites locais²⁷, mas vistos como um contrapeso pelos “miúdos e meãos”, os juizes de fora não mais saíam da constelação judicial portuguesa até ao final do Antigo Regime. O exercício local da justiça régia estava antes dependente dos corregedores ou meirinhos itinerantes, que não estariam presentes mais do que uns dias por ano em cada município — caso chegassem a cumprir as suas obrigações; agora, um magistrado régio, mormente um indivíduo nomeado pelo rei e proveniente de uma zona distinta daquela onde exerceria o cargo, estaria em permanência em cada concelho.

Os problemas levantados pela Peste Negra, sejam as suas consequências diretas ou os problemas que delas germinaram, não se limitaram a 1349. Por isso mesmo, a ação régia para as matizar prolongou-se para além desse limite cronológico. Ainda em 1350, uma carta aberta do rei, enviada a todos os municípios e afortunadamente conservada no cartório de um deles até hoje, Torre de Moncorvo, ordenava aos municípios que não isentassem as igrejas e mosteiros de todas as talhas e fintas que deveriam ser pagas por propriedades legadas em testamento por privados durante a Peste, sob pena de insustentabilidade e arruinamento das finanças municipais e régias²⁸. O rei e os seus mestres de leis navegavam à vista, procurando responder aos problemas levantados pela prática e pela realidade, prevenindo tanto quanto possível um desequilíbrio socioeconómico insanável e perigoso para o viver social. E quando estas leis não se cumprissem, a possibilidade de recorrer a juizes, juizes de fora, meirinhos, corregedores ou outros oficiais, garante o sucesso da intervenção régia: quem não cumpre ou quem sofre recorre a um representante do poder que legisla. O rei, através dos seus homens, é sempre juiz, é sempre interveniente.

Conclusão

Apesar de sobreviverem testemunhos eloquentes da intervenção régia nos mais diversos domínios após a Peste Negra, essa intervenção adivinha-se ainda mais intensa e abrangente do que aquilo que a documentação que nos chegou revela. Nomear e fazer nomear novos oficiais régios “descentralizados”, expedir cartas abertas a centenas de municípios, dar resposta a pedidos de exceção (como demonstram as licenças que sobrevivem nos fundos dos antigos mosteiros de Vairão e de Lorvão), reativar

o desembargo régio, confirmar tabeliães em todo o reino: terá sido uma intervenção em toda a linha, em simultâneo e, aparentemente, com algum sucesso. Não sendo possível conhecer percentagens ou oferecer estimativas de mortalidade, é difícil ‘medir’ a plasticidade destes corpos de oficiais e das instituições de que garantiriam o funcionamento. Se a mortalidade tivesse sido residual, esta análise seria frívola. Porém, não sendo ainda assim representativas da população geral, assistir à mortalidade generalizada dos tabeliães ou de oficiais do desembargo régio e do serviço direto da corte e do rei, revela-nos que, qualquer que seja a percentagem real da mortalidade, ela foi significativa e transversal a todo o reino. E é importante demonstrar que, independentemente do volume de mortes, que não terá sido diminuto, foi possível retomar rapidamente os principais elementos da vida quotidiana e comunitária. Muitos dos sobreviventes terão visto nela uma oportunidade. A rápida substituição de uma percentagem esmagadora de oficiais régios, provavelmente mortos no decorrer da peste, demonstra a existência de um número notável de indivíduos preparados para assumir essas funções, mesmo num contexto de crise demográfica e social, garantindo uma continuidade quase permanente no exercício das principais prerrogativas do poder régio: manutenção da justiça e da ordem, coleta de impostos e tributos que garantem o sustento da Coroa.

É igualmente importante sublinhar que corpos institucionais agem de forma extraordinária não para promover a mudança de costumes, práticas, leis ou estruturas sociais, mas para combater e ultrapassar um mal extraordinário tão rapidamente quanto possível, precisamente para voltar à ordem pré-estabelecida e apagar os efeitos desse evento disruptivo que foi a Peste Negra. A introdução de um novo oficial régio, sintoma de um poder *central* consolidado e de uma capacidade de intervenção no plano local aumentada, é tão só um elemento novo na tentativa de reequilibrar a balança, de voltar ao pré-Peste: aos abusos que poderiam ser perpetrados pelos grandes da governança local, por aristocratas e pela cúpula das hierarquias diocesanas, o rei responde com um novo oficial régio. Se aos olhos dos queixosos procuradores dos concelhos esta criação era um desrespeito pelos jurisdições locais e um encargo pesado, é justo imaginar que, aos olhos dos pequenos da terra (ainda que o seu testemunho, como na maioria dos casos, tenha sido calado pelas fontes) esta manifestação de poder régio fosse um contrapeso bem-vindo, pelo menos na teoria. Inovações em tempos excepcionais destinadas a preservar tanto quanto possível a ordem pré-estabelecida, mas também a prosseguir o caminho de consolidação do poder régio — tendência que nada tinha de novo.

Tudo isto não significa que tudo fica na mesma. Em cada caso, a Peste Negra, um único evento, traduziu-se num resultado diferente face às diferenças geográficas, estruturais, consuetudinárias ou

circunstanciais entre instituições. A instabilidade provocada localmente pela epidemia prolongou-se de diversas formas em muitas paragens ao longo de décadas: na dificuldade que muitas instituições sentiram na recuperação de propriedades ocupadas ilegalmente durante a Peste²⁹, mas também no desequilíbrio em alguns mercados e produtos que conduzia a uma inflação localizada, mas importante. Não era um reino realmente próspero e estável aquele que a Peste Negra devastou, e não foi algo assim que emergiu após a sua passagem³⁰. Mas, aqui, importa sobretudo estudar a intenção de quem tem responsabilidade e poder de agir e, sobretudo, a capacidade que revela para o fazer no período imediatamente posterior à Peste. Suspender (a venda de bens de monjas falecidas na Peste, a execução de contratos de empréstimos), refazer (a abertura e publicação de testamentos) e registar (quem enriqueceu, quem empobreceu), são formas de reação a um fenómeno destrutivo sem precedentes, permitindo “arrumar” e preparar a retoma de instituições, mesmo que, a princípio, com ritmos anormalmente lentos, mas compreensíveis devido ao abalo sentido nas estruturas humanas afetadas pela epidemia pestífera. Creio ser importante resgatar uma ideia fundamental de Elisabeth Carpentier: *l'épidémie s'attaque aux individus, non à leurs institutions*³¹; quanto menos dependentes de um único indivíduo, ou de um conjunto restrito, as instituições estivessem, mais capazes seriam de substituir baixas e retomar a atividade, ultrapassando mais facilmente fenómenos altamente condicionantes, mesmo paralisantes, como por certo foi a Peste Negra. Com ajustes e ritmos distintos, tudo indica que, ao fim de poucos meses, boa parte da máquina ‘administrativa’, fiscal e judicial do reino português retomara a atividade, renovada nos seus protagonistas, reforçada com novos oficiais e legitimada pela capacidade de reação e imposição das suas determinações — mesmo quando as novas normas eram sobretudo orientações que não se aplicavam em detalhe. Parece ser seguro afirmar que, mais do que ultrapassar a Peste Negra, o rei e o seu poder, em Portugal, conseguem sair reforçados da hecatombe da Peste Negra.

Perceber que as mais importantes e estruturais instituições foram capazes de retomar rapidamente o exercício das suas competências é uma conclusão importante, mas não é a única. A excecionalidade da Peste Negra, com a sua mortalidade extraordinária e a mudança de paradigma na experiência da saúde e da doença, abriu terreno para eventuais alterações no equilíbrio social e político. Essa circunstância extraordinária parece ter sido aproveitada por diversas autoridades eclesásticas, sobretudo, como vimos, nas dioceses onde a morte do bispo concedeu a autoridade episcopal a vigários e administradores, procurando ganhar terreno e reclamar competências próprias de oficiais régios. Apesar de o avanço parecer ter fracassado face à rápida ação régia, ele demonstra que as circunstâncias do pós-Peste

foram vistas como uma oportunidade por vários poderosos, como certamente foram vistas por muitos que o não eram. O facto de não ter havido profundas mudanças após o embate da Peste — ou, pelo menos, que elas não sejam evidentes e se revelem nos documentos que sobrevivem — é demonstrativo das simultâneas solidez e plasticidade do conjunto de instituições e jurisdições complementares ou concorrenciais, sobrepostas ou vizinhas, mas sem dúvida bem vivas e enraizadas.

Na comparação entre a legislação laboral portuguesa (domínio em que quase todos os reinos europeus intervieram após a Peste Negra) e as leis de outras paragens, os textos portugueses traduzem uma certa moderação. Mudando o foco de intervenção na conservação de estruturas sociais, e não fixando salários nem preços, a lei garantiria a manutenção da ordem — mesmo com protagonistas distintos em cada estrato — e entregaria grande parte das responsabilidades de execução, fixação e fiscalização aos municípios, agora eles próprios fiscalizados pelos juizes de fora. E, assim, comparando com outras duas unidades políticas ibéricas, percebe-se que as legislações castelhanas e aragonesas falharam naquilo em que procuraram ser mais firmes do que a portuguesa. Há uma expectativa de intervenção menor nos textos portugueses; porém, e paradoxalmente, a tentativa de definir registos ao nível da freguesia, que nunca terão passado do texto da lei, revela-se uma medida de intenção evidente, mas cuja aplicabilidade duvidosa à partida parece contrastar com o pragmatismo do restante *corpus*.

Armando Luís de Carvalho Homem define D. Dinis e D. Afonso IV como reis legisladores⁵². No plano da reacção à Peste, esta definição é inequivocamente acertada no que diz respeito ao segundo dos monarcas. Após quase um quarto de século de reinado, o experiente monarca seguiu a linha que vinha caracterizando a sua ação desde o princípio. Este digressão pela ação da rei legislador, do rei administrador e de todos os corpos estruturantes não-eclésiásticos da sociedade medieval portuguesa, demonstra uma maturidade e consolidação institucional assinaláveis. O microciclo de 1349-1352 é um testemunho ilustrativo do que podia fazer e do que podia ordenar o rei, do pragmatismo da Coroa, da difusão de uma alfabetização suficientemente avançada para permitir uma substituição rápida de dezenas de oficiais régios e tabeliães, de uma comunicação política eficaz que permite ao desembargo régio receber súplicas e emitir licenças de exceção, revelando uma assinalável plasticidade e capacidade de adaptabilidade, renovação e retoma após um evento tão impactante como a Peste Negra.

Notes

1. Bos, Kirsten I. et al., “A draft genome of Yersinia pestis from victims of the Black Death”, in *Nature* 478:7370, 2011, pp. 506–510. doi: 10.1038/nature10549.
2. Green, Monica H., Silva, André Filipe Oliveira da, “Shifting Paradigms in Black Death Chronologies,” in *Religion and Urbanity: Reciprocal Formations*, 22 May 2023, <https://urbrel.hypotheses.org/5550>, DOI: <https://doi.org/10.17613/2pn8-kr81>.
3. Uma vez mais, também no caso da fiscalidade, podemos olhar para os casos além-fronteiras que, representando realidades distintas da portuguesa, fornecem exemplos interessantes de ação das elites governantes. No caso francês, por exemplo, o início da Peste impediu a recolha de um enorme subsídio à Coroa com vista a uma retaliação contra os ingleses, acabando por levar o rei francês a ir reduzindo consideravelmente, ou mesmo cancelando, sucessivas parcelas regionais, até pura e simplesmente não ser recolhido. Apesar deste fracasso, em poucos anos as receitas fiscais estavam genericamente recompostas: Henneman, John B., “The Black Death and royal taxation in France, 1347–1351”, in *Speculum*, 43, 1968, pp. 405–428; na República de Siena, onde o governo da cidade era responsabilidade de uma elite de cidadãos, a normalidade fiscal também estava recomposta por volta de 1353: Bowsky, William M., “The impact of the Black Death upon Sieneese government and society”, in *Speculum*, 39, 1964, pp. 21–22.
4. Shirk, Melanie V., “The Black Death in Aragon, 1348–1351” in *Journal of Medieval History*, n.º 7:4, 1981, pp. 357–367.
5. *Livro das Leis e Posturas*, Lisboa, Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, 1971.
6. Ainda que, neste caso, o documento apenas tenha sido emitido em agosto de 1350, em Óbidos, provavelmente depois de um primeiro ano de incumprimento generalizado. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (daqui em diante ANTT), *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos régios, maço 1, n.º 40.
7. ANTT, *Mosteiro do Salvador de Vairão*, maço 9, doc. 29.
8. Coelho, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 24.
9. *Livro das Leis e Posturas*, pp. 437–439.
10. *Livro das Leis e Posturas*, pp. 440–442.
11. *Livro das Leis e Posturas*, pp. 440–442.
12. *Livro das Leis e Posturas*, pp. 442–448.
13. Além das queixas apresentadas pelos procuradores dos concelhos ao rei nas Cortes de Lisboa de 1331, dizendo que os mesteirais haviam subido consideravelmente os seus honorários, existe uma ordenação régia do ano seguinte que determina que qualquer indivíduo sem atividade conhecida e sem ocupação poderia ser obrigado a trabalhar em certas atividades agrícolas por um soldo pré-determinado, sob pena de degredo da localidade e penas corporais em caso de desrespeito desse degredo. Marques, A. H. de Oliveira, Rodrigues, Maria Teresa Campos, Dias, Nuno José Pizarro Pinto (ed.), *Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV: (1325–1357)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, pp. 27–52; ANTT, *Feitos da Coroa*, Núcleo Antigo 458, fls. 31–36v.
14. *Livro das Leis e Posturas*, pp. 448–452.
15. Pamuk, Şevket Pamuk, Shatzmiller, Maya, “Plagues, wages and economic change in the Islamic Middle East, 700–1500,” in *Journal of Economic History*, n.º 74:1, 2014, pp. 210–213.
16. Isso mesmo defende e demonstra Samuel K. Cohn, ao estabelecer um estudo comparativo entre os principais conjuntos legislativos deste tipo, produzidos em França, nas Ilhas Britânicas, no Norte de Itália e na Coroa de Aragão. Não só a comparação, como as ausências — Inglaterra aprova a já referida extensa legislação, mas a Escócia não teve qualquer lei deste tipo, por exemplo — são tidas em conta. Cohn, Samuel K., “After the Black Death: labour legislation and attitudes towards labour in late-medieval Western Europe”, in *Economic History Review*, 60, 2007, pp. 457–485.
17. Braid, Robert, “Behind the Ordinance of Labourers: Economic Regulation and Market Control in London before the Black Death”, in *The Journal of Legal History*, 34:1, 2013, pp. 17–28.
18. Cohn, “After the Black Death” [...], p. 464.
19. Verlinden, Charles, “La grande peste de 1348 en Espagne : contribution à l'étude de ses conséquences économiques et sociales”, in *Revue Belge de Philologie et Histoire*, 17, 1938, pp. 127–132; Vaca Lorenzo, Ángel, “La Peste Negra en Castilla. Aportación al estudio de algunas de sus consecuencias económicas

y sociales”, in *Studia Historica. Historia Medieval*, 2, 1984, pp. 97-99.

20. Verlinden, “La grande peste de 1348” [...], pp. 113-114, 119-127; López de Meneses, “Documentos acerca de la peste negra” [...], pp. 357-363, 371-373, docs. 78, 79 e 89.

21. Shirk, “The Black Death in Aragon” [...], pp. 363-364; Maltas i Montoro, Joan, *Caresties, Fams i Epidèmies a Catalunya. De la Conquesta de Sicília a la Pesta Negra*, Barcelona, Fundació Noguera, 2022, pp. 86-93.

22. Cohn, “After the Black Death” [...], pp. 473-473.

23. Bowsky, “The impact of the Black Death” [...], pp. 20-21, 29-30.

24. Marques, Rodrigues e Dias, *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV* [...], pp. 123-137.

25. Coelho, *O Baixo Mondego* [...], pp. 482-483.

26. Marques, Rodrigues e Dias, *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV* [...], pp. 123-137.

27. Faria, Diogo, “Juizes indesejados? A contestação aos juizes de fora no Portugal medieval (1352-1521)”, in *Cadernos do Arquivo Municipal 2.ª Série*, 2, 2014, pp. 20-24.

28. Carqueja, Maria da Assunção (ed.), *Documentos medievais de Torre de Moncorvo*, Torre de Moncorvo, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, 2007, pp. 102-103.

29. *Corpus Codicum latinorum et portugalensium corum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum*, Portucale, Curiae Municipalis editum, 1899, Livro I, 101-102 [fls. 36-37 do original]; Marques, A. H. de Oliveira, Dias, Nuno José Pizarro Pinto (ed.). *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, pp. 109-111.

30. Silva, “A Peste Negra em Portugal” [...], pp. 188-217 e 456-540.

31. Carpentier, Élisabeth, *Une ville devant la Peste. Orvieto et la Peste Noire de 1348*, Paris, École Pratique des Hautes Études-vie section, Centre de Recherches Historiques, 1962, p. 225.

32. Homem, Armando Luís de Carvalho, “8. Dionisius et Alfonsus, Dei Gratia Reges et Communis Utilitatis Gratia Legiferi,” in *O Rei e a Lei. Estudos de História Institucional da Idade Média Portuguesa (1279-1521)*, Porto, U. Porto Edições, 2017, pp. 179-279.

CAROLINA VITÓRIA TEIXEIRA *

A peste em Guimarães no século XVI

*
Mestranda em História na
Universidade do Minho.
carolinavitoriateixeira@gmail.com

O presente artigo surge através da participação no 1.º Seminário dos Alunos de História Social, que se realizou em outubro de 2022, na Universidade do Minho, intitulado *As epidemias nos caminhos da História*.

Pretendemos explorar a peste em Guimarães, com maior incidência no século XVI, no entanto, de forma a contextualizar, achamos necessário recuar alguns séculos e abordar outras vagas, recorrendo para isso maioritariamente à obra *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no Ano de 1726*, de Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, obra que, pela data da sua produção, deve ser analisada como tratando-se de uma fonte, pelo que o tratamento da informação nela contida deve ser realizado de forma cuidadosa. Da mesma maneira devem ser entendidas as *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, às quais também recorreremos para a realização deste trabalho.

É de referir ainda que, o presente artigo deve ser entendido como um artigo de revisão. Assim, clarificado este ponto, devemos esclarecer, que este texto, tem como objetivo tratar o tema da peste em Guimarães, tentando perceber qual o seu impacto nos seus habitantes, quais os seus surtos e de que forma o poder local e a população lidaram com a enfermidade, e quais suas principais reações e medidas levadas a cabo de forma, a impedir a propagação da peste.

Dividimos o artigo em partes que nos pareceram lógicas, para a compreensão do tema em análise, assim iniciamos com uma abordagem geral sobre a doença, seguidamente, explicamos os surtos ocorridos em Guimarães antes do século XVI, passando depois ao cerne deste trabalho, o próprio século XVI.

Procuramos ainda compreender algumas medidas adotadas no sentido de impedir a propagação da doença, existindo, tanto medidas relacionadas diretamente com os indivíduos doentes, como com a limpeza dos espaços das cidades e com o enterro dos mortos. Decidimos, por fim, dar destaque a duas epígrafes, datadas de 1599, que atestam a presença da enfermidade.

Relativamente à questão metodológica, de uma forma breve podemos esclarecer que foi consultada bibliografia referente ao tema, tanto do século XVI, como de séculos anteriores, de forma a clarificar de maneira mais abrangente a presença da doença na vila ao longo dos séculos. Recorremos também a documentos presentes no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, como registos de óbitos, de duas freguesias de Guimarães, São Sebastião e Azurém.

Uma visão geral sobre a peste

Ao longo dos séculos Guimarães registou diversas vagas de peste que, terão abalado a vila, levando ao surgimento de crises de mortalidade, situação que se vai verificar no restante país, e

também na Europa. É de notar que neste período, na Europa, se verificava grande circulação comercial, o que favorecia a disseminação da peste, como mostra Teresa Ferreira Rodrigues: “as pestes quinhentistas, importadas por via dos tratos comerciais e das relações diplomáticas activadas entre os Estados da Europa moderna, constituem um caso de excepção, pelas suas origens e pela sua virulência devastadora”¹

As epidemias afetam a humanidade desde sempre, causando alterações demográficas, económicas e sociais. Como refere Alexandra Esteves, “Podem ganhar contornos endémicos, quando a doença se circunscreve a uma região, e epidémicos quando alastra de forma rápida e generalizada, ou pandémicos, quando se globaliza”².

Na Idade Moderna, os cuidados de saúde eram muito parcos, as pestes invadiam frequentemente as vilas e cidades, mas as populações rurais também não escapavam, embora fossem menos vulneráveis.

Todavia, numa altura em que a esperança média de vida era muito baixa, as vilas e as cidades eram os lugares mais propícios para a propagação de epidemias, para o que contribuíam, entre outros fatores, a insalubridade e a grande concentração de gente.

A subnutrição deixava a população mais desfavorecida sujeita a doenças e a taxas de mortalidade mais elevadas. Perante uma epidemia, estamos também perante uma crise de mortalidade, pelo que, podemos até usar o termo “mortalidade extraordinária”, como refere Teresa Rodrigues, ou seja, “momentos marcados por uma subida excessiva dos níveis, já sempre elevados, com que a morte fustigava as populações passadas”³. Como afirma Maria Noberta Simas Bettencort Amorim, será difícil definir o que se entende por crise: “Pierre Goubert em 1960 propôs falar de crise a partir do momento em que o número habitual de óbitos duplicasse, deixando-nos a dificuldade de determinar o que será um ano “normal” no campo da mortalidade”⁴.

É impossível falar de peste e não referir o ano de 1569. Teresa Ferreira Rodrigues, afirma que “no termo da capital onde primeiro deflagra (Oeiras), a peste causa no fim do mês uma média de 50 a 60 óbitos por dia”⁵. Teriam sido postas em prática medidas com o intuito de conter a doença, no entanto estas agravam a situação, “o isolamento provoca falhas alimentares, as quais, aliadas à doença, intensificam o ritmo da morte”⁶. De notar ainda que houve quem abandonasse a cidade, (o que também se irá verificar em Guimarães como iremos referir mais à frente) “a oficialidade recebe ordens, a 28 de Agosto, para abandonar a capital, que fica entregue a si mesma”⁷. Fogos inteiros acabam por padecer.

Naturalmente, toda a Europa se encontrava a braços com os surtos de peste, assim “há que integrar o surto pestífero de 1598 num contexto internacional atlântico que engloba toda a Península, bem como alguns dos principais portos europeus”⁸

Consideramos ainda relevante explicar o que se entende por peste e tentar clarificar o modo de transmissão aos seres humanos. Para esclarecer esta questão, recorreremos à tese de douramento de André Filipe Oliveira da Silva, intitulada, *A Peste Negra em Portugal, Os casos do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-Odiana*. A doença é causada pela bactéria *Yersinia pestis*, que por sua vez podia ser transmitida ao ser humano por pulgas.

A infeção dá-se através de um vetor: destacam-se certas espécies de pulgas de roedores, sobretudo a pulga do rato preto, *Xenopsylla cheopis*, típica de climas quentes, ou a sua equivalente de climas temperados, *Nosopsyllus fasciatus*, apesar de outras espécies poderem ser vetores, incluindo a própria pulga humana⁹

André Filipe Oliveira da Silva, dá ainda destaque a outros possíveis transmissores, como o piolho humano do corpo e a carraça.¹⁰ Silva esclarece que a doença se pode manifestar através de diferentes formas, sendo elas: “Bubónica, a mais comum de todas, provocada na esmagadora maioria dos casos pela picada de uma pulga infetada.”¹¹ “Pneumónica ou pulmonar, uma forma que atinge uma mortalidade próxima de 100% entre os doentes que não recebam tratamento médico. O alojamento da infeção nos pulmões provoca uma violenta pneumonia.”¹² A “septicémica, quando a infeção se generaliza, provocando um quadro muito reservado. A peste septicémica primária é rara, implicando um contágio direto através da corrente sanguínea.”¹³ Silva, faz por fim referencia a forma rara, a faríngea, “provocada pela ingestão de carne de um animal infetado, dispensando assim a transmissão por um inseto vetor.”¹⁴

Vagas de Peste em Guimarães, antes do século XVI

Antes de entrarmos no século XVI, é possível identificar a presença de peste na vila de Guimarães, em séculos anteriores. Recorrendo à tese de doutoramento, de Maria da Conceição Falcão Ferreira, intitulada, *Guimarães: duas Vilas, um só povo: estudo de história urbana (1250-1389)*, é percebemos que, em 1348 uma vaga de peste chega a Guimarães, vaga essa notada em toda a Europa.

Demograficamente, a vila terá sido muito afetada, podemos referir, por exemplo, que “ainda na década de sessenta se faziam sentir as consequências da morte, do abandono, e do despovoamento, paredes meias com as dificuldades económicas e financeiras: a própria colegiada queixava-se de não ter cónegos”.¹⁵

No ano de 1488, é provável que a peste tenha regressado, como é possível notar, tendo em conta, uma das fontes que consultamos,

as *Memórias Ressuscitadas da Província de entre Douro e Minho no Ano de 1726*. Tendo durado cerca de três anos, causando grande mortalidade: “muito despovoada de gente, reinando El Rei D. João II”¹⁶ Desta vaga, tem origem uma procissão, com um rolo de cera branca à volta da cidade, com a qual a população tinha esperança de conseguir combater a doença: “se mandou fazer hum rollo de cera branca e em porçissão a camara e povo cercarão a villa com o dito rollo de cera, e fizeram voto de todos os anos darem o rollo ao dito Espirito Santo, na vespora de seo dia”¹⁷. Da mesma procissão fala-nos também o Padre Torquato Peixoto de Azevedo, nas *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*.

É ainda possível encontrar referencia à forma como a população agiu sabendo que a cidade se encontrava livre do mal da peste: “Quando o povo da villa se quiz recolher a suas casas por estar aplacado o contágio da peste, primeiro encheram a povoação por alguns dias dos gados dos contornos, para que com seu bafo sanassem as partes infeccionadas.”¹⁸

O século XVI

Guimarães foi invadida pela peste, no século XVI, de forma muito intensa. O padre Torquato Peixoto dá-nos notícia da peste de 1507. Na altura, a maior parte da população retirou-se para o monte de Santa Catarina, tendo mais uma vez a cidade ficado despovoada. Para acabar com esta epidemia, o povo terá prometido “para sempre quatro ladainhas em procissão a S. Miguel de Creixomil, saindo do cabido, Camara e povo em proçissão, rezando a ladainha; e chegando aquela igreja, se desia hus missa cantada com suas presses; e acabando tudo, se tornavão para a Collegiada, onde comessara.”¹⁹

No ano seguinte, regista-se nova vaga, reinava D. Manuel I. Em 1575, no reinado de D. Sebastião, a doença volta a assolar a cidade. Entre abril e agosto, terão falecido 20 pessoa na cidade e 50 no seu termo, segundo refere Craesbeeck.

No ano de 1569, Lisboa assiste à chamada Grande Peste, que dizimou uma elevada parte da sua população. Terá elevado “em Lisboa a mortalidade a mais de 30 000 pessoas, ou a 50 000 segundo Afirma Barbosa Machado”²⁰.

Foi em 1599, no reinado de Filipe II, que a peste atingiu mais gravemente Guimarães, registando-se no século XVI uma crise de mortalidade, como mostra Maria Norberta Simas Bettencourt Amorim. Nas freguesias de S. Sebastião, Azurém, Fermentões e Urgezes, é possível encontrar registo de moradores “que sucumbiram à última grande vaga de mortalidade catastrófica que Guimarães conheceu- a peste de 1599”²¹.

Face à chegada da enfermidade a Guimarães, levaram-se os doentes para uma casa de Saúde na Serra de Santa Catarina, onde

se encontravam religiosos de São Domingos e de São Francisco, encarregues da administração dos sacramentos. Destes religiosos sabe-se que apenas um não padeceu do mal da peste, de seu nome Frei Gaspar das Chagas, membro da ordem de S. Domingos. Dizia-se missa todos os dias em memória dos enfermos. Salvador do Valle era cirurgião naquela instituição, recebia por mês para curar e sangrar. A referida casa de saúde terá sido edificada perto do lugar onde, em 1506/1507, foram enterradas as vítimas da peste.²²

Esta vaga terá durado desde o dia 30 de maio até dezembro, mês em que se levantou a bandeira da saúde.

O ano de 1599 foi o mais fatal para o povo de Guimarães. A peste trouxe consigo consequências devastadoras, para além da elevada mortalidade, registou-se fome, que já estaria presente no ano anterior, “sendo por isso necessário declarar livre a caça e pesca no tempo defeso, e permitir a passagem de gado para Castella e Galiza, em troca de pão”.²³

Face à gravidade da situação, vários moradores decidem abandonar a vila. Nas zonas rurais seria mais fácil escapar ao mal, devido à maior dispersão da população e a melhores condições de higiene, bem como melhores ares.

As Freiras do Convento de Santa Clara refugiaram-se na casa dos seus parentes ou terão ido com a Abadessa para Riba de Vizela.²⁴

Há também registo da fuga de um casal, Amaro Mendes e Maria Antunes, que habitava a Freguesia de São Sebastião, uma das mais fustigadas pela peste, para a Quinta do Ribeiro, em Gémeos, no ano de 1599²⁵. O juiz e o vereador da Câmara também partiram. Teriam feito uma reunião na capela de Nossa Senhora dos Remédios, situada na freguesia de Urgezes, com o objetivo de nomear Frei Gaspar das Chagas para o cargo de provedor temporal dos pobres e enfermos.²⁶ Da freguesia da Oliveira sabe-se que os dois párocos se teriam ausentado, assim como outros habitantes. Fugas das cidades em tempo de peste eram uma situação frequente, como já observamos anteriormente, o mesmo terá acontecido em Lisboa.

Há também referência ao início de uma obra na capela de Santa Luzia, na freguesia de S. Paio, no ano de início da peste. Todos terão fugido e a obra só ficou concluída no ano de 1602: “no anno de 1599, veio o mal da peste, com que todos fugirão.”²⁷

Em 1599, foi edificada na Costa a Capela de São Roque, santo protetor contra a peste.

Para além das já referidas fontes, consultamos também registos de óbito, para compreender as perdas demográficas. Foram consultados os registos de duas freguesias de Guimarães: São Sebastião e Azurém.

Ao analisarmos os registos de óbito da Freguesia de São Sebastião, encontramos 6 folios dedicados às mortes causadas pela peste, no ano de 1599. O cura inicia esta secção da seguinte forma: “*Titulo ou lembrança da gente que faleceu de peste nesta freguesia*”²⁸, que, no entanto, se encontra sem data, e contrariamente ao observado

nos registos anteriores, estes encontram-se escritos como uma espécie de “lista”, parece-nos, que devido ao elevado número de mortes, este método seria mais rápido.

As mortes estão organizadas por ruas, sendo elas a Rua do Tournal, a rua Nova das Oliveiras, Rua da Travessa, Rua das Molianas, Rua de Couros de Alem e Aquém do Rio, Rua de Trás do Muro, Rua da Caldeira, Além da Ponte do Campo, Aos Moinhos e Carrapatoza.

Recorrendo ao estudo de Maria Norberta Amorim, intitulado: *A instabilidade da população nos finais do século XVI. Alguns dados sobre o norte do país*²⁹, é possível obter uma análise detalhada dos registos de óbitos. Para além das mortes por peste no de 1599, Amorim refere ainda o ano de 1575, destacando as freguesias de Urgeses e de Ronfe.³⁰

Na freguesia de São Sebastião terão padecido do mal da peste um total de 341 pessoas, contadas pelo padre. Esta lista recebeu um acrescento posterior.

É possível ainda obter informação sobre testamentos e a profissão de alguns dos falecidos. Por exemplo, são referidos um sapateiro, um cutileiro, um mercador, a Inês do Forno, o Miguel Forneiro, um banheiro, um ferreiro. Assim vemos a variedade de artífices que existiam em Guimarães na Época Moderna. De notar ainda, que na Rua do Tournal não encontramos nenhuma referência a qualquer tipo de artífice, o mesmo é referido por Maria Norberta Amorim.

Na freguesia de Azurém, o registo de morte por peste inicia-se da seguinte forma: *estes são os que faleceram no ano da peste da era de 99 anos*³¹. Amorim mostra que foram afetadas 49 famílias, e que houve um total de 102 defuntos³². A zona mais atingida terá sido a rua do Cano, onde a população era mais pobre, onde foram afetadas 14 casas, seguindo-se Santa Luzia, com 10 casas afetadas.³³ Os registos dão-nos informação sobre testamenteiros ou se o falecido era pobre (*hera muito pobre, herão pobres*). Sendo pobre, não teria tantas possibilidades de fugir ao mal. “Foi a população mais carente e a que vivia em zonas de povoamento mais concentrado aquela que mais foi afectada pelo flagelo”³⁴ Os habitantes das zonas rurais encontravam-se mais protegidos do contágio.

Desde que a peste entrasse numa casa, poderia morrer parte ou até toda a família, como é perceptível nos registos de São Sebastião e Azurém, cujos párocos nos mostram os efeitos do flagelo cada lar.

Para além dos registos de óbitos, é possível encontrar, outros documentos que atestam a presença da peste na vila, em diversos momentos. *O Estatuto do Cabido de Guimarães no tempo da peste*³⁵, datado do ano de 1510, pertencente à colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. Este foi redigido dia onze de outubro de 1510.

Subindo ao século XIX, fazemos referência a um pequeno livro com uma ladainha contra a peste: “Ó Marta formosa/ Pedi a Jesus/ Que nos livre da peste/ Pela sua Cruz.”³⁶ Percebemos que a memória e o medo da peste permaneceram durante vários anos nos habitantes de Guimarães.

Medidas levadas a cabo para conter a efemeridade

Aquando da chegada da doença, era necessária a tomada de algumas medidas, a fim de atenuar as consequências e impedir a sua propagação.

Como se sabe, cidades portuárias seriam as primeiras a sofrer com o mal da peste, em Lisboa “existiam desde 1492 dispositivos tendentes a controlar as entradas no porto”³⁷ No entanto as outras zonas do país eram também afetadas.

Através da consulta, feita por João Gomes de Oliveira Guimarães³⁸, do livro de Atas da Câmara Municipal, do ano de 1531, é possível aferir alguns dos cuidados sanitários tomados na época, em certa medida semelhantes aos adotados atualmente em casos epidémicos.

No referido ano, a peste tinha chegado à Galiza. Ora, perante a proximidade da doença, a Câmara Municipal proíbe a ida dos almocreves à Galiza, que era feita regularmente para transportar peixe. A deslocação indevida seria punida com uma coima no valor de 2000 reis. A aplicação de coimas era visível noutras zonas do país, Teresa Rodrigues, mostra isso mesmo, existiriam penas previstas, para quem viesse de fora doente.³⁹

Por outro lado, proibiu a entrada aqueles que desrespeitassem a dita ordenação. Na mesma altura, foram nomeados os *guardas da peste*.

No dia 12 de abril de 1531, uma vez que a epidemia já tinha chegado ao reino, foram tomadas novas precauções para a proteção da vila. Foram nomeados guardas-mores, para controlar a cidade e os seus arrabaldes. Ninguém devia entrar ou sair da cidade sem a sua autorização. A nomeação de guardas mores era uma medida frequente, aplicada em diversas zonas do país e em diferentes vagas.

Há também registo, segundo refere o padre Torquato, de se queimarem perfumes e de se vestir bocaxim.⁴⁰

Para além destas medidas, há outras bastante comuns na Idade Moderna, como refere Maria Marta Lobo Araújo. A limpeza das ruas, das fontes e fontanários, proibição de circulação de animais, encerramento de mercados e feiras e a proibição de romarias, desinfeção dos objetos com vinagre, era ainda frequente queimar-se os pertences dos infetados.⁴¹

A criação de hospitais ou casas de saúde era também comum nestes tempos em que a doença era presença frequente nas cidades e vilas. Exemplo disso é a casa de saúde contruída no Monte de Santa Catarina em Guimarães, sobre a qual encontramos referencias nas fontes consultadas.

O enterro das vítimas constituía uma medida bastante importante e necessária para evitar que a doença continuasse

S^a DE MI
GEL DE
TORES
QE FALE
SEO DE
PESTE
ER 99

Figura 1

Lápide terreiro de
São Francisco

Fonte: Guimarães, João Gomes de Oliveira, "As Epidemias em Guimarães", in *Revista de Guimarães*, 23(3-4) Jul.-Dez., 1906, p. 113.

paDRE NOSO
poR MVITAS
almas QE
de PESTE
moRERAM
em GS E SEV
terMO NO A
no D 1599

Figura 2

Lápide cruzeiro, na
freguesia de São Torcato

Fonte: Guimarães, João Gomes de Oliveira, "As Epidemias em Guimarães", in *Revista de Guimarães*, 23(3-4) Jul.-Dez., 1906, p. 114.

a alastrar, “nesta perspectiva, a primeira medida normalmente posta em prática referia-se à forma de proceder ao enterro dos empestados. Eram criados adros de peste, como o de São Roque em Lisboa”⁴². Para se proceder com alguma segurança nos enterros, eram tidos alguns cuidados neste sentido, como “a necessidade de efetuar os enterros à noite e fora das igrejas, a fim de evitar a corrupção do ar, com uma cova com mais dois palmos de profundidade que o habitual”⁴³.

Várias destas medidas não surtiam o efeito desejado pelo poder, tendo causado por vezes algumas consequências devastadoras:

O isolamento e a estagnação do comércio conduziram a situações insustentáveis de carência alimentar, a que uma rede abastecedora pouco flexível não conseguia responder com eficácia. Falta de alimentos, terror e pânico, paralisação ou irregular funcionamento dos órgãos e dispositivos de poder e policiamento, agravados pela fuga generalizada dos quadros dirigentes, agudizaram as tensões sociais.⁴⁴

Apesar de todas estas medidas, é de notar que, “o rei e os restantes responsáveis municipais só se preocupavam verdadeiramente quando a mortalidade constituía uma ameaça próxima. Então sim, multiplicavam-se as medidas extraordinárias”⁴⁵

Memórias da peste: duas epígrafes

É possível fazer referência a duas epígrafes, que dão conta de mortes por peste, uma encontrada no terreiro de S. Francisco e outra, na freguesia de S. Torcato, num cruzeiro. Estas confirmam a data da peste presente nas outras fontes analisadas. [Figuras 1 e 2]

Conclusão

As epidemias estiveram sempre presentes ao longo de toda a história, deixando marcas demográficas em várias partes da Europa. Uma das epidemias mais contagiosas era a peste, registando-se diversas vagas. A primeira de que há registo em Guimarães data do século XIV, e nos séculos seguinte a vila continuaria a contaminada por este mal.

O ano de 1599 configurou-se como um ano fatal para a população de Guimarães, uma vez que se registou a maior vaga, dizimando muitas pessoas, em particular nas freguesias de São Sebastião e Azurém, (estando também presente em outras, como por exemplo, Fermentões) freguesias com maior concentração populacional, onde o contágio se operava de forma mais intensa do que em lugares com povoamento disperso. Assim se justificam

as fugas das zonas urbanas para as zonas rurais. A fuga das freiras do convento de Santa Clara, a fuga de um casal, que habitava em São Sebastião, para a Freguesia de Gémeos, a fuga de párcos da Oliveira e membros da Câmara Municipal. Estas fugas seriam pratica corrente, e verificava-se esta busca por melhores areis em diferentes zonas do país, como foi o caso de Lisboa.

Os registos de óbito apresentam-se como uma fonte muito rica, quer para o estudo da mortalidade, quer para entender alguns aspetos da sociedade da Época Moderna, os consultados no âmbito deste trabalho dão-nos informações sobre se a pessoa falecida era pobre, e também sobre quais as atividades exercidas, destacamos por exemplo um cutileiro, um sapateiro, e um mercador. Através deles conseguimos perceber a grande perca demográfica a que, a vila sofreu no século xvi, fogos inteiros foram dizimados.

Dada a gravidade da situação, os órgãos do poder punham em marcha medidas, visando controlar e aplacar a doença, que por vezes se acreditou ser caudada pela ira divina. Estas medidas iam desde a limpeza das ruas, a impedimentos de entrar e sair da vila, nomeações de guardas-mores, proibição de romarias, queima dos bens da pessoa infetada, entre outras.

A vaga que assolou Guimarães em 1507, levou muitos habitantes a refugiram-se no monte de Santa Catarina, onde mais tarde se instalou uma casa de saúde, e se construiu na Freguesia da Costa a Capela de São Roque, sendo São Roque o padroeiro contra a peste. Vimos que a construção de locais para o tratamento destes enfermos seria bastante comum na época.

Verificamos a ligação frequente das epidemias a Deus, e na esperança de tentar serenar o mal, faziam-se diversas celebrações religiosas, como procissões e missas.

Notas

1. Rodrigues, Teresa Ferreira, “As estruturas populacionais”, in Mattoso, José (coord), *História de Portugal* (Terceiro Volume), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 197-241.
2. Esteves, Alexandra, “As epidemias e a memória histórica”, in Martins, Manuela (coord.); Rodrigues, Eloy (coord), *A Universidade do Minho em tempo de pandemia*, Braga, Uminho Editora, 2020, pp. 148-172.
3. Rodrigues, Teresa, “As crises de mortalidade em Lisboa (séculos XVI a XIX) — uma análise global, in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XIII, 2, 1995, pp. 45-74.
4. Amorim, Norberta Maria Simas Bettencourt, “As Crises de Mortalidade”, in *Guimarães 1580-1819 Estudo Demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, p. 285.
5. Rodrigues, Teresa Ferreira, “As estruturas populacionais” ... pp. 197-241.
6. Rodrigues, Teresa Ferreira, “As estruturas populacionais” ... pp. 197-241.
7. Rodrigues, Teresa Ferreira, “As estruturas populacionais” ... pp. 197-241.
8. Rodrigues, Teresa Ferreira, “As estruturas populacionais” ... pp. 197-241.
9. Silva, André Filipe Oliveira, “Antes da peste”, in *A Peste Negra em Portugal, Os casos do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-Odiãna*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021, pp. 66-90.
10. Silva, André Filipe Oliveira, “Antes da peste”, in *A Peste Negra em Portugal*, ...pp. 66-90.
11. Silva, André Filipe Oliveira, “Antes da peste”, in *A Peste Negra em Portugal*, ... pp. 66-90.
12. Silva, André Filipe Oliveira, “Antes da peste”, in *A Peste Negra em Portugal*, ...pp. 66-90.
13. Silva, André Filipe Oliveira, “Antes da peste”, in *A Peste Negra em Portugal*, ...pp. 66-90.
14. Silva, André Filipe Oliveira, “Antes da peste”, in *A Peste Negra em Portugal*, ...pp. 66-90.
15. Ferreira, Maria da Conceição Falcão, “Homens, poderes e solidariedades”, in Guimarães: duas vilas, um só povo, Estudo de história urbana (1250-1389), Braga: CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2010, p. 444.
16. Craesbeeck, Francisco Xavier da Serra, *Memórias Ressuscitadas da Província de entre Douro e Minho no Ano de 1726*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Lda, 1992, p. 92.
17. Craesbeeck, Francisco Xavier da Serra, *Memórias Ressuscitadas...*, p. 92.
18. Azevedo, Torquato Peixoto de. “Dos mosteiros, igrejas, hospitais e capelas que Guimarães tem em seus arrabaldes”, in *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, Tip. Da Revista, Porto. p. 352.
19. Craesbeeck, Francisco Xavier da Serra, *Memórias Ressuscitadas...*, p. 93.
20. Guimarães, João Gomes de Oliveira, “As Epidemias em Guimarães”, in *Revista de Guimarães*, 23(2) Abr.-Jun, 1906, p. 55.
21. Amorim, Norberta Maria Simas Bettencourt, “As Crises de Mortalidade”, in *Guimarães 1580-1819...*, p. 285.
22. Craesbeeck, Francisco Xavier da Serra, *Memórias Ressuscitadas...*, p. 94.
23. Guimarães, João Gomes de Oliveira, “As Epidemias em Guimarães” ...p. 109.
24. Craesbeeck, Francisco Xavier da Serra, *Memórias Ressuscitadas...*, p. 94.
25. Dias, Maria de Fátima Carvalho, Martins, e Ana Alice de Castro, “Uma estratégia familiar de secesso no mundo rural: o percurso de uma família do Vale do Ave”, in *IV Congresso Histórico de Guimarães Do Absolutismo ao Liberalismo 4.ª Secção História e Geografia das Populações*, 2009, p. 361.
26. Faria, João Lopes, Efemérides Vimaraneses.
27. Craesbeeck, Francisco Xavier da Serra, *Memórias Ressuscitadas...*, p. 152.
28. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (doravante AMAP), *Registos de óbitos Paroquia de São Sebastião 1582-1661*, fl. 134.
29. Amorim, Maria Norberta, A instabilidade da população nos finais do século XVI. Alguns dados sobre o norte do país, *III Congresso Histórico de Guimarães D. Manuel e a sua Época*, Guimarães, Camara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 385-397.
30. Amorim, Maria Norberta, A instabilidade da população nos finais do século XVI... p. 391.
31. AMAP, Registos de óbitos Paroquia São Pedro de Azurém, 1569-1656, fl. (ilegível)
32. Amorim, Maria Norberta, A instabilidade da população nos finais do século XVI... p. 393.
33. Amorim, Maria Norberta, A instabilidade da população nos finais do século XVI... p. 394.

A PESTE EM GUIMARÃES NO SÉCULO XVI

34. Amorim, Maria Norberta, A instabilidade da população nos finais do século XVI..., p. 394.
35. Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Estatuto do Cabido de Guimarães no tempo da peste, 1510, fl. 1.*
36. AMAP, *Livro com uma oração*. Cota: II-24-17-5-29
37. História de Portugal 224
38. Guimarães, João Gomes de Oliveira, “As Epidemias em Guimarães”, in *Revista de Guimarães*, 23(2) Abr.-Jun., 1906, p. 55-57.
39. Rodrigues, Teresa Ferreira, “As estruturas populacionais” ..., pp. 197-241.
40. Azevedo, Torquato Peixoto de. “Dos mosteiros, igrejas, hospitais e capelas que Guimarães... p. 353.
41. Araújo, Maria Marta Lobo, “Os Hospitais na Idade Moderna: uma realidade plural”, in Araújo, Maria Marta Lobo (coord.), *Os Hospitais Portugueses Da Idade Médias aos dias de hoje*, V.N. Famalicão, Edições Humus, 2022, pp. 56-57.
42. Rodrigues, Teresa Ferreira, “As estruturas populacionais” ... pp. 197-241.
43. Rodrigues, Teresa Ferreira, “As estruturas populacionais” ... pp. 197-241.
44. Rodrigues, Teresa Ferreira, “As estruturas populacionais” ... pp. 197-241.
45. Rodrigues, Teresa Ferreira, “As estruturas populacionais” ... pp. 197-241.

NUNO BAPTISTA *

Epidemias em Braga na Época Moderna (1550–1650)

*
Mestrando em História
na Universidade do Minho.
baptistasaraiva97@gmail.com

Nota Introdutória

Se a situação vivida nos anos passados (2020 a 2022) com o Covid-19 se aparentou para todos nós como uma situação verdadeiramente inesperada, à qual estiveram intimamente ligadas medidas como confinamentos e estados de emergência, entre outras. Estas tiveram o intuito de retardar ou mesmo impedir a propagação da doença, tal como ocorria para o período em estudo com as devidas diferenças.

Seja como for, para um qualquer indivíduo do século XVI ou XVII, principalmente se este habitasse numa das poucas cidades existentes em Portugal nessa época, a ocorrência de uma epidemia seria vista como uma ocorrência relativamente comum e teria em princípio maior incidência quanto maior fosse o aglomerado populacional, em que, portanto, as poucas cidades portuguesas acabavam por ser assoladas por epidemias tão variadas como tifo, varíola ou mesmo sarampo¹. Todas estas doenças eram endémicas² no Portugal de então pelo que a cidade arquiépiscopal de Braga não seria de modo algum uma exceção³ como se pode perceber através dos vários estudos que se focam nas epidemias vividas noutras cidades portuguesas.

De qualquer forma, mas obviamente com meios muito diferentes uma vez que o desenvolvimento teórico e científico sobre a origem e propagação das doenças seria muito menor⁴, já nos séculos XVI e XVII o ser humano tentava de todas as formas curar ou pelo menos aliviar aqueles que contraíam determinada doença epidémica, sendo que, para o período em questão a maior parte da população, devido à sua pobreza, acaba por poder apenas recorrer ao serviço das Misericórdias, entrando inclusive pobres do meio rural para a cidade à procura desse apoio⁵.

Mas, para uma época em que como se pode facilmente compreender, acabava por ser mais valiosa a prevenção do que propriamente o tratamento da doença que ainda é pouco eficaz tal como já foi mencionado, essa prevenção era responsabilidade do poder local⁶. E, para Braga apesar da importância do Cabido da Sé e do Arcebispo⁷, a Câmara surge como o órgão responsável por proteger a cidade em tempo de peste, como aliás, ocorria em praticamente todos os aglomerados populacionais do país. Assim, acabaria por ser a Câmara com o seu juiz (de fora ou ordinário) e vereadores a tomar as principais decisões no que diz respeito à prevenção e diminuição da propagação de epidemias⁸ pelo que os livros de atas preservados até aos dias de hoje acabam por conter preciosas informações sobre as medidas tomadas⁹ nesses tempos de crises epidemiológicas. Apesar disso, quando ocorriam epidemias de maior gravidade eram muitas vezes os próprios vereadores a abandonarem a cidade¹⁰, juntamente com os mais endinheirados, rumo ao campo onde existiam bons ares e bons cheiros.

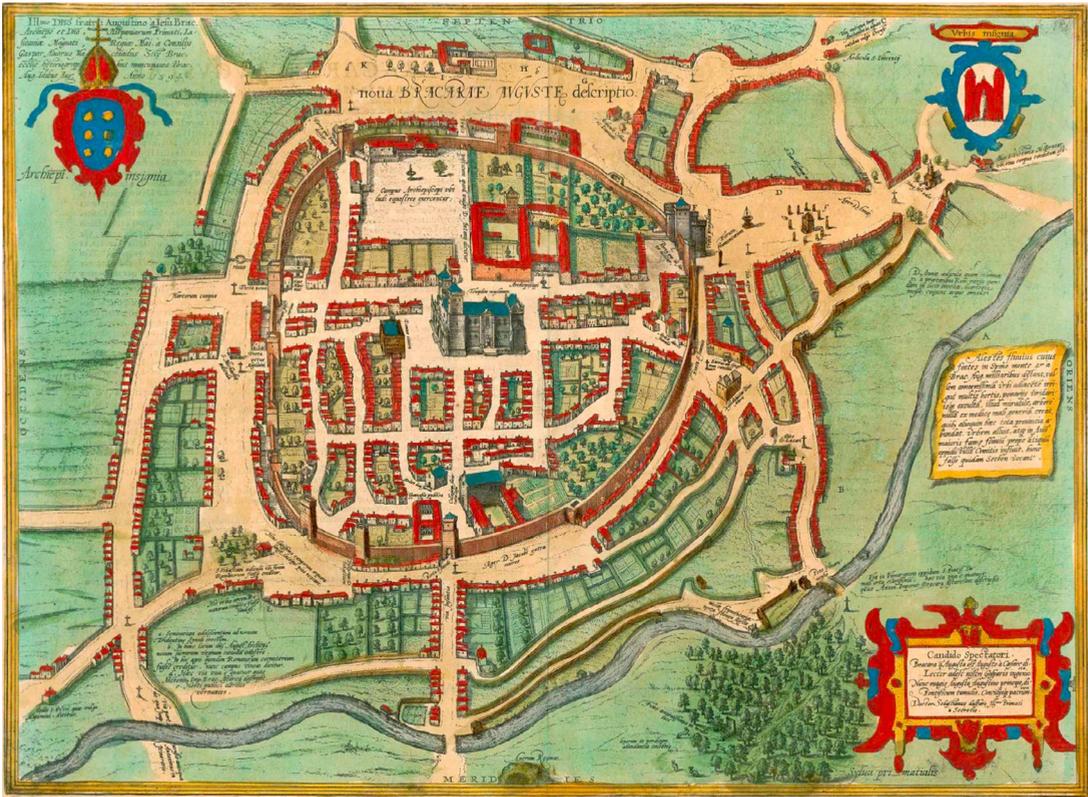


Figura 1
Mapa de Braunio da cidade de Braga (1594)

Fonte: ADB, Mapa da Cidade de Braga de 1594, p. 1.

Assim, pode-se expor este trabalho cuja pretensão é compreender quando ocorreram em Braga os principais focos epidemiológicos durante o já mencionado período compreendido entre 1550 e 1650, até que ponto estes afetaram as populações em termos de mortalidade através da análise dos registos de óbito¹¹ das paróquias (ã altura) já urbanas ou semiurbanas, tendo em conta que primeiro se estudaram os registos de óbito para só de seguida se passar à análise dos livros de atas de vereação da Câmara, uma vez que se pretendia já conhecer os anos de picos de mortalidade antes de se analisar os mencionados livros. Isto, teve como intenção tentar compreender de que doença se tratou, se é que esta foi de todo identificada, que medidas foram efetivamente tomadas contra a mesma, bem como, a partir dos mesmos livros perceber até que ponto estas epidemias afetaram a vivência da comunidade urbana de Braga.

Ainda, antes de se poder passar para o desenvolvimento deste artigo, deve-se explicitar que “informações” sobre o número de habitantes de Braga para o período em estudo são escassas e, a maioria apenas cita o número de vizinhos (tendo que se fazer uma estimativa dos habitantes) como para 1591, ano em que Braga conta com 1724¹² mas em que não se contam os eclesiásticos da cidade. Já em 1640, Braga tem cerca de 12000 habitantes para 3000 fogos¹³.

Fontes e Metodologias Registos de Óbitos

Numa fase inicial e por uma questão metodológica foi decidido recolher os registos paroquiais de óbito das várias paróquias associadas ao centro urbano de Braga (para o período estudado), centro esse que pode ser observado através do magnífico tesouro que é o Mapa de Braunio [Figura 1] de 1594¹⁴. Assim, para o período em estudo, as paróquias recolhidas foram São João do Souto (urbana), Cividade (urbana), Sé (urbana), São Vítor (maioritariamente urbana)¹⁵ e Maximinos (com parte urbana, mas maioritariamente rural).

No entanto, existem para este período limitações que devem ser devidamente expostas e explicadas. Desta forma, deve-se declarar que para o período em estudo, apenas existem registos de óbito relativos ao período anterior ao ano de 1600 para São João do Souto pelo que a investigação para esta fase acabou por ser bastante dificultada. Apesar disso, pôde-se constatar a existência em 1575 de um pico de mortalidade muito acima da média¹⁶, o que faz com que a ocorrência de uma epidemia nesse ano seja muito provável. Mas, para o pico anterior em 1570 temos, ao contrário do que acontece em grande parte dos casos, a certeza de que existiu uma epidemia, uma vez que para esse ano, o pároco assinalou vários óbitos como sendo causados por “peste”¹⁷.

Mesmo assim, até em São João do Souto o registo de óbitos é intermitente para este período uma vez que apenas existem para os períodos (1550–1552), (1566–1577¹⁸) e de 1587 em diante havendo apenas a falta de uma página (frente e verso) em 1616. Quanto às restantes paróquias, para a Sé temos óbitos a partir de 1601, São Vítor a partir de 1607 faltando 1649 e 1650, Maximinos a partir de 1622 e Cividade a partir de 1630.

O objetivo desta recolha foi a contabilização do número de óbitos para cada ano, com o intuito de comparar as mencionadas freguesias e verificar se os ditos picos¹⁹ encontrados coincidiam entre si²⁰. Desta forma, se esses picos coincidiram, é bastante provável que tivesse ocorrido uma epidemia (ou epidemias), na cidade de Braga²¹, para que a mortalidade atingisse em todas as paróquias²² desta, níveis anormalmente altos.

Ainda, deve-se considerar a possibilidade de num ano em que a mortalidade atinge valores anormalmente altos, esse ter sido um ano em que a falta de mantimentos, sobretudo de origem frumentária²³, havia sido também alta o suficiente para debilitar os corpos²⁴ e expô-los a todo o tipo de doenças mesmo que não chegasse a ocorrer um fenómeno epidemiológico *per se*.

Seja como for, este método comparativo²⁵ tem o objetivo de limitar o mais possível qualquer tipo de interferência de outro tipo

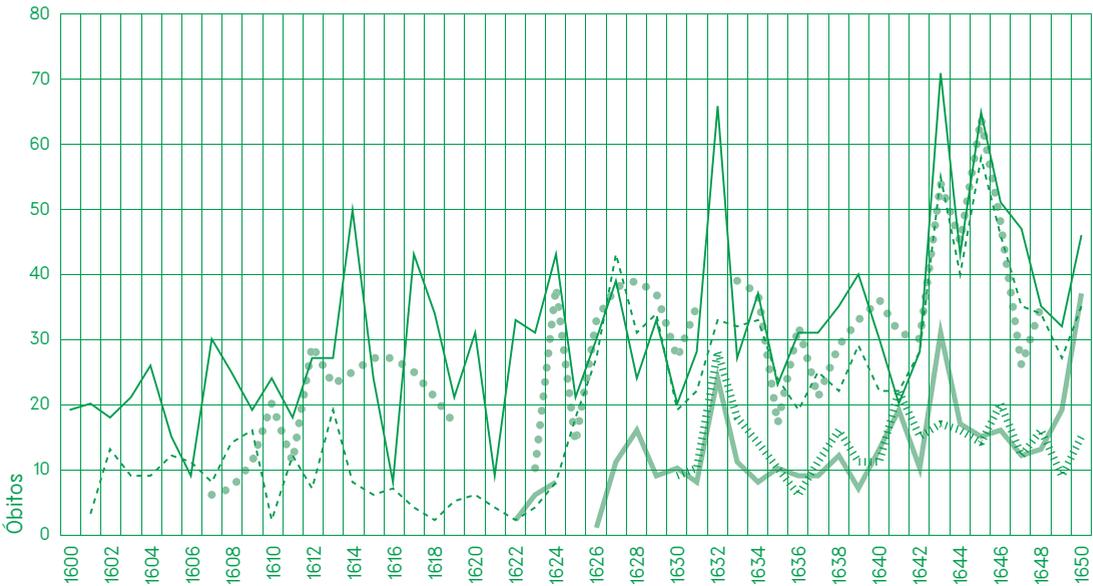


Gráfico 1

Registos de óbitos de São João do Souto, São Vifor, Sé, Cidade e Maximinos, na cidade de Braga, entre 1600 e 1650

- São João do Souto
- São Vifor
- - - - Sé
- Cidade
- Maximinos

Fontes: ADB, Livro Misto de São João do Souto 1597-1610, n.º 4; ADB, Livro Misto de São João do Souto 1611-1620, n.º 5; ADB, Livro Misto de São João do Souto 1622-1629, n.º 6; ADB, Livro Misto de São João do Souto 1630-1634, n.º 7; ADB, Livro Misto de São João do Souto 1635-1643, n.º 8; ADB, Livro Misto de São João do Souto 1643-1649, n.º 9; ADB, Livro Misto de São João do Souto 1649-1661, n.º 10; ADB, Livro Misto de São Vifor 1607-1620, n.º 1; ADB, Livro Misto de São Vifor 1623-1632, n.º 3; ADB, Livro Misto de São Vifor 1633-1642, n.º 4; ADB, Livro Misto de São Vifor 1643-1655, n.º 5; ADB, Livro Misto da Sé 1601-1642, n.º 1; ADB, Livro Misto da Sé 1642-1657, n.º 2; ADB, Livro Misto da Cidade 1630-1645, n.º 2; ADB, Livro Misto da Cidade 1645-1688, n.º 3; ADB, Livro Misto de Maximinos 1622-1635, n.º 1; ADB, Livro Misto de Maximinos 1635-1640, n.º 2; ADB, Livro Misto de Maximinos 1640-1648, n.º 3; ADB, Livro Misto de Maximinos 1648-1653, n.º 4.

de causas, para que ocorram os já referidos picos de mortalidade. Concluindo, pode-se auferir que a probabilidade de ter ocorrido de facto uma epidemia nesses anos mencionados²⁶ é muito alta, uma vez que muito dificilmente se poderia tratar de qualquer outro fenómeno, tendo também em conta que para o período em questão seria muito difícil senão quase impossível travar a progressão de uma doença epidémica a partir do momento em que esta já se encontra na cidade.

Assim, pela leitura do **Gráfico 1** pode-se facilmente perceber a existência de vários picos de mortalidade. Um primeiro pico de menor importância ocorre logo nos anos compreendidos entre 1612 e 1614, existindo ainda um segundo, já maior em 1624 e logo de seguida outro em 1626. De seguida existe um pico enorme de mortalidade em 1632 que ocorre em todas as freguesias do centro urbano de Braga.

Ainda, ocorrem outros dois praticamente seguidos em 1643 com uma descida da mortalidade em 1644 e novo pico logo no ano seguinte de 1645 sendo que o cômputo do estudo termina em 1650, ano em que novamente a mortalidade se encontra em subida em todas as freguesias, mas em que não se podem tomar quaisquer conclusões sem perceber o que aconteceu nos anos seguintes. Seja como for, e tendo em conta que a maior parte dos picos de mortalidade ocorrem após 1620 e que apenas em 1630 se tem dados para todas as freguesias foi decidido expor com maior resolução essa fase temporal através do **Gráfico 2** uma vez que para esta altura já existem registos para todas as paróquias estudadas pelo que este gráfico tem como principal função, servir de compendio ao gráfico 1 (de resolução mais ampla), tendo em conta que as referências são as mesmas em ambos os gráficos.

EPIDEMIAS EM BRAGA NA ÉPOCA MODERNA

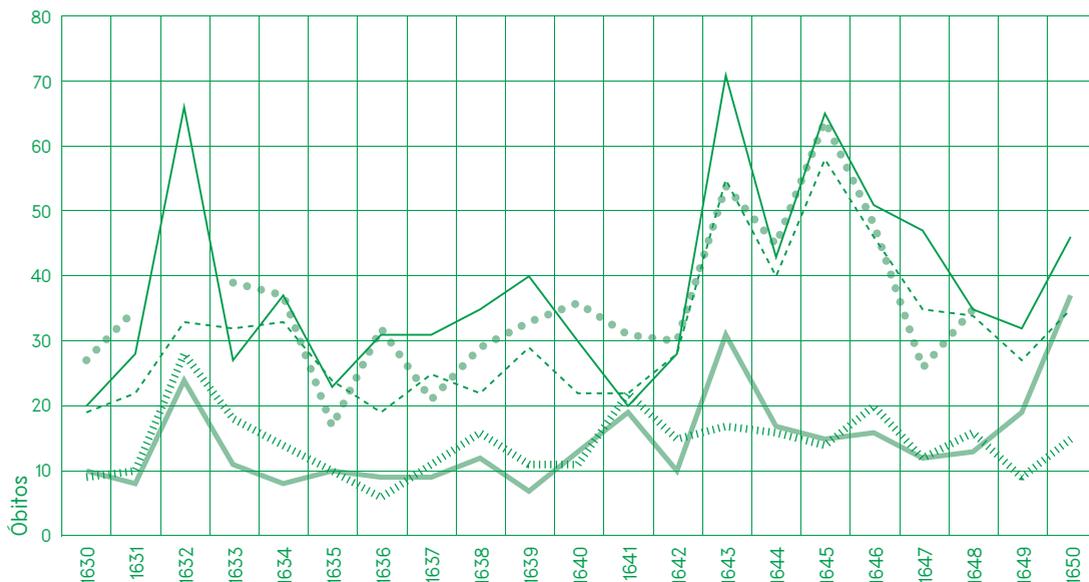


Gráfico 2

Registos de óbitos de São João do Souto, São Vitor, Sé, Cidade e Maximinos, na cidade de Braga, entre 1630 e 1650

— São João do Souto
●●● São Vitor
- - - Sé
..... Cidade
- - - Maximinos

Fonte: Conferir Gráfico 1

Livros de atas de vereação

Partindo de onde se ficou no ponto anterior, pode-se dizer que sabendo os anos em que houve maior mortalidade, pode-se de seguida consultar os livros de atas de vereação da Camara de Braga, com o intuito de perceber através das suas diretrizes o que de facto ocorreu, isto é, verificar através destes livros a existência de uma epidemia, através de fatores como a existência de autos de peste, de nomeação para cargos como guarda-mor da saúde ou mesmo de outras medidas tomadas que estivessem indiretamente relacionadas a uma epidemia, tal como proceder à limpeza das ruas da cidade ou haverem instruções para guardar os animais que tanto as maculam²⁷, entre outras medidas, que deveriam constar dos já mencionados livros.

Mas, um fator que muito dificultou esta pesquisa teve que ver com o facto de muitos livros de atas de vereação terem desaparecido ao longo do tempo sem que se saiba de todo o que lhes aconteceu, podem ter sido perdidos pelos seus responsáveis, roubados ou terem sofrido quaisquer outras vicissitudes que causaram irremediavelmente a sua destruição. De qualquer maneira, o que importa é que faltam os livros de atas de vereação para as seguintes datas:

- Entre 1 de Janeiro de 1552 e 2 de Janeiro de 1554
- Entre 16 de Dezembro 1557 e 1 de Janeiro 1561
- Entre 10 de Agosto de 1561 e 27 de Novembro de 1562
- Entre 13 de Maio de 1563 e 1 de Janeiro de 1565
- Entre 1 de Setembro de 1569 e 27 de Julho de 1571
- Entre 23 de Agosto de 1574 e 1578

- Entre 1 de Janeiro de 1585 e 1 de Janeiro de 1591
- Entre 21 de Novembro de 1601 e 6 de Agosto de 1610
- Entre 16 de Julho de 1615 e 6 de Abril de 1618
- Entre 13 de Setembro de 1620 e 17 de Fevereiro de 1623
- Entre 12 de Fevereiro de 1631 e 30 de Dezembro de 1633
- Entre 18 de Novembro de 1635 e 10 de Maio de 1647

Como se pode observar, faltam livros de atas para extensos períodos dentro dos limites temporais desta investigação, mas seja como for, os livros de atas disponíveis foram consultados para, tal como foi referido se poder encontrar as referências a “peste” anteriormente especificadas mas, foi decidido que para melhor explicitar até que ponto esta falta de livros pôde afetar a perceção do período em questão, uma vez que por vezes faltam as fontes que poderiam confirmar definitivamente a existência, ou não, de epidemias nos períodos de maior mortalidade.

Apesar disso, pode-se afirmar que os picos existentes para a qual não existem livros de atas de vereação são de demasiada importância pois ocorrem em todas as freguesias do centro urbano ao mesmo tempo e com número de mortos bastante acima da média para todas as paróquias, pelo que se pode, mesmo assim, concluir que só num cenário de epidemia ou de fome extrema²⁸ é que tal poderia ter ocorrido. Em todo o caso, foi decidido expor o **Gráfico 3** para que se possa melhor compreender a ligação entre os picos de mortalidade existentes e os anos em que existem livros de atas, tendo em conta que este gráfico tem as mesmas referências para os registos paroquiais de óbito como os gráficos 1 e 2, ao que se acrescenta os livros de atas de vereação.

Desta forma, e como se pode perceber, neste **Gráfico 3** apenas está presente o período entre 1600–1650. Tal acontece porque para o único pico de mortalidade encontrado para o período entre 1550–1600 não só existem livros de atas como estes já foram transcritos para a publicação *Brácara Augusta*, encontrando-se devidamente analisados num artigo da autoria de *Maria Cristina de Almeida e Cunha*²⁹. Mas, mesmo assim, foi decidido que a transcrição do auto de peste presente nesse mesmo ano de 1573 devia estar presente neste estudo, uma vez que infelizmente para o período entre 1600 e 1650 não se encontrou nos livros de atas qualquer auto de peste, apesar de se terem encontrado como será demonstrado adiante várias medidas de índole sanitário³⁰ possivelmente ligadas à ocorrência de uma epidemia.

De qualquer forma, através da análise do auto de peste de 1573³¹ [**Gráfico 2**] pode-se perceber que medidas tomavam e como agiam os vereadores nesse contexto.

Assim, no auto de peste de 1573, feito a partir de uma reunião ocorrida não na Casa da Câmara mas nos Paços Arquiepiscopais, situados no local onde hoje se situa a Reitoria da Universidade do Minho, o Arcebispo Dom Frei Bartolomeu dos Mártires (1514–1590)

EPIDEMIAS EM BRAGA NA ÉPOCA MODERNA

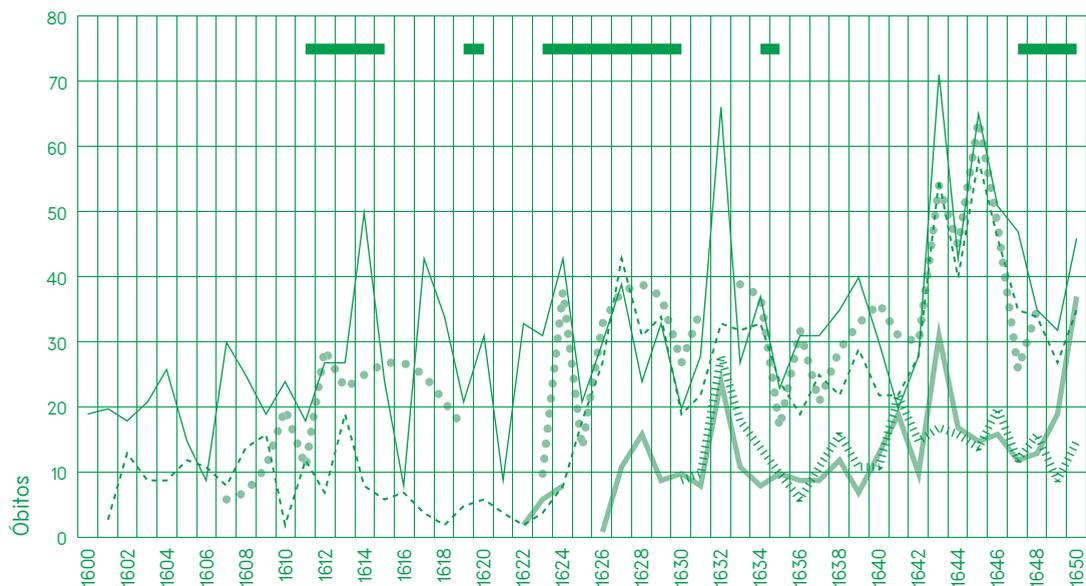


Gráfico 3

Relação entre a mortalidade e a existência de livros de atas

- São João do Souto
- São Vitor
- - - Sé
- ||||| Cividade
- Maximinos
- Anos com Atas de Vereação

Fontes: ADB, Livro Misto de São João do Souto 1597-1610, n.º 4; ADB, Livro Misto de São João do Souto 1611-1620, n.º 5; ADB, Livro Misto de São João do Souto 1622-1629, n.º 6; ADB, Livro Misto de São João do Souto 1630-1634, n.º 7; ADB, Livro Misto de São João do Souto 1634-1643, n.º 8; ADB, Livro Misto de São João do Souto 1643-1649, n.º 9; ADB, Livro Misto de São João do Souto 1649-1661, n.º 10; ADB, Livro Misto de São Vitor 1607-1620, n.º 1; ADB, Livro Misto de São Vitor 1623-1632, n.º 3; ADB, Livro Misto de São Vitor 1633-1642, n.º 4; ADB, Livro Misto de São Vitor 1643-1655, n.º 5; ADB, Livro Misto da Sé 1601-1642, n.º 1; ADB, Livro Misto da Sé 1642-1657, n.º 2; ADB, Livro Misto da Cividade 1650-1645, n.º 2; ADB, Livro Misto da Cividade 1645-1688, n.º 3; ADB, Livro Misto de Maximinos 1622-1633, n.º 1; ADB, Livro Misto de Maximinos 1633-1640, n.º 2; ADB, Livro Misto de Maximinos 1640-1648, n.º 3; ADB, Livro Misto de Maximinos 1648-1655, n.º 4; AMB, Livro de Atas de Vereação 1610-1613, n.º 29; AMB, Livro de Atas de Vereação 1613-1615, n.º 30; AMB, Livro de Atas de Vereação 1618-1620, n.º 31; AMB, Livro de Atas de Vereação 1626-1635, n.º 33; AMB, Livro de Atas de Vereação 1647-1651, n.º 34.

afirmava que, sabendo que a peste ia em crescimento na Galiza se nomeassem dois guarda-mores da saúde porque os juízes que entretanto serviam nesse cargo não podiam mais servir porque entretanto tinham muito trabalho nos seus cargos pelo que por sugestão dos vereadores que o Arcebispo aprova se nomeiem para guarda-mores da saúde Manuel Luís e António Pinto, ambos cidadãos ou seja, pessoas cujos comandos fossem cumpridos pela população sem qualquer lamúria. E, ainda bem que o Arcebispo tomou esta decisão de nomear guardas-mores da saúde, porque tendo em conta o pico gigantesco de mortalidade que ocorre entre 1574 e 1576 pode-se facilmente concluir que a epidemia não só chegou a Braga como teve para os habitantes desta cidade, consequências desastrosas.

De facto, a eleição de um guarda-mor da saúde é dos primeiros sinais de uma possível epidemia, pois temos de ter em atenção que a existência deste é de cariz excecional, tendo estes a tarefa de organizar e orientar a cidade para pôr em prática as medidas preventivas ou para minimizar os efeitos destas quando a epidemia já se encontra disseminada.³²

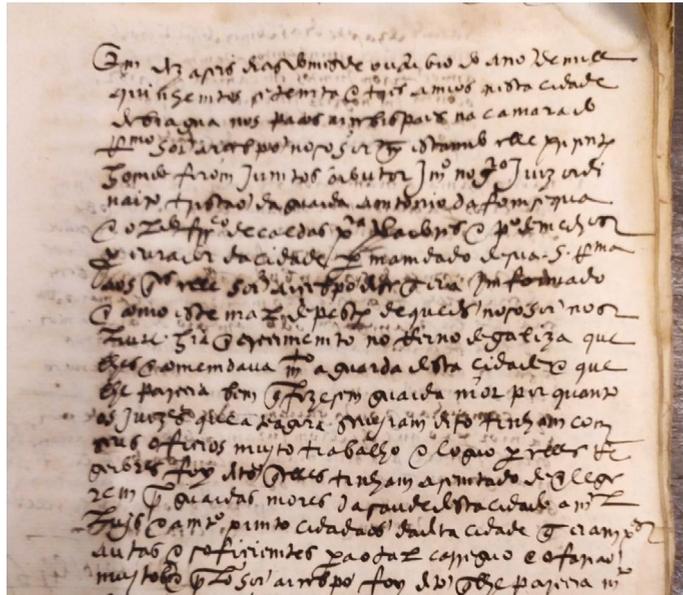
Já quanto ao período entre 1600 e 1650, para os primeiros 20 anos, nem existem picos de mortalidade nem nos livros de atas de vereação existe qualquer diretriz que possa ser interpretada como confirmação de que haveria uma epidemia na cidade. E, para o período entre 1620 e 1650, para os três grandes picos de mortalidade existentes (1632, 1643 e 1645) não existem em nenhum destes casos livros de atas de vereação para o período correspondente.

Mas, apesar de tudo, pode-se perceber através de outras fontes³³ que o ano de 1644 foi muito complicado para Braga

Figura 2

Auto de Peste de 13 de
Outubro de 1573 (detalhe)

Fonte: AMB, Livro de atas de
vereação 1571-1574, n.º 24, fl. 100



(encontrando-se este mesmo no meio do período de maior mortalidade (1643-1645)) e, também os anos de 1635 e 1647/48³⁴ acertam em cheio em períodos imediatamente seguintes a momentos de mortalidade bastante acima da média e onde o caos e a histeria deveriam estar em níveis tenebrosos.

Ou seja, nos anos de 1647/48 nada se encontra nos já mencionados livros de atas que confirme a existência de uma peste, mas, de facto temos vários indícios de que a fome por falta de pão se fazia sentir na cidade, sendo os cereais um elemento de suma importância na dieta alimentar.

Tudo isto ao mesmo tempo que grande parte das medidas discutidas pelos vereadores têm que ver com a guerra da Restauração de forma direta e indireta como é melhor exemplo o aumento dos impostos tal como ocorre com a décima em 15 de Julho de 1647³⁵, a muito maior vigilância e verificação de que estes são pagos até porque no 6 de Julho de 1647 (13v) é lançada uma diretriz que proíbe a venda de vinho sem pagar os seus direitos, sendo logo no dia 10 seguinte presa uma mulher na Rua da Cruz de Pedra por não cumprir essa ordem³⁶.

Já quanto à falta de pão e de outros víveres essenciais, esta pode-se perceber pelo contínuo afixamento dos preços para que estes não aumentem em demasia tal como ocorre a 17 de Julho de 1747 (20) com a carne de boi e de vaca, a 7 de Agosto (21 e 21v) com o vinho, tendo em conta que já no dia 13 de Julho havia sido dada a ordem para que o preço fixado pelo pão parasse de ser cobrado e se começasse a pagar o pão pelo seu peso.

Mesmo assim, esta diretriz estava continuamente a ser de novo emitidas, sinal que não eram cumpridas surgindo ainda em 28 de Março de 1648 (57v) novamente ordem para que o pão fosse

vendido ao peso. Estas medidas parecem não resultar pelo que a 15 de Julho de 1648 o preço do pão de trigo é fixado em 11 vinténs³⁷. De qualquer forma tirando estes sinais evidentes de fome, o único outro sinal existente da possibilidade de peste neste período é uma ata que dá conta que a 31 de Outubro de 1648 os vereadores se refugiam nas suas quintas nos arredores da cidade (como já foi citado anteriormente).

Assim, tirando estes pequenos e corriqueiros fatores já mencionados, nos livros para o período entre 1600 e 1650 nada mais que poderia ser interpretado como possivelmente relacionado com epidemias se pode constatar devendo-se notar que inclusive as medidas relativas ao afixamento de preços e de fuga dos vereadores apesar de reveladoras de tempos difíceis e em que a fome muito provavelmente estava instalada na cidade, estas medidas não podem ser conclusivas no que diz respeito a existir ou não uma epidemia na cidade de Braga quando estas são tomadas.

Conclusões

Chegando-se a esta fase do estudo convém fazer uma conclusão sucinta, mas que ao mesmo tempo permita que se compreenda totalmente, que resultados se puderam produzir através das do estudo das fontes e do emprego das metodologias utilizadas para as esmiuçar.

Assim, pode-se concluir como se pôde ver ao longo deste estudo que existiram anos em que a mortalidade foi muito superior (por vezes chegando a mais do dobro do que era habitual) que nos restantes anos. E, se para o caso do já mencionado pico de 1573 foi possível examinar os livros de atas de vereação e constatar que de facto ocorreu uma epidemia, precisamente porque o poder local, a câmara teve de lidar diretamente com a mesma produzindo as diretrizes necessárias para proteger a cidade e a sua população, nem neste caso (nem em nenhum outro) se conseguiu identificar a doença que estava a causar as mortes.

Seja como for, e tendo em conta que não se conseguiu para mais nenhum dos picos de mortalidade encontrados, perceber se de facto ocorreu uma epidemia, uma vez que para a maior parte destes (1632, 1643 e 1645) faltam os livros de atas. No entanto, tentou-se perceber através de uma análise mais aprofundada (perceber se existem alturas do ano com mais mortes, se há muita diferença entre o número de homens falecidos e mulheres ou se se pode verificar a existência de mortes na mesma família/rua) dos registos de óbito para os anos em que houve os referidos picos se, mesmo assim se consegue concluir se existiu ou não um fenómeno epidemiológico.

Desta forma, deve-se declarar que para estes três períodos não parece existir nem uma altura do ano com uma mortalidade

absoluta que a faça destacar das restantes, nem parece existir um sexo mais afetado que o outro e, nem tão pouco parece haver casos de mortes ocorridas nos mesmos dias ou em dias próximos para a mesma rua/família. A inexistência de qualquer um destes fatores parece tornar a ocorrência de uma epidemia pouco provável, mas, no entanto, existe um fator ainda a explorar, é que, pela análise cuidada destes registos de óbitos e tendo em conta que são extremamente raros os casos em que os párocos apontam a idade do falecido. Assim, torna-se muito complicado tirar quaisquer conclusões do registo de óbitos sem contar com as já retiradas.

Finalmente, deve-se acabar este estudo afirmando que apesar da grande dificuldade que se pode ter para encontrar informação para períodos tão recuados, não se deve em algum momento deixar de tentar produzir algum tipo de conclusão com a documentação existente. E, para este caso apesar dessas limitações, não deixou de se conseguir averiguar os momentos principais do período estudado (1550–1650) em que a cidade de Braga foi assolada por fomes e epidemias sendo que toda esta fase final do século XVI é uma fase extremamente difícil para praticamente todo o país, tendo este sido assolado por fomes e consequentemente por epidemias visto que os corpos estão fracos e sem resistência, sendo que, apesar de a situação não ser tão gravosa na primeira metade do século XVII como havia sido para os 50 anos anteriores, o começo a partir de 1640 da Guerra da Restauração (1640–1668) veio de facto agravar a situação, e terá sido este fator a produzir o grande período de mortalidade em Braga entre 1643 e 1645, sendo este o maior período de mortalidade na cidade na primeira metade do século XVII, existindo no entanto em 1632 e prolongando-se até 1634 um intervalo de tempo em que a mortalidade, apesar de não atingir as dimensões do período atrás mencionado, foi também um período em que a população bracarense andou de “mãos dadas com a morte” querendo-a largar mas temendo sempre o seu regresso.

Por fim, deve-se simplesmente declarar que apesar não se conseguir estudar tão bem este período para a cidade de Braga devido ao facto de as fontes chegarem aos nossos dias em menor quantidade, como aliás acontece na maior parte dos aglomerados urbanos portugueses para a mesma época, mesmo assim, acabam por se conseguir tirar conclusões relevantes, pelo que, estudos deste tipo, devem ser encorajados apesar das barreiras que inevitavelmente se encontrarão.

Notes

1. Araújo, Maria Marta Lobo de, “Gente pasmada: febres contagiosas, apegadiças e sumárias na Braga Moderna”, in Martins, Manuela; Rodrigues, Eloy (coord.), *A Universidade do Minho em tempos de pandemia: Tomo I: Reflexões*, Braga, UMinho Editora, 2020, p. 174.
2. Araújo, Maria Marta Lobo de “A ronda da morte: as epidemias na Idade Moderna em Portugal”, in Korndörfer, Ana Paula; Brum, Cristiano Enrique de; Rossi, Daiane; Fleck, Eliane Cristina Deckmann (coord.), *Em tempos de pandemia: reflexões necessárias sobre saúde e doenças no passado e no presente*, São Leopoldo, Oikos, 2021, p. 17.
3. Rodrigues, Teresa Maria F., “Um caso de mortalidade diferencial urbana: a Lisboa dos séculos XVI a XIX”, in *Revista da FCSH*, n.º 9, 1996, p. 397.
4. Rodrigues, Teresa Maria F., “Um caso de mortalidade diferencial urbana ...”, p. 396.
5. Araújo, Maria Marta Lobo de, “Gente pasmada: febres contagiosas, apegadiças ...”, pp. 182–183.
6. Oliveira, António de, *Capítulos da História de Portugal*, vol. III, Viseu, Palimage Editores, 2015, p. 620.
7. Senhor temporal de Braga desde o final do século XI (por doação de juro e herdade do Conde Dom Henrique) até 1790, com um breve interregno no século XV em que a cidade foi pertença da Coroa.
8. Araújo, Maria Marta Lobo de “A ronda da morte: as epidemias na Idade Moderna em Portugal”, in Korndörfer, Ana Paula; Brum, Cristiano Enrique de; Rossi, Daiane; Fleck, Eliane Cristina Deckmann (coord.), *Em tempos de pandemia: reflexões necessárias sobre saúde e doenças no passado e no presente*, São Leopoldo, Oikos, 2021, p. 22.
9. Araújo, Maria Marta Lobo de, “Gente pasmada: febres contagiosas, apegadiças...”, p. 179.
10. Arquivo Municipal de Braga (doravante AMB), *Livro de Atas de Vereação 1647–1651*, n.º 34, fls. 82–82v–83
11. Tendo em conta o período recuado em estudo (1550–1650), não haverá um registo completo de óbitos para todas as paróquias.
12. Rodrigues, Teresa Ferreira, “As estruturas populacionais”, in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal*, vol. III: No alvorecer da modernidade, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993, p. 223.
13. Rodrigues, Teresa Ferreira, “As estruturas populacionais” ..., p. 233.
14. Praticamente na data intermédia do período em estudo.
15. A sua população urbana é muito maior que a rural pelo que a parte rural afeta muito pouco a estatística, devendo-se ter em conta que para o período em questão, eram incluídas em São Vitor também as atuais freguesias/paróquias de São Lázaro e São Vicente criadas em 1748 e 1942, respetivamente).
16. Como foi dito anteriormente, quando se faz menção a picos de mortalidade acima da média ou extremamente altos, essa menção é feita tendo em conta a proporção e nunca o valor absoluto.
17. Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Livro Misto de São João do Souto 1566–1578, n.º 2, fls. 7v–8.
18. O ano de 1578 está incompleto pelo foi decidido não o contabilizar.
19. Anos em que ao examinar o gráfico se pode notar uma mortalidade muito maior que nos anos restantes.
20. Precisamente, haver os já mencionados picos de mortalidade nos mesmos anos para as diferentes paróquias, tendo em conta que os picos são avaliados em proporção e nunca em valor absoluto uma vez que assim, como é aparente, as paróquias com mais habitantes teriam picos maiores.
21. A partir do momento em que se exclui outros fatores como as mortes ocorridas em contexto militar, tendo em conta que para o período em estudo, apesar das guerras em que Portugal estava envolvido (30 anos, Restauração), a cidade nunca foi “atingida diretamente”.
22. Deve-se ter em conta que nesta consideração se excluem as paróquias que para os anos em questão contenham lapsos no registo de óbitos.
23. Araújo, Maria Marta Lobo de “A ronda da morte: as epidemias ...”, p. 19.
24. Araújo, Maria Marta Lobo de “A ronda da morte: as epidemias ...”, p. 20.
25. Como são estudadas várias paróquias, é mais difícil que existam situações em que ocorrem picos de mortalidade “furtivos”, uma vez que ao estudar várias paróquias, se os mesmos ocorrerem em todas, a probabilidade de não estarem associados a um fenómeno epidemiológico são quase nulas.
26. Em que ocorrem picos de mortalidade para todas as paróquias em estudo.

EPIDEMIAS EM BRAGA NA ÉPOCA MODERNA

27. Araújo, Maria Marta Lobo de
“A ronda da morte: as epidemias ...”, p. 27.
28. Oliveira, António de, *Capítulos da História...*, p. 640.
29. Cunha, Maria Cristina Almeida,
“Saúde Pública e Assistência em Braga no século XVI”, in Atas do III Congresso Histórico de Guimarães — D. Manuel e a sua Época, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, p. 421.
30. Araújo, Maria Marta Lobo de,
“Gente pasmada: febres contagiosas, apegadiças ...”, p. 180.
31. Cunha, Maria Cristina Almeida,
“Saúde Pública e Assistência em Braga ...”, p. 421.
32. Araújo, Maria Marta Lobo de,
“Gente pasmada: febres contagiosas, apegadiças ...”, p. 180.
33. Araújo, Maria Marta Lobo de,
“Gente pasmada: febres contagiosas, apegadiças ...”, p. 179.
34. Araújo, Maria Marta Lobo de,
“Gente pasmada: febres contagiosas, apegadiças ...”, p. 183.
35. AMB, Livro de Atas de Vereação 1647-1651, n.º 34, fls. 17-17v-18-18v
36. AMB, Livro de Atas de Vereação 1647-1651, n.º 34, fl. 14
37. AMB, Livro de Atas de Vereação 1647-1651, n.º 34, fl. 72v

ANA MARGARIDA PEREIRA DE SÁ *

Epidemias em Barcelos (1600–1650)

*

Licenciada em História
pela Universidade
do Minho estando a
frequentar o Mestrado
em História na mesma
instituição.
pereirasa27@gmail.com

Introdução

Durante a época moderna, Portugal foi assolado por múltiplas epidemias¹. Foram cíclicas e repetidas ao longo dos séculos, umas com maior gravidade do que outras, afetando inúmeras cidades e vilas um pouco por todo o país. Em alguns casos particulares, foi possível identificar inúmeras doenças epidémicas, como tifo, febre-amarela, varíola, tuberculose, malária, sarampo e peste bubónica, para além de outras doenças do foro digestivo e respiratório².

Com vidas curtas e difíceis, e apesar da dureza do quotidiano, as pessoas preocupavam-se com a sua saúde: procuravam bons ares, iam para o campo em tempos de peste, tentavam resguardar-se do frio...³. Infelizmente a doença em corpos débeis era mortífera, pois a pobreza nutricional favorecia o alastramento das epidemias⁴. Num tempo em que a medicina não se encontrava evoluída ao ponto de combater eficazmente as doenças, a mortalidade era extremamente elevada. Estima-se que por cada mil indivíduos morriam anualmente entre 30 e 40, sendo a esperança média de vida à nascença muito baixa, em torno dos 30 anos⁵. Assim, a morte era apenas um mero acontecimento banal, por mais lamentável que fosse.

As epidemias surgem muitas vezes aliadas a crises de subsistência, que são recorrentes ao longo do século xvii, sendo estas uma consequência da chamada “pequena idade do gelo”⁶, que remonta já aos finais do século xvi, momento em que o clima se torna mais frio e mais pluvioso, com chuvas fora do tempo⁷. Isto significa que as colheitas ficavam comprometidas e, pelo facto de estas chuvas surgirem fora do tempo habitual, acabavam por colocar toda a produção agrícola em risco. Numa época em que as técnicas de conservação dos alimentos eram limitadas ou inexistentes, a falta de alimentos “frescos” produzia inevitavelmente fomes de diferentes níveis de gravidade. Ora, estas fomes estavam quase sempre associadas a uma maior facilidade de aparecimento e propagação de epidemias, uma vez que os corpos fragilizados do ponto de vista nutricional não permitiam que o sistema imunitário dos indivíduos os protegesse dessas doenças com a mesma eficácia existiria quando a produção agrícola era abundante.

Estas pestes produziam enorme mortandade tanto no espaço urbano como no rural, se bem que, sem dúvida alguma, na cidade seria bem maior do que no campo, devido a diferentes fatores, apesar de todos estarem de uma maneira ou de outra, relacionados com a maior densidade populacional das cidades. Desta forma, pode-se declarar que, quanto maior a densidade populacional, mais facilmente se propagam as doenças. A salubridade dos aglomerados urbanos também reduzida numa época em que não havia cuidado com a limpeza das ruas, o que facilitava o aparecimento e propagação das doenças. Deve-se ter em conta

que, na época moderna, a maioria das ruas e praças das cidades não eram pavimentadas, nas quais animais circulavam livremente; devido à inexistência de saneamento os dejetos humanos eram depositados ou mesmo atirados para as ruas, juntando-se à restante imundície de origem animal. Esses animais transportavam grandes quantidades de parasitas (pulga, carraça, piolho) que, quando transitavam para os humanos, contribuíam para a propagação de diversas doenças como foi o caso dos surtos de peste que assolaram o país⁸.

Este estudo visa analisar as crises de mortandade ocorridas na (ã altura) vila condal de Barcelos, entre 1600 e 1650. Estudar este núcleo urbano é de grande importância, pois estamos perante a sede de um dos maiores concelhos do país, que na época em estudo era muito maior do que atualmente. Incluía, para além do atual concelho de Barcelos (exceto a parte nordeste que pertencia ao termo de Prado) também a quase totalidade do concelho de Vila Nova de Famalicão, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Esposende, bem como todo o concelho de Viana do Castelo a sul do Rio Lima.

Nesta investigação, o que se pretende é analisar pormenorizadamente todas as epidemias passíveis de serem encontradas. Nem sempre é possível encontrarmos registos das mesmas, pois em períodos de grande azáfama e tumulto, muitas vezes os registos perdem-se, não chegam a ser elaborados ou encontram-se em más condições de conservação. Por isso, qualquer sinal de possível epidemia será analisado em consonância com a demais bibliografia, mas deixando-se a ressalva de que este trabalho tem como princípio a análise integral das fontes que são sem dúvida o pilar da investigação, tornando-se um instrumento imprescindível para a construção desta narrativa histórica de vertente social.

Para esta investigação foram consultadas as atas de Vereação dos livros n.º 1 (1628-1632), n.º 2 (1632-1635) e n.º 3 (1635-1640) do arquivo da Câmara Municipal da Cidade de Barcelos. À atualidade só chegou documentação a partir do ano de 1628, o que restringe o campo de trabalho. Todavia sabe-se bem que elas já existem desde o século XIV por lei régia de Afonso IV (1291-1357)⁹, mas, por perda ou estrago, os mesmos não podem ser consultados¹⁰. Através das mencionadas atas, o objetivo passou por identificar e, acima de tudo, entender contextos pandémicos em Barcelos, e compreender todas as medidas públicas e políticas empregadas na contenção de surtos epidemiológicos. Também foi constatada a inexistência de atas camarárias entre os anos de 1640 e 1644, tratando-se assim de lacunas lamentáveis, pois nestas poderiam surgir informações bastante preciosas para esta investigação.

Para este artigo, foram ainda consultados os livros de óbito das paróquias de Barcelos, Barcelinhos e Vila Cova (por estar no limite do concelho e mais perto do mar). Este cruzamento de dados entre as atas de vereação e os registos de óbito permitiu encontrar algum indício de ocorrência de peste, pois o meu principal intuito

era encontrar anos de picos de mortalidade para assim averiguar se estes são coincidentes com anos de existência de epidemias. Constatou-se que para certas datas em que terão ocorrido possíveis epidemias, não existem os dados de óbitos correspondentes, o que, apesar de ser uma lacuna, também pode significar a ocorrência de uma epidemia, uma vez que, com o pânico e azáfama, nem havia o tempo para comunicar ao pároco a enorme quantidade de óbitos ocorrida ou, também existia a possibilidade de o próprio pároco haver falecido ou encontrar-se refugiado no campo.

Pestes em Barcelos na Idade Moderna (1600-1650)

A peste, a doença, a epidemia na época moderna chega por mar ou por terra. Em Portugal, chegava através das fronteiras terrestres do Algarve, do Alentejo, das Beiras, de Trás-os-Montes e do Minho. Havia quase sempre um sinal de alarme e as comunidades entravam em situação de grande consternação, encerrando-se portas de urbes, que passavam a ser defendidas por homens armados¹¹, porque a peste significava frequentemente a morte. As comunidades, quando sabiam que a peste estava por perto, ou que tinha chegado por mar ao porto um barco com indivíduos infetados, em terra, preparava-se de imediato a defesa das comunidades. A Câmara, numa primeira fase, tentava impedir que a peste chegasse ao seu concelho, e depois, numa segunda fase, quando a peste já se encontrava no concelho, procurava atenuar as suas consequências.

O concelho de Barcelos, situado na estrada do principal Caminho de Santiago português, era (e continua a ser) um importante local de comércio no seio do Minho¹², abrangendo uma área gigantesca para a época, limitado a norte pelos concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima, a nascente pelo Couto de Prado, Braga e Guimarães e a poente pelo Oceano Atlântico¹³. Para além disso, este concelho é banhado por vários rios e ribeiros, destacando-se o facto de a cidade ser banhada pelo rio Cávado¹⁴, que era navegável o que permitia que a cidade funcionasse como um importante local de desembarque de mercadorias vindas do estrangeiro.

Consultando as atas de vereação, constata-se que o primeiro sinal de peste surge na reunião camarária do dia 25 de outubro de 1630, para tratar “Sobre a pesonha e lej sobre isso” que em Milão causou muitas mortes¹⁵. Face ao cumprimento do Regimento que o poder central passara para que fossem tomadas as diligências necessárias para prevenção da epidemia. Foi decidido que se apregoasse pelas ruas da cidade e também em Fão, onde se localizava um porto de mar, que os estrangeiros que por lá estivessem fossem levados ao Juiz de Fora para se averiguar a sua proveniência e o que estavam a fazer na cidade. Na ocasião, foram escolhidos quatro homens para

guardas da saúde da vila e do termo (por não haver ainda neste momento um guarda-mor da saúde).¹⁶

No dia 29 de Outubro de 1630, foi eleito o guarda-mor da saúde um tal Belchior Machado por um tempo útil de um mês (que poderia, se necessário, ser renovado ou confiado a outro indivíduo), bem como um “guarda pequeno” para o arrabalde da Cruz, a entrada da Porta Nova e para Barcelinhos. Deviam fiscalizar quem entrava e saía da cidade e, para esse efeito, visitar as estalagens e vendas todos os dias¹⁷. Sempre que houvesse um alarme local de peste, a primeira medida a tomar seria nomear o guarda-mor da saúde, um homem respeitado localmente e com uma certa ascendência social para que as suas ordens fossem cumpridas, tinha de ser um homem com disponibilidade, com capacidade de atuação, tinha de ser influente localmente, de ser um indivíduo com experiência na governação local¹⁸.

No dia 9 de Novembro, foi decidido que o guarda-mor fizesse visitas sanitárias a todas as casas e arrabaldes sem exceção “[...] elles juiz e vreadores *que* elle Guarda mor/ fassa logo *com* muita diligencia corra todos os moradores/ desta villa guarde cada hum per sua vez Comesan/do nas ultimas Casas dos aRabaldes até entrarem/pellas Ruas da villa [...]”.¹⁹

A epidemia encontra-se no livro de António de Oliveira (1931-2021), onde não só em Barcelos, como em Portugal se tomam medidas de vigilância contra os “estrangeiros inimigos de Espanha” que chegam a Portugal, que eram tidos como difusores de peste, a fim de não espalharem o “pó” da peste, como haviam feito em Milão²⁰. Entende-se que o facto de existir um auto de peste acerca da epidemia de Milão na cidade de Barcelos, com o propósito de se tomarem as devidas medidas de contingência, permite presumir-se que tenha a ver com o facto de o rio Cávado ser nesta altura navegável até Barcelos. Em 1738, os barcos iam de Fão, na foz do rio, até Vilar de Frades (uma légua a montante de Barcelos)²¹. Pelo rio Cávado exportavam-se algumas das principais produções da região dada a proximidade do mar e o facto de este trazer a Barcelos povos estrangeiros, era natural que houvesse um medo de contágio, pois muitas das maleitas chegavam essencialmente por mar. Este fator que explica o anúncio na paróquia de Barcelos da epidemia de Milão e que se procedesse à rusga de todos os visitantes que acolhia, pois, como refere Laurinda Abreu (n. 1960), mais do que proteger em terra, deve-se olhar para o mar²². Assim, segundo António de Oliveira, o comércio e a migração são fatores que influenciam a propagação de doenças infecciosas²³, sendo então necessário proceder a uma vigilância mais ativa, pois quando se sabia que alguém estava infetado, a comunidade entrava “em sufoco” e o terror espalhava-se nas aldeias e nas cidades.

Outra situação que parece indicar a ocorrência de uma epidemia tem que ver com a proibição, por parte do governo camarário, da lavagem de roupa no chafariz do campo da Cruz e no da Porta

EPIDEMIAS EM BARCELOS



Gráfico 1

Registos de óbitos de Barcelos, Barcelinhos e Vila Cova

..... Vila Cova
 Barcelinhos
 - - - - - Barcelos

Fonte: ADB, Livro Misto de Barcelinhos 1606-1645, n.º 1; ADB, Livro Misto de Barcelinhos 1644-1674, n.º 2; ADB, Livro Misto de Vila Cova 1615-1650, n.º 1; ADB, Livro Misto de Vila Cova 1651-1680, n.º 2.

Nova, como de impedir essa água suja de passar na Rua Direita²⁴, no dia 19 de julho de 1631, o que, pode servir de exemplo para se compreender, como a comunidade tentava travar a doença, pois águas paradas, mesmo nas praças e calçadas, eram focos contaminantes e ameaçadores²⁵, daí que o governo camarário tenha decretado, no dia 28 de julho de 1631, canalizar as águas para que, ao invés de “correrem” pelas ruas, fossem guiadas até saírem do muro²⁶.

Como forma de confirmar a existência das referidas epidemias e também para consolidar este estudo, foram consultados os livros de registo de óbito das paróquias de Barcelos, Barcelinhos e Vila Cova, com o intuito de encontrar alguma ligação entre os sinais de peste e possíveis picos de mortalidade, mas a pesquisa foi dificultada pela má condição em que os livros se encontravam e pela falta de dados²⁷.

Foram consultados os registos de óbito com o objetivo de perceber se porventura as medidas preventivas surtiriam efeito, ou se porventura falharam, tendo a epidemia causado grande mortandade. **[Gráfico 1]**

O primeiro livro de óbitos consultado foi o de Barcelos, que apresenta uma média de 21 mortes, entre os anos 1616 e 1624, tendo um ligeiro pico no ano de 1623. Existe uma falha nos livros entre os anos de 1625 e 1628, o que poderá querer dizer algo, pois ao lado, na paróquia de Barcelinhos, houve um pico de 19 mortes no ano de 1627, o que poderá indiciar a presença de epidemia, pois são paróquias vizinhas.

Imediatamente após a lacuna presente nos livros, foi encontrado um surto pandémico em Barcelos, compreendido entre os anos de 1629 e 1630, descrito como garrotilho, também conhecido por difteria ou crup. Em 1631 são encontrados 14 registos

de óbito na paróquia de Barcelos, estando, no entanto, este registo incompleto, uma vez que, apenas principia em Julho de 1631e, por isso, não se consegue chegar a grandes conclusões para esse ano.

Com o avançar da pesquisa, constatou-se a inexistência de assentos de óbito entre os anos de 1637 e 1642, num período de seis anos. Devido a essa lacuna, foram novamente consultadas as atas de vereação desses anos e encontrou-se um auto de peste no dia 8 de julho de 1637, mas, quatro dias antes, no dia 4 de julho de 1637 já tinha sido nomeado o guarda-mor da saúde na sequência do aviso vindo do poder central de que havia peste no reino e ordenava que se fizesse a guarda aos postigos e ruas²⁸. As câmaras tinham o dever de promover a saúde da população²⁹ e, como já anteriormente foi mencionado, o maior sinal de peste ou de uma possível situação epidémica numa localidade corresponde a quando existe uma nomeação para o cargo de guarda-mor da saúde, sendo este um cargo de cariz excepcional e temporário (apenas enquanto durasse a peste)³⁰.

Esse guarda-mor interagia com o poder central, que punha em marcha um conjunto de medidas para que a doença não chegasse à sua cidade ou para que se minimizasse o seu impacto depois de esta estar já instalada. Essas medidas passavam pela lavagem das ruas, cujo pavimento era na maior parte dos casos de terra e por isso era preciso lavá-las e pô-las bem cheirosas, queimando incenso, alecrim, alfazema para criar bons ares³¹; estabelecimento de um horário mais rígido de funcionamento das portas da cidade; impedimento da passagem pelas portas da cidade a quem vinha de fora; inspeção de todos os que entravam, obrigando-os a trazer uma carta de saúde (passada por um “médico” que assegura a saúde do portador), vigilância sobre quem entrava e saía; limpezas das casas, de fontanários públicos³².

O auto de peste só acorreria, já no dia 8 de julho de 1637, tendo sido elaborado devido à peste e males contagiosos que matavam em Málaga, Antequera e outras partes de Sevilha e Andaluzia. Como plano de contingência, foi decidido que se vigiassem as quatro portas da cidade³³. Desta forma, pode-se dizer que as muralhas funcionavam como um cordão sanitário, pois permitiam vigiar e controlar quem entrava e saía da cidade³⁴.

Após o poder local ter interagido com o poder central, o primeiro ordena o encerramento das portas e postigos da cidade, ou seja, vedar a cidade ao exterior, impedindo a circulação de pessoas do interior para o exterior e vice-versa. Foi ordenada a colocação de bandeiras na muralha, sinal de que a cidade estava numa espécie de quarentena, algo comum³⁵. Todavia, sabemos que as cidades e as vilas precisavam de ser abastecidas, tal como as pessoas precisavam de entrar e sair por causa das suas ocupações, sendo que para essas pessoas as portas se abriam mediante a já mencionada carta de saúde ou através de uma autorização das autoridades locais. Estava previsto que “os ditos guarda-mores darão passaportes cada um

pela sua entrada, não consintam entrar pessoas que vieram daquelas partes”³⁶. Portanto, só se passava com autorização das entidades de saúde locais. Todavia os que vinham de fora tinham de provar que se encontravam livres da doença para não infetarem os que estavam dentro de muros, enquanto se estabeleciam quarentenas que impediam as pessoas de contactarem com o exterior.

Apesar da falha nos registos paroquiais entre os anos de 1637 e 1642, que poderia ser considerada normal, até porque estas falhas nos livros de registos paroquiais são bastante comuns, se porventura estivéssemos perante uma possível peste, devido a razões relacionadas com o confinamento, podia não se proceder ao assento de óbitos. Continuando a analisar os livros de óbito de Barcelos, no ano de 1643 só constam 4 assentos de óbito³⁷, sendo que nos anos posteriores verifica-se um acentuado aumento, atingindo o pico no ano de 1646 com 60 assentos de óbito.

Existia, quer por parte do poder central quer por parte das populações, um medo e uma consciência do desastre que seria a disseminação de uma epidemia. Apesar das evidentes lacunas no que diz respeito aos livros de assento de óbitos, foi possível analisar picos de mortalidade [Gráfico 1], que, muito provavelmente, estavam ligados à ocorrência de epidemias. Simplesmente, não se pode declarar mais nada por falta de informação precisa nas fontes analisadas.

Surto de Garrotilho de 1629–1630 em Santa Maria Maior

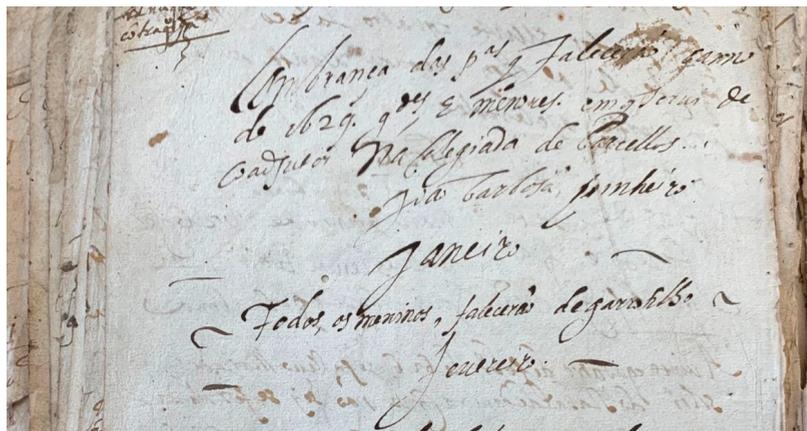
Não desmerecendo as anteriores descobertas, o surto de garrotilho, foi uma descoberta grandiosa, quer pelo facto de para a época moderna raramente sabermos exatamente a doença ou epidemia que provocava os picos de mortandade encontrados nos registos paroquiais de óbito [Figura 1], quer pelo facto de para esta altura, inícios do século XVII, raramente se apontarem os óbitos de indivíduos que ainda não tivessem alcançado a idade adulta. Esta epidemia ceifou a vida a 64 crianças e um adulto em 1629, e 27 crianças e 19 adultos em 1630^{38 39} na paróquia de Barcelos, que à altura era composta por 500 vizinhos⁴⁰. Foi uma epidemia tão devastadora que naquela altura o padre (coadjutor) João Barbosa Pinheiro [Figura 1] teve o cuidado de apontar cuidadosamente todos os indivíduos (crianças e adultos) que faleceram vítimas dessa maleita, e, tal era a mortandade, que, com a azáfama vivida não se tinha tempo para dar o sacramento da Santa Unção “não lhe fizeram bem pella alma o herdeiro [...]”⁴¹

Esta moléstia, o garrotilho, remonta à antiguidade e em épocas⁴² onde os conhecimentos médicos eram menores (em comparação com a atualidade), os diagnósticos eram feitos tardiamente, num

Figura 1

Lembrança das vítimas de Garrotilho

Fonte: ADB, Livro Misto de Barcelos 1574-1637, nº 1, fl. 35v.



estado muito avançado da doença⁴³. Estes motivos faziam com que os médicos não tivessem a capacidade de diagnosticar a patologia, acabando por “colocarem tudo no mesmo saco”, onde “através de sintomas idênticos”, acabavam por se enganar no diagnóstico.

De facto, o garrotilho não é uma moléstia nova no país, pois já fora sentida na região do Alentejo, no primeiro semestre de 1626, havendo dois autos com data de 19 de outubro de 1626⁴⁴. Vitimava sobretudo crianças, tal como aconteceu em Barcelos, provocando graves problemas a nível geracional. No século XVII, publicaram-se algumas recomendações relativamente à moléstia na Península Ibérica, destacando-se Luis Mercado (1532-1611), médico da camara de Filipe II de Espanha e I de Portugal (1527-1598) com a sua coleção “De consultatiombus” em 1620. Dedicou parte da obra ao estudo e descrição de casos de garrotilho, sendo considerado por muitos estudiosos como uma das obras mais completas sobre esta moléstia⁴⁵. Em Itália, com o médico Marco Aurelio Severino (1580-1656), em 1618, escreveu a obra “larynge investigata, connecta crat pituita quadam crustacea, citra ulceris speciem”⁴⁶.

O que é o garrotilho?

O garrotilho tem como seu agente patogénico a bactéria *Corynebacterium Diphtheriae*, cuja transmissão é feita através das vias respiratórias, apresentando a doença sintomas como debilidade, febre, irritação na garganta, inchaço nos gânglios linfáticos, aparecimento de uma membrana grossa esbranquiçada que recobria a garganta e o nariz⁴⁷, Pierre Bretonneau (1778-1862), um médico francês, considerava o garrotilho como uma doença diferente de todas as restantes infeções infantis.⁴⁸

Contexto: onde terá surgido?

Não existe consenso quanto à origem da doença, mas alguns especialistas como Wilhelm Löffler (1887-1972), reconhecem que

a infecção era conhecida no Antigo Egipto, Síria e Palestina⁴⁹. Segundo o “Atlas das epidemias”, existem relatos no século VI, em França, bem como em Roma nos anos de 856 e 1004 e mais recentemente em 1839, segundo Löffler, matando muitos jovens⁵⁰. A primeira grande epidemia de garrotinho que foi devidamente analisada, teve lugar entre os anos de 1562 e 1598 em França, num período de guerras entre católicos e huguenotes, tendo também assolado a Espanha no ano de 1613, ficando este conhecido como o “ano do garrotinho”⁵¹.

Existem vários sinónimos para esta enfermidade, sendo o mais conhecido difteria, mas, segundo António Margarido⁵², na defesa de tese (de doutoramento) sobre o tratamento do garrotinho, na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, em 1868, garrotinho e difteria não são sinónimos, porque representam estados mórbidos diferentes. O garrotinho é caracterizado pela presença da pseudo-membrana na traqueia, o que impede a passagem de ar.

Em termos gerais, pode-se afirmar que o garrotinho tende a fazer mais vítimas quanto maior for a população de um qualquer aglomerado populacional. Às vezes, manifesta-se epidemiologicamente em localidades, podendo invadir uma província inteira, ou aparecer esporadicamente⁵³.

Assim, esta patologia pode ser dividida em três estágios de progressão:

- O 1.º período é caracterizado pela exsudação das vias superiores da digestão e da respiração, na parte posterior da boca, na laringe e no nariz⁵⁴;
- O 2.º é caracterizado pelo espasmo da laringe e por acessos de sufocação⁵⁵;
- O 3.º que é marcado por diversos sintomas de asfixia, culminando na morte⁵⁶.

De notar que esta é uma doença que passa despercebida e é extremamente difícil de identificar e quando de facto chama a atenção dos pais já é por vezes demasiado tarde. Os sintomas recorrentes do primeiro estágio são comuns a muitas outras patologias. Apresenta sintomas como tosse amena, mas particularmente enrouquecida, ligeiros estados febris, dor de garganta, mal-estar, num período inicial que tem a duração de 4 a 5 dias, semanas ou por vezes 24 horas somente⁵⁷. Esta é uma patologia que por vezes ataca o sistema renal, causando insuficiência total, o que é visível através de urinas claras, ácidas e com vestígios de pseudomembranas⁵⁸. No segundo período, os sintomas existentes adensam-se e, por vezes, a criança deixa de comer e beber, o que está ligado ao aumento da febre. Também, vomita muitas vezes materiais como pseudomembranas.⁵⁹ Já no terceiro, são observados sintomas de asfixia, fenómeno referenciado por Jean Bouchut (1818-1891)⁶⁰.

O prognóstico seria sempre gravíssimo, quer pela grande percentagem da mortalidade associada à doença, quer porque eram muito pouco eficazes os tratamentos para a combater. Se a doença for esporádica, é mais ligeira, mas se for observada como uma doença epidémica, como foi caso de Barcelos, então a maior parte dos doentes morre por complicações, como a asfixia, a intoxicação diftérica, o surgimento e agravamento de pneumonia, entre outras causas.⁶¹

Esta é uma patologia que ocorre em qualquer mês do ano, mas tem uma maior incidência nos meses de inverno, meses mais húmidos e frios, sendo este já um período de maior número de infeções a nível respiratório porque as pessoas permanecem mais frequentemente em espaços fechados. O facto de existir na época em estudo uma maior insalubridade nas aglomerações populacionais em nada ajudava, pois nas cidades as habitações estavam próximas e a sujidade era imensa, o que ajudava a espalhar a doença muito mais rapidamente.

Com a descoberta da epidemia de garrotilho, achou-se por bem tentar encontrar vestígios de outras epidemias na paróquia vizinha de Barcelinhos e noutra mais longínqua (Vila Cova), mas nada se encontrou. Não quer dizer não tenham ocorrido, mas as fontes consultadas⁶² não permitem a recolha dessa informação⁶³.

Para se ter noção do real impacto desta epidemia, consultou-se o número de batismos no ano de 1629 na paróquia de Barcelos. Foram batizadas 31 crianças e no ano seguinte 15 crianças⁶⁴, ou seja, o número de batismos não cobre a morte de 91 crianças, trazendo como consequência níveis de fecundidade insuficientes para assegurar a reposição populacional.

Notas finais

Barcelos, como em tantos outros aglomerados populacionais do país, conheceu períodos de “grandes dificuldades” e é bastante provável que tenha sido vítima de mais epidemias para o período entre 1600 e 1650 do que as explicitadas neste trabalho, só que a informação contida nos arquivos e fontes estudadas é escassa e, quando existe, é bastante incompleta. Apesar do conjunto de dados tão restrito, foi possível analisar a forma como o poder camarário agia em períodos mais conturbados através da promulgação de um conjunto de leis e respetivas penas em casos de não cumprimento. Contudo, deve-se ter em conta que a medicina tinha ainda uma resposta insuficiente perante a peste, quer do ponto de vista da cura, quer da sua propagação. Apesar disso, adquiriu-se a consciência da necessidade de tomar medidas preventivas, que começavam com a nomeação do guarda-mor da saúde, que tinha o dever de ativar um conjunto de meios para minimizar o impacto de uma possível epidemia. Apesar de não

sabermos se Barcelos foi assolada pelas pestes mencionadas ao longo do trabalho⁶⁵, com a exceção do garrotilho e do auto de peste do dia 8 de julho de 1637 para o período em estudo, nota-se uma especial preocupação na prevenção da sua propagação, como foi o exemplo da peste em Málaga, Antequera e Sevilha.

Deve ser dado particular destaque aos batismos, numa altura em que a mortalidade infantil era bastante elevada, pelo que, através do estudo e contabilização dos assentos de batismo e dos assentos de óbito, foi possível perceber que, para o caso do garrotilho, o número de óbitos de crianças foi bastante superior ao número de nascimentos, o que deve ter, muito provavelmente, causado uma crise geracional, notando-se que casos deste género devem ter sido mais frequentes que o que se pode afirmar, porque muito poucos são os casos em que em Portugal, se registavam, para o século XVII, os óbitos de crianças com menos de 7 anos.

Notes

1. Na maior parte dos casos, apesar de se perceber que está a ocorrer um ou vários fenómenos epidémicos através do enorme aumento de óbitos nos Registos Paroquiais para determinado período, para esta época é extremamente difícil perceber pela documentação que chegou aos nossos dias qual a maleita em questão. Aliás, tal maleita é quase sempre chamada de peste (quer em registos de óbito quer nas atas de vereação das câmaras) como explicado nas duas obras citadas em seguida em rodapé.
2. Araújo, Maria Marta Lobo de, “Gente pasmada: febres contagiosas, apegadiças e sumárias na Braga Moderna”, in Martins, Manuela; Rodrigues, Eloy (coord.), *A Universidade do Minho em tempos de pandemia: Tomo I: Reflexões*, Braga, UMinho Editora, 2020, p. 174.
3. Araújo, Maria Marta Lobo de, “Gente pasmada: febres contagiosas, apegadiças ...”, p. 174.
4. Oliveira, António de, *Capítulos da História de Portugal*, vol. III, Viseu, Palimage Editores, 2015, p. 633.
5. Rodrigues, Teresa Maria F., “Um caso de mortalidade diferencial urbana: a Lisboa dos séculos XVI a XIX”, in *Revista da FCSH*, n.º 9, 1996, p. 393.
6. Oliveira, António de, *Capítulos da História ...*, p. 635.
7. Araújo, Maria Marta Lobo de “A ronda da morte: as epidemias na Idade Moderna em Portugal”, in Korndörfer, Ana Paula; Brum, Cristiano Enrique de; Rossi, Daiane; Fleck, Eliane Cristina Deckmann (coord.), *Em tempos de pandemia: reflexões necessárias sobre saúde e doenças no passado e no presente*, São Leopoldo, Oikos, 2021, p. 27.
8. Araújo, Maria Marta Lobo de, “Gente pasmada: febres contagiosas, apegadiças ...”, p. 181.
9. Mattoso, José, *História de Portugal: A Monarquia Feudal*, Vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 408.
10. No Arquivo Municipal de Barcelos foi explicado pelo arquivista que lá apenas têm livros de atas de vereação a partir de 1628 e que os anteriores se deverão ter perdido, não se sabendo o porquê.
11. Abreu, Laurinda, “A luta contra as invasões epidémicas em Portugal: políticas e agentes, séculos XVI-XIX”, in *Ler História*, n.º 73, 2018, p. 72.
12. Fonseca, Teotónio José da, *O Concelho De Barcelos de Aquém e Além-Cávado*, Vol. I, Barcelos, Companhia Editora do Minho Barcelos, p. 39.
13. Fonseca, Teotónio José da, *O Concelho De Barcelos ...*, p. 40.
14. Fonseca, Teotónio José da, *O Concelho De Barcelos ...*, p. 41.
15. Arquivo Municipal de Barcelos (doravante AMB), *Livro de atas de Vereação 1628-1632*, n.º I, fls. 113v-114.
16. AMB, *Livro de atas de Vereação 1628-1632*, n.º I, fls. 113v-114.
17. AMB, *Livro de atas de Vereação 1628-1632*, n.º I, fls. 116-116v.
18. Oliveira, António de, *Capítulos da História ...*, p. 622.
19. AMB, *Livro de atas de Vereação 1628-1632*, n.º I, fls. 115v-116.
20. Oliveira, António de, *Capítulos da História...*, p. 610.
21. Barbosa, Teresa, *Cávado: alguns olhares*, Braga, ASPA — Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural, 1994, p. 20.
22. Abreu, Laurinda, “A luta contra as invasões epidémicas em Portugal...”, p. 95.
23. Oliveira, António de, *Capítulos da História...*, p. 619.
24. AMB, *Livro de atas de Vereação 1628-1632*, n.º I, fls. 156-156v.
25. Araújo, Maria Marta Lobo de, “Gente pasmada: febres contagiosas, apegadiças ...”, p. 181.
26. AMB, *Livro de atas de Vereação 1628-1632*, n.º I, fls. 156-156v.
27. Alguns dos livros possuem lacunas entre datas apesar de não evidenciam qualquer tipo de arranque de folhas, pelo que o mais provável é que os óbitos para esses anos ou não foram registados ou foram num outro livro entretanto perdido ou em paradeiro desconhecido.
28. AMB, *Livro de atas de Vereação 1635-1640*, n.º 3, fl. 106v.
29. Oliveira, António de, *Capítulos da História ...*, p. 620.
30. Araújo, Maria Marta Lobo de “A ronda da morte: as epidemias ...”, p. 22.
31. Araújo, Maria Marta Lobo de “A ronda da morte: as epidemias ...”, p. 23.
32. Araújo, Maria Marta Lobo de “A ronda da morte: as epidemias ...”, p. 23.
33. AMB, *Livro de atas de Vereação 1635-1640*, n.º 3, fls. 107-107v e 108.
34. Araújo, Maria Marta Lobo de “A ronda da morte: as epidemias ...”, p. 22.
35. Abreu, Laurinda, “A luta contra as invasões epidémicas em Portugal...”, p. 94.
36. AMB, *Livro de atas de Vereação 1635-1640*, n.º 3, fls. 107-107v/108.
37. Registo de Óbito incompleto.

38. Este ano está incompleto, só indo até Outubro, pelo que não se pode ter noção completa do impacto da epidemia.
39. ADB, Livro Misto de Barcelos 1574-1637, n.º I, fl. 35v-40v.
40. Fonseca, Teotónio José da, *O Concelho De Barcelos ...*, p. 167.
41. ADB, Livro Misto de Barcelos 1574-1637, n.º I, fl. 40v.
42. Desde a antiguidade até à segunda metade do século XIX
43. Margarido, António Joaquim Ferreira, *Breves considerações acerca do garrotinho e especialmente do seu tratamento*, Porto, Typographia da Praça de Santa Thereza, 1868, p. 13 disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/61753>
44. Barbosa, António Maria, *Estudos sobre o Garrotinho ...*, p. 16.
45. Barbosa, António Maria, *Estudos sobre o Garrotinho ...*, pp. 11-12.
46. Barbosa, António Maria, *Estudos sobre o Garrotinho ...*, p. 13.
47. Hempel, Sandra, *The Atlas Of Disease Mapping deadly epidemics and contagion from the plague to the zika virus*, United Kingdom, Quarto Publishing plc, 2018, p. 12.
48. Hempel, Sandra, *The Atlas Of Disease ...*, p. 14.
49. Hempel, Sandra, *The Atlas Of Disease ...*, p. 15.
50. Hempel, Sandra, *The Atlas Of Disease ...*, p. 15.
51. Hempel, Sandra, *The Atlas Of Disease ...*, p. 15.
52. Margarido, António Joaquim Ferreira, *Breves considerações acerca do garrotinho e especialmente do seu tratamento*, Porto, Typographia da Praça de Santa Thereza, 1868, disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/61753>
53. Margarido, António Joaquim Ferreira, *Breves considerações acerca do garrotinho ...*, pp. 45-46
54. Margarido, António Joaquim Ferreira, *Breves considerações acerca do garrotinho ...*, p. 18
55. Margarido, António Joaquim Ferreira, *Breves considerações acerca do garrotinho ...*, p. 18
56. Margarido, António Joaquim Ferreira, *Breves considerações acerca do garrotinho ...*, p. 18
57. Margarido, António Joaquim Ferreira, *Breves considerações acerca do garrotinho ...*, p. 21
58. Margarido, António Joaquim Ferreira, *Breves considerações acerca do garrotinho ...*, p. 20
59. Margarido, António Joaquim Ferreira, *Breves considerações acerca do garrotinho ...*, p. 21
60. Margarido, António Joaquim Ferreira, *Breves considerações acerca do garrotinho ...*, p. 48
61. Margarido, António Joaquim Ferreira, *Breves considerações acerca do garrotinho ...*, pp. 35-36.
62. Registos paroquiais, arquivo da Misericórdia de Barcelos, livros de atas de vereação.
63. Nesta altura nem sempre os párocos, os responsáveis pelo assento dos óbitos, assentavam as mortes das crianças e quando o faziam nem sempre explicavam a causa da morte e, quanto ao arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, os acervos sobre o tratamento de doentes que poderiam fornecer essa informação, infelizmente, no arquivo apenas se encontram os referentes ao século XVIII, tendo os do século XVII provavelmente sido perdidos de forma desconhecida.
64. ADB, Livros de Nascimentos de Barcelos 1613-1638, n.º 2.
65. Apenas possuímos medidas de contenção para uma peste ainda distante

EMANNUEL NASCIMENTO *

Análise breve da medicina popular minhota frente à malária

*
Doutorando em História
na Universidade do Minho.
eusouhistoria@gmail.com

1. Introdução

A malária foi uma doença endêmica em Portugal, e sua erradicação só foi possível graças ao papel das instituições sanitárias e políticas, que a partir de meados do século xx atuaram em conjunto com o conhecimento médico-científico para desenvolver técnicas e métodos eficazes de combate à doença.

Tendo sido uma doença antiga e constante, uma questão se apresentou, sendo o objetivo deste trabalho compreender como as populações do norte de Portugal, mais precisamente da região do Minho, lidavam com a malária antes do século xx?

A região historicamente enfrentou dificuldades económicas e sociais, convivendo com uma doença endêmica sem apoio efetivo das autoridades até às primeiras décadas do século xx. As terapêuticas eram as possíveis, o atendimento médico formal e farmacológico extremamente caro e difícil para a maioria da população¹, assim, o que a maioria da população encontrava como opção para pelo menos diminuir de alguma forma os males do paludismo?

Uma das abordagens possíveis surgiu após a leitura do livro *As Doenças têm História* do historiador Jacques Le Goff. Analisando a morte da rainha espanhola Isabel de Bourbon, em 1611, ele levantou a questão “se a vida de uma rainha não tem preço, que fazem os pobres? Mezinhas, medicina popular, além de misturas e invenções filantrópicas religiosas, garrafinhas de irmãos de mosteiros...”²

Partindo destas questões e da informação fornecida no trabalho de Le Goff, buscamos neste trabalho compreender a medicina popular minhota e quais eram as suas abordagens disponíveis frente à malária para mitigar os efeitos da doença, visto que para uma parte considerável da população seria esse o único atendimento disponível.

Para realizar tal investigação nos debruçamos em uma análise qualitativa interpretativa³ sobre textos de médicos que debatiam sobre a dificuldade de enfrentar o paludismo, sobre o que era a medicina popular, sua eficácia e suas práticas adotadas. Estes textos produziram relatos e análises que permitem compreender estas atividades, que se enquadram muito mais no âmbito cultural do que no médico científico.

O texto “Emboscada do Sezonismo”⁴ de autoria do doutor Fernando Mota Cabral analisa os problemas do combate à malária em 1932, afirmando que ainda eram os mesmos que foram apontados no estudo sobre paludismo de 1903⁵ elaborado pelo Doutor Ricardo Jorge e reafirmados em seu discurso de posse na Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa em 1914.⁶ Sobre a medicina popular minhota encontramos a tese médica Breves considerações sobre a Medicina Popular⁷ de Francisco António Gonçalves apresentada no Ato Grande da Faculdade de Medicina

em 1917 e também o artigo publicado na revista Lusitana de 1931, de autoria dos médicos Alexandre Lima Carneiro e Fernando de Castro Pires de Lima, com o título “Medicina Popular Minhota”.⁸

Assim, esperamos com esse estudo contribuir com uma visão da história da medicina, da cultura regional e de como as populações minhotas resistiram à malária antes do século xx. Uma investigação para revisitar a relação entre povo, sua cultura e a busca por saúde.

2. Medicina Popular

A medicina popular compreende os encantamentos, hábitos e costumes tradicionais relacionados à preservação da saúde e à cura de doenças, praticados atualmente ou no passado, tanto no país quanto no exterior.

Ao longo dos milênios, as pessoas utilizaram plantas, rituais e crenças na busca pela cura das doenças que as afligiam. A medicina popular engloba todas as medidas adotadas pela população para identificar e tratar diversas doenças por conta própria, seja no aspecto físico ou espiritual. Essas práticas baseiam-se na tradição e na relação da população com a natureza, sendo uma expressão cultural das sociedades em que estão inseridas.⁹

Durante milhares de anos, o homem na busca pela manutenção da vida utilizou de plantas, mesinhas, ritos e crenças para buscar conseguir a cura dos males que o afligem. Usando de substâncias, drogas, palavras e magia para obter mais saúde, enfrentou junto dos seus, utilizando da medicina que era possível alcançar.¹⁰

As práticas conceituadas como medicina popular englobam todos os processos e medidas adotadas pelos populares, a fim de identificar e curar várias doenças com seus próprios esforços. Assim, as sociedades desenvolveram soluções contra desordens sanitárias e de moral, buscando curar tanto no aspecto físico, quanto no espiritual.¹¹

A medicina popular é encontrada em todos os continentes, presente nas mais distintas sociedades. Por ser decorrente da ligação humana com a natureza apresenta peculiaridades e semelhanças da vivência de cada grupo. Os povos da antiguidade grega tomavam chás curativos, infusões e emplastos feitos a base de plantas, assim, como povos nativos sul americanos, com ambos cultuando entidades místicas e divindades ligadas à natureza, mesmo afastados por milhares de quilômetros e anos.

Na prática da medicina popular, a responsabilidade da aplicação das terapêuticas recai para pessoas reconhecidas pela própria sociedade como detentoras de saber e referência no uso de tradições. Tendo o respeito de todos os membros, assume perante este grupo o papel de auxílio dos outros membros em identificar doenças, distúrbios e propor tratamentos sejam religiosos e/ou paliativos. Essas medidas se baseiam na tradição e se enquadram

na relação da população com a natureza, estando diretamente relacionada com o seu ambiente.

Para compreender a medicina popular, é necessário voltar às investigações sobre o folclore no século XIX, quando o conceito de “folk” foi instituído por Willian J. Thoms em 1846 para se referir aos conhecimentos tradicionais dos povos. A partir desse período, foram desenvolvidos estudos sobre a medicina popular em diferentes países, com destaque para a Europa e os Estados Unidos. Essas práticas populares tiveram momentos de perseguição e críticas, mas também de aceitação por instituições e profissionais da área da saúde devido ao prestígio que tinham junto à sociedade.

A visão popular do médico e do cirurgião não era muito boa. Eles eram vistos como alguém que causava dor e eram caros. A maneira dos curandeiros [atuarem] era muito mais suave.¹²

No século XIX em Portugal diversas medidas foram adotadas buscando delimitá-las através de estatutos, polícia médica, juntas de saúde e outros órgãos sanitários, mas se mantiveram como resistência cultural, devido aos hábitos coletivos, por interesse de grupos diversos, por medo das práticas da medicina científica e como opção de saúde possível em áreas onde o atendimento médico fosse difícil¹³, caro ou inexistente.¹⁴

No contexto da malária, é interessante observar a convivência entre a medicina popular e a medicina formal. No processo de construção de linhas de telégrafo no interior do Brasil foi formada uma comissão militar médico científica para dar suporte clínico aos trabalhadores das obras que cruzavam os sertões do Brasil, essa comissão liderada pelo Marechal Rondon atuou de 1907 até 1915 e produziu diversas análises.¹⁵ Durante a campanha, os médicos se depararam com diversos conhecimentos e terapêuticas populares aplicados por benzedeiros, pajés e curandeiros, com os quais lidavam e buscavam para além de investigar, utilizar.

A tentativa de compreensão da ‘cultura da malária’ no alto Madeira, revelada nos relatórios e artigos escritos por médicos da Comissão Rondon, provinha dos esforços de ouvir e registrar saberes e práticas da população sob a moldura hierárquica da medicina tropical e da medicina praticada na capital federal. A investigação implicava a interação com o contexto, porém a legitimidade de seus resultados continuaria a ser dada pela autoridade científica dos grandes nomes da medicina e, sobretudo, pelo laboratório.¹⁶

Por exemplo, a quinina, principal remédio utilizado contra a malária na Europa até meados do século XX, foi desenvolvida a partir das práticas de cura nativas utilizadas na América do Sul e na África nos séculos XVII, XVIII e XIX. Essa interação entre

conhecimentos tradicionais e medicina formal foi observada em diferentes culturas ao redor do mundo.

A medicina popular estar relacionada com a cultura e as tradições locais, seja pelos em hábitos, costumes, crenças e ações referentes a cada um destes grupos, e devido a isto, são interpretadas como pertencentes a cultura imaterial, como define a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial adotada pela Unesco no ano de 2003, que são exemplos de patrimônio imaterial: os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, celebrações, as festas e danças populares, lendas, músicas, costumes e outras tradições.

3. Malária no norte de Portugal

A malária foi uma doença endêmica no sul europeu, possuindo relatos literários desde a Grécia antiga, como podemos ver na guerra de Tróia. Em Portugal encontramos diversos relatos a febres e sintomas muito comuns a malária em registros romanos e também da presença Moura na região¹⁷, mas o primeiro grande tratado médico sobre a doença foi elaborado pelo doutor Ribeiro Sanches em 1757, onde fez descobertas, associou a endemia com a cultura do arroz¹⁸ e sistematizou informações sobre a doença no país.¹⁹

No século XIX, houve um aumento nos casos de malária, o que chamou a atenção das autoridades devido ao impacto nas atividades econômicas, como agricultura, extrativismo e transporte, mas somente no século XX foram organizados relatórios, em 1903 e 1906, organizados pelos órgãos de saúde sob coordenação do doutor Ricardo Jorge, contendo análises e planejamentos.

Estes relatórios se inserem no processo de amadurecimento e fortalecimento dos facultativos portugueses, tendo como consequência avanços na área médica e da saúde que alteraram diversos paradigmas sanitários no país.²⁰ Em relação ao sezonismo, os relatórios serviram de base para o processo de combate da moléstia em todo país organizado a partir da década de 30 e que alcançaria a sua erradicação em 1959.²¹

No entanto, antes das descobertas científicas, relatórios, planejamentos e ações que erradicaram a doença em sua forma endêmica de Portugal, a população da região minhota convivia com a malária, ao ponto de ser vista como uma doença comum por clínicos e pela própria população.

De acordo com o médico Fernando Mota Cabral em seu artigo *Emboscadas do Sezonismo*, publicado em 1932 no *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, alguns dos problemas de enfrentar a doença tinham origem na subnotificação dos casos pela falta de procura da população por atendimento e também do próprio desconhecimento dos médicos em identificar os sintomas das enfermidades como sendo casos de paludismo.

Sobre as formas despistáveis [...] alguns casos de sezonismo bem põe em evidência como esse mal tremendo engana. A epidemia exacerbar-se e tomará proporções de catástrofe, se, com olhos de ver, se não encarar o problema sanitário.²²

A sociedade convivia com esse mal e diante disso, traçamos o desafio de encontrar documentos que apresentassem tratamentos locais e populares frente à doença, permitindo aprofundar como era a relação entre a população e sua cultura contra a malária. Dois documentos permitiram abordar terapêuticas de medicina popular. Em primeiro a tese médica de Francisco Antonio Gonçalves de 1917 com o título de “Breves considerações sobre a Medicina Popular”.²³

O outro documento é uma análise escrita em 1931, de autoria dos médicos Alexandre Lima Carneiro e Fernando de Castro Pires de Lima. Neste texto apresentam diversos aspetos destas práticas, explicitando a relação entre a medicina profissional e os agentes que praticavam a medicina popular, demonstrando que ambas coexistiam como práticas de saúde na realidade popular.

Recorrendo às drogas que conhecem ou as que são aconselhadas pelas vizinhas, antes que o médico seja consultado, ou mesmo, sem ele saber no decorrer do tratamento. [...] as bruxas e comadres são pois colaboradoras assíduas dos médicos da província e mesmo dos que fazem clínica nos grandes centros. Os ferradores também são procurados [...] um médico perguntando ao um ferrador quanto devia pelo tratamento de um cavalo que possuía, obteve a seguinte resposta: Para colegas não é nada.²⁴

Foram descritos, como relatos etnográficos, também diversos registos de terapêuticas, apresentando tratamentos e práticas de medicina popular que foram recolhidos pelos autores nas regiões de Caldas da Saúde (Santo Tirso) e São Simão de Novais (Vila Nova de Famalicão), mas sendo citados outras regiões.

A produção da revista Lusitana, bem como deste artigo sobre a medicina popular, se inserem em parte de pesquisas etnográficas produzidas em Portugal nas primeiras décadas do século xx. O estudo sobre os costumes populares atendeu o interesse de produzir uma identidade nacional de acordo com o ideal burguês.²⁵ Apesar de ser uma classe social ascendente e urbana, a burguesia valorizava a ruralidade como padrão para definir quem era o autêntico português.²⁶

Sobre os documentos analisados, a tese do médico Francisco António Gonçalves apresentada na Universidade do Porto afirmou que no interior do país, devido a carência de profissionais e a falta de uma rede de assistência hospitalar acessível, a medicina popular era a única medicina conhecida é possível, mas como médico, uma

dúvida o acompanhava desde o início da faculdade, haveria verdade e utilidade naquelas práticas generalizadas nas aldeias?

Seu trabalho debate sobre as diversas práticas populares, mas seu ponto principal era o papel dos facultativos frente a estes costumes e como as populações desprovidas de atendimento médicos/hospitalares ficavam entregues à própria sorte, dependendo de tratamentos tradicionais sem eficácia comprovada e de atendimentos de caráter religiosos, sendo isso um problema relacionado às questões sanitárias do país.²⁷

No entanto, mesmo com a presença de um médico, este teria a dificuldade de superar problemas económicos e culturais. De acordo com o trabalho do clínico, o atendimento médico era caro em comparação aos “charlatães”²⁸, pois além do custo de seu trabalho haveria o gasto com a medicação, a indicação de cuidados como afastamento do trabalho e a recomendação do uso de uma alimentação regeneradora específica.²⁹ O “curandeiro” possuía um custo menor, aceitava ser pago quando fosse realizada a colheita e sua terapêutica quase não possuía gasto, pois era ministrada com drogas caseiras, ervas locais e rezas. O responsável era alguém conhecido da mesma região, gozando de confiança e prestígio perante a sociedade.

Tinha razão quem disse: “É mais fácil plantar um paradoxo que destruir um preconceito”. “O preconceito é mais que a ignorância porque é estacionário. O homem de preconceitos nega o progresso, nega a instrução, nega a experiência, nega a razão.”⁵⁰

Do ponto de vista cultural, mesmo sem obter a cura, o curandeiro local não era considerado pela população como um enganador, pois ele também utilizava os mesmos métodos, morava no mesmo sítio e apontava outras explicações, mágicas ou não, para o insucesso da terapêutica utilizada. Para muitos populares, quem era visto com desconfiança era o médico, porque muitas vezes era um forasteiro que chegava com novos métodos, tratamentos, exames e remédios baseados em ciência, mas que não faziam o menor sentido para os mais humildes e iletrados.⁵¹

Não é estranhável contudo que o povo preste toda a sua confiança a medicações que médicos de outrora lhe legaram. Mas ao lado deste grupo, já profundamente alterado por circunstâncias variadas, há outro constituído por medicações de invenção popular, embora mais restricto, tendo como característico a variabilidade com a flora de cada região, hábitos, doenças locais, etc. E como estas doenças vão sofrendo modificações de aspecto clínico com o tempo, ou desaparecendo [...] resulta que as mezinhas com indicações específicas persistem, adequando-se a outras doenças.⁵²

Enfatizando a importância dos profissionais de saúde, o autor dizia que a responsabilidade maior para receberem o reconhecimento perante a sociedade era dos facultativos, sendo um caminho para alcançá-lo, o de evitar críticas públicas ao trabalho de outros profissionais de saúde e assumir uma proximidade junto a comunidade onde fosse sua atuação, para isto deveria compreender a medicina popular sem negar sua importância em matéria de sabedoria e conhecimento, um erro que quando cometido, afastava o médico da população. “A medicina popular é cheia de perigos e de ensinamentos. O médico tem o dever de combater os primeiros e aproveitar os segundos”.⁵³

Em relação a medicina popular e suas terapias, os médicos Alexandre Lima Carneiro e Fernando de Castro Pires de Lima⁵⁴, descrevem em seu artigo que em relação às sezões a primeira medida era de atender todos os desejos alimentares que o impaludado tivesse saciado ele estaria curado, sendo o mesmo costume de Trás-os-Montes e também no Algarve.

Em Cabeceira de Bastos na igreja de Santa Senhorinha se encontra o túmulo da santa, existindo uma porta de ferro por baixo, os que buscavam a cura deveriam raspar a pedra do túmulo por baixo, recolher o pó, dissolvê-lo em água e tomar, mas somente teria efeito com os que creem de verdade.

Já em Moncorvo, na sepultura de São Apolinário de Urros deveria ser recolhido a terra da sepultura através dos espaços abaixo do túmulo e misturar em água para servir ao impaludado, que tomando a bebida, com fé, alcançaria a cura. Na região, a crença dos poderes curativos do santo se mantém nos dias atuais, mas com uma alteração no ritual, se antes bastava consumir a terra, atualmente o doente tem de passar por debaixo da sepultura para receber a cura.⁵⁵ “No túmulo de São Apolinário deve-se recolher a terra por um buraco e misturar com água.”⁵⁶

Outros sintomas de paludismo eram febre, dor de cabeça, dores renais e icterícia, todos estes possuindo relatos de como poderiam ser curados, de acordo com a investigação dos médicos Alexandre Lima Carneiro e Fernando de Castro Pires de Lima.

Para a dor de cabeça era fundamental que se esfregasse sebo de cavalo na testa ou deitar sobre compressas embebidas de vinagre. Na região de Ladoeiro poderia ser utilizado também urina. No caso das dores renais eram utilizados banhos de assento de cozimento de chapotes de flor branca, podendo também ser com erva-moura.

Em caso de febres, o uso da água de diabelha era o principal tratamento, mas banhar a barriga com vinagre quente, tomar chás de parietária e banhos com folhas de limoeiro eram remédios eficazes. A icterícia somente seria superada se o utente comesse minhocas assadas, havendo uma outra terapêutica que seria a ingestão de sete piolhos misturados com azeite e alhos.

Outra prática popular minhota, após a divulgação de que o mosquito era o grande vetor de contaminação da malária, era o uso de um dente de alho sob o travesseiro durante a noite poderia afastar os mosquitos, bem como pendurar ramos de plantas aromáticas nas janelas para repelir insetos.

Fica evidente, na análise do texto sobre a medicina popular na região do Minho, a reprodução dos mesmos métodos característicos desta prática, que como regra apresenta uma mistura entre superstição, fé e medicina, como demonstra uma trova popular minhota.

A oliveira do adro,
Ramo dela tem virtude:
Passei por ela doente
e logo tive saúde.³⁷

4. Conclusão

Neste estudo apresentamos algumas das características das comunidades do Minho, em Portugal, diante de uma doença endêmica como foi a malária antes da ação efetiva de combate desenvolvida pelo Estado a partir das primeiras décadas do século xx.

Como explicitaram os médicos dos textos analisados, não se pode defender as práticas da medicina popular como formas de cura científica, no entanto, é fundamental ter efetuado o registo como fonte de dados etnográficos e das relações de comunidades com seus males constantemente presente, o paludismo, sendo uma contribuição para a reconstrução das memórias, das vivências e do cotidiano local.

Com o avanço da medicina, o amadurecimento e a difusão do conhecimento sobre a transmissão e proteção frente à malária somado com a ação efetiva do Estado, fez com que as práticas populares perdessem praticantes, sendo substituídas por intervenções médicas baseadas em evidências científicas. A popularização do tratamento através do uso de medicamentos antimaláricos, como a quinina e, posteriormente, outros remédios mais eficazes, tornou-se o padrão no combate à doença.

O estudo sobre medicina popular minhota fornece um tesouro de práticas e crenças, que se inserem no âmbito cultural, permitindo compreender muito sobre os hábitos dessa população. Não podemos esquecer, nem duvidar, que frente a uma realidade sanitária extremamente difícil, estas medidas desempenharam o papel fundamental de mitigar os efeitos da malária na região, fosse pelo seu efeito de comunidade ou alento pela atenção dedicada aos doentes e seus familiares, uma palavra de alento, uma reza ou restabelecimento da fé em uma cura.

A história da medicina e da saúde é um campo enorme de saberes multidisciplinares, permitindo compreender a vasta forma de agir das pessoas frente uma ameaça à sua saúde e por consequência existência, sendo um relato da experiência humana e o desenvolvimento da medicina ao longo do tempo. Em resumo, a medicina popular minhota enfrentou a malária utilizando plantas medicinais e rituais baseados em tradições e crenças locais. A sua compreensão ajuda a contextualizar a história da doença e a importância da interação entre conhecimentos tradicionais e científicos no enfrentamento de enfermidades.

Notes

1. Mattoso, José Mattoso (dir.), *História da vida privada em Portugal*, vol. 4. *A época contemporânea* (coord. Irene Vaquinhas), Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2011.
2. Le Goff, Jacques, *As doenças têm História*, Lisboa, Terramar, 1997, p. 296.
3. Bardin, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.
4. Cabral, Fernando Mota. “Emboscadas do Sezonismo” in *A Medicina Contemporânea*, 1932.
5. Jorge, Ricardo. *Sobre o Estudo e o Combate do Sezonismo em Portugal*, 1903.
6. Jorge, Ricardo. “La malaria au Portugal: Premiers résultats de une enquête”, in *A Guerra e o Pensamento Médico*, 1914.
7. Gonçalves, Francisco António. *Breves considerações sobre a Medicina Popular*, 1917.
8. Carneiro, Alexandre Lima & Lima, Fernando de Castro Pires de. “Medicina Popular Minhota”, in *Revista Lusitana*, n.º 29, 1931.
9. Black, Wilian George, *Folk-medicine a chapter in the history of culture*, London, Folk Lore Society, 1883.
10. Fontes, António Lourenço & Sanches, João Domingos Gomes. *Medicina Popular Barrosã: Ensaio de Antropologia médica*, Lisboa, Editorial Notícias, 1995.
11. Mustafá, Servidor. *Folk Medicine, Folk Healing**, Halk Tıbbi, Halk Hekimliği, 2001.
12. Walker, Timothy. *Médicos, Medicina Popular e Inquisição: A repressão das curas mágicas em Portugal durante o Iluminismo*, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2013, p. 62.
13. Carvalho, Silva. *História da Medicina Portuguesa*. Lisboa, Imprensa nacional/ exposição portuguesa em Sevilha, 1929.
14. Barreiros, Bruno. “As complexas teias da medicina popular: projecto político e resistências populares em Portugal no século XIX”, in *CEM — Cultura, Espaço & Memória*, 5, 2014, pp. 77-88.
15. Vital, André Vasquez., & Hochman, Gilberto. “Da malária e da ‘corrupção’: medicina e saberes locais no noroeste do Brasil (Comissão Rondon, 1907-1915)”, in *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, vol. 8(1), 2013, pp. 77-94.
16. Vital, André Vasquez., & Hochman, Gilberto, *Da malária e da ‘corrupção’...*, p. 85.
17. Sant’Anna, José Firmino. “Subsídio para a História da Malária em Portugal”, in *Arquivos de Higiene e Patologia Exóticas*, 1925, p. 445-500.
18. Saavedra, Mónica. “Uma questão nacional: enredos da malária em Portugal, séculos XIX e XX”, in *Etnográfica*, vol. 17 (1), 2013.
19. Saavedra, Mónica. “Malária, mosquitos e ruralidade no Portugal do século XX”, in *Etnográfica*, vol. 13. doi:10.4000/etnografica.2545, 2013, pp. 51-76.
20. Mira, Manuel Ferreira de, *História da Medicina Portuguesa*, 1947.
21. Lobo, Ana Rita. *A história da malária em Portugal na transição do século XIX para o século XX e a contribuição da Escola de Medicina Tropical de Lisboa (1902-1935)*. Universidade Nova, Lisboa, 2012.
22. Cabral, Fernando Mota. “Emboscadas do Sezonismo”..., p. 92.
23. Gonçalves, Francisco António. *Breves considerações...*, 1917.
24. Carneiro, Alexandre Lima & Lima, Fernando de Castro Pires de. “Medicina Popular Minhota...”, p. 226.
25. Leal, João. *Antropologia em Portugal: Mestres, Percursos, Tradições*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
26. Cabral, João de Pina. *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Etnográfica Press, 1991.
27. Mira, Manuel Ferreira de, *História da Medicina...*, 1947.
28. Gonçalves, Francisco António. *Breves considerações...*, p. 40.
29. Jean-Michel Lecerf. *Finalités de la recherche en nutrition. Perspectives à partir d’une réflexion historique*. Dans *Sciences sociales et santé* 2016/2 (Vol. 34), pages 37 à 43.
30. Gonçalves, Francisco António. *Breves considerações...*, p. 30.
31. É importante salientar que relacionado às questões sanitárias e às ações empreendidas pelos profissionais desta área, não somente as camadas populares e iletradas tinham desconfiança e até medo das práticas de ciência médica, como explica o historiador José Murilo de Carvalho em sua obra *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República Que Não Foi*, as camadas sociais altas, mesmo com acesso à informação, por questões de tradição e costumes muitas vezes não aceitavam facilmente as políticas sanitaristas.
32. Gonçalves, Francisco António. *Breves considerações...*, p. 33.
33. Gonçalves, Francisco António. *Breves considerações...*, p. 33.

34. Carneiro, Alexandre Lima & Lima, Fernando de Castro Pires de. "Medicina Popular Minhota"..., 1931.
35. Gorbea, Martin Almagro & Benito, José Miguel Sanchez. "El santuario de San Apolinario De Urros: Un territorio sagrado entre Foz Coa y Moncorvo", in *Academia.edu*, 2021.
36. Carneiro, Alexandre Lima & Lima, Fernando de Castro Pires de. "Medicina Popular Minhota"..., p. 237.
37. Carneiro, Alexandre Lima & Lima, Fernando de Castro Pires de. "Medicina Popular Minhota"..., p. 230.

As epidemias na Vila de Fafe na última década de oitocentos e na primeira metade do século xx

*

Licenciada em História pela Universidade do Minho e mestranda em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário na mesma instituição.
ines12malves@gmail.com.

**

Licenciado em História pela Universidade do Minho e mestrando em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário na mesma instituição.
ricardo_castro29@hotmail.com.

Introdução

O interesse da historiografia pelo estudo das epidemias tem crescido, substancialmente, devido às “[...] doenças infecciosas [serem] tão importantes para o entendimento do desenvolvimento social, como as crises económicas, as guerras, as revoluções e as alterações demográficas.”¹ Tal interesse pode ainda ser justificado, pelo facto de que, ao longo do tempo, o Homem ter procurado entender, explicar e enfrentar as diversas enfermidades, que grassaram no decorrer da sua existência.

Com efeito, o objetivo principal do nosso trabalho visa perceber, partindo da imprensa local, e ainda da documentação do Hospital de São José de Fafe, quais as epidemias que assolaram o quotidiano dos fafenses, nos finais do século XIX e inícios do século XX. Ao mesmo tempo, procurámos avaliar o impacto das doenças, quais as medidas tomadas para ultrapassar os períodos de crise, bem como, o papel desempenhado pela dita unidade hospitalar no auxílio à população fafense, através da assistência à saúde, nos períodos visados pelas diversas epidemias.

Para o nosso estudo, socorremo-nos de alguns títulos da imprensa fafense, que constam do acervo do Arquivo Municipal de Fafe, nomeadamente: *O Desforço*, *Justiça de Fafe*, *A Ideia*, *A Democracia*. Os jornais foram consultados no período de 1893 a 1950. A escolha destas fontes prendeu-se no facto de que pretendíamos perceber qual era a visão da imprensa sobre as várias epidemias que grassaram em Fafe, no período em questão. Ao mesmo tempo, a nossa intenção passou por entender qual o estado epidemiológico fafense, na baliza cronologia estabelecida.

Além da hemerografia, consultámos algumas Atas de Vereação da Câmara Municipal de Fafe, do século XIX, de modo a percebermos as decisões que foram tomadas pela autarquia, de modo a prevenir e/ou atuar, em caso de epidemia. Por outro lado, no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Fafe, procedemos à consulta dos Livros de Movimentos de Doentes nas Enfermarias e Livros de Óbitos, na baliza cronológica em estudo. Com esta documentação, a nossa intenção visou perceber de que forma é que esta unidade hospitalar, desempenhou o seu papel, na assistência aos doentes infetados com qualquer uma das doenças, que aqui tratamos.

Por fim, no Arquivo Distrital de Braga, consultámos os Registos de Óbitos na freguesia de Fafe, na última década do século XIX, de modo a aferirmos o impacto que as várias doenças tiveram, na mortalidade, da maior freguesia do concelho. Além desta documentação, verificámos os Registos de Óbitos da Conservatória do Registo Civil de Fafe, para os anos de 1915 a

1921, de forma a traçar o cenário da mortalidade no concelho, aquando da Pneumónica.

O atual concelho de Fafe é um dos 14 municípios do distrito de Braga, integrando a região do Baixo Minho, juntamente com os concelhos de Braga, Barcelos, Vila Nova de Famalicão, Esposende, Amares, Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vizela, Vila Verde, Vieira do Minho, Guimarães e Terras de Bouro.

No século XIX, segundo Artur Ferreira Coimbra, a ainda Vila de Fafe, era composta por 27 736 habitantes, sendo que a grande maioria da população se dedicava à agricultura, com cerca de 70% dos indivíduos ligados a este setor, assumindo-se, assim, como uma região maioritariamente rural. Por conseguinte, a população ligada ao setor industrial, representava cerca de 18% da população ativa da vila. Do setor agrícola, atente-se, resultavam como “[...] principais produtos [...] o milho, o feijão, a batata, o azeite e o vinho.”² O mesmo autor destaca ainda, a preponderância que a criação de gado, tinha na economia fafense, o que já se verificava, pelo menos, desde a Idade Moderna, como atestam as Memórias Paroquiais de 1758, por exemplo.

Durante a centúria oitocentista, mais concretamente na sua segunda metade, Fafe, à imagem dos restantes concelhos minhotos, desempenhou um papel ativo, no que à emigração com destino ao Brasil diz respeito, registando-se elevados números de viagens efetuadas para o dito país. Este contacto com a América do Sul teve um impacto bastante positivo na vila fafense, uma vez que as fortunas amealhadas pelos emigrantes permitiram o desenvolvimento, para além de vários palacetes e casas apalaçadas, de algumas infraestruturas de relevo, tais como o Hospital de São José (1858–1863) e a Santa Casa da Misericórdia, em 1862.

Segundo os registos resultantes da nossa investigação, efetuada na imprensa local, de finais do século XIX, Fafe viu grassar as epidemias de Cólera e Peste Bubónica, sendo estas as principais doenças com maior número de casos, e a Tuberculose, as Bexigas/Varíola e o Tifo, que registaram taxas de incidência menos significativas.

No século XX, as tendências de crescimento populacional e urbanístico continuaram a verificar-se, em Fafe, à exceção do período relativo à Gripe Pneumónica, que teve a sua génese, aquando do término da Primeira Guerra Mundial, tendo atingido, sobretudo, a população mais jovem.

À imagem do século anterior, os anos de novecentos trouxeram para a Vila de Fafe vagas significativas de várias epidemias. De entre elas, destaque para continuidade das epidemias de Tifo e Tuberculose e para o surgimento da Gripe Pneumónica e da Pelagra, tendo estas últimas um impacto bastante relevante nesta vila.

As epidemias na Vila de Fafe durante a última década de oitocentos

Para o estudo das epidemias verificadas em Fafe, na última década de oitocentos, recorreremos à imprensa local, nomeadamente, ao jornal *O Desforço*, por se tratar do jornal mais antigo da vila. O período de análise desta fonte foram os anos compreendidos entre 1892 e 1899. Do mesmo modo, consultámos os Registos Paroquiais, mais concretamente, assentos de óbitos, para os anos de 1890 e de 1899, de modo a verificarmos se, porventura, existiram picos de mortalidade, na altura em que a imprensa noticiava a presença de epidemias na vila de Fafe. Esta consulta, note-se, apenas foi realizada para a Paróquia de Fafe, uma vez que era aquela que, à imagem dos nossos dias, comportava um maior número de indivíduos. Num próximo estudo, poderão verificar-se os dados referentes às restantes freguesias.

Pela análise do **Gráfico 1**, podemos verificar a existência de alguns picos de mortalidade, em 1891, 1893 e 1897, anos em que se registam número elevados de doentes com Peste Bubónica, Varíola, Tuberculose, Cólera e Tifo, conforme atesta a imprensa local e o historiador Daniel Bastos que, na sua obra sobre os 150 anos da Santa Casa da Misericórdia, trabalhou as doenças verificadas no Hospital de S. José de Fafe, entre 1863 e 1911.³

O movimento higienista começou a ganhar voz no século XIX, momento em que as populações começaram a tomar “[...] consciência, pela experiência traumática das sucessivas epidemias, que a prevenção e cada vez mais a higiene eram os meios mais eficazes para lidar com as crises sanitárias em geral e as doenças em particular.”⁴ Esta ideia refletia-se na imprensa, que via na higiene, um fator indispensável para o combater a propagação das doenças. Ao mesmo tempo, segundo Alexandra Esteves e Silvia Pinto, este movimento teve um papel de “catequização” das classes mais baixas, “consideradas perigosas, devido ao seu comportamento tido como promiscuo, imoral e marginal.”⁵

O cenário epidemiológico do século XIX ficou marcado pelo reencontro de velhas doenças, e pelo surgimento de outras. De facto, a imprensa fafense abarca um conjunto de notícias, que corroboram esta afirmação, registando-se a existência da Cólera, doença que surge neste período, bem como, outras moléstias que há muito ameaçavam as populações, e continuavam a ceifar vidas. No conjunto destas últimas, destaque para o Tifo, Febre Tifoide, Varíola, Peste Bubónica e a Pelagra.

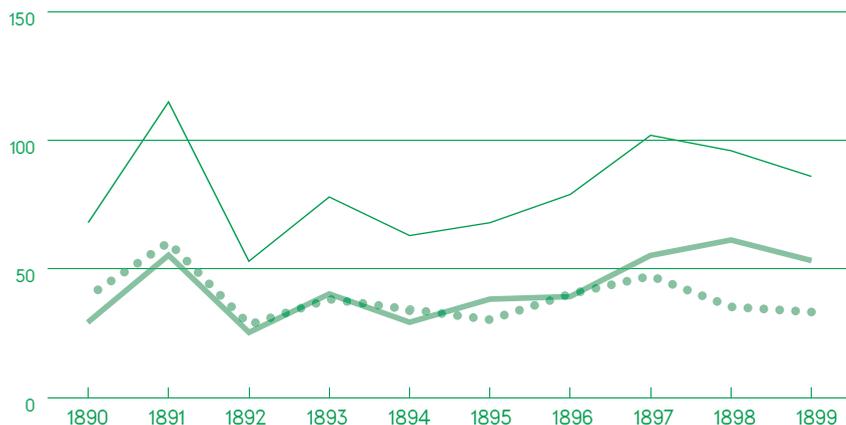
A presença destas doenças em Fafe, pode ser justificada pelo seu contexto geográfico, uma vez que o concelho se localiza no Baixo Minho, região que, João de Meyra apelidava de “terra amaldiçoada”, onde se partilhavam as mesmas dificuldades, no que

Gráfico 1

Número de óbitos na freguesia de Fafe (1890-1899)

● ● ● Homens
— Mulheres
— Total

Fonte: Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Paróquia de Fafe, Registos de Óbitos, 1890-1899



diz respeito às parcas condições de vida, à exposição a doenças e à assistência na doença.

O grosso da população minhota trabalhava no campo, habitando em casas, muitas vezes partilhadas com os animais, onde a limpeza e o asseio não vigoravam. Este cenário de ruralidade, que fazia com que os rendimentos destas populações não fossem suficientes, tornava a alimentação invariável, onde o consumo de carne não era abundante, e a fruta também não constava das suas dietas. A ausência de certos alimentos tornava os indivíduos mais propícios à contração de todo o tipo de enfermidades, que rapidamente evoluíam para cenários epidémicos.

A questão da assistência era, em muitas regiões minhotas, um grave problema, como consta na bibliografia existente. Para além da falta de instituições hospitalares, a carência de profissionais de saúde com o grau de habilitações necessário, constituía um grave problema, levando as pessoas a recorrerem a curandeiros, bruxos e charlatães, cuja presença, segundo Alexandra Esteves, era bastante significativa, sobretudo nas terras mais isoladas do Minho.⁶ A somar a esta problemática, não podemos dissociar o facto da resistência que as populações evidenciavam, face aos cuidados e recomendações médicas.

Apesar do cenário apresentado, Fafe viu surgir nos finais da década de 50 e inícios da década de 60, uma instituição hospitalar “[destinada] a receber em seu seio os pobres della e a todos da comarca especialmente, e os mais finalmente que estejam no caso de receber seus benefícios [...]”, por iniciativa de “emigrantes de retorno definitivo bem-sucedido”.^{7 8} Estes, ainda no Brasil, nomearam uma comissão que ficaria encarregue da administração dos valores amealhados. A sua construção foi iniciada em 1858, tendo sido inaugurado a 19 de março de 1863, dia de São José, seu patrono.

A imprensa fafense, do século XIX, demonstrou, através de várias notícias, que a realidade higienista vivida em Portugal, também se fez sentir na Vila de Fafe. Deste modo, a 27 de julho de 1899,

O Desforço dava conta da existência de uma égua morta, em elevado estado de decomposição, que “coloca em causa as condições de higiene”, uma vez que atrai todo o tipo de animais, cria maus cheiros, tornando-se um possível foco de desenvolvimento de doenças.⁹ Em 31 de agosto, a preocupação com os cadáveres de animais presentes nas ruas, continuava patente nas notícias. Assim, o jornal diz-nos que vários leitores do mesmo informaram a redação, de que existiam inúmeros corpos de cães e gatos em degradação, nas várias freguesias da vila fafense.

Atrás mencionámos que os corpos de animais em putrefação atraíam outros animais. Um bom exemplo desse cenário apresentado, são os cães vadios, cujo elevado número, existente em Fafe, causou alguma preocupação ao veterinário distrital, que emitiu um ofício, tendo este sido lido na reunião da Câmara Municipal, a solicitar a resolução deste problema, através do abate destes animais.¹⁰

As visitas sanitárias aos domicílios, efetuadas em 1899, denunciam o degradado estado de higiene das casas, devido à existência de várias “estrumeiras”, uma vez que as pessoas que lá habitavam, na sua maioria analfabetas, não tinham qualquer tipo de hábitos de higiene. Este contexto doméstico levava ao desenvolvimento de focos epidémicos, no seio destas casas.¹¹

O estado insalubre das ruas da Vila e das terras circunvizinhas tornavam-se, também, num verdadeiro foco de infeção, o que causava preocupação no seio das autoridades sanitárias locais. No lugar da Pica (freguesia de S. Gens), por exemplo, um assinante do jornal *O Desforço*, denunciou a existência de “eidos cevados à margem dos caminhos públicos e no centro daquele lugar”.¹² O mesmo jornal, fala-nos, ainda, que na própria Vila, existiam algumas ruas cujo mau cheiro imperava, tornando-as em verdadeiros espaços anti-higiénicos.¹³

Apesar deste cenário descrito, “a imprensa foi sempre salientando nas notícias”¹⁴ as suas preocupações com a higiene, dando, em várias ocasiões, informações necessárias para que as pessoas adotassem um conjunto de comportamentos, que contribuíssem para o melhoramento da higiene pessoal e pública.

A propósito da Peste Bubónica, aquando do seu aparecimento na cidade do Porto, cujos primeiros casos surgiram em julho de 1899, o jornal *O Desforço*, numa rúbrica intitulada “Conselhos práticos para evitar o aparecimento e combater o desenvolvimento da Peste Bubónica”, publicada nas edições n.º 345, 347 e 348, elencou um conjunto de conselhos de higiene, tendo como finalidade evitar aparecimento e propagação desta doença na vila fafense. Deixamos, assim, alguns desses conselhos: todas as águas potáveis devem ser canalizadas e entregues puras ao consumidor; as ruas devem ser limpas com regularidade; os alimentos devem ser fiscalizados e excluídos do consumo os falsificados e deteriorados; isolamento dos casos confirmados, seguida de uma rigorosa desinfeção da habitação; os esgotos das casas e a canalização pública devem ser

bem lavados e com escoamento; evitar grandes aglomerações em locais pouco asseados ou menos ventilados como as feiras, os teatros e as festas religiosas; os lugares de reunião devem ser evitados.

Em 1897, entre julho e agosto, a “mortandade de crianças [foi] [...] grande, sendo raros os dias em que não [desciam] à sepultura um ou dois anjos”, apenas na Vila de Fafe.^{15 16} As informações recolhidas pelo jornal *O Desforço*, demonstram que o mesmo cenário se verificava nas freguesias rurais. A causa da mortalidade infantil relatada, poderá estar relacionada com alguma epidemia, da qual não se tem conhecimento. Por isso, o jornal avançou com um leque de recomendações às mães, de modo a prevenir a contração de doenças pelos filhos. Assim, recomendava-se a máxima limpeza dos leitos dos filhos, havendo uma grande carência neste aspeto, uma vez que em muitas casas não era possível entrar por falta de limpeza, o que, como já vimos, era propício ao desenvolvimento de várias doenças.

A ausência destes ou doutros cuidados de higiene, mediante cada epidemia, e entre outros fatores, potenciavam o surgimento e o alastrar de várias doenças. Assim, com o propósito de as combater e evitar a sua propagação, foram tomadas várias medidas, por parte das autoridades sanitárias e administrativas que, em alguns momentos, foram alvo de alguma resistência, por parte das populações, uma vez que colocavam em causa o seu sustento, bem como, o seu modo de vida.¹⁷

De entre as ações tomadas pelas autoridades, encontram-se as visitas sanitárias, que em 1893, ano em que a cólera se fez sentir em Fafe, ocorreram em domicílios, estabelecimentos de géneros alimentícios e farmácias, com o objetivo de remover todos os focos de infeção de que se tinham conhecimento.¹⁸ Anos mais tarde, em 1899, realizaram-se novas visitas sanitárias em Fafe, denunciando, novamente, a péssima higiene que caracterizava as casas daquela vila, o que nos permite concluir que não houve qualquer evolução neste campo.

Em agosto de 1899, o Administrador do Concelho instruiu os seus Delegados Rurais de modo que estes se inteirassem e removessem qualquer foco de infeção que aparecesse na vila, ou nas suas freguesias. A mesma entidade solicitou que os párocos fafenses primassem pela limpeza e higiene, e que assumissem um papel educativo sobre as populações, na medida em que tinham o dever de as alertar, através dos seus sermões, para a necessidade da adoção de normas de higiene, limpeza e desinfeção.¹⁹

Por outro lado, a administração concelhia exerceu um papel primordial ao nível da inoculação dos fafenses com a vacina antivariólica, descoberta por Edward Jenner no século XVIII, depois de uma “prevalência maciça da varíola na Inglaterra”²⁰, em igual período. Em Fafe, a administração da vacina ocorria aos domingos de manhã, na sede da administração do concelho, segundo relata a imprensa local onde, em abril de 1899, as crianças foram vacinadas e os adultos revacinados.^{21 22}

Durante a centúria oitocentista, a toma da vacina contra a varíola era obrigatória, de modo a evitar a propagação de uma doença, cujo caráter altamente contagioso assolava a população mundial desde os séculos IV e X na China, Índia e Ásia Menor, e na Europa, desde os séculos XI e XII, devido às Cruzadas.

Em Portugal, as primeiras inoculações com a vacina antivariólica ocorreram em 1799, em Lisboa, ganhando um novo impulso em 1812, aquando da criação da *Instituição Vacínica*, no seio da *Academia Real das Ciências de Lisboa*. A Lei de 18 de setembro de 1844, regulamentada em 1845, determinava que “em todos os concelhos se fará a vacinação gratuita e publica ao menos duas vezes por mez”, sendo que todos os encargos com a vacinação, isto é, o fornecimento do material para o efeito, estava assegurado pelo *Conselho de Saúde Pública*.²³

Em 1899, o Decreto de 2 de março, determinou “[...] a obrigatoriedade da vacinação e revacinação anti-variólica, medida que vem a ser reforçada em 1911, após a implantação da República”.²⁴ Não obstante a sua obrigatoriedade, as populações manifestavam ainda alguma resistência à sua toma. Em Fafe, esta evidência não foi exceção, uma vez que a imprensa local alertou, várias vezes, para o facto de os fafenses não aderirem às campanhas de vacinação. A título ilustrativo dos factos narrados, *O Desforço* noticiou em março de 1899, que a vacina antivariólica não foi aplicada, por falta de comparência da população.²⁵

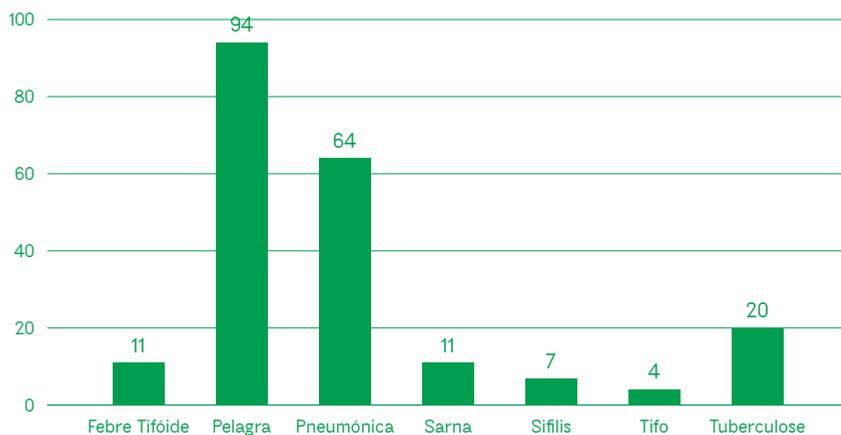
A resistência da população à toma da vacina antivariólica deveu-se a vários motivos, apontados por vários autores. Assim, a mentalidade da população era um dos principais fatores repulsivos, graças às campanhas de desinformação sobre a vacina, em que se afirmava, por exemplo, que o inoculado poderia desenvolver chifres e pelos de vaca, porque, como sabemos, a vacinação era um “caso verdadeiro de varíola [e] havia sempre a possibilidade de isso desencadear um surto mais amplo ou mesmo uma epidemia”.²⁶ De igual forma, a mentalidade católica fez com que as populações acreditassem que a toma da vacina era uma alteração da ordem estabelecida por Deus, conforme afirma Snowden. Por outro lado, acreditava-se que o facto da vacinação ser efetuada no braço, com o vírus vivo, poderia desencadear outras doenças, como é o caso da sífilis. Por outro lado, o próprio Jenner afirmava que a inoculação com a sua vacina era de curta duração o que, como facilmente se depreende, fazia com que a população negasse a sua toma.

Apesar da adoção das medidas supracitadas, a análise da imprensa fafense, bem como das Atas de Vereação da Câmara Municipal, permite-nos avançar com a afirmação de que a autarquia local não teve uma ação absolutamente eficaz na prevenção e combate das várias epidemias que grassaram em Fafe. Os responsáveis camarários eram acusados pela imprensa de nada fazerem em prol da prevenção e combate das várias enfermidades que assolaram a vila fafense, ou de terem uma reação

Gráfico 2

Doenças infecciosas verificadas entre os internados no Hospital de São José de Fafe (1913-1921)

Fonte: Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Fafe (doravante ASCMF), Livros de movimentos nas enfermarias, Livros 2 e 3.



tardia às mesmas, quando há muito vinham a ser avisados da sua proliferação nas regiões vizinhas.

Para sustentar a veracidade da declaração acima proferida, na reunião de Câmara realizada a 2 de outubro de 1893, o vereador João Crisóstomo fez uma interpelação aos membros autárquicos presentes, de modo que fossem tomadas medidas para combater a epidemia de cólera, que assolava a vila fafense.²⁷ Este pedido foi negado pelos demais presentes, tendo esta epidemia vitimado inúmeros indivíduos em Fafe.

Do mesmo modo, podemos ainda confirmar atrasos na tomada de medidas preventivas, constatando que em setembro de 1899, a varíola grassou fortemente em Fafe, o que fez aumentar o número de óbitos no seio das populações adultas e mais jovens. O jornal, causticamente, afirma que “por muitas medidas que se peçam, continuam sem aparecer.”²⁸

De facto, a varíola manifestou-se com alguma intensidade em Fafe, como podemos evidenciar através do jornal *O Desforço*. Assim, em 1895, o jornal noticiava que na freguesia de Armil eram poucas as casas em que não havia “um ou mais atacados”, destacando o cenário de miséria e fome que advinham do alastrar desta doença.²⁹ Para o efeito, foi pedido numa das sessões da Câmara Municipal, qualquer donativo para o auxílio às populações afetadas. Aos mais pobres, predispunha-se, ainda, ao pagamento dos remédios, e de qualquer outro tipo de necessidades.

Anos mais tarde, em junho de 1898, a imprensa regional destacou o alastramento da varíola nos concelhos vizinhos a Fafe. Nessa vila, consta que a epidemia estava a atacar cada vez mais pessoas, sobretudo crianças.³⁰ Em 1899, mais concretamente entre agosto e outubro, a varíola continuava, segundo a imprensa, a grassar em Fafe, dizendo que eram “numerosos casos com que ella se manifesta d’uma forma virulenta”.³¹ A mesma notícia reitera, ainda, a falta de medidas para o combate desta epidemia, que se fazia sentir anualmente naquela vila.

AS EPIDEMIAS NA VILA DE FAFE

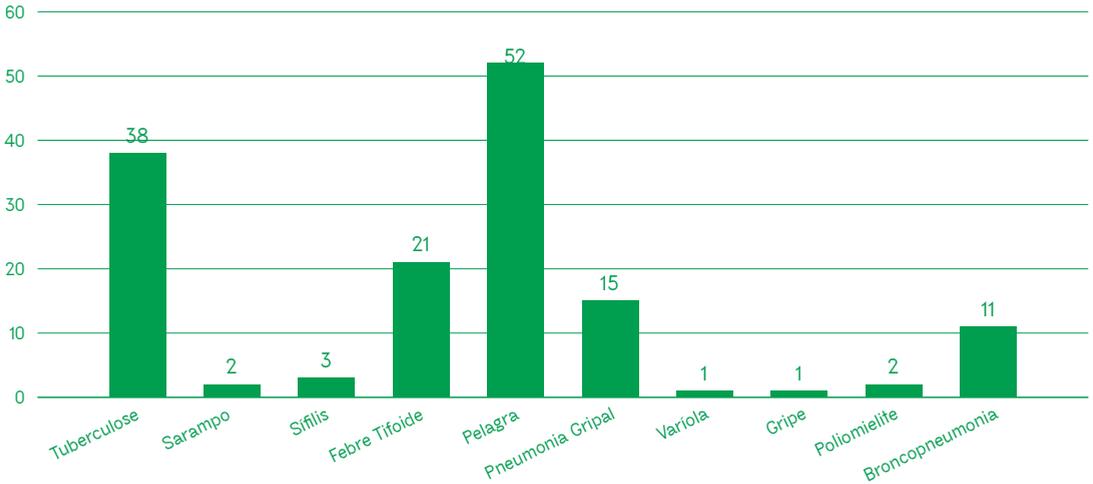


Gráfico 3

Número de óbitos por doenças infecciosas no Hospital de S. José de Fafe (1911-1958)

Fonte: ASCMF, Livros de óbitos, Livros 2, 3 e 4.

Os assentos de óbitos da freguesia de Fafe mostram que no ano de 1899, entre agosto e dezembro, a mortalidade subiu consideravelmente, o que nos leva a crer que, a situação relatada, poderá estar diretamente ligada com o alastramento da varíola na região.

No que concerne à peste bubónica, em agosto de 1899, o seu impacto na população fafense era menor, ao nível dos óbitos, quando comparado com outras regiões de Portugal. Meses mais tarde, em outubro, *O Desforço* relatava que o número de fafenses infetados por esta doença continuava a aumentar. No entanto, o número de casos e de óbitos verificados não era considerado alarmante, mas a doença encontrava-se a progredir com bastante intensidade.³²

Epidemias na Vila de Fafe na segunda metade do século XX

O acesso à documentação do Hospital da Misericórdia de Fafe, constante no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Fafe, permitiu-nos recolher dados suficientes, que nos permitiram traçar o panorama das epidemias que grassaram na Vila de Fafe, na segunda metade do século xx. Assim, é-nos possível apresentar o **Gráfico 2**, onde podemos verificar as enfermidades que predominavam no seio dos doentes que deram entrada no Hospital de Fafe, entre 1913 e 1921.

Apesar destas doenças apresentadas, apenas trataremos com mais afinco, a Gripe Pneumónica e o Tifo Exantemático, na medida em que são aquelas que têm uma maior incidência nos dados que recolhemos. Apesar da relevância da Pelagra, esta será tratada numa próxima publicação.

Além deste gráfico, construímos o **Gráfico 3**, que nos permitiu perceber o impacto que as várias doenças tiveram ao nível da mortalidade, na Vila de Fafe, entre 1911 e 1958. Estes dados, foram recolhidos a partir dos Livros de Óbitos do Hospital de Fafe (n.º 2, 3 e 4).

A disparidade dos valores apresentados em ambos os gráficos, explica-se pela dificuldade que, na altura, os clínicos tinham em efetuar diagnósticos exatos. Como sabemos, em muitos dos casos, as doenças eram mal diagnosticadas, o que levava a tratamentos errados, que poderiam originar a perda do doente.

Tifo exantemático

O Tifo exantemático foi identificado no século xv, tornando-se numa doença “quase endémica”.³³ Esta doença foi batizada com diferentes designações, com o passar do tempo, tais como: febre das prisões, tabardilho, febre das pintas e febre dos navios. Foi, ainda, confundida muitas vezes com a Febre Tifoide, com o Sarampo, Gripe Escarlatina, o que levava a diagnósticos errados e, por vezes, tardios.

No século xix, esta doença afetou todo o Reino de Portugal e, noutros momentos, apenas se cingiu a algumas localidades do mesmo. No século seguinte, afetou, em particular, as regiões do Norte e Centro, tendo sido nesta centúria, mais concretamente nos anos de 1918 e 1919, nos quais terão morrido 1725 e 1252 pessoas, respetivamente, segundo dados apurados por J. A. David Morais. Este cenário levou o médico Ricardo Jorge a “classificar Portugal como um “país tífico”.³⁴

Remetendo agora para a situação verificada em Fafe, evidencia-se uma discrepância entre os dados obtidos na imprensa local e a documentação do Hospital de São José. Assim, a imprensa espelhou o cenário dantesco da evolução da epidemia, quer em Portugal, quer a nível local. Já a documentação da unidade hospitalar fafense, apresenta apenas a entrada de três enfermos contagiados pelo Tifo Exantemático, em 1919.

Em fevereiro de 1918, a imprensa fafense deu-nos conta de que o surto verificado no Porto estava em decréscimo, e que em Fafe não se verificava qualquer tipo de casos de infeção, ainda que ambas as cidades mantenham relações comerciais. O jornal enalteceu a ação do Subdelegado de Saúde e da Câmara Municipal, que faziam cumprir as posturas municipais em vigor. Do mesmo modo, faz-se um apelo à higiene, sobretudo a do corpo, recomendando alguns desinfetantes, como a folha de maçã e o eucalipto. O médico Ricardo Jorge previa, na época, que a doença iria permanecer durante alguns meses. Por isso, as pessoas que residissem no Porto e que se deslocassem a Fafe, tinham a necessidade de efetuar um período de isolamento, devido ao risco de contágio.³⁵

No início de março de 1918, a imprensa enalteceu o papel da Câmara na conceção de medidas para a prevenção do Tifo Exantemático em Fafe, uma vez que o surto verificado no Porto voltou a ganhar preponderância, ameaçando as terras vizinhas.

Com efeito, chegou-se a avançar com a hipótese da edificação de um Hospital destinado a tíficos, ou outra qualquer epidemia, em Fafe, obra que, pelo que sabemos, nunca se verificou. No entanto, *O Desforço* foi informado de que a estação nova dos bombeiros, foi adotada como pavilhão provisório, para acolher os tíficos.^{36 37}

O facto de se querer erigir um novo hospital na vila fafense está relacionado com a falta de meios estruturais e humanos, por parte do Hospital de S. José, à imagem do que acontecia noutras regiões minhotas onde os recursos “para combater a doença escasseavam e os existentes não eram suficientes para responder atempadamente e com eficácia ao desafio que tinham pela frente”.³⁸

Em março de 1918, essa realidade era espelhada pelo *Justiça de Fafe*, que nos informou que o Subdelegado de Saúde fafense “conseguiu a autorização para ser enviada para o hospital destinado aos tíficos naquela cidade [Bragal], qualquer pessoa que seja atacada da referida epidemia, visto tornar-se impossível obter neste concelho aposentos em precisas condições higiénicas para tais doentes.”³⁹

Em igual período, a Direção-Geral de Saúde, atendendo ao impacto que a epidemia estava a ter, enviou a todos os Delegados de Saúde, instruções para se evitar a propagação do Tifo exantemático. De entre elas, destaque para: a vigilância aos forasteiros, mendigos, indigentes e pobres; isolamento dos contagiados, durante oito dias, preferencialmente num hospital, ou noutra local preparado para o efeito e o despiolhamento, com recurso a vários produtos de desinfeção.⁴⁰

A propósito da epidemia de Tifo em Fafe, apelou-se à caridade dos seus residentes, de modo a auxiliar os mais pobres, na medida em que, conforme nos recordaram Alexandra Esteves e Marta Lobo, “o tifo atingiu sobretudo os mais carenciados. Era uma doença oportunista, que tirava partido de contextos adversos, como carência de alimentos, falta de higiene e conflitos bélicos.”⁴¹

O Desforço, entre março e abril de 1918, deu-nos conhecimento relativo às “Obras de caridade contra o tifo”, onde fazia menção às contribuições que vários beneméritos realizarem nesse sentido. Ao todo amealharam-se 2519\$72 em numerário, bem como, se recolheram cerca de 244 bens, que se traduziam em tecidos, roupas usadas, lençóis, mantas e toalhas.⁴²

Pneumónica

A Gripe é uma doença que acompanha o ser humano desde há muito tempo. Contudo, nem sempre mereceu, por parte dos historiadores, a devida atenção, atendendo à sua recorrência e ancestralidade.

No século xx, ocorreram vários surtos de Gripe, com o mais marcante, devido ao seu elevado número de vítimas, a verificar-se em 1918 e 1919, com a Pneumónica. Em alguns países, marcou também presença no ano de 1920, como é o caso de Portugal. Quando nos referimos a esta enfermidade, não podemos dissociar a coincidência cronológica com o final da Primeira Guerra Mundial que, por si só, havia feito milhares de vítimas. Em Portugal, a Pneumónica causou entre 60 e 100 mil mortos, não havendo, no entanto, uma posição consensual entre os diversos autores, sobre o número exato de óbitos registados, no país.

A chegada desta epidemia a Portugal encontrou um panorama deveras complicado, devido à teimosia republicana em fazer com que o país intervisse no conflito, sobre o pretexto de defesa das possessões coloniais, do aumento do prestígio internacional e ainda, da pretensão que tinham em receber despojos de guerra. Se a situação vivida durante a guerra preocupava, o pós-guerra causou ainda mais preocupação, pois, para além das consequências oriundas do conflito armado, teriam de se ver com uma nova batalha, esta contra a Pneumónica. A fome e a miséria verificavam-se em vários pontos do país, onde os bens essenciais escasseavam, havendo a necessidade de serem racionados.

Por outro lado, a Pneumónica coincidiu, em várias zonas do país, com outras epidemias, como é o caso da varíola e do tifo epidémico, o que levava a que os Hospitais ficassem sobrecarregados e as suas condições, que já eram precárias, pioraram devido às suas limitações. A imprensa fafense conta-nos que, em setembro de 1918, havia “em Portugal [...] terras cheias de epidemia” vitimando adultos e crianças., sendo que Fafe era uma delas, conforme atesta a documentação do Hospital de São José.^{43 44}

Em outubro do mesmo ano, o cenário retratado pela imprensa não era animador. As notícias resumiam-se à mera listagem de doentes contagiados, à referenciação dos falecimentos. Ao mesmo tempo, fazia-se um apelo às autoridades para que fossem aplicadas mais medidas e, alertavam a população dos sintomas mais frequentes, que caracterizavam esta doença, tais como: febre (que nem sempre aparecia), mal-estar, falta de ar, impressão incómoda na garganta e no peito.⁴⁵ Recomendava-se, ainda, a adoção de uma boa alimentação que, pelo cenário acima referido, podemos deduzir que não fosse de todo cumprida. Ainda se recomendava o abrigo das correntes de ar e a desinfeção das fossas nasais e da garganta.⁴⁶

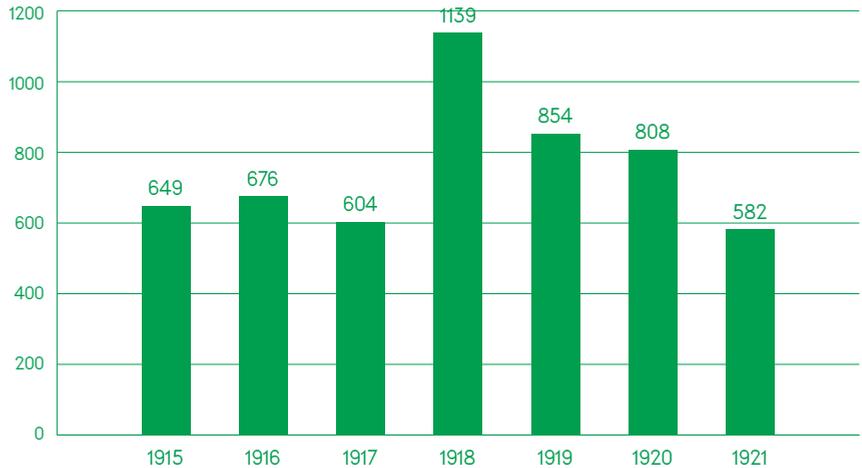
No mês de novembro, a imprensa continuava a mencionar que “[a] pneumónica ainda continuava a fazer estragos em diversas freguesias pouco distantes da vila”, como podemos confirmar pela documentação hospitalar.⁴⁷ Em fevereiro de 1920, o jornal

AS EPIDEMIAS NA VILA DE FAFE

Gráfico 4

Número total de óbitos na Vila de Fafe (1915-1921)

Fonte: ADB, Conservatória do Registo Civil de Fafe, Índices, Livros de Óbitos, 1915-1921.



A Democracia referiu que houve relatos de um novo surto em Fafe, alertando para o facto de que o mesmo, não deveria ser desconsiderado, tal e qual se sucedeu no início de 1918.⁴⁸

O verdadeiro impacto que esta doença teve na então Vila de Fafe não poderá ser averiguado neste artigo, uma vez que, como já mencionámos, nem todos os doentes recorriam aos Hospitais, para tratarem das suas maleitas. Contudo, a análise da documentação permite-nos mostrar alguns dados, que podem contribuir para o estudo desse mesmo impacto. Assim, no que concerne ao número de infetados pela Pneumónica, foram 64 os indivíduos que recorreram ao Hospital de S. José de Fafe, entre 1918 e 1921, sendo que o ano de 1918, foi aquele em que se registou o maior número de ocorrências. Em 1920, apesar do novo surto, apenas cinco indivíduos recorreram ao Hospital.

Relativamente à mortalidade, pela análise da documentação hospitalar, podemos concluir que, dos 64 indivíduos internados, 15 vieram a óbito, em igual período. Uma vez que considerámos estes dados muito aquém do verdadeiro impacto que a Pneumónica teve na mortalidade fafense, consultámos os Livros de Óbitos da Conservatória do Registo Civil de Fafe, entre 1915 e 1921, de modo a percebermos a evolução da mortalidade antes e depois dos anos mais críticos da doença.

A conclusão a que chegámos foi que, de facto, a Pneumónica poderá ter tido um impacto significativo na mortalidade, na medida em que, nos anos de 1918 a 1921, o número de óbitos subiu exponencialmente, quando comparados com os anos anteriores e posteriores, sendo o ano de 1918, aquele em que se registou um maior número de óbitos — 1139. Esta informação, pode ser atestada pelos dados do **Gráfico 4**. No entanto, não esqueçamos que houve um aumento da mortalidade geral, em Portugal, nesta baliza temporal, logo, a Pneumónica contribuiu para esse aumento, mas não é a única razão para o mesmo.

Considerações finais

À imagem do que se verificou nas restantes terras portuguesas, a Vila de Fafe viu grassar, nos séculos XIX e XX, um conjunto de epidemias que afetaram a sua população, abalando-a, sobretudo, a nível económico e social. Como vimos, apesar dos dados não nos permitirem fazer uma caracterização exaustiva do impacto das doenças, estas afetaram negativamente os fafenses, provocando um aumento dos índices de mortalidade.

Por outro lado, as epidemias verificadas em Fafe mostraram as dificuldades vividas pela população do Minho: a falta de higiene, a má alimentação e a degradação das habitações, fatores que contribuía para a rápida proliferação dos surtos epidémicos. Apesar da população, sobretudo a partir do surgimento do Movimento Higienista do século XX, ter ganhado consciência da necessidade de garantir a higiene, e a própria imprensa ter procurado passar essa carência, em Fafe, continuou-se a verificar-se que, além das doenças, a falta da mesma era outra epidemia a combater.

A existência de uma Unidade Hospitalar criada no século XIX, auxiliou as autoridades sanitárias no combate às várias epidemias que grassaram em Fafe, sem que, no entanto, tenha conseguido chegar a todos aqueles que contraíram qualquer doença infecciosa, uma vez que, o grosso da população não tinha capacidade para obter os cuidados de saúde, no Hospital. A própria ação das autoridades locais, sobretudo a Câmara Municipal foi, repetidas vezes, posta em causa, sobretudo pela imprensa oitocentista. Contudo, temos de ter em conta que os jornais analisados, eram de cunho Republicano, logo, apresentavam uma visão mais cáustica em relação à ação do executivo fafense. De facto, houve períodos em que as medidas de combate às doenças foram insuficientes e outros, em que estas foram eficazes.

Notas

1. Snowden, Frank, *Epidemias e Sociedade: da Peste Negra ao presente*, Lisboa, Edições 70, 2020, p. 24.
2. Coimbra, Artur Ferreira, *Bombeiros Voluntários de Fafe: Uma História de Heroísmo desde 1890*, Guimarães, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fafe, 2017, p. 27.
3. Veja-se: Bastos, Daniel, *Santa Casa da Misericórdia de Fafe — 150 anos ao Serviço da Comunidade (1862–2012)*, Amarante, Santa Casa da Misericórdia de Fafe, 2012, pp. 76–80.
4. Almeida, Maria Antónia Pires de, “As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola (1854–1918)”, in *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 18, 2021, p. 16.
5. Esteves, Alexandra; Pinto, Sílvia, “Quando a morte espreita: As epidemias no Minho entre o século XIX e as primeiras duas décadas do século XX”, in *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, n.º 6, 2021, p. 129.
6. Esteves, Alexandra, “Quando a morte espreita: a ação das misericórdias em tempos de epidemia no norte de Portugal, entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Reis, Bernardo; Valério, Carlos; Reis, Maria de Fátima (coord.), *As Misericórdias: desafios e trajetórias no tempo longo da História*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2020, p. 252.
7. Bastos, Daniel, *Santa Casa da Misericórdia de Fafe — 150 anos ao Serviço da Comunidade (1862–2012)*,..., p. 33.
8. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Fafe (doravante ASCMF), *Cópia da Carta da Comissão do Rio de Janeiro*, 13 de abril de 1858.
9. S.A., Sem título. *O Desforço*, 27 de julho, 1899, n.º 333, p. 3.
10. Cf. S.A., “Câmara Municipal”. *O Desforço*, 13 de setembro, 1899, n.º 340, p. 1.
11. S.A., “Saude Publica”. *O Desforço*, 23 de agosto, 1899, n.º 237, p. 3.
12. *Ibid.*
13. Cf. “Peste Bubonica”. *O Desforço*, 17 de agosto, 1899, n.º 336, p. 2.
14. Almeida, Maria Antónia Pires de, “As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola (1854–1918)”, in *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 18, 2021, p. 31.
15. S.A., “Mortandade de creanças”. *O Desforço*, 19 de agosto, 1897, n.º 233, pp. 2–3.
16. A análise que efetuámos aos Registos de Óbitos referentes à freguesia de Fafe, para os anos compreendidos entre 1890 e 1899, permitem-nos concluir que, no ano de 1897, existiu um pico de mortalidade entre julho e novembro, com o número de mortos a representar cerca de 54,1% dos óbitos verificados naquele ano.
17. Esteves, Alexandra; Pinto, Sílvia, “Quando a morte espreita: As epidemias no Minho entre o século XIX e as primeiras duas décadas do século XX”, in *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, n.º 6, 2021, p. 128.
18. Cf. S.A., “Providencias Sanitárias”. *O Desforço*, 5 de outubro, 1893, n.º 35, p. 2.
19. Cf. S.A., “Saude Publica”. *O Desforço*, 31 de agosto, 1899, n.º 338, p. 3.
20. Snowden, Frank, *Epidemias e Sociedade*,..., p. 153.
21. Cf. S.A., “Variola”. *O Desforço*, 2 de junho, 1898, n.º 273, p. 3.
22. Cf. S.A., Sem título. *O Desforço*, 27 de abril de 1899, n.º 320, p. 3.
23. Alves, Jorge Fernandes; Carneiro, Marinha, “A Saúde Pública em Portugal. Alguns delineamentos administrativos (Da Monarquia à Ditadura Militar)”, in Ferreira, Fátima Moura; Mendes, Francisco Azevedo; Capela, José Viriato (coord.), *Justiça na Res Publica (Sécs. XIX–XX)*, Porto, CITCEM, 2012, pp. 33–50.
24. Lima, Manuel José de Passos Lima; Ferreira João Antero Gonçalves; Gallo, Porras, Maria Isabel, *Aviso ao povo para não morrer de bexigas*, Braga, Casa de Sarmento, 2021, p. 21.
25. Cf. S.A., “Variola”. *O Desforço*, 30 de março, 1899, n.º 316, p. 3.
26. Snowden, Frank, *Epidemias e Sociedade*,..., p. 152.
27. Cf. S.A., “Sessão Camarária de 2 de outubro de 1893”. *O Desforço*, 5 de outubro, 1893, n.º 35, p. 2 & AMF, Órgãos do Município, Câmara Municipal, Livros de registos de atas das sessões da Câmara, Livro 13.
28. S.A., “A varíola”. *O Desforço*, 28 de setembro, 1899, n.º 342, p. 3.
29. S.A., “A varíola”. *O Desforço*, 15 de agosto, 1895, n.º 130, p. 2.
30. Cf. S.A., “Variola”. *O Desforço*, 2 de junho, 1898, n.º 273, p. 3.
31. S.A., “Variola”. *O Desforço*, 5 de outubro, 1899, n.º 343, p. 2.
32. S.A., “A Bubonica”. *O Desforço*, 12 de outubro, 1899, n.º 344, p. 3.
33. Esteves, Alexandra; Pinto, Sílvia, “Quando a morte espreita: As epidemias

AS EPIDEMIAS NA VILA DE FAFE

no Minho entre o século XIX e as primeiras duas décadas do século XX”, in *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, n.º 6, 2021, p. 138.

34. Esteves, Alexandra; Pinto, Sílvia, “Quando a morte espreita: As epidemias no Minho entre o século XIX e as primeiras duas décadas do século XX”, in *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, n.º 6, 2021, p. 139.

35. Cf. S.A., “Saude Publica”. *O Desforço*, 28 de fevereiro, 1918, n.º 1307, p. 2.

36. Cf. S.A., “Resumo de notícias”. *O Desforço*, 7 de março, 1918, n.º 1308, p. 2.

37. Cf. S.A., “Tifo e as preocupações entre nós”. *O Desforço*, 21 de março, 1918, n.º 1310, p. 2.

38. Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra, “Resquícios de epidemias no Minho: os surtos de tifo nos séculos XIX e XX”, in *Revista Portuguesa da História*, vol. 52, 2021, p. 50.

39. S.A., “Saude Publica”. *Justiça de Fafe*, 10 de março, 1918, n.º 269, p. 2.

40. Cf. S.A., “O Tifo: formas de o combater”. *O Desforço*, 28 de março, 1918, n.º 1311, p. 2.

41. Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra, “Resquícios de epidemias no Minho: os surtos de tifo nos séculos XIX e XX”, in *Revista Portuguesa da História*, vol. 52, 2021, p. 51.

42. Cf. S.A., “Obras de caridade contra o tifo”. *O Desforço*, de 21 de março a 11 de abril, 1918, n.º 1310-1313, p. 2.

43. Cf. S.A., “Resumo de Notícias”. *O Desforço*, 5 de setembro, 1918, n.º 1334, p. 2.

44. S.A., “Resumo de Notícias”. *O Desforço*, 19 de setembro, 1918, n.º 1336, p. 2.

45. Cf. S.A., “A Gripe Pneumonica”. *A Ideia*, 13 de outubro, 1918, n.º 314, p. 2.

46. S.A., “A Gripe Pneumonica”. *O Desforço*, 10 de outubro, 1918, n.º 1339, p. 1.

47. S.A., “A Epidemia”. *O Desforço*, 28 de novembro, 1918, n.º 1346, p. 1.

48. S.A., “A Gripe Pneumonica”. *A Democracia*, 26 de fevereiro, 1920, n.º 1336, p. 3.

ISABEL MARIA MENDES PEIXOTO *

A gripe pneumónica em Santo Tirso, ano de 1918

*
Mestranda em História
na Universidade do Minho.
isabel.m.peixoto@hotmail.com

Introdução

A origem exata da gripe espanhola, uma das pandemias mais devastadoras da história, continua a ser um assunto de debate entre pesquisadores, com pouco consenso entre si. Embora o nome “espanhola” sugira que a doença se originou na Espanha¹, a verdadeira origem da pandemia permanece desconhecida. No entanto, existem várias teorias sobre as suas possíveis fontes. Sobre este tema, John M. Barry², explora a possível origem da influenza com base nas suas extensas pesquisas e análises históricas. Segundo Barry, a origem da pandemia remonta à cidade de Haskell, no estado do Kansas, nos Estados Unidos, em março de 1918. Acredita-se que um surto de gripe incomum tenha ocorrido num acampamento militar conhecido como Camp Funston, que abrigava soldados americanos durante a Primeira Guerra Mundial. As condições de superlotação e a intensa atividade física nesse ambiente facilitaram a rápida disseminação do vírus. A localização do acampamento era estratégica pois muitas rotas de transporte ferroviário e rodoviário passavam por Haskell, permitindo que a doença se espalhasse para outras partes dos Estados Unidos e disseminando-se pela Europa, onde a guerra estava em pleno auge. Já John Oxford³, acredita que a doença terá tido início na França em 1916, ou, como terceira possibilidade, na China.

A disseminação da gripe espanhola foi ampla e rápida, afetando todos os continentes do mundo. David Killingray destaca que a propagação do vírus foi facilitada principalmente por dois fatores: as condições de guerra e o aumento das viagens internacionais⁴. Durante a Primeira Guerra Mundial, a movimentação em massa de tropas e civis, em ambientes amontoados e doentios, criou condições para a disseminação do vírus. Os soldados que lutavam nas frentes de batalha, bem como os refugiados e deslocados internos, eram particularmente vulneráveis às infeções, tornando-se veículos de propagação do vírus quando se movimentavam entre diferentes áreas geográficas. A doença teve um impacto significativo nas estruturas sociais e nas relações humanas. Laura Spinney salienta que a pandemia interrompeu a vida cotidiana de forma drástica, muito por conta das medidas de quarentena, isolamento e encerramento de escolas, fábricas e espaços públicos, que foram bastante implementadas, como forma de conter a propagação do vírus⁵. Além disso, a pandemia agravou as desigualdades sociais existentes, com as populações mais pobres e marginalizadas a serem, desproporcionalmente, mais afetadas pela gripe espanhola. As condições de vida precárias, o acesso limitado a cuidados médicos e a falta de recursos adequados, tornaram essa população mais vulnerável à infeção e à mortalidade. A pandemia revelou e aprofundou as disparidades

sociais existentes, destacando a necessidade de abordar questões de justiça social e acesso equitativo aos cuidados de saúde.

Os efeitos socioeconómicos também foram significativos com a paralisação de indústrias e serviços públicos e, conseqüentemente, sistemas de saúde sobrecarregados. A pandemia interrompeu a vida cotidiana e gerou um medo generalizado, resultando em impactos duradouros na sociedade e na economia global. Durante o período em que a pandemia ocorreu, Portugal enfrentou uma queda acentuada na produção económica. Através de uma análise aprofundada, Laurinda Abreu examinou esses impactos e como eles moldaram a trajetória do país nas décadas que se seguiram⁶, concluindo que as recuperações económicas após a pandemia foram dificultadas pelas mudanças globais, que ocorreram ao longo desse período. A propagação do vírus resultou num elevado número de mortes, levando a uma diminuição significativa da força de trabalho disponível, originando uma redução da produção agrícola e industrial, causando um impacto negativo no setor produtivo do país. Além disso, as restrições impostas para conter o vírus, como quarentenas e fecho de estabelecimentos comerciais, levaram a uma diminuição do consumo e do comércio. Com uma população de baixos recursos financeiros e uma assistência médica pública deficitária e que não chegava a todos, muitos doentes acabavam por ser tratados em casa pelos familiares. Só recorriam ao hospital os casos já referenciados como pneumonias e em estado grave, como nos retrata David de Moraes⁷, sendo difícil apurar com certezas relativamente ao número real de óbitos ocorridos em Portugal, durante o período em que a doença esteve ativa.

Durante o surto inicial da gripe espanhola, houve uma certa indecisão no diagnóstico adequado da doença. Isso terá ocorrido por variadas razões, algumas das quais poderão ser atribuídas ao contexto da época. Uma delas prende-se com a falta de compreensão inicial sobre a natureza da doença e da sua gravidade. A gripe espanhola foi uma nova versão da variante da influenza e, na época, o conhecimento científico sobre vírus e pandemias era ainda limitado. Os médicos e profissionais de saúde enfrentaram dificuldades, para identificar a causa da doença e distinguir este tipo de gripe de outras doenças respiratórias semelhantes naquele período. Segundo Alexandra Esteves, a resposta à pneumónica em Portugal também se deveu à falta de médicos, hábitos da população difíceis de alterar, baseados na falta de higiene e más condições de vida⁸. Além do mais, a Primeira Guerra Mundial estava a acabar quando a doença se começou a espalhar. Muitos países estavam envolvidos neste conflito e, tanto as forças militares quanto os serviços médicos, estavam sobrecarregados. A prioridade era tratar os soldados feridos e doentes de guerra, deixando de lado a gripe espanhola, que recebeu menos atenção em comparação a outros problemas de saúde.

Neste trabalho procuramos estudar a gripe pneumónica na localidade de Santo Tirso, em 1918, tendo por objetivo principal demonstrar a sua incidência em termos de entradas no hospital. Servimo-nos para este estudo não somente das fontes hospitalares, mas também da imprensa local.

As primeiras pandemias

Desde que há memória, é sabido que as doenças que matam em grande escala, atualmente conhecidas por pandemias, são causadoras de grande pânico e cada uma delas teve um impacto significativo na sociedade da época, alterando os decursos da história e da demografia. Embora já existam registos desde a Antiguidade Clássica de várias epidemias de grandes dimensões, é durante o Império Romano que vemos acontecer o primeiro surto de peste, a peste justiniana, assim conhecida por ter surgido durante a governação do imperador Justiniano I, que lhe deu o nome. Teve um impacto profundo na sociedade sendo considerada uma das pandemias mais mortais da Antiguidade. Os seus efeitos foram muito além do período em que ocorreu, moldando o futuro do Império Bizantino, com os seus efeitos a ajudarem “a consolidar a passagem do mundo antigo para a medievalidade”.⁹ Até ao século XIV, não são conhecidas mais epidemias, embora, as centúrias seguintes tenham sido afetadas por outras doenças próprias da época, resultantes das condições de vida, higiene e habitação¹⁰.

O segundo grande evento de mortalidade aconteceu no fim da Idade Média, e espalhou-se por várias regiões do mundo, afetando populações em diferentes continentes e causando um impacto significativo em diversas sociedades. A Peste Negra não foi uma pandemia isolada, mas sim um surto prolongado que ocorreu ao longo de vários anos, causando crises económicas, desorganização social e mudanças significativas nas estruturas políticas. A pandemia, também desencadeou uma série de reações sociais e culturais, onde a morte e o medo generalizados levaram a uma mentalidade apocalíptica em muitas comunidades. Algumas pessoas procuraram explicações sobrenaturais ou atribuíram a culpa a grupos específicos, como judeus e leprosos, o que levou a perseguições e massacres. Também conduziu ao aumento do fervor religioso, com muitas pessoas a encontrar conforto e redenção nas práticas religiosas. Segundo André Silva¹¹, a Peste Negra em Portugal terá surgido em 1348, vinda por mar. Porém, em território nacional o seu principal meio de propagação terá sido pela via terrestre, através da circulação de pessoas e bens por caminhos e estradas, que permitiram à peste passar das zonas urbanas às regiões agrícolas, mesmo as mais distantes. Causou um impacto muito significativo com milhares de mortes, caos administrativo, falta de mão de obra e fome, desorganizando a vida das comunidades mais atingidas.

Da Peste Negra à Gripe Pneumónica, Portugal enfrentou várias outras epidemias e surtos de diferentes doenças que tiveram um impacto significativo na sociedade de então. O país enfrentou um conjunto diversificado de doenças, que afetaram a população, acabando por moldar a história da saúde pública. Entre essas doenças, destacam-se a tuberculose, a cólera, a febre tifoide, a varíola, o sarampo, a difteria, o tifo, a gripe, a tosse convulsa e a escarlatina¹². A tuberculose, uma doença bacteriana que afeta principalmente os pulmões, foi a que mais preocupações causou e foi uma das principais causas de morte e sofrimento. A cólera, a par da febre tifoide, era transmitida por água e alimentos contaminados, tendo causado epidemias recorrentes, particularmente durante o século XIX e tiveram um impacto significativo na população desse tempo. Já a varíola, era uma doença viral altamente contagiosa, que atacava, principalmente, as crianças, assim como o sarampo, a difteria, a tosse convulsa e a escarlatina e foram das principais preocupações de saúde pública em Portugal, causando surtos e mortes em diferentes períodos. A gripe não era a doença que mais matava, mas também causou epidemias¹³ e pandemias¹⁴ ao longo do tempo. Todas estas doenças representaram desafios, que tiveram de ser enfrentados pela saúde pública em Portugal, exigindo a implementação de medidas de prevenção¹⁵, tratamento e controle, de forma a mitigar o seu impacto.

A gripe pneumónica em Portugal

Em Portugal, a pandemia de gripe pneumónica ocorreu entre 1918 e 1919, sendo o país afetado por diferentes vagas da doença, cada uma delas trazendo consequências significativas, para a população e para o sistema de saúde em vigência. A primeira vaga aconteceu na primavera de 1918 e manteve-se até junho desse mesmo ano. A segunda ocorreu entre agosto e os finais de dezembro. A terceira vaga terá aparecido em maio de 1919, existindo alguns autores que defendem a existência de uma quarta vaga no outono desse ano, e inverno do ano seguinte¹⁶. Trazida por marinheiros e soldados que regressaram da Primeira Guerra Mundial, a doença espalhou-se rapidamente, atingindo tanto as áreas urbanas quanto as rurais. Para combater a disseminação da doença, foram adotadas medidas de quarentena e encerramento de fábricas e estabelecimentos. As autoridades implementaram restrições de movimento, proibindo aglomerações públicas e limitando o funcionamento de comércio não essenciais. Escolas e igrejas foram fechadas, eventos, feiras e celebrações foram canceladas. Muitas fábricas tiveram de encerrar, para evitar contágios e devido à falta de trabalhadores que estavam doentes, paralisando vários setores produtivos. Muitos operários perderam os seus empregos ou foram incapazes de trabalhar devido às restrições, agravando ainda mais a situação económica das famílias.

Por outro lado, a falta de medicamentos, hospitais e infraestruturas médicas adequadas agravou ainda mais a situação. O sistema de saúde do país estava sobrecarregado e mal preparado para lidar com uma pandemia de tal extensão. O número limitado de camas hospitalares disponíveis não era suficiente¹⁷ para acomodar todos os pacientes que precisavam de assistência. Muitas pessoas tiveram de ser tratadas em casa ou em instalações improvisadas devido à falta de espaço nos hospitais e meios terapêuticos. As condições precárias de saúde da população portuguesa na época contribuíram para a propagação e gravidade da gripe pneumónica. A desnutrição generalizada, devido à escassez de alimentos causada pela guerra e por más condições económicas, enfraqueceu as pessoas e tornou-as mais suscetíveis à infeção. A escassez de alimentos era uma realidade, com o país a enfrentar restrições e dificuldades no abastecimento¹⁸, devido aos efeitos da guerra e da doença. A combinação desses fatores resultou em altas taxas de mortalidade durante a pandemia. Estima-se que dezenas de milhares de pessoas tenham perdido a vida devido à gripe pneumónica em Portugal¹⁹, evidenciando carências graves a nível estrutural, económico e social.

A assistência hospitalar em Santo Tirso

Em Santo Tirso, assim como em outras partes de Portugal, a assistência hospitalar durante a pandemia de gripe pneumónica em 1918 foi marcada por desafios significativos. O concelho, localizado na região norte do país, distrito do Porto, era essencialmente rural, mas já com grande predominância de empresas fabris, sentiu de forma particular e violenta as consequências da doença. Só possuía um hospital, que tinha aberto as suas portas pela primeira vez a 27 de maio de 1877, na atual Rua Dr. Joaquim Pires de Lima, no centro da cidade, onde abriu ao público a primeira Casa de Saúde do concelho. Foi pela mão da D. Maria do Carmo Azevedo que, juntamente com um grupo de senhoras, recolheu donativos para que tal fosse possível. A presença de senhoras dedicadas à caridade em finais do século XIX e primeiras décadas do seguinte foi comum em muitas localidades e atesta a presença feminina em ações de caridade e bem-fazer. Era um estabelecimento modesto, com algumas camas para os casos mais urgentes, mas que, devido às dificuldades e à indiferença da população, acabou por fechar.

Neste contexto, José Bento Correia, diretor do *Jornal de Santo Tirso* em 1885, apelou aos cidadãos tirsenses para fundar uma nova casa de saúde, mas desta vez, legalmente, visto que o hospital é precedente à instituição da Misericórdia. Assim, a 3 de julho desse mesmo ano, surge a Santa Casa da Misericórdia de Santo

Tirso, sob a forma de irmandade, sendo o seu grande benemérito o Conde de S. Bento que, em 1891, doou à instituição um edifício totalmente construído à sua custa. Em 1894, o seu sobrinho e único herdeiro, José Luiz d'Andrade, cedeu, através do seu testamento, grande parte da sua fortuna à Santa Casa, gerando enorme estímulo ao seu crescimento. É neste edifício que vai funcionar o hospital até 1919, altura em que um novo estabelecimento foi inaugurado, mantido sob a gerência da Santa Casa até 1976, altura em foi oficializado na sequência do Dec. Lei n.º 104/74, de 7 de Dezembro, que determinou a intervenção estatal nos hospitais concelhios que, até aí, pertenciam às Misericórdias.

Foi neste cenário que em 1918, conhecia somente a existência de um hospital de pequenas dimensões, com recursos insuficientes de médicos e enfermeiros, se assistiu os portadores da doença. Tinha um número limitado de camas, que se tornaram insuficientes no pico da infeção, tendo sido criados com a ajuda da Camara Municipal mais dois pavilhões situados no novo Hospital da Misericórdia e que ainda não tinham aberto ao público, numa tentativa de dar resposta à grande quantidade de doentes.

Santo Tirso não possuía, por conseguinte, estruturas assistenciais capazes de responder com eficácia à situação epidémica, muito à semelhança com o que se passava em concelhos de dimensão parecida. Mas mesmo nos que reuniam melhores condições, a situação foi muito penosa.

As consequências da pandemia e a imprensa da região

Já no início do século xx, Santo Tirso era uma região conhecida pelo seu dinamismo económico e atividades industriais. O setor têxtil²⁰ e de confeção desempenhavam um papel fundamental na economia local, gerando empregos e contribuindo para o desenvolvimento regional. A pneumónica afetou intensamente a região durante o seu pico, com a saúde pública a ser severamente atacada devido a um aumento significativo no número de casos, hospitais sobrecarregados e pedidos crescentes por recursos médicos e profissionais de saúde. A tragédia da perda de vidas humanas e o sofrimento pelo qual as famílias passaram, deixaram marcas profundas na comunidade. Deste modo, a imprensa local²¹ desempenhou um papel crucial na disseminação de informações precisas e relevantes para a população, na cobertura dos casos, atualizações sobre medidas de saúde pública, protocolos de segurança e diretrizes governamentais²². Foi fundamental na consciencialização da população sobre a gravidade da situação, e na necessidade de aderir às medidas de prevenção, como distanciamento social e higiene pessoal. Além disso, também destacaram

histórias de solidariedade, ações comunitárias e iniciativas para ajudar os mais vulneráveis, promovendo um senso de união e apoio mútuo na região²³. A imprensa foi, igualmente, responsável por monitorar a resposta das autoridades locais e nacionais, questionando medidas implementadas²⁴, amplificando o debate público e servindo como um canal de comunicação entre a comunidade e as autoridades.

O primeiro registo que fala da pneumónica em Santo Tirso aparece no jornal de 19 de setembro de 1918, relatando, através de uma curta notícia, a existência de muitos casos de “febre hespanhola”²⁵, o que inviabilizava a realização da regata prevista para esse fim de semana, tendo de ser adiada por muitos dos participantes se encontrarem doentes. A partir desta data, até ao início de novembro desse mesmo ano, os relatos sobre o que se passa nesta região devido à pneumónica são devastadores. É pedido à população que não se alarme, embora mencione que existem casas onde ninguém escapou à doença, que os cuidados médicos são deficientes e insuficientes para tantos doentes. Chama-se atenção para a pobreza e vida miserável das populações locais, podendo as condições existentes serem propícias à proliferação da doença. A 3 de outubro, a calamidade e a discórdia, provocadas pela falta de recursos médicos e da fome, estão instaladas na região. Relata-se a grande mortandade, a falta de pão e caridade, nomeadamente, das classes sociais com mais recursos, a ausência de medicamentos, de médicos e enfermeiros, de dinheiro e de responsabilidade dos governantes e responsáveis locais²⁶. As fábricas foram encerradas para tentar conter o contágio, mas esta medida trouxe ainda mais miséria. A pobreza aumentou devido à falta de rendimento das famílias e não existia assistência médica nem social. As narrações de calamidade continuam,

[...] a Fabrica d’esta villa continúa encerrada, e a pobreza pullula. [...], A falta de clínicos é quasi completa, e chega a indignar pela gravidade que representa. [...] Ha epidemicos a morrerem sem assistência, o que é bárbaro e mesmo criminoso [...]²⁷.

Outro aspeto que importa salientar refere-se à necrologia, que descreve o quanto a mortandade aumentou, com as notícias de quem falecia, descrição dos funerais e os relatos das tragédias familiares. Em novembro, as notícias deste jornal dão conta da diminuição de casos que já se verifica por toda a região. A preocupação agora está nas consequências da epidemia, como os altos preços dos bens de consumo e a falta de recursos das populações, gerados pelos gastos médicos, pelo fecho das fábricas, como forma de contenção da doença, mas que levaram ao desemprego de centenas de pessoas. As denúncias são graves o que continua “[...] a ser grave, é a pobreza e a miseria. A epidemia, além

de arrebatam muitas vidas, deixa consequências cruciantes”. “A falta de recursos e o preço dos géneros, são um problema sério. [...] Com os prenúncios da paz, está-se esboçando uma crise horrível de falta de trabalho. Sabemos que muitas fábricas vão passar a conceder aos seus operários apenas três dias. Ou menos ainda, de trabalho. Isto é assustador [...]”²⁸

De recordar que estamos num contexto marcado pela guerra, em que faltavam bens essenciais e se aplicava o racionamento. A partir desta data não aparecem mais notícias sobre a pneumónica.

Os números da calamidade no concelho

Para compreendermos o impacto que a gripe pneumónica teve em Santo Tirso foi necessário recorrer aos registos, como foi dito anteriormente, do único hospital do concelho, o hospital da Misericórdia de Santo Tirso. As únicas fontes existentes²⁹ encontram-se no arquivo particular da Misericórdia e no arquivo da Biblioteca Municipal. Reuniram-se os dados respeitantes ao movimento hospitalar, designadamente as entradas, altas e óbitos, mas também, os registos de internamentos do hospital, referentes a doentes de ambos os sexos, onde constam, entre outras informações, a identificação, a idade, o estado civil, a profissão, a residência, as enfermidades de que padeciam e o período de internamento. O intervalo analisado situa-se entre vinte e três de agosto a vinte e sete de novembro de 1918, sendo este o interregno em que ocorreu a segunda e a mais grave vaga da pandemia. Durante este tempo, o número de internados com gripe apresenta um total de cento e quarenta e sete indivíduos. Os referenciados com broco-pneumonia são trinta e quatro. Aqui os registos diferenciam os casos mais graves da doença com esta designação. São em maioria incontestável em relação a outras patologias existentes, que se ficaram pelas quarenta e seis camas ocupadas. Estes números indicam enfermarias repletas de casos, mais ou menos graves, de pneumónica.

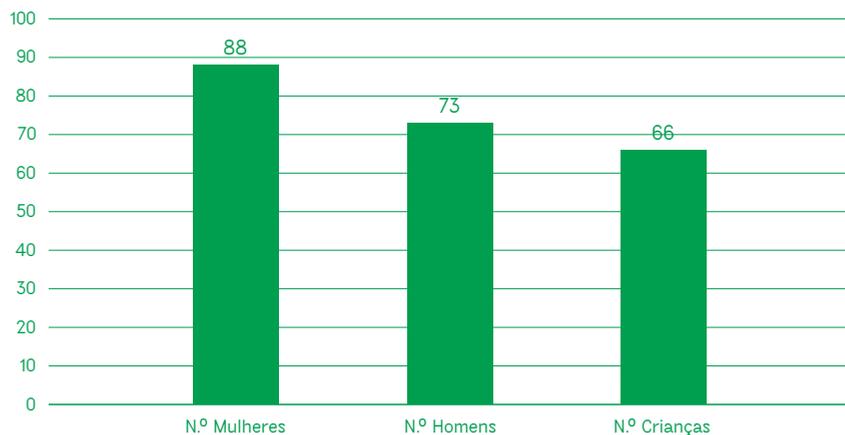
No **Gráfico 1**, podemos analisar a quantidade de mulheres, homens e crianças que estiveram internadas com a doença durante a segunda vaga da doença, que ocorreu entre o final de agosto e o início de novembro de 1918. Ressalta um maior número de mulheres, oitenta e oito, enquanto os homens são setenta e três. Já as crianças até aos doze anos são sessenta e seis, tratando-se este de um somatório considerável de crianças.

Um outro aspeto relevante que identificámos no estudo é o que se refere à média de idades, que se situou nos 24,7 anos, confirmando que a gripe atingia, sobretudo pessoas jovens. Os adultos em idade laboral, geralmente entre 20 e os 40 anos³⁰,

A GRIPE PNEUMÓNICA EM SANTO TIRSO, ANO DE 1918

Gráfico 1
Número de internados por idades e sexo

Fonte: Livros de entrada de doentes no Hospital da Misericórdia, 23 de agosto a 27 de novembro de 1918.



constituíam uma importante parcela da população afetada pela gripe espanhola. Esta faixa etária era particularmente vulnerável, devido ao seu envolvimento direto nas atividades diárias da sociedade, incluindo o trabalho e a interação com outras pessoas. Muitos desses adultos estavam expostos a ambientes aglomerados, como fábricas e meios de transporte público lotados, o que facilitou a rápida disseminação do vírus entre eles³¹. Os adultos em idade laboral que adoeceram, enfrentaram sérias dificuldades em procurar tratamento e a manutenção das suas responsabilidades profissionais e financeiras. Muitos deles ficaram impossibilitados de trabalhar, resultando na perda de rendimentos, advindo dificuldades para as suas famílias. Além disso, a sobrecarga nos sistemas de saúde da época, a falta de médicos e medicamentos dificultaram o acesso aos cuidados clínicos necessários³². Como resultado, estas pessoas foram obrigadas a receber tratamento em casa, beneficiando apenas de cuidados paliativos e apoio de familiares ou vizinhos, enquanto lutavam contra os sintomas debilitantes da doença. A nível social as consequências foram graves, como a falta da mais importante força de trabalho em todos os setores económicos, bem como o aparecimento dos chamados órfãos da pneumónica³³.

Essas crianças, muitas delas ainda jovens e incapazes de compreender completamente a tragédia que se abateu sobre elas viram-se, de repente, sem o amparo e a proteção dos seus pais. A gripe espanhola foi implacável, levando mães, pais, os dois e às vezes, até mesmo irmãos e irmãs. Neste cenário de desolação e desamparo, a comunidade e organizações de assistência social tentaram assumir o papel de substitutos dos pais e familiares ausentes. Orfanatos, lares adotivos e instituições de caridade, tentaram através dos seus escassos recursos, prestar auxílio a essas crianças³⁴. A gripe espanhola não discriminou as suas vítimas; no entanto, grupos específicos, como crianças e jovens adultos saudáveis, foram particularmente afetados pela doença e

deixou um rasto de famílias destroçadas, provocada por uma taxa de mortalidade alarmante em todo o concelho de Santo Tirso. Estima-se que centenas de pessoas tenham perdido a vida devido à doença, num período relativamente curto de tempo. Essas perdas tiveram repercussões duradouras e afetaram profundamente as estruturas familiares e a dinâmica social.

Notas finais

A pandemia da Gripe Espanhola, que assolou o mundo entre 1918 e 1920, deixou um legado de morte, sofrimento e impacto duradouro nas comunidades globais. Ao examinar as consequências a nível mundial, em Portugal e em regiões mais específicas, como o caso de Santo Tirso, fica evidente que foi uma das mais mortais e devastadoras pandemias da História recente. A nível mundial, foi infetada uma proporção significativa da população e a taxa de mortalidade variou entre os países, mas estima-se que tenha causado a morte de dezenas de milhões de pessoas em todo o mundo. A rápida disseminação da doença foi impulsionada pela movimentação de tropas durante a Primeira Guerra Mundial, e por condições socioeconómicas precárias verificadas um pouco por toda a parte. Além disso, a falta de conhecimento científico adequado e a limitação de recursos médicos contribuíram para a dificuldade de conter a propagação do vírus. Em Portugal, enfrentou-se grandes desafios, como a falta de infraestruturas médicas, a sobrecarga dos hospitais e a escassez de recursos para lidar com a doença. As consequências económicas e sociais também foram significativas, com a interrupção das atividades comerciais e a diminuição da mão de obra. As regiões rurais, muitas vezes com acesso limitado aos serviços de saúde, enfrentaram uma taxa de mortalidade particularmente alta. Nessas áreas geográficas, a falta de recursos médicos adequados dificultou o combate à pandemia e a resposta às necessidades da população. Além disso, houve estigmatização e discriminação dos afetados, o que dificultou a recuperação e a reintegração social. A gripe espanhola deixou uma marca indelével na história de Portugal, principalmente devido à elevada mortalidade que acometeu o país. As memórias dessas mortes em massa servem como lembrança sombria das consequências devastadoras de uma pandemia, reforçando a importância de medidas preventivas, cuidados médicos adequados e solidariedade comunitária na luta contra doenças contagiosas. A perda em grande escala de entes queridos teve um efeito profundo na questão emocional e psicológica da sociedade. A tristeza, o luto e o trauma resultantes dessas mortes em grande escala deixaram cicatrizes emocionais duráveis, assim como, a dor da perda e a falta de recursos para lidar com o luto, que ampliaram o sofrimento das pessoas afetadas.

Notas

1. A pandemia ganhou o nome de “gripe espanhola” devido à enorme cobertura da imprensa verificada na altura. Enquanto os países envolvidos na Primeira Guerra Mundial censuravam as informações sobre a doença, para evitar a disseminação do pânico entre as tropas e a população, a Espanha, que não estava envolvida na guerra, relatava abertamente sobre os casos de gripe. Isso levou muitas pessoas a acreditarem, erroneamente, que a Espanha era o epicentro da pandemia.
2. Sobre este assunto consultar: Barry, John M., “The Great Influenza: The Story of the Deadliest Pandemic in History”, New York, Penguin Books, 2004.
3. Oxford, John S., “The So-Called Great Spanish Influenza Pandemic of 1918 May Have Originated in France in 1916”, *Philosophical Transactions: Biological Sciences* 356, no. 1416, 2001, pp. 1857–59. <http://www.jstor.org/stable/3067060>
4. Killingray, David, “A pandemia de gripe de 1918–1919: causas, evolução e consequências”, in José Manuel Sobral ... [et al.], *A pandemia esquecida: olhares comparados sobre a pneumónica, 1918–1919*, Lisboa, 2009, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 41–62.
5. Sobre este assunto ler: Spinney, Laura, “Pale Rider: The Spanish Flu of 1918 and how it changed the world”, PublicAffairs, New York, 2017.
6. Abreu, Laurinda; Serrão, José Vicente, “Revisitar a pneumónica de 1918–1919: introdução”, in *Ler História*, 73, 2018, pp. 9–19. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.3928>
7. David de Moraes, João Augusto, “Surto epidémico ocorridos em Portugal na primeira metade do século xx: abordagem histórico-epidemiológica. III — Gripe pneumónica”, in *Medicina Interna*, 19, 2012, pp. 97–104.
Acedido a 22 de maio de 2023, em http://www.spmi.pt/revista/vol19/vol19_n2_2012_097_104.pdf
8. Sobre este assunto consultar: Esteves, Alexandra. “As epidemias e a memória histórica”, In Martins, M., Rodrigues, E., A Universidade do Minho em tempos de pandemia: Tomo I: Reflexões. UMinho Editora, 2020, pp. 148–172. DOI: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.23.9>.
Esteves, Alexandra; Pinto, Sílvia “A gripe espanhola em Portugal: a construção da memória. O trabalho médico e a assistência hospitalar”, in *Mundos do Trabalho*, n.º 12, 2020.
Esteves, Alexandra, “A pneumónica na imprensa do distrito de Viana do Castelo”, in *Centenário da Gripe Espanhola – A pandemia em Portugal 1918–1919*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2019.
Esteves, Alexandra, “As epidemias em Portugal nos inícios do século xx: um olhar através da imprensa periódica”, in Korndörfer, Ana Paula; Brum, Cristiano Enrique de; Rossi, Daiane; Fleck, Eliane Cristina Deckmann (orgs.), *Em tempos de pandemia: Reflexões necessárias sobre saúde e doenças no passado e no presente*, Brasil, Oikos, 2021.
9. Esteves, Alexandra. *As epidemias e a memória histórica...*, pp. 148–172.
10. Esteves, Alexandra. *As epidemias e a memória histórica...*, p. 157.
11. Silva, André Filipe da Oliveira, “A Peste Negra em Portugal Os casos do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-Odiana”, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021, p. 226. Tese de Doutoramento Policopiada.
12. Esteves, Alexandra, *As epidemias em Portugal...*, p. 155.
13. Uma epidemia é caracterizada pela ocorrência de um aumento significativo do número de casos de uma doença numa população específica ou área geográfica dentro de um curto período de tempo. A propagação é, geralmente, rápida e generalizada afetando um grande número de pessoas.
14. Uma pandemia é uma epidemia que se espalha por múltiplos países ou continentes, afetando uma grande quantidade de pessoas em escala global. É particularizada pela disseminação generalizada de uma doença infecciosa, como um vírus, que causa impacto significativo na saúde pública.
15. Esteves, Alexandra, *As epidemias em Portugal...*, pp. 156–171.
16. Esteves, Alexandra; Pinto, Sílvia, *A gripe espanhola em Portugal...*, p. 5.
17. Esteves, Alexandra. *As epidemias e a memória histórica...*, p. 166.
18. Esteves, Alexandra; Pinto, Sílvia, *A gripe espanhola em Portugal...*, p. 5.
19. Lopes, Ana Rita Gonçalves, “O impacto das principais pandemias entre 1900 e 2020 em economias globalizadas: o caso português”, Braga, Universidade do Minho, 2022. Dissertação de Mestrado.
20. Garnel, Maria Rita Lino, “Morte e memória da pneumónica de 1918”, in

José Manuel Sobral ... [et al.], *A pandemia esquecida: olhares comparados sobre a pneumónica, 1918-1919*, Lisboa, 2009, Imprensa de Ciências Sociais, p. 225.

21. Para estes dados, recorreu-se à imprensa local, nomeadamente, ao Jornal de Santo Thyrso através do qual foi possível ter uma melhor perceção do que se passava na região, tentando entender quais as formas encontradas pelas populações para lidar com a doença e os diferentes olhares e opiniões do que se estava a passar.

22. Esteves, Alexandra, *A pneumónica na imprensa...*, pp. 95-97.

23. Esteves, Alexandra, *A pneumónica na imprensa...*, p. 99.

24. Lima, Maria Luísa; Castro, Paula; Sousa, Paulo Silveira; Sobral, José Manuel, “A febre da gripe nos jornais: processos de amplificação social do risco”, in José Manuel Sobral ... [et al.], *A pandemia esquecida: olhares comparados sobre a pneumónica, 1918-1919*, Lisboa, 2009, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 273-275.

25. *Jornal de Santo Thyrso*, 19.09.1918, n.º 21.

26. *Jornal de Santo Thyrso*, 03.10.1918, n.º 23.

27. *Jornal de Santo Thyrso*, 03.10.1918, n.º 23.

28. *Jornal de Santo Thyrso*, 07.11.1918, n.º 28.

29. São dois livros de registos manuscritos, sendo o que se encontra no Arquivo Municipal de Santo Tirso, bastante incompleto. O outro está na biblioteca privada da Misericórdia de Santo Tirso e abrange vários anos.

30. Esteves, Alexandra; Pinto, Sílvia, *A gripe espanhola em Portugal...*, p. 14.

31. Lopes, Ana Rita Gonçalves, *O impacto das principais pandemias...*, p. 21.

32. Lopes, Ana Rita Gonçalves, *O impacto das principais pandemias...*, p. 7.

33. Santos, Carlota; Rego, Aurora Botão; Silva, Manuela; Fernandes, Milene dos Anjos, “Impactos da gripe espanhola na região do Alto Minho (Norte de Portugal)”, in Ferreira, Antero (coord.), *A Gripe Espanhola de 1918*, Guimarães, Casa de Sarmento, 2020, p. 191. DOI: <https://doi.org/10.21814/1822.64699>

34. Esteves, Alexandra. *As epidemias e a memória histórica...*, p. 167.

Esposende: uma viagem pelas epidemias de tifo exantemático, varíola e pneumónica (1918–1919)

*
Licenciada em História,
pela Universidade do
Minho. Estudante do
Mestrado em História
na mesma instituição.
libaniasqp@gmail.com

Introdução

Este capítulo pretende realizar uma passagem pelo quadro sanitário de Esposende nos anos de 1918 e 1919, a partir de uma investigação exploratória. Mais do que fixar resultados, procura lançar alguns olhares sobre como o semanário *O Espozendense* retratou esta questão, reconhecendo os contextos nacionais e globais, com os quais Esposende dialogou em maior ou menor grau e, sobretudo, como os editores e redatores do jornal integravam o concelho e sua população nestas dinâmicas¹.

Para além do jornal, publicado semanalmente, que apresenta um conjunto de temáticas sobre a vida de Esposende — e não só —, foram consultados os livros de entradas, saídas, óbitos e tabelas de utentes do Hospital Novo de Esposende (estas últimas, para o ano de 1918). Os registos estão, em muitos casos, incompletos, sem apresentar o que levou o indivíduo a dar entrada no hospital, em que estado de saúde saiu ou, ainda, dados pessoais, como estado civil, idade, naturalidade, entre outros². É necessário, ainda, referir que as freguesias mais a sul de Esposende, como Fão e Apúlia, foram também servidas pela Misericórdia e Hospital de Fão, de modo que as instituições estudadas, localizadas na vila de Esposende, não apresentam o total dos movimentos hospitalares e ansiedades que atravessaram o concelho no biénio em questão.

As condições de vida na vila

Infelizmente, hoje, em muitos lares, não serão as festivas alegrias natalícias, que imperarão; mas, as lágrimas pelos ausentes e pelos que a guerra cruelmente sacrificou na área da pátria, e pelos que a epidemia reinante cruelmente ceifou ao alegre convívio de dia de Natal³

Num mundo de crescentes contactos, a Primeira Guerra Mundial colocou lado a lado e em confronto milhares de soldados que se submeteram a condições adversas, ao que foram transversais as questões sanitárias. Observa-se no *O Espozendense* o anseio pelo fim do confronto que levava os filhos da terra para perto da morte. Paralelamente à guerra, verificou-se o aumento dos preços dos géneros alimentares, levando a que, como António José Telo refere, para além dos mortos diretamente pelo conflito, outros milhares morreram devido às epidemias e a degradação das condições de vida⁴.

Em Portugal, as condições sanitárias eram precárias e, como Esteves aponta: “[...] as populações não estavam cientes da importância da higiene pessoal, da limpeza dos lugares do vestuário e das habitações”⁵ o que, como a autora sublinha, agudizou o quadro epidémico verificado no biénio em estudo. Esposende não estava

imune às dificuldades do país: o concelho, localizado no noroeste de Portugal, caracterizava-se pela articulação da vida marítima e rural, como Capitão⁶ aponta. De acordo com a autora, à difícil e precária vida dos pescadores, somam-se as deficiências nos acessos à vila que, por sua vez, possuía ruas marcadas pela presença de dejetos e animais mortos. O próprio jornal considera como:

[...] higienicamente a vida é detestável: não há água potável, as casas baratas são péssimas, o povo é ignorante, a alimentação ordinária e se não fosse o amigo vento norte que todas as tardes nos visita e açoita carregado das emanções estimulantes do mar [...]⁷

Assim, apresentando preocupações que não são novas entre a elite intelectual e política portuguesa, *O Espozendense* lança, em diferentes momentos, como a vila é beneficiada pelo ar marítimo, capaz de aliviar o quadro de insalubridade de Espozende, através da purificação do mesmo. Em janeiro de 1918, apresenta as vantagens do eucalipto na absorção dos “esmiasmas paludinosos”⁸. Esta preocupação cruza-se com a agudização do tifo exantemático no Porto, onde a doença se prolongava desde dezembro de 1917 e se expandia sensivelmente no início de fevereiro de 1918⁹. Face a este quadro, o semanário publicou, neste mesmo número, uma circular emitida pela Junta de Saúde Pública Concelhia de Espozende. Ficavam estabelecidas medidas de fiscalização e prevenção, através da despioção das crianças, inspeções sobre a higiene das habitações e estábulos, assim como a proibição de se manter porcos no interior das casas. Estas medidas seguem, modo geral, aquelas que foram lançadas em Braga, onde o tifo se manifestou desde inícios do ano¹⁰.

A citação destacada de fevereiro de 1918 apresenta ainda outros aspetos que podemos ter em consideração, nomeadamente a higiene das ruas e das habitações, reconhecida como fundamental para se evitar a disseminação de doenças, tanto pelo jornal como pelas autoridades civis e sanitárias.

O “povo”, pobre, não corresponde a uma mancha uniforme. Aliás, distinções estas que remontam ao século XVI¹¹. No caso da fonte em estudo, *O Espozendense*, verifica-se a distinção entre o pobre impossibilitado de trabalhar, vítima do açambarcamento e da guerra, merecedor da beneficência, e aquele que não trabalharia por opção — havendo, neste caso, a manutenção da diferenciação entre o merecedor e o não merecedor, que se prende não tanto com a questão religiosa, mas com o enquadramento dos processos vividos no contexto internacional e nacional, e com a visão liberal do trabalho¹². Por outro lado, o elogio às instituições de assistência, como creches e hospitais, é articulado como “[...] flor sacrosanta [...] cultivada com o maior disvelo e amor”¹³.

Deve ser referido que o pobre, indistintamente, se associa à responsabilidade pela sujidade das ruas e pela transmissão de

doenças, devido às habitações pouco arejadas, que juntariam pessoas e animais. Em outubro, refere-se a uma mulher como “[...] uma epidemia ambulante”, responsável por infectar as habitações onde entraria¹⁴.

Importa sublinhar que os governos municipais e nacionais são criticados pelo *Esposendense*, tanto pela falta de subsistências, o elevado preço dos géneros, pela falta de limpeza das ruas ou, ainda, pelo estado da fonte pública. Esta última foi alvo de atenção por parte do jornal, que descreveu o deficiente estado em que se encontrava, o que se refletia na pouca qualidade da água. Esta realidade é discutida na sessão da Câmara Municipal de Esposende, em janeiro de 1918¹⁵. Nesta data, determina-se a necessidade de promover a limpeza da fonte, mas ainda em finais deste mês o jornal refere que a fonte não fora capaz de responder às necessidades da vila durante o inverno, indicando um quadro de escassez de água.

As maiores críticas são feitas aos açambarcadores e lavradores, que movidos por ganância, entre outros adjetivos, são responsáveis pelo acentuar da miséria. No dia 7 de março, o jornal considera a greve dos operários da construção naval pouco eficiente, visto que lutavam por maiores salários quando o jornal acredita que estes não se traduziriam numa melhoria na qualidade de vida efetivamente¹⁶. Assim, considera que a greve deveria ser contra o açambarcador e contra o aumento dos preços. Face às motivações pouco louváveis da mesma greve — de acordo com o jornal — são elogiadas as empresas que despediram os trabalhadores que se juntaram a ela.

A evolução do quadro epidémico em Esposende, nos anos de 1918 e 1919

No dia 25 de abril, *O Esposendense* reportou um suposto caso de tifo na freguesia de Gemeses, que alarmou autoridades sanitárias e civis, entre elas a GNR e os Bombeiros Voluntários; mas este acabou por ser um caso de gripe¹⁷. Face à situação, foi denunciado que as visitas sanitárias e as despiolhações, determinadas pela Junta de Saúde Pública Concelhia de Esposende não foram ainda efetuadas, de modo que a epidemia do tifo poderia alastrar-se rapidamente, caso chegasse à Esposende¹⁸. Em maio, é acordado e atribuído orçamento na Câmara para a desinfecção e lavagem da cadeia da vila e das casas dos pobres¹⁹.

Em finais de junho de 1918, o periódico refere que a pneumónica se encontrava no país, verificando-se muitos casos desde o mês anterior, nomeadamente: “[...] em Villa Viçosa, Estremoz, Redondo, Terrugem e Assumar”, em Lisboa e no Porto²⁰. Esta correspondeu à primeira vaga da doença em Portugal e, como Esteves indica

“Apesar do grande número de infetados, o número de vítimas foi reduzido, o que explicará a ligeireza com que foi encarada”²¹.

Mais inquieta, por outro lado, surge uma notícia sobre a morte, por varíola, de uma mulher no concelho de Barcelos, a partir da qual o periódico sublinha a importância do isolamento dos infetados e da vacinação, como meio de conter a doença²². O temor é concretizado na semana seguinte, em que se refere não apenas a existência de um doente, como “[...] já se tem dado muitos casos fataes”²³, ao que se somam as notícias de mortes por varíola no mesmo número do periódico e em outros seguintes. Novamente, a situação sanitária da cidade é apresentada como favorável à propagação de doenças, o que aponta novamente para o não cumprimento das medidas emanadas pelas autoridades sanitárias — estas, por sua vez, justificam-se pela falta de recursos.

J. A. David de Moraes demonstra como foi nos anos de 1918 e 1919 que se verificou o pico na mortalidade por varíola em Portugal continental, considerando que este se refere ao “[...] grande surto epidémico do século” da doença, na medida em que 79,5% dos óbitos registados pelo autor ocorreram entre aqueles dois anos²⁴.

Em setembro de 1918, período de conclusão das vindimas, e, portanto, de contactos, é apresentado um quadro de conjugação da mortalidade pelas três epidemias: o tifo, a varíola e a pneumónica. O primeiro, com maior gravidade nas freguesias de Marinhas e Gemeses; a segunda, combinada com a terceira, na própria vila de Esposende. Se, por um lado, a varíola é neste momento apresentada como “benigna”²⁵, a gripe pneumónica, que se difundira por todo país a partir de agosto de 1918²⁶, vai ser igualmente apresentada nas atas da Câmara, na sessão de 28 de setembro, onde se refere o falecimento devido à gripe do dr. Manuel Augusto de Oliveira Pinto²⁷, facultativo municipal de Fão, de modo que este teria de ser substituído pelo médico João Gonçalves Pereira de Barros “[...] com a máxima urgência possível”²⁸. Sobre a falta de médicos, *O Espozendense* reclama, em 26 de setembro, o retorno de dois médicos nascidos na vila e que estariam em África.

Em 28 de setembro, a Câmara reclama não possuir verbas para avançar para a desinfeção da vila ou das suas freguesias, contra o “[...] mal que tantas mortes tem já causado”²⁹, sendo aí estabelecido que seria feita uma representação ao presidente da República.

Na abertura do mês de outubro, o periódico apresenta “Como tratar a “Hespanhola” (enquanto não vem o médico)”, um artigo assinado pelo médico-cirurgião Barros Castro. Neste, a alimentação cuidada, sem exageros e com a presença de proteína animal, procurar fazer-se suar, e tomar os medicamentos recomendados são as linhas gerais de como se cuidar perante os primeiros sintomas da doença — que não excluía a consulta ao médico no caso de sintomas mais graves, como a falta de ar³⁰.

No dia 10 do mesmo mês, o jornal refere o enfraquecimento da pneumónica. Esta informação parece chocar com o contexto

do distrito de Braga. Por exemplo, a partir do Movimento Fisiológico verifica-se que houve um aumento em cerca de doze vezes do número de óbitos, em relação ao mês anterior³¹. Em Esposende, o jornal refere, ainda em outubro, quatro falecimentos devido à pneumónica, entre eles o padre Manuel Emílio António Gonçalves, reitor de Palmeira de Faro, que teria contraído a doença ao visitar enfermos naquela freguesia — o que indica a permanência da doença em determinadas freguesias.

Entre os finais de setembro e novembro, são registadas apenas entradas por gripe no Hospital Novo de Esposende, totalizando 39 doentes — sendo estes os meses com maior incidência de casos da gripe no ano de 1918 naquela instituição³². Deste número, cerca de 77% eram mulheres³³, tendência ainda superior àquela observada por Esteves³⁴ nas freguesias de Ponte de Lima (cerca de 57%). No caso de Esposende, o hospital possuía capacidade para 48 doentes, somando as suas duas enfermarias³⁵.

Sublinho que os registos de entradas e saídas, assim como as tabelas dos utentes não especificam em todos os casos as doenças que acometiam os pacientes. Não foi indicado o que atingia os doentes na única entrada no mês de agosto e de praticamente todo o mês de setembro, sendo exceção apenas a última entrada registada daquele mês, no dia 28. Totalizam, nestes meses, sete entradas sem indicação ao que as motivaram.

O reduzido número de casos registados nestes meses de agravamento da situação epidémica pode ser explicado pela falta de tempo em fazê-lo, ou, ainda, da falta de pessoal. A isto se soma o observado por Marília Capitão: havia alguma resistência em recorrer à instituição hospitalar³⁶. *O Esposendense* permite-nos compreender como o quadro seria mais grave do que os números hospitalares apontam, apresentando outros olhares sobre a doença. Assim, seria fundamental o cruzamento com outras fontes, reconhecendo que o jornal não apresenta a totalidade dos casos, mas volta-se a anunciar aqueles mais chocantes ou relacionados com pessoas abastadas e/ou influentes política ou socialmente no concelho, homenageando estas e suas famílias. Como exemplo dos primeiros, o jornal apresenta o caso de um pescador que morreu sozinho em sua casa, devido à varíola, após a morte de sua mãe. De acordo com o articulista, o hospital não pudera recolher o doente, mas fornecera-lhe carne e leite. Sem condições de preparar a comida sozinho, e ao frio, este falecera³⁷.

A morte é utilizada como um exemplo da permanência da varíola entre as populações mais pobres e apresenta críticas sobre a falta de um pavilhão de isolamento para o tratamento dos enfermos, o que explica igualmente alguma resistência destas instituições no acolhimento dos doentes. Por outro lado, o jornal não deixou de tecer críticas à resistência à vacinação, defendendo a sua obrigatoriedade em diversos momentos.

Ainda sobre o caso do pescador, o jornal inicia o artigo fazendo referência à sujidade e aos maus cheiros da rua onde residia o falecido. Para além deste, o periódico noticiou, duas semanas mais tarde, um foco de infeção em Fão, com oito pessoas doentes na mesma rua, sublinhando-se a situação de pobreza em que viviam aquelas: “[...] na mais espantosa imundície, e na mais negra miséria”³⁸.

Em meados de 1919, a varíola volta a ser mencionada, sem grandes alarmes³⁹. A pneumónica, por outro lado, surte maiores temores, visto que teria retomado ao Douro. No hospital, registaram-se algumas entradas por gripe. Em março, é interessante notar a entrada de dois soldados da infantaria n.º 15. Contudo, a doença não apresentou elevado número de casos concentrados num curto espaço de tempo, como verificamos no ano anterior.

Ainda assim, em outubro de 1919, o medo da pneumónica mantém-se. No sentido de relembrar a seriedade da doença, *O Esposendense* apresentou estatísticas de óbito em diferentes concelhos do distrito de Braga. De acordo com o jornal, Esposende não foi um dos concelhos mais afetados pela pneumónica, apontando um total de 183 mortes, mas a elevada mortalidade da doença foi patente nos óbitos registados nos outros concelhos de Braga, que somaram 4773 mortes, sendo 55,4 % destas de mulheres⁴⁰.

Estes números não são correspondentes àqueles apresentados pelo Movimento Fisiológico de Portugal⁴¹, que apresenta 1337 mortes por gripe em Braga, em 1918. Mesmo se considerarmos o número apontado para 1919, somam-se a estes 109 óbitos, pelo que se mantém distante dos 4773 mortos referidos pelo jornal. De todo modo, o Movimento Fisiológico da População de Portugal apresenta como, em 1918, a gripe foi a doença que mais vitimou em Esposende e no restante do país, sendo apenas superada pelo que apresentam como “outras doenças” e “doenças ignoradas ou mal definidas”⁴².

Sobre o tifo exantemático, ainda que se alastrasse com intensidade no Porto⁴³, em Esposende não foram encontradas vítimas nem no Hospital Novo, nem nas estatísticas do Movimento Fisiológico⁴⁴. Em setembro de 1918, o jornal referiu que a doença provocava vítimas⁴⁵. Face a esta divergência, deve ser sublinhado que devido aos sintomas do tifo, a diarreia, a erupção cutânea, a febre alta, entre outros, estes podiam ser confundidos com outras enfermidades. Assim, as faltas de mortes por tifo apontadas por aquelas instituições podem não corresponder à realidade, o que implica uma investigação mais aprofundada.

De todo modo, a forte mortalidade do tifo no Porto contribuiu para um clima de medo da doença, refletindo-se em alguma ansiedade numa camada pobre da população, que se debatia com os elevados preços e o açambarcamento para se alimentar, sem possuir recursos para a desinfeção de suas casas.

Se em Esposende, a varíola foi mais mortífera em 1918, surgiu em 1919 com grande força não apenas no distrito de Braga, como,

na sua generalidade, no país. De acordo com as estatísticas, a varíola matou mais pessoas nos últimos meses de 1918, em Portugal, coincidindo com o agravamento da pneumónica. No ano seguinte, teria provocado mais vítimas em janeiro, como Morais indica⁴⁶. No que diz respeito ao jornal *O Espozendense*, como vimos, a doença era apresentada ora como benigna, ora com grande apreensão.

Quanto à pneumónica, o Movimento Fisiológico contabilizou cerca de 59 000 óbitos. Este total foi, nos últimos anos, revisitado na historiografia, que acredita que os números ultrapassem as 100 000 vítimas, como Laurinda Abreu e José Vicente Serrão expõem⁴⁷. *O Espozendense* destacou, em muitos casos, a juventude dos falecidos e como a doença atuou rapidamente, conduzindo a óbito em poucos dias, como foi o caso do reitor de Palmeira de Faro — aspetos identificados por outros autores, como Esteves, nos trabalhos referidos.

Pessoas e instituições: o cruzamento destas com o quadro social, epidémico e sanitário de Espozende (1918 e 1919)

Durante o período em estudo, o jornal não aponta apenas problemas sanitários, mas também dificuldades, como no fornecimento de alimentos, agudizados pela guerra. As reivindicações por géneros que atravessam os anos de 1918 e 1919 cruzam-se com a necessidade de se garantir a alimentação dos doentes no hospital, visto que tanto para aqueles internados naquela instituição como para aqueles que recebiam apoio da mesma em suas casas, a alimentação era um ponto chave do tratamento. Desde casos de anemia e fraqueza geral à pneumónica e, como vimos, a varíola, a principal dieta recomendada passava pelo leite, caldos de carne, ovos e, em alguns casos, o peixe.

Além disso, as acusações da manutenção do elevado preço dos géneros, sobretudo do milho, reduziam a capacidade dos pobres de garantir uma importante fonte da sua alimentação: o pão. Ainda que em concelhos vizinhos, o custo dos géneros tenha começado a reduzir, o jornal acusa que o mesmo não se verificava em Espozende. De acordo com o mesmo, esta resistência partia tanto de algum imobilismo do governo e da Câmara, ao que se somam os interesses dos lavradores.

Apesar disso, as atas permitem compreender que a falta de recursos da Câmara se sobrepõe às tentativas de aquisição de géneros. Em julho de 1918, o administrador do Concelho e o presidente da Câmara compraram milho, com a Câmara comprometendo-se a assumir aquele valor como dívida⁴⁸. O mesmo se verifica quanto aos lavradores de Vila Chã, que foram largamente

elogiados pela distribuição de cereais, em junho de 1919, devido à fome que se afirmava na freguesia⁴⁹.

Em março de 1918, a construção dos balneários ao lado do Hospital Novo era encarada com otimismo, acreditando que os mesmos poderiam melhorar a higiene da população de Esposende, e atuaria como “principal dissipadora de muitas doenças”⁵⁰, com particular referência ao tifo exantemático. Contudo, durante períodos de maior intensidade das epidemias, sobretudo da varíola, em que a falta de um pavilhão de isolamento se tornava mais urgente, a opção pela construção do balneário foi criticada, visto que não garantia o isolamento da doença contagiosa, assim como tornava o tratamento e acompanhamento dos doentes mais complicado. De todo modo, a edificação do balneário não se encontrava concluída em 1918 e, para isso, encontrava como obstáculo não apenas as epidemias, mas a guerra e a emigração, que tornavam mais rara a mão de obra necessária.

Como visto, no contexto de crise política, econômica e social em que a crise sanitária aconteceu, esta última foi combatida por diferentes instituições e indivíduos, como as Santas Casas da Misericórdia, a Cruz Vermelha, os bombeiros voluntários e os escuteiros, como referem Esteves⁵¹ e outros autores, como Lima e Sousa⁵².

A atuação de diferentes entidades para além de ter representado “[...] uma inovação relativamente às epidemias que grassaram no território português na centúria oitocentista”⁵³, foi fundamental visto que a Câmara Municipal e o próprio governo se debatiam com falta de recursos tanto financeiros, como logísticos. É neste quadro que, para desinfeção da vila e das freguesias, em setembro de 1918, é feita uma representação ao governo, em que também se solicitavam meios de transporte para os doentes, responsabilidade que teria sido assumida pelos bombeiros voluntários, enaltecidos no jornal, em novembro de 1918⁵⁴.

Além destes, foram organizadas comissões de beneficência em Antas e em Forjães, que atuavam na distribuição de roupas e alimentos. Estas comissões não foram exclusividade do concelho de Esposende. A exemplo disso, Correia⁵⁵ refere a importância das comissões de socorro em Coimbra, como parte de uma estratégia alargada a todo país, que chamava a sociedade a colaborar para a mitigação dos impactos da pneumónica e da pobreza e, Esteves⁵⁶ demonstra a criação destas em concelhos do distrito de Viana do Castelo, entre outras medidas de assistência e combate ao contexto epidémico.

A nível local, também foram destacados alguns indivíduos, que atuaram não apenas no quadro epidémico, como num conjunto de melhorias para a vila. Entre outros, pode ser referido Valentim Ribeiro da Fonseca, que fora provedor da Misericórdia de Esposende e um dos dinamizadores da construção e manutenção do Hospital Novo; o reitor da freguesia de Marinhas, pelo seu

esforço na aquisição de milho, em maio de 1918; o médico João de Barros, em Fão, que também atendeu doentes em Esposende, enaltecido pela sua profissão, mas também pela doação de cobertores de lã ou, ainda, Filipe Carvalho de Almeida Gomes, secretário da Mesa da Misericórdia, por ordenar a limpeza dos canos da fonte pública.-

Notas conclusivas

Nos anos de 1918 e 1919 os corpos encontravam-se vulneráveis, com as desigualdades sociais refletindo-se pesadamente sobre as camadas pobres da população, que enfrentavam um quadro sanitário degradante que potenciava a circulação de doenças. As vivências e possibilidades de combate às doenças, neste contexto, variaram de acordo com as camadas sociais, ainda que a pneumónica, por exemplo, seja muitas vezes pensada como uma doença “democrática”.

Pela análise do periódico local, *O Espozendense*, verifica-se um discurso que em momentos elogia e, em outros, responsabiliza, pessoas e instituições. A caridade católica e a filantropia, permitiam complementar, muitas vezes, a atuação do Estado, procurando mitigar a fome e a pobreza, que tanto poderiam suscitar tensões sociais, como contribuir para o alastramento de doenças. Assim, os particulares e o público não pretendiam a alteração estrutural e económica da sociedade, que permitisse a redistribuição de terras e riquezas. Como Capitão⁵⁷ aponta, as elites de Esposende não estavam afastadas das lógicas assistenciais, sanitárias e até de eugenia dominantes no país. Neste sentido, a própria construção do Hospital Novo pode ser enquadrada num novo paradigma, de procura por parte das elites locais de abrir a vila à modernidade.

Deste modo, este trabalho, desenvolvido no âmbito da licenciatura em História, na Universidade do Minho, procurou levantar questões que pretendemos ver aprofundadas em trabalhos futuros, e que articulem o local, nomeadamente, de Esposende, com o quadro não apenas sanitário, mas igualmente político, ideológico e cultural.

Notas

1. Este capítulo tem como base uma investigação realizada no contexto da licenciatura em História, na Universidade do Minho.
2. Sobre isso, sublinho meu agradecimento à Santa Casa da Misericórdia de Esposende, por ter me permitido aceder ao seu arquivo e, sobretudo, a todos no Arquivo Municipal de Esposende, especialmente à dra. Marília Capitão e Daniel Brás, que me acompanharam e guiaram no Arquivo da Misericórdia e me indicaram as caixas a consultar.
3. “Natal”, *O Espozendense*, 24 de Dezembro de 1918, Ano xxxii, 12.^a série, n.º 606, p. 1.
4. Telo, António José, “A crise do liberalismo (1890–1930)”, in Pinto, António Costa; Monteiro, Nuno Gonçalo (coords.), *História Social Contemporânea — Portugal: (1808–2000)*, Lisboa, Objectiva, 2020, pp. 125–173.
5. Esteves, Alexandra, “A pneumónica no norte de Portugal: impacto e medidas”, in Esteves, Alexandra (coord.), *Sociedade e pobreza. Mecanismos e práticas assistenciais (séculos xvii–xx)*, V. N. Famalicão, Edições Húmus, 2018, pp. 145–164; p. 162.
6. Capitão, Fátima Marília Eiras Ribeiro, “O Hospital “Palácio” da Misericórdia de Esposende: origens, vontades, dinâmicas (séculos xix a inícios de xx)”, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019.
7. “Typho exanthematico”, *O Espozendense*, 28 de Fevereiro de 1918, Ano xxxii, n.º 566, p. 1.
8. “O eucalipto”, *O Espozendense*, 3 de Janeiro de 1918, Ano xxxii, 11.^a série, n.º 558, p. 1.
9. Sousa, Paulo Silveira; Sobral, José Manuel; Lima, Maria Luísa; Castro, Paula. “A epidemia antes da pandemia: o tifo exantemático no Porto (1917–1919)”, in J. M. Sobral et al (org), *A Pandemia Esquecida. Olhares comparados sobre a Pneumónica 1918–1919*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, pp. 279–290.
10. Esteves, Alexandra, “A pneumónica no norte de Portugal: impacto e medidas”, in Esteves, Alexandra (coord.), *Sociedade e Pobreza. Mecanismos e práticas assistenciais (séculos xvii–xx)*, V. N. Famalicão, Edições Húmus, 2018, pp. 145–164.
11. Capitão, Fátima Marília Eiras Ribeiro, *O Hospital “Palácio” da Misericórdia de Esposende...*, ver pp. 26–32.
12. Como Capitão (2019) demonstra, as diferentes naturezas da pobreza e a sua articulação com o quadro social e verificava no jornal já no século xix.
13. “A Mendicidade”, *O Espozendense*, 25 de Abril de 1918, Ano xxxii, 11.^a série, n.º 574, p. 1.
14. “Pelos pobres”, *O Espozendense*, 10 de Outubro de 1918, Ano xxxii, 11.^a série, n.º 597, p. 2.
15. Arquivo Municipal de Esposende, Fundo da Câmara Municipal de Esposende 1572/2012, Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Esposende (1917–1918), n.º 38, cx. 167, PT/AMEPS/CMEPS/CME/001/0058.
16. “Greve”, *O Espozendense*, 07 de Março de 1918, Ano xxxii, 11.^a série, n.º 567, p. 2.
17. “Tifho?”, *O Espozendense*, 25 de Abril de 1918, Ano xxxii, 11.^a série, n.º 574, p. 1.
18. “Tifho?”, *O Espozendense*, 25 de Abril de 1918, Ano xxxii, 11.^a série, n.º 574, p. 1.
19. Arquivo Municipal de Esposende, Fundo da Câmara Municipal de Esposende 1572/2012, Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Esposende (1917–1918), n.º 38, cx. 167, PT/AMEPS/CMEPS/CME/001/0058.
20. “Gripe infecciosa”, *O Espozendense*, 20 de Junho de 1918, Ano xxxii, 11.^a série, n.º 582, p. 2.
21. Esteves, Alexandra, “A pneumónica no norte de Portugal: impacto e medidas”, in Esteves, Alexandra (coord.), *Sociedade e Pobreza. Mecanismos e práticas assistenciais (séculos xvii–xx)*, V. N. Famalicão, Edições Húmus, 2018, pp. 145–164; p. 154.
22. “Variola”, *O Espozendense*, 11 de Julho de 1918, Ano xxxii, 11.^a série, n.º 585, p. 2.
23. “Variola”, *O Espozendense*, 19 de Julho de 1918, Ano xxxii, 11.^a série, n.º 586, p. 2.
24. Moraes, J. A. David de, “Surto epidémico ocorridos em Portugal na primeira metade do século xx: abordagem histórico-epistemológica. II — Variola, in *Medicina Interna*, vol. 19, n.º 1, 2012, pp. 43–50.
25. “Epidemia. Falta de médicos”, *O Espozendense*, 26 de Setembro de 1918, Ano xxxii, 11.^a série, n.º 595, p. 2.
26. Esteves, Alexandra Patrícia & Pinto, Sílvia Daniela, “Quando a morte espregita: as epidemias no Minho entre o século xix e as primeiras duas décadas do século xx”, in *Revista M.*, v. 6, n.º 11, 2021, pp. 128–150; p. 144.

27. No número 596, de 26 de Setembro de 1918, *O Espozendense* teria referido que o médico, Oliveira Pinto se encontrava doente. Assim, verificamos que o mesmo teria falecido entre a publicação do semanário e a sessão da Câmara, dois dias depois.

28. Arquivo Municipal de Esposende, Fundo da Câmara Municipal de Esposende 1572/2012, Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Esposende (1917-1918), “Sessão ordinária da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Esposende realizada em 28/09/1918”, n.º 38, cx. 167, PT/AMEPS/CMEPS/CME/001/0058, fl. 94v.

29. Arquivo Municipal de Esposende, Fundo da Câmara Municipal de Esposende 1572/2012, Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Esposende (1917-1918), “Sessão ordinária da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Esposende realizada em 28/09/1918”, n.º 38, cx. 167, PT/AMEPS/CMEPS/CME/001/0058, fl. 96.

30. “Como tratar a “Hespanhola” (enquanto não vem o medico)”, 03 de Outubro de 1918, Ano xxxii, II.ª série, n.º 596, p. 1.

31. *Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal* — Ano de 1918, 1922: p. 106.

32. Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Esposende (dora-vante AHSCME), *Registo de Entradas e Sahidas dos Doentes do Hospital, 3 de setembro 1895 a 30 dezembro de 1927*.

33. Modo geral, a maior parte dos pacientes atendidos no hospital no período indicado (setembro a novembro de 1918) foram mulheres, representando cerca de 65% das pacientes, de acordo com o “Registo de Entradas e Sahidas dos Doentes do Hospital...”. Esta tendência já foi identificada na dissertação de Capitão, com a autora apontando para tal fatores demográficos — “Poderá ser devido à própria realidade de Esposende, [...] fruto da maior taxa de população do sexo feminino”, p. 53.

34. Esteves, Alexandra, “A pneumónica no norte de Portugal: impacto e medidas”, in Esteves, Alexandra (coord.), *Sociedade e Pobreza. Mecanismos e práticas assistenciais...*, p. 161.

35. Capitão, Fátima Marília Eiras Ribeiro, *O Hospital “Palácio” da Misericórdia de Esposende...*

Sobre as enfermarias, a autora ainda refere a existência de “[...] cinco quartos

para pensionistas, também divididas por sexo”, p. 75.

Os registos do hospital permitem ver como as entradas por gripe implicaram estadias no hospital que duraram entre um dia a cerca de três meses e oito dias.

36. Capitão, Fátima Marília Eiras Ribeiro, *O Hospital “Palácio” da Misericórdia de Esposende...*

37. “Desumanidade”, *O Espozendense*, 10 de Outubro de 1918, Ano xxxii, II.ª série, n.º 597, p. 2

38. “Fóco de infecção”, *O Espozendense*, 24 de Outubro de 1918, Ano xxxiii, 12.ª série, n.º 599, p. 3.

39. “Variola”, *O Espozendense*, Ano xxxiii, 19 de Junho de 1918, 13.ª série, n.º 626, p. 2.

40. “A gripe pneumónica”, *O Espozendense*, Ano xxxiii, 16 de Outubro de 1919, 13.ª série, n.º 642, p. 2.

41. *Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal* — Ano de 1918, 1922; *Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal* — Ano de 1919, 1924.

42. *Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal* — Ano de 1918, 1922; *Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal* — Ano de 1919, 1924. Esteves, no já citado capítulo *A pneumónica no norte de Portugal: impacto e medidas*, refere que as “doenças ignoradas ou mal definidas” podem referir-se a “[...] casos de morte sem acompanhamento e assistência médica”.

43. Em Sousa, Paulo Silveira; Sobral, José Manuel; Lima, Maria Luísa; Castro, Paula. “A epidemia antes da pandemia: o tifo exantemático no Porto...”, é referido que o tifo exantemático se prolongou no Porto até o verão de 1919.

44. *Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal* — Ano de 1918, 1922; *Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal* — Ano de 1919, 1924.

45. “Epidemia. Falta de medicos”, 26 de Setembro de 1918, Ano xxxii, II.ª série, n.º 595, p. 2.

46. Morais, J. A. David de, “Surto epidémico ocorrido em Portugal na primeira metade do século xx: abordagem histórico-epistemológica. II — Variola”, in *Medicina Interna*, vol. 19, n.º 1, 2012, pp. 43-50.

O autor salienta ainda um aspeto a se considerar: a diferença entre a mortalidade e a morbilidade, o que leva a que mais pessoas tenham sido infetadas do que aquelas apontadas por registos que se voltam à mortalidade, assim como

não são contabilizadas nesse tipo de registo as pessoas que apresentaram sequelas após a doença.

47. Abreu, Laurinda e Serrão, José Vicente, “Revisitar a pneumónica de 1918-1919: introdução”, in *Ler História*, n.º 73, 2018, pp. 9-19. Há, ainda, outros trabalhos referem como os números oficiais se encontram abaixo do real impacto da doença, como em Correia, Ana Maria Diamantino, “A resposta em Coimbra à epidemia de pneumónica de 1918-1919 sob o olhar de um periódico local”, in *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 25, n.º 3, 2018, pp. 679-694.

48. Arquivo Municipal de Esposende, Fundo da Câmara Municipal de Esposende 1572/2012, Livro de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Esposende (1917-1918), n.º 38, cx. 167, PT/AMEPS/CMEPS/CME/001/0058.

49. “Das freguezias”, *O Espozendense*, 15 de Junho de 1919, Ano xxxiii, 13.^a série, n.º 625, p. 1.

50. “Balneario”, *O Espozendense*, 21 de Março de 1918, Ano xxxii, 11.^a série, n.º 569, p. 1.

51. Esteves, Alexandra, “O impacto da pneumónica em alguns concelhos do Alto Minho”, in *CEM — Cultura, Espaço e Memória*, n.º 5, 2014, pp. 165-181.

52. Lima, Helena & Sousa, Jorge Pedro, “Enquadramentos noticiosos da Gripe Pneumónica na imprensa portuguesa: os casos dos jornais *O Comércio do Porto*, *O Algarve* e da revista *Ilustração Portuguesa*”, in Baptista, Carla; Sousa, Jorge Pedro & Azevedo, Celiana (coord.), *Para uma história do jornalismo em Portugal — III*, Lisboa, ICNOVA — Instituto de Comunicação da NOVA, 2021, pp. 203-237.

53. Esteves, Alexandra, “O impacto da pneumónica em alguns...”, p. 172.

54. “Bombeiros Voluntários”, *O Espozendense*, Ano xxxiii, 12.^a série, n.º 602, p. 2

55. Correia, Ana Maria Diamantino, “A resposta em Coimbra à epidemia de pneumónica de 1918-1919 sob o olhar de um periódico local”, in *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 25, n.º 3, 2018, pp. 679-694.

56. Esteves, Alexandra, “A pneumónica no norte de Portugal: impacto e medidas”, in Esteves, Alexandra (coord.), *Sociedade e pobreza. Mecanismos e práticas assistenciais (séculos xvii-xx)*, V. N. Famalicão, Edições Húmus, 2018, pp. 145-164: p. 157.

57. Capitão, Fátima Marília Eiras Ribeiro, *O Hospital “Palácio” da Misericórdia de Esposende....*

O quotidiano dos sanatórios: entre a cura, a disciplina e alguma transgressão

*

Investigador integrado
do Centro de Estudos
Interdisciplinares — CEIS20
(Universidade de Coimbra).
ivieira@uc.pt

Introdução

O sanatório enquanto lugar de tratamento da temida tísica começou a ser pensado na primeira metade do século XIX. Várias correntes médicas da época davam destaque ao tratamento pelo ar de montanha e ao repouso como forma de tratar a tuberculose pulmonar.

A tuberculose, considerada o inimigo público n.º 1 por mais de um século, marcou de forma indelével as sociedades contemporâneas. A omnipresença desta doença tornou-a num quebra-cabeças para a Medicina até meados do século XX, quando foram usados os primeiros antibióticos e quimioterápicos específicos. Anteriormente a este período, assistia-se a uma verdadeira liturgia higienista para por cobro à expansão da morbidade e da mortalidade. Quase tudo foi usado contra a tuberculose — substâncias medicamentosas, alimentação exótica, ar e água, credices populares — mas o primeiro tratamento lógico foi o sanatorial.

Um pouco por toda a Europa começaram a desenvolver-se proto-sanatórios, como são exemplo os chalés de madeira para albergar doentes e suas famílias e outras vezes hotéis e estalagens para albergar um conjunto mais alargado de doentes. A cura passava essencialmente por respirar o ar de montanha, repousar e comer bem. De resto os doentes mantinham a sua rotina normal sem impedimentos de maior.

O passo subsequente foi a criação de verdadeiros sanatórios, de tipo hospitalar, onde para além da tríade ar puro, repouso e nutrição, a higiene do corpo e da moral, a disciplina do comportamento emolduravam o quotidiano dos doentes e dos profissionais de saúde.

Neste artigo pretende-se sistematizar a lógica de tratamento sanatorial, que vigorou durante mais de um século, que era simultaneamente pretexto para cura como para o disciplinamento e transgressão. Na sua essência este estudo faz uma revisão da literatura com recurso à inferência sistemática, com o objetivo de traçar um quadro geral em torno do quotidiano dos sanatórios, enquanto lugar de cura, de disciplinação e transgressão às normas.

1. A invenção do regime sanatorial

Os sanatórios, enquanto centros especializados no tratamento de tuberculosos, ficaram famosos entre o grande público pela obra de Thomas Mann, *A Montanha Mágica*, premiada aliás com o Nobel da Literatura em 1929. Nela, Mann contava as peripécias de Hans Castorp que se estabeleceu no luxuoso Sanatório Internacional de Berghof em Davos (Suíça), vivendo aí durante vários anos. Contudo, o poder da ficção literária é tal que pode mascarar a realidade destes estabelecimentos de cura, simultaneamente lugares de angústia e esperança. Se é verdade que esta imponente obra reproduz o

contexto dos sanatórios de luxo, não podemos tomar como norma, pois a realidade dos sanatórios populares era bem distinta.

Durante o longo período em que a Medicina foi incapaz de vencer a doença, os sanatórios tornaram-se lugares “à parte”, distanciados dos centros urbanos e da vida social, mas ao mesmo tempo foram espaços capazes de inspirar os doentes numa incessante e angustiante busca pela saúde. A verdadeira diferença entre o tísico do século XIX e o tuberculoso da primeira metade do século XX era que este último conhecia a natureza do seu mal¹.

Como é sabido os sanatórios apareceram antes de todos os progressos terapêuticos e de todas as descobertas científicas decisivas no campo da tuberculose. Um antecedente do sanatório antituberculoso clássico foi proposto em 1840 pelo cirurgião George Bodington na sua obra *An essay on the treatment and cure of pulmonary consumption, on principles natural, rational and successful*². Considerando que os tratamentos da tuberculose pulmonar por meio da polifarmácia estavam envolvidos numa certa obscuridade, Bodington defendeu um tratamento baseado no ar fresco, em dietas nutritivas e exercício moderado³, inaugurando o que viria a ficar conhecido como regime sanatorial.

As ideias de Bodington passaram quase despercebidas na sua época, devido em parte às teorias médicas dominantes. Na década de 1850 uma nova área, a fisiologia, afirmou-se pela mão de fisiólogos como Claude Bernard (1813–1878) e Johannes Müller (1801–1858). Em particular os trabalhos de Müller influenciaram outro médico, de seu nome Hermann Brehmer (1826–1889), que defendeu à época que a tísica se devia a uma incapacidade do coração para fazer circular o sangue pelos pulmões, o que conduzia à formação de tubérculos. Brehmer pensou que os lugares montanhosos com baixas pressões atmosféricas fariam aumentar a função cardíaca e com ela a circulação pulmonar. Com a ajuda de alguns amigos influentes junto do governo prussiano da altura, em especial de Alexander von Humboldt (1769–1859) e Johann Schönlein (1793–1864), criou o primeiro sanatório para tratamento de tuberculosos do mundo.

O regime de tratamentos organizado por Brehmer tornou-se à época no mais racional alguma vez concebido para a tuberculose. Associado à vida em altitude e às baixas pressões atmosféricas, os doentes eram submetidos a um regime higiénico e dietético assente numa alimentação abundante, onde entrava frequentemente o leite e o álcool, combinado com exercício físico supervisionado para fortalecer a circulação e melhorar a circulação geral e pulmonar⁴.

Ainda no espaço germânico seguiu-se a abertura de um segundo sanatório de altitude em Falkenstein na Baviera, por iniciativa de Peter Detweiller (1837–1904), paciente e pupilo de Brehmer. Detweiller fez algumas modificações ao regime preconizado por Brehmer, como por exemplo substituindo o exercício físico pelo repouso durante todo o ano em galerias de ar, orientadas para sul

e ensolaradas. No inverno, os doentes descansavam enrolados em mantas de aquecimento. Manteve uma dieta baseada na superalimentação, rejeitando a anterior doutrina da inflamação do médico francês François Broussais (1772-1838), que defendia que no caso dos tuberculosos a alimentação devia ser parcimoniosa, para não perturbar o sistema digestivo dos doentes.

O terceiro sanatório antituberculoso, o Nordrach Clinic na região da Floresta Negra localizada no Sul da Alemanha, foi dirigido pelo médico Otto Walther (1855-1919), que enfatizou ainda mais o tratamento por meio de uma alimentação onde abundavam o leite, o queijo, a carne gorda, batatas, manteiga, pão e frutas. Este regime era complementado pelo uso abundante da carne e do óleo de fígado de bacalhau para fortalecer e engordar os doentes. A superalimentação foi de resto o grande trunfo da Tisiologia até ao final da I Guerra Mundial, o que segundo Guillaume e Báguena-Cervellera⁵ se ficou a dever a uma identificação da tuberculose como uma doença de miséria e da subnutrição.

Apesar de a superalimentação ser um ponto-chave do tratamento sanatorial, há que destringir a alimentação do tipo sumptuosa levada a cabo nos sanatórios de luxo, como a descrita em *A Montanha Mágica*, da alimentação dos sanatórios populares com menos recursos, onde a superalimentação era feita com a repetição exaustiva dos mesmos géneros alimentares, ou seja, o leite, o café, o pão, a manteiga, os ovos e a fruta.

Desde o início do século xx que a superalimentação foi contestada, sobretudo porque as necessidades calóricas dos doentes situados nas montanhas não era as mesmas do que a dos doentes em zonas quentes ou temperadas. A questão da ingestão excessiva das gorduras e açúcares acarretava a longo prazo outros problemas de saúde. A superalimentação irracional ou mesmo a gavagem nalguns casos, não melhorava a nutrição, conduzindo antes a uma intoxicação⁶.

O regime sanatorial extrapolou fronteiras e um pouco por todo o ocidente edificaram-se os primeiros sanatórios. Na Suíça apareceram os primeiros estabelecimentos sanatoriais em Davos, existindo igualmente uma multiplicidade de hotéis e estalagens que albergavam os doentes que não conseguiam vaga nos sanatórios ou com menos recursos para suportar os longos internamentos. Nos Estados Unidos, o primeiro sanatório foi criado pelo médico Edward Livingstone Trudeau em 1873, seguindo-se em França a inauguração do sanatório de Arcachon na década de 1880 e na Grã-Bretanha o Royal Victoria Hospital em 1894. Portugal só viu inaugurado o seu primeiro sanatório de montanha em 1907 na cidade da Guarda, apesar de ter existido na Madeira um hospício para tuberculosos desde 1853 e algumas experiências em proto-sanatórios terem sido feitas na Serra da Estrela desde a década de 1880.

O sanatório cumpria diversas funções em simultâneo. Primeiro era um centro de tratamento especializado, onde se tratavam

doentes com diferentes manifestações da doença. Era também um lugar de retiro dos doentes, afastando-o dos ambientes impróprios, nomeadamente do meio familiar contaminado, e de práticas sociais nefastas.

Os sanatórios tinham igualmente uma função de reabilitação social e profissional, inculcando aos doentes uma conduta de vida adequada e ensinando uma atividade profissional, que mais tarde permitiria a reintegração social.

Por último, os sanatórios tinham uma função de pesquisa e investigação científica em campos como a bacteriologia, o diagnóstico e o tratamento medicamentoso e cirúrgico.

2. A disciplina do corpo e da moral

Aos imperativos profiláticos, educativos e terapêuticos juntavam-se as regras e um novo enquadramento social próprio da mentalidade do tempo. Segundo Sheila M. Rothman⁷, que elaborou um importante trabalho acerca da experiência social associada à tuberculose, sucessivas gerações de médicos, reformistas sociais e filantropos estavam convencidos que o confinamento dos tísicos promovia tanto um bem-estar social pelo afastamento dos infetados, como um bem-estar individual pela implementação de um regime de tratamentos completo. O sanatório satisfazia assim ambos os propósitos: o social e o individual, sendo simultaneamente um lugar de coesão e um lugar de cura⁸.

O sanatório representava uma obra de defesa social contra a tuberculose e só depois uma forma de hospitalização com fins curativos. A aceitação ou admissão no sanatório era como um prémio para os “bons doentes”, para aqueles que procuravam ajuda atempadamente. O sanatório era assim uma solução apenas para um grupo especial de doentes. De fora ficavam os negligentes que deixaram a doença arrastar-se até a um ponto irreversível⁹. A pensar nestes foram criados estabelecimentos como os hospitais de isolamento compulsivo e sobretudo os dispensários, cujo tratamento era administrado em regime ambulatorio, não existindo por isso um controlo apertado relativo ao modo de vida do doente.

Se considerarmos que os dispensários cumpriam uma importante função educativa e profilática, também devemos considerá-los como centros prestadores de cuidados de saúde. A desproporção entre o elevado número de doentes e de camas existentes nos hospitais e sanatórios não deixava outra solução senão o recurso ao tratamento em sistema ambulatorio. Por isso não se pode deixar de entender os dispensários como uma alternativa para o tratamento dos tuberculosos menos dispendiosa do que os sanatórios¹⁰. Simples, de baixo custo e mais acessível à população, o dispensário desempenhava as mesmas funções do sanatório ao nível educativo e profilático, ensinando normas de

higiene, fornecendo escarradores e desinfetantes. Funcionava ainda como um centro de despistagem e cadastragem dos doentes e como centro médico e clínico onde de davam consultas, distribuíam medicamentos e alimentos¹¹.

Existiam fundamentalmente duas classes de sanatórios, cujo quadro de vida e regime terapêutico se distanciavam. De um lado estavam os sanatórios de luxo, geralmente com uma arquitetura imponente, cujo funcionamento era compatível com o modo de vida que os doentes gozavam na vida do exterior. Depois existiam os sanatórios populares, com um quadro material mais austero e com um carácter segregador e coercivo.

Em relação aos sanatórios de luxo, do tipo descrito em *A Montanha Mágica*, eram menos e destinavam-se a uma categoria especial de indivíduos possidentes. Embora o sanatório fosse por norma um lugar onde imperava um regime de tratamento rigidamente planificado e regulamentado, a verdade é que nos sanatórios de luxo havia uma certa continuidade do quadro material de vida, não faltando os banquetes, as conversas acompanhadas de um charuto, a música ou qualquer outro evento cultural. Incluso a coabitação e convívio entre os dois géneros era permitida, o que era menos visível nos sanatórios populares. No geral os ricos podiam escolher o médico que os tratava, o estabelecimento onde se internavam e mesmo o tipo de clima em que iam ser tratados. O sanatório de luxo era quase um *home-sanatorium*, nas palavras de Guillaume, um lugar onde se fazia uma cura mais ou menos livre¹².

O quadro de vida nos sanatórios populares era bem mais distinto dos sanatórios de luxo, porque aí tudo era rigidamente regulamentado. Em primeiro lugar destacava-se o seu carácter diferenciador. Nalguns países como em Portugal, onde os sanatórios escasseavam, os sanatórios populares serviam quer gente endinheirada quer doentes de posses modestas. Nestes havia uma clara distinção dos doentes ricos e pobres, proporcionando-se comodidades diferentes a doentes diferentes, como quartos privativos ou quartos coletivos, diferentes quantidades e qualidades da alimentação, possibilidade de escolher o médico, etc. Numa publicidade ao sanatório Sousa Martins inserida no Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos de 1911 pode ler-se esta passagem muito elucidativa:

Este Sanatorio que reabriu no 1.º de Abril de 1910 depois de importantes melhoramentos realizados, recebe doentes de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe.

Os doentes de 1.ª classe ficam installados no Pavilhão n.º 1 — Cada doente tem um quarto completamente independente. — O preço incluindo quarto, serviço, luz e alimentação, varia de 2\$700 a 3\$000 rs. Diários. — Há dois quartos nas extremidades que teem adjuncto um pequeno quarto onde pôde ficar uma pessoa de família ou um creado

ou enfermeiro privativo do doente, cuja diária é de 4\$300 ou 4\$000 para as duas pessoas.

Os doentes de 2.^a classe tem aproximadamente a mesma alimentação que os de 1.^a. — A diferença consiste principalmente em não terem quarto privativo; os quartos teem dois ou três leitos excepto um salão que tem 6 e um quarto pequeno que só tem um. — A diária, nas mesmas condições é de 1\$500 a 1\$800, excepto este último quarto que tem um só leito, cujo preço é de 2\$000 rs.

O Pavilhão de 3.^a classe recebe só doentes pobres; os leitos d'este pavilhão foram distribuídos pelas diferentes delegações d'Assistencia que funcionam nas sedes dos Bispados.

[...] Os doentes que desejarem ser recebidos neste pavilhão (como pobres) terão de fazer o seu requerimento ao Prelado da diocese da sua residência e instruído comos seguintes documentos: 1.^o attestado de pobreza passado pela autoridade competente; 2.^o attestado de medico declarando sob juramento que a doença está no período de curabilidade.¹⁵

O carácter diferenciador estendia-se igualmente à separação entre sexos, à separação de doentes de confissões religiosas distintas e também à separação de crianças e adultos. Nos sanatórios populares existiu sempre uma rígida separação entre sexos, orientando-se sistematicamente a construção de instituições diferentes para homens e mulheres. Nos primórdios da assistência aos tuberculosos em Portugal encontramos desde logo essa separação entre sexos no Hospício D. Maria Amélia do Funchal, no qual o convívio era restrito, podendo os doentes passearem nos jardins, mas só durante o dia e sob vigilância da regente, ficando proibido o convívio nas escadas, corredores e cozinha¹⁴. No Hospital Geral de Santo António do Porto, o primeiro a dispor de enfermarias específicas para tuberculosos, também se criaram duas enfermarias distintas para cada género.

Os diversos sanatórios que foram abrindo no decurso da primeira metade do século xx tinham uma especificidade de género. Por exemplo, o sanatório dos Covões em Coimbra era destinado a homens, enquanto o de Celas era destinado a mulheres. Também o sanatório do Outão foi na sua génese destinado exclusivamente para raparigas enquanto o de Carcavelos destinava-se ao internamento de rapazes. Quando os sanatórios eram mistos, recebendo doentes masculinos e femininos, existiam sempre pavilhões separados onde os doentes dos dois sexos dormiam, comiam, recebiam visitas e realizavam os tratamentos separados e em horas diferentes. A separação dos sexos era um imperativo moral e higiénico para a mentalidade da época, destinado a limitar os impulsos genésicos. Não bastava proteger os doentes das paixões exacerbadas que um namoro dentro da instituição

pudesse ocasionar. Era preciso proteger igualmente a família, pois era forçoso evitar que os doentes ou funcionários casados fossem tentados pela ideia de adultério.

A divisão sexual foi uma constante ao longo da história dos sanatórios e não era restritiva a doentes. Também os funcionários dos sanatórios eram abrangidos por este preceito disciplinar. Por exemplo, no sanatório D. Manuel II vigoravam regras bastante rígidas para o pessoal médico, de enfermagem e auxiliares. Por exemplo, os médicos não podiam mudar de residência sem aprovação da direção, durante as férias tinham de permanecer contactáveis e não podiam sair para o estrangeiro sob qualquer pretexto. Quanto às enfermeiras contratadas pelo IANT estavam terminantemente proibidas de casar e não podiam manter conversa além do estritamente necessário com os doentes do sexo masculino. Alguns dos funcionários já casados submetiam-se a condições humilhantes de vida conjugal como o de uma funcionária anónima cujo testemunho se transcreve:

[...] O meu marido, não sei se sabiam, também trabalhava no Sanatório e, embora casados há 12 anos e com 2 filhos, dormíamos separados, eu no pavilhão feminino e ele no central. Não tínhamos dinheiro para alugar uma casa e sujeitávamo-nos a dormir separados, um em cada canto. E quando queríamos passar uma noite fora tínhamos de pedir autorização para isso. Pagávamos 30 escudos para dormir numa pensão. Uma vez enganámo-nos e fomos parar a uma casa de meninas. De vez em quando o meu marido dizia-me: — Vai lá pedir-lhe para irmos dormir fora. E eu ficava logo a tremer por dentro, com a ideia de a enfrentar. Mas lá ia. Tocava à porta e quando me mandavam entrar perfilava-me diante dela que nem um soldado perante o general e dizia-lhe: — Eu venho pedir à senhora se me autoriza a ir dormir fora com o meu marido amanhã. Ela olhava para mim sobranceira, seca como sempre e, ao fim de longos instantes, respondia: — Venha cá amanhã que dou-lhe a resposta. E lá voltava, e batia à porta, e esperava, e dizia: — Era por causa do pedido de ontem. E então ela acenava que sim com a cabeça e dizia-me: — Pode ir.¹⁵

Em determinados países, como na França, existiam também uma diferenciação religiosa, quer dizer, houve uma tendência para a criação de sanatórios destinados a doentes de uma determinada confissão. Em 1882 a comunidade protestante de Bordéus criou um sanatório para os seus doentes. A comunidade israelita de Cimiez fez o mesmo e as ordens religiosas católicas também abriram os seus próprios sanatórios¹⁶.

Talvez mais estranho ainda seja a diferença estabelecida dentro da comunidade sanatorial entre os doentes em recuperação e

Sanatório de Rodrigues Semide (Porto/1932)	Sanatório de Pessac (França/1932)	Sanatório de Catawba (EUA/1920)
08h15 — Levantar e fazer a cama	07h00 — Levantar e fazer a higiene	07h15 — Levantar
08h30 — Almoço	07h30 — Pequeno-almoço	08h00 — Pequeno-almoço
09h00 — Passeio	08h00 — Fazer a cama	08h30 — Repouso ou exercício conforme a prescrição médica
10h15 — Cura de ar e repouso	08h30 — Cura pelo ar: silêncio, leitura ou costura	11h00 — Repouso na cama
12h30 — Jantar	11h00 — Almoço	13h00 — Jantar
13h30 — Passeio	12h00 — Cura pelo ar em silêncio	13h45 — Repouso: silêncio, leitura
14h15 — Cura pelo ar e repouso	14h30 — Trabalhos manuais ao ar livre	16h00 — Repouso ou exercício conforme prescrição
16h30 — Merenda	16h00 — Recreação	18h00 — Ceia
17h00 — Passeio	16h30 — Tirar a temperatura	20h00 — Suplemento alimentar se ordenado
17h30 — Cura pelo ar e repouso	17h00 — Jantar	21h00 — Recolhimento
19h00 — Ceia	18h00 — Recreação	21h30 — Apagar as luzes
20h00 — Cura pelo ar e repouso (suprimida no inverno)	20h30 — Deitar	
21h30 — Silêncio e apagar as luzes		

Quadro 1

Horários implementados em três sanatórios geograficamente distintos para o tratamento de tuberculose pulmonar de adultos

Fontes: S. S., O Sanatório-Hospital de Rodrigues Semide: suas origens, situação, instalações e funcionamento, in *Boletim de Tisiologia do Sanatório-Hospital Rodrigues Semide*, ano 1, n.º 1, 1934, pp. 98-99; Guillaume, Pierre, *Du désespoir au salut...*, p. 236; Sucre, Richard, *The Great white plague...*

os moribundos. O trabalho de Richard Sucre¹⁷ acerca da cultura da morte nos sanatórios nos Estados Unidos da América vem mostrar que dentro dos sanatórios existiam uma separação entre os doentes ainda em tratamento e os doentes cuja morte era iminente. Os sanatórios de Blue Ridge e de Piedmont tinham quartos de isolamento para os pacientes em fase terminal, separados da restante comunidade sanatorial, localizados geralmente nos corredores ou locais de acesso restrito, com o objetivo de minorar a presença da morte na mente dos restantes pacientes e evitar o choque frequente de ver os companheiros de infortúnio sucumbir à doença.

Evidentemente que este comportamento deve ser contextualizado à luz da época, ou mais propriamente dentro dos cânones do Higienismo que se esforçava por fazer triunfar a vida sobre a morte, e como tal tentava dissimular as suas limitações e os seus fracassos. Como escreveu Philippe Ariès¹⁸, a partir do século XIX a morte começou a ser vista como uma rutura da familiaridade do quotidiano e como uma subversão nas relações do homem com a sua natureza mortal. A morte para os higienistas era uma força selvagem e incontrolável que rompia com o novo ideal de vida. À luz desta conceção era preferível afastar os moribundos, para que não se notasse a rutura brutal do quotidiano, minuciosamente regulamentado e solidamente implementada nestes espaços.

A vida nos sanatórios tinha também um carácter coercivo pela disciplina imposta. Não quer dizer que o sanatório fosse um presídio, mas como escreveu Ladislau Patrício, o doente dentro do sanatório não podia dispor inteiramente da sua liberdade. O tuberculoso tinha de adaptar-se a um mundo novo, um mundo à parte, com aspetos totalmente diferentes do mundo onde adoeceu¹⁹. A mudança de ambiente e a vida regulamentada, semelhante há vida militar, era considerada o primeiro dos remédios. Os doentes internados no sanatório ficavam desde o início sob a vigilância atenta do médico e dos enfermeiros, ao mesmo tempo que eram

O QUOTIDIANO DOS SANATÓRIOS

	Hospital-sanatório de Rodrigues Semide (Porto/1932)	Sanatório de Pessac (França/1932)	Sanatório de Catawba (EUA/1920)
Refeições	3 h	2 h e 30 min	3 h e 15 min
Recreio/lazer	1 h e 15 min	2 h	2 h
Tratamento	7 h e 30 min	5 h	7 h e 15 min
Outras tarefas	15 min	2 h	45 min
Total	12 h	11 h e 30 min	13 h e 15 min

Quadro 2

Cálculo do tempo despendido nas principais tarefas diárias dos doentes a partir dos horários de cada sanatório.

Fontes: S. S., O Sanatório-Hospital de Rodrigues Semide: suas origens, situação, instalações e funcionamento, in *Boletim de Tisiologia do Sanatório-Hospital Rodrigues Semide*, ano 1, n.º 1, 1954, pp. 98-99; Guillaume, Pierre, *Du désespoir au salut...*, p. 236; Sucre, Richard, *The Great white plague...*

sujeitos a um tratamento disciplinar e metódico diferente das suas rotinas quotidianas fora do sanatório. A cura pelo ar, a alimentação e o repouso ou exercício, consoante os casos, eram considerados como dogmas e religiosamente impostos pelos médicos, o que não quer dizer que fossem sempre cumpridos.

A disciplina fazia-se sentir desde logo nos horários **[Quadro 1]**. Os horários eram concebidos para disciplinar os doentes, para implementar um modo de vida regular, tranquilo e repetitivo. Era composto em todos os sanatórios pelas mesmas tarefas, que tinham de ser executadas em intervalos de tempo determinados aos quais os doentes eram forçados a cumprir escrupulosamente sob pena de admoestação. Os horários contemplavam o momento de despertar, de higiene pessoal, das refeições, dos tratamentos e do deitar. Apontamos aqui alguns exemplos de horários praticados em Portugal como no estrangeiro, saltando à vista uma quase uniformidade de tarefas:

A observação do **Quadro 2** permite-nos verificar que a maior parte do tempo se destinava ao tratamento, a chamada cura de ar, que era realizada nas galerias em silêncio absoluto, sendo por vezes permitida pequenas tarefas como a leitura ou costura. No caso do sanatório do Porto e de Catawba, mais de metade do tempo útil era passado em tratamento. As tarefas de recreio e lazer ocupavam um tempo limitado, geralmente em passeios, sendo reservado também um tempo limitado para as refeições. Este modelo de vida tão regrado tornava-se ao fim de algum tempo monótono e mesmo saturante, levando os doentes a encontrar escapes mais ou menos prejudiciais à sua condição de enfermos.

Aos doentes era imposta uma higiene rigorosa, sendo obrigatório escarrar ou cuspir nos escarradores, sob pena de repreensão ou expulsão, deviam praticar uma higiene corporal diária, sendo os homens obrigados a cortar as barbas e bigodes, ao mesmo tempo que o vestuário devia estar sempre imaculado. Os hábitos tabágicos, alcoólicos, os jogos e as saídas estavam interditos aos doentes. Todavia, a existência de um conjunto de regras rígidas de vivência e tratamento nos sanatórios não significava que as regras eram cumpridas à risca e muito menos que tivessem efeitos benéficos em todos os doentes.

3. A transgressão como escape do quotidiano

Frequentemente os doentes encontravam escapes para a monotonia da vida no sanatório. O médico António Ramalho de Almeida²⁰ relatou várias peripécias de doentes portugueses do seu conhecimento enquanto médico tisiologista no sanatório D. Manuel II. Segundo este clínico, os sanatórios, além de espaços de tratamento e cura, eram concomitantemente espaços de diversão, de convívio e mesmo de produção cultural. Quando olhamos a vida no sanatório pelo prisma do doente, encontramos uma realidade diferente daquela que era o discurso médico. Por exemplo, a separação de sexos era obrigatória, mas os doentes aproveitavam todas as oportunidades para conviver com o sexo oposto. A ida à missa ou as procissões em feriados religiosos eram oportunidades ideais para conversar e conhecer o outro ou a outra. Embora a bebida, os jogos e as saídas fossem proibidas, os doentes encontravam sempre maneira de contornar as regras.

Ramalho de Almeida relata algumas dessas aventuras no seu livro “A Tuberculose: doença do passado, do presente e do futuro” (1995). Diz o tisiologista que no Sanatório do Caramulo um conjunto de doentes se juntavam depois do recolher para jogarem às cartas até de madrugada. Calafetavam as frestas das portas para que não se visse luz e jogavam e bebiam champanhe, que o empregado de um doente endinheirado lhe trazia. Numa noite de diversão mais intensa o doente rico faleceu devido a uma violenta hemoptise e assim foi descoberto o segredo.

Outro caso foi o de alguns doentes do Sanatório D. Manuel II em Gaia que apesar da interdição de verem um jogo importante de futebol depois do recolher, acabaram por conseguir vê-lo às escondidas. No Sanatório D. Carlos em Lisboa dois doentes perspicazes aproveitaram a inexperiência de um médico estagiário, adepto fervoroso do Sporting Clube de Portugal, para saírem aos domingos sob o pretexto de apoiar o clube quando jogava no Lumiar, quando na realidade se esgueiravam na primeira oportunidade para um bailarico próximo de Entrecampos²¹.

Além das aventuras não permitidas, os médicos tinham consciência das repercussões psíquicas que a monotonia e a saturação que a vida ascética dos doentes provocava. Como tal aproveitavam algumas oportunidades como o Natal ou o aniversário do diretor para organizarem festas e convívios para os doentes. Mas os próprios doentes foram encontrando escapes para passar o tempo, alguns dos quais muito válidos. Nalguns sanatórios mais emblemáticos desenvolveram-se estações de rádio próprias. Na Guarda ficou famosa a Rádio Altitude, nas Penhas da Saúde a Rádio Pinóquio e no Caramulo a Rádio Pólo Norte. Estas rádios

eram não só uma forma de entretenimento, mas igualmente centros de informação local e regional. Noutros sanatórios funcionavam verdadeiras escolas profissionais como no Sanatório Sousa Martins.

Atendendo ao que se expôs acerca da vida nos sanatórios, pensamos que a disciplina e o rigor na sua gestão eram imprescindíveis para o bom funcionamento das instituições, algumas das quais chegavam a ter várias centenas de internados. Os sanatórios não deixavam de ser lugares de sofrimento e de morte, justificando a imposição de um ambiente sério e respeitoso a toda a comunidade, corpo médico e funcionários incluídos. Por último não podemos esquecer que no caso português, o tempo dos sanatórios coincidiu com um regime político do tipo autoritário como foi o salazarismo, pelo que o que se passava nos sanatórios era o reflexo da disciplina e ordem imposta à sociedade e às instituições em geral.

Notas finais

O aparecimento dos sanatórios no século XIX inaugurou uma nova época no tratamento da tuberculose, levando à invenção de um modelo de tratamento lógico, mas que implicava a adoção de uma disciplina quase monástica por parte dos doentes. A tuberculose foi até 1945, data da descoberta da estreptomomicina, uma doença incurável. A incapacidade da Medicina para tratar a tuberculose expunha tanto a fragilidade da ciência médica como do sistema social.

A liturgia higienista vigente na época encarregou-se de pôr em prática todo um ritual terapêutico que tinha como elemento aglutinador a disciplina. Nos sanatórios, a disciplina era o elemento que permitia pôr em prática um regime de tratamento que incluía longas horas de repouso durante o dia ao longo de todo o período em que decorria o tratamento, isto é, vários meses ou anos. A disciplina era também o elemento homogeneizador das classes sociais que conviviam nos estabelecimentos deste tipo. Ricos ou pobres todos tinham de se submeter ao mesmo regime de tratamento. A disciplina imposta era como que uma atenuante das idiosincrasias de cada doente. Por isso havia uma forte componente de higiene moral, na prática de uma vida rigorosa, saudável, higiénica. Nesta época não existia um “plano B” na terapêutica, apenas comer bem, repousar e respirar ar puro.

Nem todos tinham o perfil monástico necessário à completa e rigorosa disciplina imposta nos sanatórios. Era muitas vezes preciso um escape face ao rigor e monotonia do quotidiano. Por isso, a transgressão às normas fazia parte da vida dos doentes, que aproveitavam alguns pequenos momentos para folgar, para se evadirem da sensaboria dos dias, e em última instância esquecer a sua condição de doentes.

Notas

1. Guillaume, Pierre, *Du désespoir au salut : les tuberculeux aux 19^e et 20^e siècles*, Paris, Aubier, 1986, pp. 217-218.
2. Bodington, George, *An essay on the treatment and cure of pulmonary consumption, on principles natural, rational and successful*, Londres, Longman [etc.], 1840.
3. Bodington, George, *An essay on the treatment...*, pp. v-viii.
4. Knopf, Sigard Adolphus, *Hermann Brehmer, and the semi-centennial of Brehmer's sanatorium for the treatment of consumptives*, Nova Iorque, A. R. Elliott, 1904, pp. 1-5.
5. Cf. Guillaume, Pierre, *Du désespoir au salut...*, pp. 220-221 e Bâguena Cervellera, María José, *La tuberculosis y su historia*, Barcelona, Fundación Uriach1838, 1992, pp. 62-63.
6. Monisset, Perigos da superalimentação nos tuberculosos, in *Porto Médico*, vol. 3, n.º 12, 1906, pp. 379-382.
7. Rothman, Sheila M., *Living in the shadow of death: tuberculosis and the social experience of illness in American history*, Baltimore/Londres, The Johns Hopkins University Press, 1995, p. 194.
8. Rothman, Sheila M., *Living in the shadow...*, p. 194.
9. Grellet, Isabelle e Kruse, Caroline, *Histoires de la tuberculose: Les fièvres de l'âme (1800-1940)*, Paris, Editions Ramsay, 1983, p. 241.
10. Nascimento, Dilene Raimundo do, *As Pestes do século xx: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005, p. 64.
11. Maradona Hidalgo, José Antonio, *Tuberculosis: Historia de su conocimiento*, Oviedo, Universidad de Oviedo, 2009, p. 149.
12. Guillaume, Pierre, *Du désespoir au salut...*, p. 230.
13. Sanatório Souza Martins, Guarda, Portugal, in *Tuberculose: Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos*, ano 6, n.º 28, 1911, extratexto: página de publicidade sem numeração.
14. Vieira, Ismael Cerqueira, O pioneirismo da Madeira no tratamento da tuberculose em meados do século XIX, in *Ler História*, n.º 61, 2011.
15. Correia, Duarte M., "Sanatório de D. Manuel II: uma visão do quotidiano", in Amaral, Anabela et al., *Hospitais de Gaia: um século de história*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2008, pp. 61-62.
16. Guillaume, Pierre, *Du désespoir au salut...*, p. 233.
17. Sucre, Richard, *The Great white plague: the culture of death and the tuberculosis sanatorium*, Virginia: University of Virginia, [s.d.], Disponível em <http://www.faculty.virginia.edu/blueridgesanatorium/death.htm>.
18. Ariès, Philippe, *Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média*, 2.ª ed, Lisboa, Teorema, 1989, pp. 96-97.
19. Patrício, Ladislau, O papel dos Sanatórios na luta anti-tuberculosa, in *Portugal Médico*, vol. 37, n.º 10, 1953, p. 559.
20. Almeida, António Ramalho de, *A Tuberculose: Doença do passado, do presente e do futuro*, Porto, Bial, 1995.
21. Almeida, António Ramalho de, *A Tuberculose...* pp. 71-75.

Ficha técnica

Sociabilidades, quotidianos e saúde (séculos XIV a XX)

Coordenação: Maria Marta Lobo de Araújo, Alexandra Esteves,
Juliana de Mello Moraes & Luís Gonçalves Ferreira

Design da coleção: Studio Maria João Macedo

Design e paginação: Manuel Granja

Editado por: Lab2PT

Coleção Paisagens, Património & Território / Investigação
Landscapes, Heritage and Territory Collection / Research

ISBN: 978-989-8963-97-0

Lab2PT

lab2pt.net

Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho
Campus de Gualtar
4710-057 Braga

Escola de Arquitetura, Arte e Design
Universidade do Minho
Campus de Azurém
4800-058 Guimarães

© 2024, Lab2PT e autores



Laboratory of Landscapes,
Heritage and Territory



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais



Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Esta iniciativa foi apoiada através do Financiamento Plurianual do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), Ref.^a UID/04509/2020, financiado por fundos nacionais (PIDDAC) através da FCT/MCTES.

This initiative was supported through the Multiannual Funding of the Landscape, Heritage and Territory Laboratory (Lab2PT), Ref. UID/04509/2020, financed by national funds (PIDDAC) through the FCT/MCTES.

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

A historiografia nacional e internacional tem privilegiado, nas últimas décadas, as questões tratadas neste livro, designadamente as sociabilidades, os quotidianos, as vivências, as doenças e as epidemias, considerando diferentes contextos e grupos sociais. O norte de Portugal é tomado como laboratório de análise de vários investigadores, sem que sejam desconsiderados outros lugares como a vizinha Espanha e o Brasil. Esta realidade potencia o cruzamento de variados contextos de investigação e interseta diferentes análises sobre os objetos de estudo. A amplitude temática e o arco temporal dos trabalhos presentes neste livro constituem uma das suas mais-valias.

A Coleção Paisagens,
Património e Território
promove a publicação de
textos nas linhas Investigação,
Ensaios e Catálogos, sob
a chancela do Lab2PT
com objetivo de auxiliar
à circulação e divulgação
de produção científica de
excelência dentro das áreas
abrangidas pela unidade
de I&D – Arqueologia,
Arquitetura e Urbanismo,
Design, Geografia, Geologia,
História e Artes Visuais.